



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

**ARTÍFICES DE CLIO:
ESCRITAS DA HISTÓRIA NO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO DA UFPE. 1977-2000.**

JOEDNA REIS DE MENESES

RECIFE-PE

2005

JOEDNA REIS DE MENESES

ARTÍFICES DE CLIO: ESCRITAS DA HISTÓRIA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPE. 1977-2000.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Godoy Silveira

RECIFE-PE

2005

Meneses, Joedna Reis de

Artífices de clio : escritas da história no programa de pós-graduação da UFPE. 1977-2000 / Joedna Reis de Meneses . – Recife: O Autor, 2005.

267 folhas : il., fig., gráf., quadros

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2005.

Inclui: bibliografia e anexos.

1. História. 2. Historiografia. 3. Produção – Acadêmica. 4. Teoria – História. I. Título.

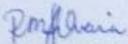
**930
900**

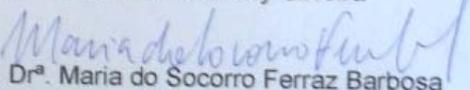
**CDU (2. ed.) UFPE
CDD (22. ed.) BCFCH2008/25**

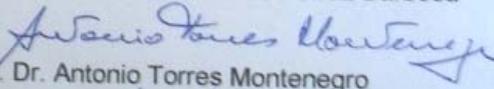
ATA DA DEFESA DA TESE DA ALUNA JOEDNA REIS DE MENESES

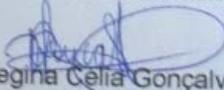
Às 08:00 h do dia 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2005 (dois mil e cinco), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pela aluna **Joedna Reis de Menezes** intitulada "**Artífices de Clío: A Escrita da História no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE (1977-2000)**", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito "**APROVADA COM DISTINÇÃO**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: Rosa Maria Godoy Silveira (Orientadora), Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Antonio Torres Montenegro, Regina Célia Gonçalves, Geralda Medeiros Nóbrega. Assinam, também, a presente ata a Vice-Coordenadora, Prof^ª. Suzana Cavani Rosas, e a Assistente em Administração Marta Lopes Gomes, para os devidos efeitos legais.

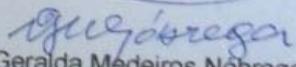
Recife, 28 de fevereiro de 2005.

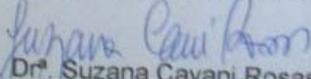

Prof^ª. Dr^ª. Rosa Maria Godoy Silveira

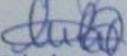

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Ferraz Barbosa


Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro


Prof^ª. Dr^ª. Regina Célia Gonçalves


Prof^ª. Dr^ª. Geralda Medeiros Nóbrega


Prof^ª. Dr^ª. Suzana Cavani Rosas


Marta Lopes Gomes

À Maria de Lourdes Ataíde Reis - Vovó Lourdes (em memória).
Aos meus pais: Arlete Reis de Meneses e Celso Evangelista de Meneses.
Aos artífices de Clio.

AGRADECIMENTOS

Os dias, os anos se passaram e, pouco a pouco, acredito que preciso aprender mais sobre a arte de costurar. Neta de uma costureira, Vovó Lourdes (em memória), vivi literalmente entre retalhos e tecidos, entre a adaptação da linha aos cortes, entre os seus sonhos de perfeição na procura de uma adequação do tecido ao corpo, das cores à densidade dos tecidos. Não me tornei costureira no sentido literal da palavra, mas aprendi que, na vida, se costuram momentos na memória e na História.

Construo, assim, outros significados para a palavra *costureira*. Acredito não ser à toa que, no título deste trabalho, enuncia-se o termo *Artífice* porque, de certo modo, aqui existe também um trabalho artesão, como o da arte de costurar. Existe a procura pela junção de vários retalhos, de várias linhas, de várias costuras entre os fragmentos da minha memória e as tentativas de ordenação aos textos díspares que tentei aqui reunir. Na memória, ou melhor, nos fragmentos de memória, de hoje, aparecem nomes de pessoas com as quais me encontro inevitavelmente ligada, através de vínculos familiares, de amor e amizade, de carinho e admiração profissional, são elas:

A minha mãe (Arlete) pela sua força e luta constante para que a responsabilidade de um trabalho como esse fosse, em algum momento, por mim sentida, como também pelo apoio incondicional nos últimos e difíceis dias. Mas, acima de tudo, pelo amor que nos une e me faz ser alguém melhor.

Ao meu pai (Celso), pela receptividade e cuidado para comigo todos esses anos. Pela sua sensibilidade que aparece, de forma cristalina, nos nossos momentos de intimidade.

A Edna Nóbrega que, além de companheira na vida e na profissão, ainda consegue ser a pesquisadora e a leitora assídua das primeiras versões deste texto, cuja disposição foi essencial na conclusão deste trabalho.

A Rosa Maria Godoy Silveira, não apenas pela orientação e pelo seu admirável compromisso profissional, mas pelo prazer de ter a sua amizade, pelo prazer das nossas trocas, pelo carinho e confiança que o seu olhar cuidadoso às letras, às linhas desta tese, conseguiu transmitir.

Irene Rodrigues e Laura Helena pela ligação na hora mais do que certa. Se a participação de vocês duas na graduação foi decisiva, para a conclusão desta tese, ela foi indispensável. Obrigada!

À Tia Rosarinho, Tia Nevinha, Antero, Joedjo, Leno, Rejane, Rose, Eduardo, Daniele, Rafele e Raoni por também comporem agradavelmente estas linhas, ainda em construção, da minha memória.

Aos amigos e amigas cuja presença constante não foi possível devido ao respeito às regras inevitáveis que a gente tem que estabelecer para poder concluir um trabalho como esse. Mas, *na hora do intervalo*, sempre foi possível contar com a agradável companhia e o apoio de Alômia Abrantes; com as dicas, os empréstimos de livros e o carinho de Elisa Mariana; com o carinho de Margarete; com a procura de notícias sobre a tese de Élide Nóbrega; com o apoio e a amizade de Edneide Nóbrega; com o companheirismo de Serioja, Telma e Uyguaciara; com a saudade das reuniões com aquele teor familiar que vem de Joana, Mariazinha, Rosário e Silvana.

Agradeço especialmente:

Às professoras Regina Célia Gonçalves e Geralda Medeiros que, apesar das muitas tarefas a que se dedicam, me orgulham com a presença, de ambas, na Banca.

Aos professores Antonio Torres Montenegro e Maria do Socorro Ferraz pelas valiosas sugestões como membros da banca de qualificação.

Ao Professor Marcus Carvalho, por sua compreensão e apoio durante este período em que se encontra como Coordenador do Curso

À Carmem, da Biblioteca do Programa, por disponibilizar o meu acesso às fontes desta pesquisa, de maneira sempre primorosa.

Aos demais membros do corpo administrativo do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, especificamente, Luciane, Betânia, Marli e Marta.

Aos meus alunos do curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, pelo meu orgulho de poder observá-los como artífices de Clio, amigos e amigas na construção do saber histórico.

RESUMO

Este trabalho analisa as dissertações e teses que foram produzidas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, entre 1977 e 2000. A proposta encontra-se fundamentada em três capítulos. O primeiro objetiva analisar a inserção do Programa de Pós-Graduação em História na historiografia nacional; O segundo é dedicado à influência das diferentes teorias da história na produção das teses e dissertações. O terceiro pretende analisar as principais temáticas debatidas. Trata-se, portanto, de uma análise que privilegia os caminhos teórico-metodológicos percorridos pelo discurso historiográfico nas últimas décadas do Século XX e que toma as dissertações e teses do PPGH como documentos/monumentos decompostos através do olhar deste trabalho.

Palavras-chave: Historiografia, Teoria da História, Produção Acadêmica.

ABSTRACT

This work analyses dissertations and theses of the History Postgraduate Programme of the Universidade Federal de Pernambuco between 1977 and 2000. Its objective is fundamentally based on three principles: The first one aims at analysing the inclusion of the History Postgraduate Programme in the Brazilian historiography. The second principle is devoted to the influence of the varied history theories applied to the production of theses and dissertations. The third one intends to analyse the main discussed themes. Therefore, the analysis highlights the theoretical-methodological speech in the last decades of the twentieth century, considering dissertations and theses of the History Postgraduate Programme as deconstructed documents/monuments in the perspective of this work.

Key-words: Historiography, History Theory, Academic Production.

LISTA DE QUADROS

	Pág.
Quadro I - UFPE – Programa de pós-graduação em História número de dissertações defendidas entre 1977 e 2000	48
Quadro II - UFPE – Programa de pós-graduação em História, número de teses defendidas entre 1995 e 2000.....	49
Quadro III - Brasil - Programas de pós-graduação em História	69
Quadro IV - UFPE – Programa de pós-graduação em história, estrutura curricular – mestrado – 1979	74
Quadro V - UFPE – Programa de pós-graduação em história, estrutura curricular – mestrado – 1998, área de concentração: História do Norte e Nordeste do Brasil	75
Quadro VI - UFPE – Programa de pós-graduação em História, estrutura curricular – doutorado – 1998 - área de concentração: História do Norte e Nordeste do Brasil.....	77

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
Figura 1 – PPGH – UFPE – Dissertações, teses e percursos temáticos da História – 1977-2000	162
Figura 2 – PPGH – UFPE – teses de doutorado e percursos temáticos da História...	169
Figura 3 – PPGH – UFPE – Dissertações, teses e temporalidades abordadas – 1977-2000	205

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	13
I CAPÍTULO: SINGULARIDADES DA HISTÓRIA: O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPE	32
1.1. Fragmentos da Historiografia Brasileira	32
1.2. As Universidades e as Pós-graduações	43
1.3 O Programa de Pós Graduação em História da UFPE	46
1.4 A institucionalização do discurso histórico na academia	50
1.5 Signos de uma História acadêmica: áreas de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular	60
II CAPÍTULO: PERCURSOS TEÓRICOS DA ESCRITA DA HISTÓRIA	80
2.1 Múltiplos olhares na escrita da História	80
2.2 “A História como de fato aconteceu”: os enunciados da verdade na tradição cientificista e positivista	86
2.3 O materialismo histórico “descortina” os véus da História	95
2.4 “Indeterminação de modelos”, “posturas flexíveis”	105
2.5 Contra a verdade oficial, os outros sujeitos da História	109
2.6 Apropriações teóricas da crise dos paradigmas	116
2.7 A relativização do saber histórico: a Nova História	122
III CAPÍTULO: HISTÓRIA: UMA PRÁTICA, MUITOS ARTIFÍCIOS	150

3.1	Historiadores seduzidos, temas escolhidos	150
3.2	As Escritas da História	158
3.2.1	Percursos temáticos	158
3.2.1.1	As trilhas dos <i>Outros</i>	174
3.2.1.2	Aproximações com a História Cultural	177
3.2.1.3	Encontros com os caminhos da História Social	184
3.2.1.4	Percursos temáticos da História Econômica	190
3.2.1.5	Apropriações da História Política	193
3.2.2	Artifícios: o tempo e as fontes	199
3.3	Os Artífices	217
3.3.1	Outros artífices, outros conceitos.....	223
 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A escrita multifacetada		234
 DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA		241
 ANEXOS		251

INTRODUÇÃO

Clio: musa familiar aos historiadores, foi representada¹ ao longo dos séculos por inúmeras imagens da pintura, da escultura ou como uma das nove cordas (musas) da lira.² Ela inspira os historiadores sempre de forma multifacetada e é a partir dessa compreensão inicial que a presente tese se encontra fundamentada. Os artífices de Clio, ou seja, os historiadores e seus textos produzidos no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, serão aqui trabalhados a partir desta característica advinda da multiplicidade de olhares presentes na Escrita da História. Esse estudo visa destacar as diferentes formas com que têm sido trabalhados, nos cursos de Mestrado e Doutorado em História da UFPE, os objetos, os temas de pesquisa e as teorias que circundam o saber histórico.

O presente texto buscará expor uma análise do discurso da História nas dissertações e teses produzidas no Programa, entre 1977 e 2000. Este interesse nasce da afinidade que tenho com a Teoria da História enquanto disciplina acadêmica com que lido desde a graduação. Não há como negar o meu envolvimento, para além do profissional, com o conhecimento histórico e com uma atenção maior ao que se convencionou chamar de Metodologia/Teoria da História. A afinidade ultrapassa o território do simples cumprimento de tarefas e se torna encantamento. Há o encantamento pela História e sua capacidade de ser e se propagar como detentora de mil faces, porque ela não nega a mudança mas, sim, a elabora. Ela não esconde a

¹ Acerca das representações de Clio, da Renascença ao século XIX, consultar: BANN, Stephen. **As Invenções da História**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Editora da UNESP, 1994. pp. 132-152.

² Sobre as nove musas da mitologia, consultar: BULFINCH, Thomas. **O livro de Ouro da Mitologia**: Histórias de Deuses e Heróis. 13 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. pp. 11-15.

efemeridade de suas verdades, ao contrário, se alimenta de incertezas, de perguntas sem respostas, de respostas, quando formuladas, que se alteram.

O conhecimento histórico encanta porque, dentre outros aspectos da experiência humana, fala de paixões, de “acertos” e “enganos”, de predileções, de escolhas e não de destino. O encantamento está em perceber que, mesmo quando ele falou de destinos históricos, correspondeu também a uma escolha, à opção por um caminho conceitual, metodológico e teórico. Este objeto de encantamento – a História – será visitado através das fontes que elegi para a pesquisa: dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE (1977-2000).

A presente tese objetiva realizar uma análise historiográfica e, de forma simultânea, procura fomentar o debate que circunda a Teoria da História e promover a reflexão de campos como: texto e discurso histórico, metodologia da história, teoria da história e historiografia, tendo em vista que não é possível separar, de maneira mecânica, o texto histórico dos seus componentes principais: fontes, metodologia, teoria e conceitos.

Neste sentido, quando me proponho a realizar uma análise historiográfica das dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em História – UFPE, estou escolhendo, também, como tema de pesquisa, as teorias da história, os caminhos metodológicos dos autores.

Existem, porém, alguns aspectos que orientaram essa pesquisa, que considero necessário expor de imediato: o fato de que não pretendo ter nenhuma reserva no que se refere ao uso de palavras como texto histórico, discurso histórico, escrita histórica e historiografia como construtoras de sentido para o que Michel de Certeau chamou de

Operação Histórica³, de ofício do historiador. Falo sobre reserva, porque, para alguns, a história é produtoras de verdades absolutas e o historiador, incapaz de produzir textos e discursos, mas, sim, obras com características infalíveis e eternas.

Então, o pressuposto da História como construtora de verdades absolutas não faz parte do referencial teórico-metodológico que embasa esta tese. No meu modo de ver, analisar a escrita da História é tomá-la como um texto, como uma construção da linguagem que, como tal, vale-se de mecanismos vários para se fazer entender e divulgar a sua visão de mundo.

Também faz parte do referencial teórico desta tese a abordagem da História e suas ligações interdisciplinares como o tratamento dos seus elos com o campo da literatura, o que, de certo modo, contribui para a aproximação deste texto com o campo da História Cultural.

Para a história cultural, a relação entre a História e a Literatura se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real. Clio e Calíope participam da criação do mundo, como narrativas que falam do acontecido e do não acontecido, tendo a realidade como referente a confirmar, a negar, a ultrapassar, a deformar. (PESAVENTO, 2003, p. 80)

Neste sentido, posso afirmar que o presente trabalho não nega as aproximações nem os distanciamentos entre a História e a Literatura. Ele se propõe a narrar estes encontros e desencontros, se propõe a reconhecer a importância de se promover uma análise historiográfica sem o fardo de ter que observar se o historiador falou a verdade absoluta ou se fez um trabalho completo.

Será possível observar que o temor de tomar a História como literatura trata-se, hoje, de um debate superado. O discurso historiográfico não precisa mais se afirmar

³ Para Michel de Certeau, não existe *operação histórica* sem um lugar social de produção, ver: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

como ciência ou arte. É importante, sim, contar a História dessas aproximações ou desses distanciamentos. Mas, principalmente, reconhecer o papel desempenhado pela linguagem e pela literatura na escrita da História.

(...) Quando o historiador penetra no terreno da linguagem, entendendo que as palavras sempre dizem além da sua função nominativa, ele facilmente se depara com o mundo dos significados verbais e com as figuras de linguagem. Pensar além da literalidade do que é dito leva o historiador a encarar a metáfora. Suas fontes são portadoras de metáforas, que se referem a significados de outro tempo, e é na busca desses códigos que o historiador se empenha. Mas, ao encarar a metáfora, o historiador se depara com a tarefa de pensar a sua própria escrita. A escrita da história vai além da literalidade do que é dito, e os historiadores se valem também, de metáforas em sua escrita. Não há, pois, como furtar-se ao diálogo com a Literatura e a linguagem. (Idem *ibidem*. 2003, pp. 110-111)

Analisar o texto histórico é não perder de vista essa interação – literatura, linguagem e história. Daí a importância de se procurar compreender não apenas os acontecimentos que o historiador se propõe a trabalhar, como também é necessário tentar decodificar o próprio texto de História, isto é, buscar compreender o texto de história no campo do seu significado, no campo das imagens e das leituras de mundo que produz em um determinado período.

Há uma mudança no estatuto da história, ela não age mais pela legitimação, mas vai rumo à construção de sentidos, conferindo validade a diferentes construções do tempo do passado. Como diz Michel de Certeau, a escrita da história é uma operação de deslocamento do passado, uma tentativa limitada e limitadora no sentido de compreender as relações entre um local, uma disciplina e a construção de um texto. Ainda segundo Certeau, a história participa também como discurso social, atuando inclusive nas redes interdiscursivas. Isto leva o historiador a considerar o seu próprio ato interpretativo como algo que se concretiza na linguagem. (SCHIAVINATTO, 1995, pp. 28-29)

A análise da História, como uma tarefa que se realiza através da linguagem, se aproxima não apenas do pensamento de Michel de Certeau, citado por Iara Schiavinatto na passagem acima, como também de um conceito que foi trabalhado por

Michel Foucault: o conceito de enunciado.⁴ Segundo Michel Foucault, o enunciado seria a instância máxima de produção de sentidos. O historiador, portanto, enuncia os acontecimentos, constrói sentidos para os mesmos. Para Foucault, a pergunta fundamental para se entender os enunciados seria a de **como** eles são elaborados. Entender como os enunciados funcionam na prática historiográfica é o mesmo que perceber a tarefa do historiador como sendo relativa ao lugar que ele ocupa. Então, a partir desta perspectiva, para se produzir conhecimento histórico, não seria mais necessário uma preocupação com a produção da verdade mas, sim, com a significação dos acontecimentos.

Neste sentido, em uma análise do texto historiográfico, é possível notar que o significado que os historiadores dos últimos anos 70, por exemplo, estabeleceram para o mundo, se diferenciou dos significados produzidos nos anos 90, 80, 50, etc.. No entanto, é importante salientar que não existem apenas diferenças. O que acontece, é uma mistura, uma impregnação de pensamentos de um historiador para o outro, de um trabalho historiográfico para outro.

O conhecimento histórico será aqui tomado como território possibilitador a diferentes escolhas por parte dos que se dedicam ao ofício de Clio. As características dos trabalhos a serem analisados serão decompostas a partir do meu olhar. Não é possível ler o texto com os olhos da autoria, mas, sim, com os da leitura que estará sempre atravessada pela minha visão de mundo e do próprio texto que interrogo.

No presente estudo, as teses e dissertações corresponderão às fontes que estarão sendo interrogadas. As perguntas estarão mais próximas de **como** foi realizado o trabalho do que propriamente do que trata o texto. Para a questão: do que trata o

⁴ O detalhamento do conceito de enunciado está explicitado, em conjunto com as alternativas da Análise de discurso proposta por Michel Foucault, na obra: FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 98.

texto? estarei em busca de respostas, sim. Mas a idéia é tomar os autores como sujeitos que conduzem e que se permitem conduzir por suas pesquisas e suas temáticas como escolhas de uma época; O que me leva a afirmar que o enfoque a ser dado nas análises, será o da emergência não apenas do texto como também das temáticas e das diferentes teorias relacionadas ao saber histórico. Isto significa afirmar que, antes da questão do que trata o texto, estarei procurando saber como foi possível a emergência do mesmo para, desse modo, promover um balanço historiográfico das temáticas abordadas.

Diante do exposto é possível, neste momento, delinear as seguintes questões: quais os caminhos que permitiram a construção do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE? Quais os elementos que tornam possível a consolidação dessa escrita da História? E, especificamente: o que está em jogo quando os historiadores se propõem a trabalhar seus temas? Como os temas estudados são pensados pela historiografia: de forma naturalizada, como se sempre tivessem existido? ou como uma construção histórica? Ao procurarem trabalhar com suas diferentes temáticas, os historiadores indagam os motivos que os levaram a escolher este tema, ou seja, os seus trabalhos possuem uma história da forma como eles praticam o discurso histórico? Quais os sentidos que a historiografia formula para seus temas? Por fim: como o discurso historiográfico é construído?

Alguns autores já apontaram o fato de que a tarefa aqui proposta não se constitui de um empreendimento fácil⁵, ou seja, realizar uma análise do discurso historiográfico é buscar reunir, em um único trabalho, elementos distintos que compõem o texto histórico. Esta dificuldade não corresponde à única defesa plausível para o presente trabalho, mas, sem dúvida, aponta a sua importância, não pelo aspecto

⁵ Carlos Guilherme Mota comenta: “na comunidade dos historiadores de ofício, a história da historiografia geralmente é considerada o mais difícil dos gêneros. Dadas suas características e implicações (...)”. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo: Ática, 1977. p. 26

da dificuldade que se impõe, mas, pelos elementos que têm de ser reunidos e articulados para se proceder a uma análise deste tipo.

Neste sentido, trabalhar com análise historiográfica é tomar a noção de historiografia a partir dos sentidos múltiplos que ela constrói, ou seja, a historiografia “(...) *pode ser considerada a própria escrita da história, o conjunto de obras referentes a determinado período ou temática, como também o produto da análise do referido conjunto.*” (FERREIRA (a), 1995, p. 57)

A historiografia é um termo polissêmico que tem sido adotado, também, para denominar o conjunto de obras de outras disciplinas, que não a História. Desse modo, realizar uma análise do discurso historiográfico é tentar reconhecer a presença da interdisciplinaridade nos trabalhos analisados. Neste sentido, a historiografia deve ser tomada aqui não apenas como resultado exclusivo dos trabalhos de historiadores como também de inúmeros autores que assumiram os desafios de escrever História, em que a produção acadêmica na área de História também recebe profissionais de outros campos e práticas do saber como a sociologia, psicologia, geografia, arquitetura, dentre outros. A escrita da História é uma prática, portanto, um exercício que pode e deve ser associado, sempre que possível, à interdisciplinaridade.

Mas, para o presente trabalho, dentre os múltiplos significados que constrói, a palavra historiografia será adotada com maior frequência para designar a escrita da História, principalmente no PPGH-UFPE.

Porém, o objetivo de realizar um estudo da historiografia faz com que não seja possível apreender apenas os inúmeros sentidos desta palavra mas procurar também reconhecer e analisar os elementos que compõem o texto de história, tais como: “(...) *O tema, período e processo histórico abordado, as bases teórico-*

metodológicas que norteiam o trabalho em análise, o contexto social do autor (...)”.(Idem ibidem. p. 112).

Na análise do discurso historiográfico do Programa de Pós-Graduação em História – UFPE, que aqui se propõe, pretende-se considerar a busca dos temas que a historiografia das décadas de 1970, 1980 e 1990 passou a contemplar, como também os principais períodos que esta historiografia privilegiou e, além desta busca, tentar entender as possibilidades de existência destas escolhas, ou seja, dos motivos que levam um historiador a trabalhar um determinado recorte temporal. Trata-se, portanto, de tentar entender o que torna possível o texto historiográfico e de procurar o que nem sempre está evidenciado no texto.

A análise da escrita da História pressupõe a busca de elementos que, nem sempre, se encontram explícitos na obra. Nem sempre a relação do autor com o momento em que ele escreveu sua obra, se encontra evidente. Desse modo, é necessário procurar as teorias em circulação no momento em que ele produziu seu texto, os conceitos e as fundamentações teóricas utilizadas. A análise do discurso historiográfico⁶ pressupõe uma tentativa de compreensão de como o debate historiográfico se situou em um determinado período.

A historiografia, tomada como um objeto de estudo histórico, possui uma historicidade e esta historicidade merece ser analisada.

A importância de uma análise historiográfica que leva em conta os elementos aqui apresentados pode encontrar a sua razão de ser no fato de que aos historiadores compete não somente produzir textos de história mas, também e de maneira sintonizada à presente tese, repensar, urgentemente, a sua própria produção e da

⁶ Acerca da análise do discurso histórico, ver: BANN, Stephen. “Analisando o Discurso da História”. in **As Invenções da História: ensaios sobre a representação do passado**. São Paulo: Editora da UNESP, 1994. pp. 51-86

historiografia como um todo. O texto de história pode e deve ser interrogado, debatido, principalmente, pela comunidade de historiadores.

(...) Talvez seja inevitável constatar que tem sido acanhada a reflexão dos historiadores sobre as mudanças ocorridas no próprio território em que se situam e a partir do qual iluminam retrospectivamente as sociedades. A consequência disso é uma certa perplexidade ou inconsciência diante do fato de que a produção do conhecimento histórico percorre, ela mesma, idêntico circuito de fragmentação e de efemeridade do saber. (FERREIRA (b), 1995, p. 32)

Ou seja: a escrita histórica é produzida na História. Não se deve ocultar a mudança no discurso historiográfico. Ela deve ser divulgada. Seus percursos sinuosos, acompanhados, narrados, apanhados e destacados no fato de que a história é filha do seu tempo:

Se acreditarmos na relação entre história, experiência vivida e historiografia, como elaboração intelectual sobre essa experiência, podemos aceitar o argumento de que as metamorfoses pelas quais passa a historiografia não se devem apenas a seu movimento interno, mas são ditadas, também, pela própria história. Parece ser consenso entre pensadores das mais diferentes áreas que a tragédia nazista e a Segunda Guerra Mundial são fatos definitivos na construção do sentimento coletivo de desencanto com a história, com a humanidade e, sobretudo, com o projeto iluminista. O irracionalismo, a partir do qual emergiram aqueles fatos, destruiu certezas e desorganizou referenciais estabelecidos. A segunda metade do século é marcada por uma tensão entre o conforto das respostas racionais e a angústia provocada pela desconfiança em seus postulados, ameaçados pelos sobressaltos da história, caldo cultural ideal para a emergência dos novos experimentos existenciais e políticos. (D'ALESSIO, 1998, p. 15)

A História é produto das inquietações de uma época. O século XX foi terreno fértil para os questionamentos em torno da idéia de ciência e o debate teórico tornou-se acentuado. Nos encontros de área e nas publicações, durante a década de 1990, emergiu uma expressão que se tornou comum: crise de paradigmas. Estou falando da crise de referências que se abateu sob a História e os demais campos de saber, principalmente, no início da década de 1990.

Desse modo, o próprio debate acerca do conhecimento histórico pode ser relacionado com o momento atual. O que significa dizer que a existência deste trabalho pode ser ligada ao fato de, nos últimos anos, os historiadores terem se preocupado um pouco mais com a sua produção. A década de 1990, diante da crise dos diferentes conceitos, até então, considerados inabaláveis, como o de ciência, pode ser caracterizada como um período de consolidação da discussão em torno do conhecimento histórico.

Naquele momento, as reflexões em torno do saber histórico contemplavam, de forma intensa, aspectos como crise de paradigmas e ampliação do campo do historiador. Estas reflexões conseguem revelar um pouco das faces historiográficas, ou seja, das formas com que a escrita da história funciona e de como o seu discurso tem sido elaborado e como produz seus significados.

Nessa busca por um sentido, por uma compreensão dos acontecimentos deve-se reconhecer nos discursos produzidos a tentativa de compor tramas intermináveis e, nesta composição, os silêncios são incontáveis. Porque, como qualquer discurso que se constrói, o discurso historiográfico não é diferente. O discurso historiográfico produz sentidos ao mesmo tempo em que constrói silêncios, uma vez que

A história tem a faculdade de levar-nos a países estranhos; ela nos confronta, incessantemente, com singularidades diante das quais nossa reação mais natural é a de não enxergar; longe de constatar que não temos a chave adequada, nem sequer percebemos que há uma fechadura que deve ser aberta.” (VEYNE, 1995, p. 108)

O discurso historiográfico é produtor de silêncios e, como todo discurso, é possuidor de incompletudes, de uma “*incompletude constitutiva*”⁷, que faz parte do dizer. As pesquisas, os diferentes temas sobre os quais os historiadores se debruçam,

⁷ Sobre a idéia da incompletude dos discursos, consultar: ORLANDI, Eni P. **As Formas do Silêncio: nos movimentos dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

não dão conta da totalidade histórica. A questão não se passa, como diria Paul Veyne, pela inexistência de um método historiográfico que fosse capaz de apreender a totalidade - *“uma chave adequada”* - mas, sim, devido à impossibilidade de se produzir trabalhos que consigam preencher toda uma problemática que um tema suscita, porque não é possível elaborar todas as perguntas para o entendimento de um assunto qualquer, na sua totalidade, ou seja, *“nem sequer percebemos que há uma fechadura que deve ser aberta”*. A dificuldade da prática historiográfica não está na falta de respostas para as perguntas que são formuladas mas, sim, na impossibilidade, em alguns momentos, de formulá-las, visto que o historiador sempre olha os seus objetos de uma determinada perspectiva, porque ele analisa os seus objetos a partir do seu tempo, a partir do presente. Desse modo, a História é sempre uma construção, uma resignificação, uma produção de múltiplos sentidos para os temas e acontecimentos estudados.

Se ao historiador cabe contar histórias, é importante estar atento à sua própria história. É importante estar atento para a história da sua produção e para os mecanismos de que a história se utiliza ao produzir suas “verdades”, uma vez que as próprias regras que a epistemologia histórica cria, também são passageiras porque se encontram presas às temporalidades. A epistemologia histórica passa pelo campo da definição e redefinição constante que, ao meu ver, não deve ser interpretada como algo negativo. Muito pelo contrário, essa relação – definição / redefinição - deve ser entendida como construtora de novos caminhos, de novas pistas, de novas formas para se pensar o saber e a História.

A diferença que compõe a metodologia empregada na escrita histórica aponta para a necessidade de se promover uma reflexão sobre a produção historiográfica.

Cada vez mais se visualiza a necessidade de aprofundar os conhecimentos em torno da historiografia.

A discussão em torno da Teoria e Metodologia da história vem se acentuando desde as últimas décadas do século XX. Nesse período, o conhecimento histórico passou por diferentes questionamentos que, longe de promoverem o encontro de respostas definitivas, estimularam o debate até os dias atuais e impulsionaram a publicação de revistas e livros que discutem os caminhos que tornam possível a emergência do texto histórico.

Porém, apesar do século XX ter sido testemunho da ampliação das discussões em torno da Teoria da história, de uma maneira geral, os trabalhos específicos, voltados, de fato, para a análise historiográfica, ainda são restritos.

Em que pensam os historiadores? A questão parecerá a muitos uma piada pois, ao contrário do que ocorre com os filósofos, não se espera dos historiadores que sejam virtuosos do conceito, nem que elaborem complexas arquiteturas teóricas. Tanto mais que, à exceção de alguns textos híbridos sobre biografia e discurso do método, eles não são dados à auto-análise. É verdade que, desde os anos 60, surgiu o hábito de elaborar, episodicamente, espécies de inventários, conseqüência da expansão sem precedentes que o conhecimento histórico conheceu a partir do fim da última Guerra Mundial. (BOUTIER e JULIA, 1998, p.21)

Houve um momento que, para escrever história, bastaria escolher um evento, documentos que “provassem” a existência do mesmo e pouca ou nenhuma preocupação com a história do próprio texto. Jean Boutier e Dominique Julia estão corretos quando afirmam a dificuldade de análise do pensamento dos historiadores, tendo em vista que algumas propostas teóricas do final do século XIX silenciavam quanto a este pensamento, quando, no auge do cientificismo, o discurso histórico se acentuou como imparcial. Sem dúvida, a escrita da História carregou, durante décadas, a influência deste pensamento e os historiadores, nitidamente, não estiveram muito à

vontade para analisarem as suas produções e, muito menos, para assumirem o papel de leitores, de críticos para analisarem o próprio discurso.

Então, para a questão: como são produzidos os textos de História? É preciso buscar o entendimento dos elementos que influenciam, de maneira consciente e inconsciente, o trabalho do historiador. É necessário entender a produção historiográfica como fruto de uma relação do historiador com o seu objeto, entender a produção historiográfica como uma construção social, perceber que os historiadores produzem textos. É preciso, parafraseando Boutier e Julia (1998, p.21), buscar a resposta para a indagação: o que pensam os historiadores quando escrevem História?

Esta interrogação acerca do debate teórico-metodológico da História no final do século XX e, no Brasil, provoca a emergência de alguns trabalhos sintonizados com a problematização do ofício de historiador, com a escrita da História.

A título de exemplo, pode-se citar o livro de José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego, intitulado *Conversas com Historiadores Brasileiros* (2002), que reuniu entrevistas com Maria Yeda Linhares, Edgar Carone, Emília Viotti da Costa, Boris Fausto, Fernando Novais, Evaldo Cabral de Mello, José Murilo de Carvalho, Maria Odila da Silva Dias, Ciro Flamarion Cardoso, Luiz Felipe de Alencastro, Edgard De Decca, Angela de Castro Gomes, João José Reis, Nicolau Sevecenko e Laura de Mello e Souza.

Neste livro, é possível observar os rumos da pesquisa histórica que esses historiadores empreenderam, ou seja, as abordagens e os percursos temáticos privilegiados. As obras dos historiadores reunidos no citado livro representam parte considerável da historiografia brasileira do século XX e, comumente, constituem pontos de referência para os demais profissionais da História, inclusive os responsáveis pela produção acadêmica em História da UFPE, nos últimos anos.

Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, em 1997, publicaram a coletânea *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Nesta obra, diferentes historiadores brasileiros analisam os *Territórios do Historiador: áreas, fronteiras e dilemas* (Parte I); *Campos de Investigação e Linhas de Pesquisa* (Parte II) e *Modelos Teóricos e Novos Instrumentos metodológicos: alguns exemplos* (Parte III).

Outro exemplo de preocupação, por parte dos historiadores brasileiros, com a produção historiográfica nacional, é a obra organizada por Marcos Cezar de Freitas, em 2001, *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. A análise se deu em torno das seguintes temáticas: *Historiografia brasileira: olhares sobre as fontes* (Parte I) e *Historiografia brasileira: novas fontes para novos olhares* (Parte II).

José Jobson Arruda e José Manuel Tengarrinha propuseram uma análise da *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea* (1999) fazendo com que esta publicação também figure entre as obras dedicadas ao debate historiográfico da década de 1990.

Com vistas a encontrar respostas para questões semelhantes à anteriormente citada – “Em que pensam os historiadores?” – pode-se apontar os trabalhos voltados para uma análise da produção do conhecimento histórico. Desse modo, não posso deixar de mencionar a importância dos trabalhos anteriores aos anos de 1990, precursores deste tipo de análise no Brasil, da autoria de José Honório Rodrigues, José Roberto do Amaral Lapa, Carlos Guilherme Mota e Francisco Iglesias. Essas obras serão, sempre que possível, retomadas nesta tese, uma vez que foram pautadas em um objeto comum a este estudo: a historiografia.

O que estes autores chamaram de análise da produção historiográfica tratava-se da uma busca dos elementos que cercam a produção de um texto histórico bem como um levantamento quantitativo das principais temáticas abordadas. Seus trabalhos

serviram de indexadores da produção historiográfica nacional e guardam ligações com a proposta de Carlos Fico e Ronald Polito, de criação de um *Centro Nacional de Referência Historiográfica*, hoje, consolidado como um grupo de pesquisa do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

Os resultados dos dados colhidos por este Centro foram divulgados nos trabalhos *A História no Brasil (1980-1989). Elementos Para uma avaliação historiográfica.* (1992) e *A História no Brasil (1980-1989). Série Dados.* (1994). Estes volumes traçam um panorama geral da produção historiográfica no Brasil, dedicando um capítulo à pós-graduação em História e os outros momentos para a análise de periódicos e artigos; dos instrumentos de pesquisa; dos congressos e seminários e, dentre outros, das editoras e livros de História.

A Associação Nacional de História (ANPUH) elaborou, em 1995, sob a coordenação de Maria Helena R. Capelato, um levantamento da produção histórica no Brasil, de 1985 a 1994. A publicação foi dividida em 03 volumes e, neles, é possível encontrar os resumos das dissertações e teses defendidas, no período demarcado e nos diferentes Programas de Pós-Graduação em História do país, inclusive no da UFPE.

Os trabalhos citados estão nitidamente associados ao campo da análise historiográfica e, sem dúvida, guardada as devidas diferenças e semelhanças, servem de base para a presente tese. No entanto, é importante frisar que, na análise da produção historiográfica da UFPE que proponho, objetivo combinar elementos próprios das análises da produção historiográfica com aspectos próximos da análise de discurso, em que outros trabalhos, outras metodologias, que, de certo modo, possam ser consideradas pertinentes, serão apropriados na medida em que o texto for sendo construído.

Acredito que a produção do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE é reveladora das mudanças estabelecidas no discurso histórico no Brasil, no final do século XX. A produção historiográfica nacional, desde 1980, tem se centrado nos Programas de Pós-Graduação, sendo que algumas teses e dissertações são publicadas na forma de livros ou são divulgadas em artigos nas revistas especializadas, o que nos permite afirmar a importância dos Programas de Pós-Graduação no Brasil, no que se refere ao exercício da prática historiográfica.

Para a elaboração da presente tese, foram utilizadas, como fontes, **206** dissertações, defendidas entre 1977 e 2000 e **17** teses, defendidas entre 1995 e 2000. Porém, as fontes pesquisadas não estão circunscritas apenas às dissertações e teses. Foi analisada a documentação pertinente à pós-graduação no Brasil e, principalmente, à pós-graduação em História da UFPE, produzida pela CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) como também alguns documentos internos do mencionado programa. Mas, sem dúvida, as dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE compõem o quadro principal das fontes e foram recortadas a partir das defesas, ou seja, como tem sido possível observar, estou propondo a análise das dissertações e teses defendidas entre 1977 e 2000. A periodização, por sua vez, foi definida a partir da data da primeira defesa de dissertação – 1977 – e do meu ingresso no Curso de Doutorado, no ano de 2000.

Para a sistematização do número elevado de dissertações e teses, foi necessário construir uma ficha (em anexo) que acompanhou, continuamente, a pesquisa nas teses e dissertações defendidas e depositadas na Biblioteca do Programa, intitulada Armando Souto Maior, e na Biblioteca Central da UFPE. Ela foi denominada de *ficha para análise historiográfica de dissertações e teses* e, através dela, procurei catalogar os seguintes aspectos das **206** dissertações e **17** teses

estudadas: *autor; título; orientador(a); nº de páginas; nº de capítulos; ano da defesa; nível (mestrado ou doutorado); resumo; palavra-chaves; campo temático / gênero; recortes de tempo e espaços abordados; principais conceitos e autores utilizados; fontes; concepção teórico-metodológica e possíveis citações.*

A análise que se pretende expor destes trabalhos foi centrada na busca pelas teorias da história que influenciaram na confecção dos mesmos como também no destaque dos conceitos e temáticas abordados.

Essas teses e dissertações possuem um primeiro elemento de ligação a ser destacado: o Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Sem dúvida, a existência do programa permite a emergência desse discurso histórico que se pretende analisar. Desse modo, o primeiro momento deste trabalho, denominado ***Singularidades da História: o Programa de Pós-Graduação da UFPE***, encontra-se destinado à análise da inserção do Programa de Pós-Graduação na historiografia nacional procurando contar um pouco da sua História. A idéia principal deste momento da tese é a de narrar o surgimento do Programa, associado a uma discussão acerca da criação dos demais cursos de pós-graduação, bem como a institucionalização do saber acadêmico, com a análise de discursos da CAPES e dos grupos envolvidos na construção das regras de produção do saber.

O segundo momento, intitulado ***Percursos Teóricos da Escrita da História***, está voltado para o estudo das relações das teorias da história com a produção acadêmica do Programa. A partir deste capítulo, as dissertações e teses do PPH estão no centro do estudo. Busca-se observar as diferentes formas de apropriação das teorias da história nos trabalhos pesquisados. A intenção é analisar como as teorias aparecem nas dissertações e teses estudadas. Trata-se de situar a discussão teórica em torno da escrita histórica e as diferentes formas de apropriação desta atividade através dos

tempos. Evidentemente, não se pretende analisar todas as escolas teóricas que influenciam na construção do(s) texto(s) histórico(s) mas fornecer um panorama indicativo do como as teorias da História ressoaram nos textos produzidos.

O terceiro capítulo, intitulado *História: uma Prática, Muitos Artifícios*, corresponde ao momento em que são analisadas as principais temáticas, as periodizações adotadas, os autores citados e os conceitos utilizados pelos historiadores do programa. Esta etapa do trabalho pode ser tomada como ápice da análise, uma vez que, nele, pretende-se realizar um balanço geral dos textos analisados relacionando as escolhas temáticas e os percursos historiográficos em que cada trabalho possa ser localizado.

É importante destacar que, embora o presente trabalho se encontre dividido de maneira em que aspectos como a temática, a teoria e metodologia da história se encontrem expostos, aparentemente, em partes separadas, não é possível, conforme já foi referenciado, separá-los em definitivo. De modo que as dissertações e teses serão citadas exaustivamente, principalmente, no segundo e terceiro capítulos desta tese. A intenção foi a de permitir que as teorias e as escolhas por campos temáticos sejam explicitadas através das próprias fontes – teses e dissertações – trabalhadas, isto é, na medida em que os textos forem convocados a falar, acredito que as teorias, os conceitos e as temáticas também aparecerão.

Diante do exposto, posso, de início, desejar que esta tese esteja intimamente ligada às formas com que se trabalha e se pensa o saber histórico, as formas como se desenvolve o ofício de historiador. Gostaria de, ao trazer à tona uma análise historiográfica, não perder de vista o fato de que, de forma análoga ao meu objeto de estudo, também estou buscando construir um texto de história e, desse modo, devo procurar também inspiração nas múltiplas faces de Clio. Faces que se alteram com o

passar do tempo devido às diversidades e multiplicidades dos pensamentos de seus artífices.

Desse modo, gostaria, também, de conseguir escrever me inspirando e ressaltando a seguinte noção de História presente no pensamento de Michel Foucault e discutida por Gilles Deleuze (1992 p. 119): a *“história (...) nos cerca e nos delimita; não diz o que somos, mas aquilo de que estamos em vias de diferir; não estabelece a nossa identidade, mas a dissipa em proveito do outro que somos.”*

CAPÍTULO I

SINGULARIDADES DA HISTÓRIA: O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPE

1.1. Fragmentos da Historiografia Brasileira

A história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não mude, o presente se modifica; Cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras.

A afirmação acima é do historiador britânico Christopher Hill (1992, p. 32). Nela, ele provoca a constatação de que a visão dos historiadores sobre seus objetos de estudos e sobre o passado pode ser modificada. Com a historiografia brasileira, não tem sido diferente. Ela é tão velha e tão nova quanto o próprio Brasil. Foi reinventada de diferentes maneiras como também passou e passa por diferentes gerações de historiadores.

Desse modo, acredito que, para falar da História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, é necessário analisar, mesmo que com brevidade, o discurso de alguns historiadores representantes de diferentes gerações da historiografia brasileira. Gerações estas, compostas tanto por autores brasileiros quanto por estrangeiros.

A presença de autores estrangeiros, em diferentes momentos da produção historiográfica nacional, foi significativa. O seu começo, desde o Brasil Colônia, foi marcado pela produção dos chamados Cronistas e Viajantes, cujo discurso era baseado em uma apresentação cronológica. No século XIX, essa forma já tradicional de

escrever História no Brasil se manteve. Com a criação, do chamado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a historiografia passou a ter um espaço destinado a sua elaboração que, de certo modo, visava garantir um caráter “oficial” à produção de seus membros.

O IHGB - Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, foi “(...) oficialmente criado em 1827, mas só se efetivou em 1838”, visto como “*verdadeiro templo do passado*” e “*centro espiritual da nacionalidade brasileira*”. O IHGB era formado, basicamente, pela elite política da época e, inclusive, o próprio Imperador D.Pedro II era um de seus componentes. Os membros do Instituto eram devotados “*à recuperação e preservação da memória nacional*”. A maior parte dos trabalhos era voltada para a História do Brasil colônia (nos primeiros 100 anos, cerca de 60%). O Instituto era tido como “*Guardião da Nossa História*” e tinha como objetivo:

Coligir, metodizar e guardar documentos, registrar fatos e nomes com a finalidade última de compor uma história nacional, de elaborar um discurso da história pátria, recriando um passado por meio da solidificação de mitos fundacionais. (ARRUDA e TENGARRINHA. 1999, p. 34)

O discurso produzido pelos membros do IHGB, nos primeiros anos de sua existência, enunciava a preocupação com a construção de uma identidade nacional. O Brasil, através dos textos destes historiadores, passou a ser construído como nação. As suas obras buscavam, no passado, o reconhecimento da nação brasileira, do homem brasileiro, do Estado brasileiro. Isto, diante do fato de que, para os autores, o Brasil, como uma nova nação, constituía a continuação do passado colonial, ou seja, não havia, nas narrativas, a idéia de uma separação ou um corte brusco entre o Estado português e o Estado brasileiro. Até porque a forma com que foi estruturada a sua

independência, permitiu a ênfase na defesa da continuidade e não na busca por mudanças.

Então, ao seguir os parâmetros do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, os historiadores produziam um discurso, inevitavelmente, voltado para o pensamento que objetivava fundar a nação brasileira. Como representante, desta produção inicial do IHGB, posso citar a obra *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagem, sob a influência da escola alemã do naturalista Karl Von Martius e dos estudos históricos de Heinrich Handelmann.

Devido a sua atividade de diplomata, Varnhagem pôde reunir e copiar documentos brasileiros no exterior, o que permitiu a sua obra ser considerada um componente erudito da historiografia brasileira do século XIX, até porque os historiadores do período não possuíam formação específica em História, e nem o poderiam pois a profissionalização da História se deu também no século XIX. Até então, ela não correspondia a uma atividade de especialistas mas, sim e com maior frequência, de autodidatas.

Um passo decisivo havia sido dado na construção da História do Brasil. A pré-história dessa trajetória historiográfica havia-se cumprido. Esse grupo de historiadores eruditos/autodidatas, gestado nas malhas do Instituto, construiu a ossatura básica em torno da qual se daria continuidade à construção da história brasileira, pois demonstrar a existência do Brasil exigia a construção de uma específica formação histórica. (Idem *ibidem*. p. 37)

A geração de historiadores do século XVIII e início do século XIX, portanto, privilegiavam temas relacionados a história política; os considerados “*grandes fatos*”, e as datas tidas como as mais importantes, enquanto os acontecimentos econômicos, religiosos e sociais foram deixados em segundo plano.

Essa característica se manteve durante o Império. Porém, após a proclamação da República, os temas sociais passaram a caracterizar as discussões do mencionado Instituto. Porque, dentre outros fatores, as Revistas do Instituto Histórico passaram a funcionar como divulgadoras das preocupações da elite do período.

Assim, no final do século XIX, surgiu um autor que procurou ensaiar outras formas de produção para a historiografia brasileira, visto que

Um Brasil mais real, mais diverso começa a surgir de suas páginas, na qual a experiência de ter vivido a superação da escravidão e da própria República, permite-lhe uma visão mais aguçada e crítica que não poupa D. Pedro, distingue as migrações e as mudanças advindas da primeira fase da industrialização. O Brasil, gradativamente, deixaria de ser apenas uma história nacional, para se transformar em cultura, civilização. (Idem *ibidem*. p. 38)

Estas idéias faziam parte do pensamento de Capistrano de Abreu. Ele estava dedicado à construção de uma História do Brasil conectada ao mundo. O seu trabalho foi resultado de uma pesquisa em documentos inéditos, o que, de certo modo, provocou uma inovação no discurso historiográfico produzido até então. Ele ampliou sua atenção para o homem comum do interior. Trabalhou com a geografia, a etnografia e a história econômica e social (Idem *ibidem*. p. 39):

Capistrano será um dos iniciadores da corrente do pensamento histórico brasileiro que ‘redescobrirá o Brasil’, valorizando o seu povo, as suas lutas, os seus costumes, a miscigenação, o clima tropical e a natureza brasileira. Atribuirá a este povo a condição de sujeito da sua própria História, que não deveria vir mais de cima e nem de fora, mas dele próprio. O futuro do Brasil torna-se tarefa do povo brasileiro e, para melhor vislumbrá-lo, Capistrano foi pioneiro na procura das identidades do povo brasileiro, contra o português e o Estado Imperial e as elites luso-brasileiras. (REIS, 2002, p. 95)

A identidade nacional requerida pelo discurso fundador e defendida por Varnhagem, se faz presente nos trabalhos de Capistrano. No entanto, não se trata mais de exaltar o Estado português como o principal responsável pela construção desta

identidade mas, sim, o próprio povo brasileiro. Para Fernando Novais, citado por Arruda e Tengarrinha (p.39), Capistrano de Abreu “*clareou o caminho para o nascimento da moderna historiografia brasileira, nos anos 30*”. E, desse modo, semeou as bases para o surgimento, neste período, de uma nova geração de intelectuais como: Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior.

Sérgio Buarque de Holanda, autor de *Raízes do Brasil* (1936); *Monções* (1945); *Caminhos e Fronteiras* (1957) e *Visão do Paraíso* (1959), promoveu mudanças significativas na historiografia brasileira, tomando por base o conceito de cultura na construção dos seus textos.

Com Sérgio o conceito de cultura procura abarcar uma gama significativamente maior de espaços, dando nova inteligibilidade ao processo histórico: a vida material, o cotidiano, as mentalidades, as práticas e usos populares e também as mais altas manifestações do espírito humano se combinam e se relacionam dialeticamente com a sociedade. (SOUZA in FREITAS, 2003, p. 29)

Apesar da importância dos trabalhos de Holanda, no plano do estudo da cultura, a repercussão de seus trabalhos não se fez sentir de imediato, visto que, nos finais dos anos 50, a “*historiografia começava a se caracterizar por trabalhos mais econômicos, gravitando em torno das obras de Caio Prado Jr. e de Celso Furtado*”. (Idem ibidem. p. 28) Só a partir dos anos 70, quando a história da cultura começou a ganhar força, no cenário historiográfico nacional, os trabalhos de Holanda passaram a exercer uma maior influência na produção historiográfica.

Holanda procurava estudar a vida no Brasil no momento da colonização portuguesa. Tratava-se de analisar o sistema de poder político do período e o intercâmbio cultural mantido com os índios após a chegada de Cabral. Ele se preocupava tanto com as condições materiais como também com os mitos, o cotidiano e os costumes (KONDER in FREITAS, 2003, p. 373).

A interpretação do Brasil de S. B. de Holanda tem raízes no pensamento alemão moderno, que ressalta o particular, o único, a especificidade temporal de cada realidade histórica. Estava interessado em conhecer o Brasil em sua singularidade. Embora usasse uma teoria importada, ela a usava de forma original e criativa. (...) Ele procurará destacar, através da comparação, da criação de tipos ideais, os traços peculiares do Brasil, reconstituirá aspectos do processo de formação da sociedade e da mentalidade dos brasileiros em suas mudanças, em seu devir, libertando-se de esquemas teóricos e preconceitos. (REIS, 2002, p. 119)

Max Weber é um representante deste chamado pensamento alemão moderno e influenciou os livros de Holanda, principalmente, a partir do intitulado *Raízes do Brasil*, em que foram adotados conceitos como o de *tipo ideal*.

No entanto, é importante frisar que a abordagem culturalista de Holanda também encontrou inspiração nos trabalhos de Gilberto Freyre. É possível sugerir a idéia de que houve um diálogo de Freyre com Holanda, no sentido de que o primeiro procurou pensar o Brasil do Nordeste açucareiro e o segundo, o Brasil do Sul, do Sudeste, enfim, o Brasil de São Paulo.

Gilberto Freyre foi autor de *Casa Grande e Senzala* (1933); *Sobrados e Mucambos* (1936); *Nordeste* (1937); *Ordem e Progresso* (1959) e optou por uma abordagem interdisciplinar que recebia forte influência da antropologia cultural norte-americana (Franz Boas). Em *Casa Grande e Senzala*,

Freyre é um autor criativo, sensível ao cheiro, à cor, ao ruído, ao amor e ao ódio, ao riso e ao choro. O passado colonial brasileiro é percebido com o seu cheiro e prazer de viver. Ele penetrou no seu tecido social e expressou o inconsciente da vida coletiva, a sua cotidianidade afetiva. (REIS, 2002, p. 52)

Face aos trabalhos das gerações anteriores a 1930, a obra de Freyre foi elaborada a partir de uma inovação documental, temática e metodológica. Ele trabalhou com anúncios de jornais, livros de receitas, cantigas de roda, diários e correspondências familiares, escritos dos viajantes estrangeiros, fotografias e “*toda a*

tradição oral multiplicando os ‘suportes culturais’ à disposição do historiador”.

(SOUZA in FREITAS, 2003, p. 20)

Gilberto Freyre foi pioneiro, no Brasil, nas análises sobre a infância, a velhice, as festas, a família, o amor, o sexo, a morte, a comida, a natureza e a paisagem.

Abordagem renovadora em todos os sentidos, apoiava-se numa mescla heterogênea de referências intelectuais, com visível ancoragem na sociologia e na antropologia de inspiração norte-americana que trazia para a compreensão do Brasil um caldo de leituras até então inusitadas entre nós. Faz uma análise verticalizada da sociedade patriarcal brasileira, vendo-a por dentro na sua intimidade da casa e do trabalho, da vida cotidiana, das relações sociais, raciais e sexuais, o mundo criado pela interação de portugueses, negros e índios. (ARRUDA, TENGARRINHA. op. cit. p. 43)

Na atualidade, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre correspondem aos autores que, sem dúvida, já podem ser denominados de clássicos da historiografia nacional, não sendo possível se tornar historiador no Brasil sem o conhecimento dos seus trabalhos.

Outro autor, também considerado um clássico da historiografia nacional, é Caio Prado Júnior. Suas obras *Evolução Política do Brasil* (1933); *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1959), correspondem a leitura “obrigatória” dos estudiosos da História do Brasil:

(...) Sua ‘redescoberta do Brasil’ foi mais radical do que a de G. Freyre e a de S. B. de Holanda, nos anos de 1930. Para os historiadores brasileiros, sua importância tornou-se tão considerável que há em torno dele algo mais do que respeito intelectual, mas alguma idolatria, alguma paixão, que talvez ele próprio recusasse. Alguns se embaraçam emocionalmente ao abordar os seus textos, o que dificulta a análise; outros reivindicam maior proximidade e associação com o seu nome, para ficar sob o seu manto sagrado. É como se ele fosse intocável, protegido de uma análise mais contundente. Representaria o *bem*, ao lado de S. B. de Holanda, contra o *mal*, representado por G. Freyre, na análise comparativa feita sobretudo pelos historiadores paulistas. (REIS, 2002, p. 175).

A influência do pensamento marxista, a ser percorrido através das dissertações e teses no próximo capítulo, esteve presente na obra de Caio Prado Jr. e fez com que o seu trabalho estivesse voltado para uma História Econômica do Brasil e não para a perspectiva culturalista de Freyre:

Sua metodologia baseia-se numa leitura livre do marxismo. Ele abandona a busca do “caráter nacional”, a abordagem culturalista, para analisar a evolução política do país à luz das condições econômicas e sociais das lutas de classe e das contradições geradas pelo processo histórico. Nesse sentido Caio Prado Jr. representa uma ruptura com a historiografia anterior e antecipa muito do que foi produzido no Brasil nos trinta anos que se seguiram à publicação de suas obras. (COSTA in MORAES e REGO, 2002, p 78).

Este seu pensamento teve muita evidência no cenário historiográfico nacional e, cada vez mais, pôde-se observar o surgimento de trabalhos que tomavam a postura freyriana como tradicionalista e avessa à transformação social defendida por marxistas como Caio Prado. “*Caio Prado Jr. alinhava-se com o pensamento militante, para o que o saber se define e justifica como ferramenta para transformar a sociedade.*” (MICELI in FREITAS, 2003, p. 259)

Comungando deste pensamento, ou dessa paixão revolucionária, pode-se citar Nelson Werneck Sodré que, apesar da tese fortemente criticada de que o Brasil era feudal, elaborou uma obra “pioneira” no tratamento do marxismo no Brasil. Era um teórico da chamada “revolução brasileira” também defendida pelo Partido Comunista Brasileiro dos anos de 1950. A idéia de revolução configurou-se como ponto crucial do pensamento de diferentes intelectuais das gerações dos anos 50 e 60 no Brasil, uma vez que tomavam a mudança no país como algo de caráter urgente:

(...) PCB/Sodré e Caio Prado discutirão a História do Brasil dominados pela paixão. Entre eles, separando-os teoricamente e unindo-os na paixão, a derrota de 1964. Os historiadores marxistas posteriores, tão apaixonados quanto eles, porém mais distanciados do sonho e do pesadelo, saberão distinguir a esfera da análise. O

‘marxismo universitário’, sobretudo na USP, foi um instrumento de análise do Brasil de valor inestimável. (REIS, 2002, p. 172)

Ainda tratando das formas de apropriação dessa paixão pela transformação, entre os teóricos marxistas de gerações diferentes, José Carlos Reis prossegue:

(...) A escola sociológica da USP foi um centro de discussão marxista da realidade brasileira importante. Um grupo interdisciplinar, pioneiro, de intelectuais independentes do PCB, constituído por pesquisadores e professores universitários – F. Fernandes, F. H. Cardoso, J. A. Giannotti, O. Ianni, P. Singer, F. Novaes, F. Weffort e outros – leram Marx e O Capital de forma mais teórica e menos imediatista. Depois, nos anos de 1970-80, Ciro Cardoso, R. Schwarz, M. Löwy, C. N. Coutinho, L. W. Viana, P. S. Pinheiro, L. Konder e até J. Gorender seguirão essa linha mais teórica, de uma análise histórica temperada pela paixão, mas diferenciada dela, não dominada por ela. (Idem *ibidem*.)

Apenas tratando dos defensores do marxismo dos anos de 1950 aos de 1980, é visível a expressiva quantidade de autores. Quantidade esta que extrapola os limites e os interesses da presente tese que, neste primeiro momento, objetiva apenas anunciar a existência do que se pode considerar riqueza e multiplicidade da historiografia nacional e de suas gerações, mas sem proceder a uma crítica profunda dos autores e das obras mencionadas. Até porque, de maneira concomitante às produções mencionadas, outros enfoques foram construídos:

(...) Novos perfis foram delineados nos anos 50. Perfilhando os labirintos da política, Raimundo Faoro escreveu, em 1958, “Os Donos do Poder”, Celso Furtado estruturou um novo quadro da nossa história econômica, diferente de Roberto Simonsen ou Caio Prado Jr., objetivando o desenvolvimento econômico do país, no seu estudo “Formação econômica do Brasil” de 1959. (ARRUDA, TENGARRINHA. *op. cit*, p. 53)

Embora a historiografia nacional seja expressiva, ou seja, tanto no que se refere à quantidade quanto à multiplicidade de olhares, a minha proposta de destacar representantes de gerações de historiadores no Brasil poderia se ater apenas a força de

nomes como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Gilberto Freyre, para, em momento posterior, destacar a presença destes e outros autores, referenciados nas citações ou não, como Celso Furtado e Raimundo Faoro, nas dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação.

No entanto, considero importante ultrapassar este limite de três autores clássicos porque acredito que, na atualidade, a historiografia brasileira não possui um embate que possa ser dividido apenas entre os “progressistas” e “não progressistas”. Porque as obras não estão sendo mais encaradas como positivas ou do lado do “bem” apenas se enunciarem um compromisso explícito com a luta pela mudança da sociedade brasileira e, inclusive, Gilberto Freyre passou a ser observado sobre outros ângulos, que não o maniqueísmo – bem e mal –, ocorrendo uma certa inversão de papéis entre a sua influência e a de autores como Caio Prado Júnior na formação dos novos historiadores.

Desse modo, José Murilo de Carvalho, ao ser questionado quanto a inversão que vem ocorrendo nos últimos anos, com relação a Gilberto Freyre passar a ser revisitado e ser visto com outros olhares, enquanto Caio Prado Jr. encontra-se relegado ou quase no esquecimento como tem sido possível observar e, de forma diferenciada aos anos 60, quando as obras de Freyre foram quase banidas e as de Prado tomadas como modelos para boa parte dos historiadores, afirmou:

Freyre está sendo reabilitado, assim como em menor grau, alguém muito mais conservador que ele, Oliveira Viana. Ainda indico Caio Prado para meus alunos de graduação, mas sem dúvida ele já teve melhor aceitação. Porque a retomada de Freyre? Cito duas razões. A primeira tem a ver com a volta da democracia. Não há mais necessidade de cobrar correção política de todo mundo. O conservadorismo político de um autor não precisa mais torná-lo maldito, contaminar toda a sua obra. A segunda tem a ver com a natureza da obra. Freyre, embora politicamente conservador, foi um grande inovador em matéria de temas, métodos e estilo. (...) Caio Prado Jr., por seu lado, pagou o preço da perda de prestígio da historiografia marxista e da própria História Econômica, diante do

ataque avassalador da História Cultural. (CARVALHO in MORAES e REGO, 2002, p 179/180).

Do exposto, algumas questões se anunciam para o presente trabalho: a História Cultural encontra-se num período de ascensão e a historiografia voltada para a História Econômica, de enfoque marxista, está em crise? Isto seria o óbvio? Será que para a geração de historiadores dos anos de 1970 a 1990, do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, o quadro é semelhante?

Apesar deste não ser o momento proposto nesta tese para construir algumas respostas específicas acerca da produção acadêmica aqui estudada, acredito ser importante citar alguns trabalhos de veiculação nacional vinculados a este campo temático da História Cultural e de temas que guardam proximidades com esta área como a História das mentalidades, História do cotidiano, enfim, alguns trabalhos e autores próximos das mudanças verificadas nas últimas décadas tanto do ponto de vista temático como no aspecto da diversificação de fontes.

Desse modo, a título de exemplo, posso fazer referência aos trabalhos, da década de 1980, de Nicolau Sevcenko: *Literatura como Missão* (1983); Maria Odila da Silva Dias: *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX* (1984); Sidney Chalhoub: *Trabalho, Lar e Botequim* (1986); Margarth Rago: *Do Cabaré ao Lar* (1985); Laura de Mello e Souza: *O Diabo e Terra de Santa Cruz* (1986) e Ronaldo Vainfas: *Trópico dos Pecados* (1989), *História e Sexualidade no Brasil* (1986).

A inovação da historiografia nacional não se prende, evidentemente, apenas a estes trabalhos. Há que se destacar também, outros tantos dos historiadores acima citados como também os trabalhos de Mary Del Priore, Maria Stella Brescianni, José Murilo de Carvalho, dentre outros a serem debatidos na medida em que as dissertações e teses do PPGH-UFPE, principais fontes de pesquisa da presente tese, forem ajudando

na construção do presente texto, com destaque aos momentos em que os trabalhos importantes da historiografia brasileira forem aludidos.

1.2. As Universidades e as Pós-graduações

A viagem entre as páginas das dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco exige disposição para ultrapassar os limites dos caminhos específicos que cada historiador costuma assumir. Mas, em primeiro lugar, é necessário reconhecer esses lugares de institucionalização do discurso historiográfico no Brasil e, principalmente, o lugar de institucionalização do discurso que aqui se pretende analisar: as universidades. Mas, especificamente, os programas de pós-graduação a elas vinculados.

A visibilidade que se pode obter da produção acadêmica, é condicionada a um olhar sobre a formação do(s) Programas e de Pós-Graduação das universidades no país.

Desse modo, devo ressaltar que, em meados da década de 1930, foram criadas a já mencionada, Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Distrito Federal (1935) e, com elas, uma “*nova vertente interpretativa do Brasil começava a se gestar (...)*”. Apesar da permanência dos autodidatas/eruditos, inaugurou-se a fase dos “*historiadores de profissão, incorporando os sociólogos, antropólogos, geógrafos e economistas*”. (ARRUDA e TENGARRINHA. op. cit. pp. 48/49).

A criação da Universidade de São Paulo, em 1934, trouxe uma maior influência francesa no discurso historiográfico brasileiro devido à presença de professores estrangeiros no país, principalmente franceses, a exemplo de historiadores

como: Fernand Braudel, Émile Coornaert, Jean Gagé, Émile Leonard e Charles Morazé.

Até os anos 60, os núcleos universitários de estudos históricos trabalhavam de forma isolada – os historiadores só tomavam conhecimento do que estava sendo produzido devido à circulação da Revista de História, mas esta divulgava, basicamente, a produção universitária da Universidade de São Paulo. (LAPA, 1985, pp. 34-35)

Também nos anos 60, ocorreu a estruturação e organização articulada dos estudos históricos com a criação de cursos de graduação em história no interior de São Paulo, que, necessariamente, não estavam vinculados à USP e, em 1961, ocorreu a primeira tentativa de uma articulação maior acerca da produção acadêmica de História e, especificamente, do ensino de História, através do *I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior* e da criação da *Associação de Professores Universitários de História (ANPUH)* (Id. *ibid.* p. 36). Naquele momento, 1961, não apenas a produção do conhecimento histórico se deslocou de uma única instituição como também ocorreu uma articulação entre os professores de História das diferentes universidades do país, a partir dos Simpósios Nacionais realizados pela ANPUH e suas publicações.

A partir da década de 1970, a Pós-graduação em História começou a se organizar. Os cursos foram criados nas universidades já consolidadas como a USP (1971); UFF (1971); PUC-SP (1972); UFPR (1972); PUC-RS (1973); UFPE (1974); UFGO (1974); UFSC (1975); UNB (1976); UNICAMP (1976); UNESP-SP (1980) e UFRJ (1980). (LAPA, *op. cit.*, p. 41)

A emergência destes cursos de pós-graduação ajudou na construção da produção historiográfica do Brasil e os diferentes programas em História podem ser

tomados, como sinalizadores de novos caminhos para o exercício da profissão de historiador no Brasil. A pós-graduação em História, portanto, ajudou a estruturar a profissão de historiador, em que as inovações teórico-metodológicas das novas gerações de profissionais oriundos destes programas, cada vez mais, se tornaram latentes. Por exemplo, no final dos anos de 1970, entraram em cena as leituras acerca das Classes Sociais, do Movimento Operário, das condições de vida e do cotidiano do operariado.

A partir dos anos de 1980, novos objetos de pesquisa como, lazer, costumes, emoções, religiosidade, o saber, dentre outros passaram a ser privilegiados nos discursos historiográficos das pós-graduações. A emergência da História do **cotidiano** impulsionava análises acerca dos trabalhadores, das mulheres e outros sujeitos como escravos, índios, judeus, homossexuais.

O surgimento da pós-graduação em História da UFPE encontra-se ligado ao debate da historiografia nacional da segunda metade do século XX. Este debate, através da crise ampla de caráter paradigmático, possibilitou a apropriação, pela historiografia brasileira, das obras de historiadores como E. P. Thompson e de pensadores como Michel Foucault. O primeiro voltado para a construção de uma História Social e o segundo, influenciando trabalhos que discutiam a sexualidade, os micro-poderes, o poder disciplinar e os discursos.

O Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, criado nos anos de 1970, mas efetivamente estruturado nos anos de 1980, também tem sido organizado através da influência dos historiadores e pensadores de diferentes gerações o que, sem dúvida, provocou mudanças nos discursos da História nele produzidos. Onde, novas e antigas temáticas foram apropriadas e serão melhor analisadas nos capítulos subsequentes.

1.3 O Programa de Pós Graduação em História da UFPE

O período que vai de 1977 a 2000, momento que está sendo definido como marco temporal para se observar como foi construída e como vem repercutindo a produção historiográfica do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, no debate acadêmico, pode ser justificado face não apenas às primeiras defesas de dissertações do Programa – 1977 - como também devido ao cenário da historiografia brasileira em geral, naquele momento. O ano de 2000, por sua vez, pode ser tomado como símbolo da necessidade de estabelecer um recorte, uma vez que o número de fontes (dissertações e teses) só tenderiam a aumentar com as constantes defesas e, conforme já foi referenciado, devido ao fato do meu ingresso, no curso de doutoramento, datar daquele ano.

As décadas de 1970, 1980 e 1990, como tem sido possível observar, podem ser analisadas como um tempo de vasta produção historiográfica no Brasil. Esta produção, nos últimos anos, deve ser pensada levando em consideração a participação das Universidades no cenário nacional. De acordo com o que vem sendo explicitado, a produção historiográfica acentuou-se no país devido à implantação das pós-graduações em História desde o início da década de 1970.⁸ No entanto, a afirmação desta produção só viria a acontecer uma década depois:

O fato é que a consolidação dos cursos de pós-graduação em história no Brasil é um fenômeno dos anos 80. Ainda que os mesmos, em sua maioria, tenham sido criados na década anterior, uma avaliação mais detalhada de seu perfil, bem como do montante dos trabalhos realizados naquele período, indicaria o seu caráter incipiente. Instalados os cursos de pós-graduação, seus frutos mais efetivos ficariam para os anos 80, tanto quanto um fluxo mais contínuo e permanente de pesquisas (que também se relaciona com a ampliação

⁸ Para uma melhor apreciação da historiografia brasileira dos anos 1970, é interessante consultar: LAPA, José Roberto do Amaral. **Historiografia brasileira contemporânea: a história em questão**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1981.

do número de bolsas mantidas pelas agências de fomento) e uma definição de perfil institucional um pouco mais precisa. Isto se dá num quadro de ampliação da bibliografia considerada pelos historiadores, com a multiplicação de enfoques teóricos e metodológicos. (FICO e POLITO in MALERBA, 1996, p. 194)

A Universidade, principalmente nas três últimas décadas do século XX, pode ser entendida como o espaço privilegiado para a discussão historiográfica no âmbito dos cursos de pós-graduação como também nas graduações em História, uma vez que, na maioria das vezes, os docentes de ambos os níveis formativos se misturam, quando não são os mesmos, fazendo com que muitas das discussões da pós cheguem até à graduação.

O surgimento do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco corrobora com esta visão aqui enunciada acerca da historiografia nacional mencionada acima:

Em 1970 foi criado o curso de especialização em história, posteriormente, em 1973 [primeira turma 1974], transformado em curso de mestrado em História. (...) A primeira dissertação para obtenção do título de mestre foi defendida em 1977. (Livro do Credenciamento do Curso – Secretaria do Programa, 1979, p. 143)

O surgimento do Programa fez parte do que Carlos Fico e Ronald Polito caracterizaram como sendo o cenário geral da pós no Brasil, ou seja, durante a década de 1970 ocorreu a sua implantação e, por exemplo, no ano de 1977, ocorreram 06 (seis) defesas de dissertações de mestrado no Programa.

O quadro a seguir revela o perfil quantitativo⁹, ano a ano, das defesas das Dissertações de Mestrado e aponta, também, para essa visualização do crescimento da pós-graduação no final do século XX:

⁹ O número de defesas de dissertações, levantadas para o presente trabalho, não representa o valor idêntico aos números divulgados nos bancos de dados da CAPES, uma vez que esta instituição de fomento, soma, ano a ano, as defesas das áreas de concentração do Programa: História do Brasil e Pré-História do Brasil.

QUADRO I
UFPE – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA
NÚMERO DE DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS ENTRE
1977 E 2000
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DO BRASIL

ANO DA DEFESA	Nº DE DISSERTAÇÕES
1977	06
1978	07
1979	01
1980	02
1981	03
1982	05
1983	03
1984	05
1985	07
1986	08
1987	08
1988	24
1989	09
1990	04
1991	07
1992	07
1993	04
1994	09
1995	17
1996	14
1997	15
1998	06
1999	10
2000	25
1977-2000 (total)	206

Fonte: Catálogo das dissertações e teses da Biblioteca Armando Souto Maior, do PPGH-UFPE, mimeo.

É importante salientar que, no ano de 1977, o Curso ainda não havia sido credenciado junto ao Ministério da Educação (MEC). Este credenciamento ocorreria dois anos mais tarde:

O Conselho Federal de Educação, reunido em sessão plena, nesta data [28/08/1979], acolhendo o processo nº 592/79, originário da Câmara de Ensino Superior, 2º Grupo, deliberou por unanimidade, aprovar a conclusão da Câmara, favorável ao credenciamento do curso de Pós-Graduação em História do Brasil, com ênfase em História do Nordeste, ministrado pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. (Livro do Credenciamento do Curso – op. cit. p. 148)

A década de 1970 configurou-se, portanto, como momento de instalação e credenciamento do Curso e a década de 1980, como período de consolidação do mesmo, tendo em vista que o seu próprio credenciamento ocorreu ao final da década de 70 (1979).

Este breve histórico acerca do programa é necessário para situar o momento de produção das Dissertações e Teses aqui analisadas. É importante, porém, destacar que o curso de doutorado foi implantado no ano de 1991 e a sua primeira defesa data de 1995. Do mesmo modo que o Curso de Mestrado, o Doutorado foi sendo consolidado ao longo de uma década, neste caso, a de 1990.

QUADRO II	
UFPE – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA	
NÚMERO DE TESES DEFENDIDAS ENTRE 1995 E 2000	
ANO DA DEFESA	Nº DE TESES
1995	01
1996	01
1997	03
1998	02
1999	06
2000	04
1995-2000 (total)	17

Fonte: Catálogo das dissertações e teses da Biblioteca Armando Souto Maior, do PPGH-UFPE, mimeo.

Na chegada do ano de 2000, o curso já contava com **17** teses defendidas, conforme se pode observar no quadro II.

Este panorama geral e quantitativo apresentado, no meu modo de ver, expõe a importância que o Programa de Pós-Graduação em História – UFPE foi adquirindo. O ano de 1999, com 09 defesas de mestrado e 06 de doutorado, como também o ano de 2000, com 25 defesas no mestrado e 04 de doutorado, chama atenção e aponta para o fato de que ambos os cursos do Programa se encontram consolidados.

Não existe, porém, uma certa regularidade, principalmente no número de dissertações concluídas a cada ano. Ainda com relação ao curso de mestrado, os anos de 1988 e de 2000, com, respectivamente, 24 e 25 trabalhos concluídos, possibilitam a visualização dessa oscilação quantitativa quando comparados com a média de 07 a 10 trabalhos finalizados anualmente.

No entanto, a história do Programa não se restringe ao número de Teses e Dissertações defendidas. É importante registrar que as suas mudanças institucionais se confundem com a história da sua produção, ou seja, não é possível analisar as teses e dissertações defendidas sem um estudo das mudanças de caráter institucional no que se refere à definição das áreas de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular.

1.4 A institucionalização do discurso histórico na academia

As mudanças nos cursos de mestrado e doutorado são movidas também por instituições que ultrapassam as fronteiras das universidades nos quais os cursos se encontram localizados. O curso de mestrado em História da UFPE foi implantado em 1973 e, a partir de 1979, encontrava-se habilitado pelo MEC a garantir o título de mestre ao seu corpo discente. Esta habilitação mencionada corresponde ao movimento, vigente nos dias atuais, de que o reconhecimento dos programas, por parte do

Ministério, atesta a sua qualidade. O reconhecimento institucional é utilizado como propaganda positiva e os cursos credenciados publicam-no nas diferentes apresentações e editais de seleção para futuros pós-graduandos.

A frase: “*Curso Reconhecido pelo MEC*” foi naturalizada. Ela pode ser considerada uma frase corriqueira no âmbito das universidades e não se dá importância às implicações e às formas de sua construção como também para o jogo de poder inscritos nessa formação discursiva e, principalmente, não há o entendimento e atenção para a particularidade de que a política de credenciamento dos cursos também possui uma história:

Antes de 1970, **não havia no país uma política nacional homogeneizadora sobre a titulação acadêmica**. As universidades estabeleciam seus próprios critérios de titulação – pelo menos aquelas que possuíam autonomia para tanto -, conseguindo o reconhecimento da comunidade científica segundo a reputação científica que desfrutavam. (JANOTTI e D’ALESSIO, 1993, p. 62, grifos nossos)

As universidades, desse modo, revelam o seu lado institucional mais forte em que o discurso dos diferentes profissionais e, de maneira específica para o presente trabalho, o discurso do historiador, passa a ser regulado não apenas pelos referenciais teóricos da sua produção como também pelas regras necessárias para a elaboração do que se convencionou chamar de texto acadêmico. A academia e as instituições que a controlam, como o MEC, precisam ser analisadas por este viés da institucionalização dos seus discursos que, além de garantirem a profissionalização dos discentes, funcionam como mecanismos que atribuem ou não valor aos textos produzidos.

O discurso acadêmico precisa ser compreendido como um discurso institucionalizado, ou seja, como detentor de um poder para atestar a validade ou não dos trabalhos, para garantir confiabilidade ao texto histórico. A produção

historiográfica, regulada pelos programas de pós-graduações, é instituída de um reconhecimento imediato, tendo em vista que, para obtenção do título de mestre ou doutor, é necessário considerar o trabalho apresentado digno da tarefa a que se propôs.

Neste jogo de poder que atesta ou não o valor dos trabalhos, existem diferentes critérios que, comumente, são do conhecimento de todos e permeiam os diálogos dos envolvidos nos cursos de pós-graduação do país (docentes, discentes, funcionários das secretarias do curso, etc), tais como: as normas técnicas de organização dos textos e o prazo que as instituições de fomento pré-determinam para a conclusão dos cursos em que, nitidamente, o fator quantitativo possui preponderância sobre os demais.

Os analistas da produção historiográfica no Brasil, na maioria das vezes, também naturalizam estes mecanismos institucionais criados e consolidados nas três últimas décadas do século XX. Eles apreenderam as regras como componentes indispensáveis nas suas avaliações, como caminho válido para a utilização de adjetivos como *melhor* ou *pior* na procura de rotulação dos trabalhos e dos cursos:

Se as perspectivas são animadoras no que diz respeito ao crescimento do número de cursos e de trabalhos, o tempo despendido com a obtenção do título de mestre nos cursos chega a ser desconcertante. (...) O tempo gasto é um visível ponto de estrangulamento nos cursos de pós-graduação. Não foi verificável, inclusive, nenhuma melhora significativa em nenhum dos cursos considerados mas, pelo contrário, um agravamento do problema com o passar dos anos. Apenas a UNB apresenta um comportamento mais razoável com relação ao aspecto do tempo, onde a variação entre o tempo máximo e o tempo mínimo é pequena (de 3 anos e 1 mês a 3 anos e 11 meses). Todos os outros cursos apresentam números mínimos e máximos bem mais distantes, com alguns casos graves. Porém, é cálculo ano a ano do tempo despendido que torna estes dados mais alarmantes. De 1980 a 1989, o que se observou foi o crescimento paulatino do tempo despendido pelos mestrandos, abandonando-se o patamar de 4 anos e 9 meses do princípio por outros geralmente mais altos. A média, portanto, que obtivemos, é alta, indicando cinco anos e oito meses para os anos 80. Os números mais altos pertencem à UFPE, onde foi despendido em média 7 anos para a efetivação de 54 trabalhos

Os elementos destacados por FICO e POLITO (1992, pp. 45-46) foram extraídos do documento *Cadastro geral da produção científica 1980/1989* -MEC SESU - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior - CAPES. A análise produzida chama atenção para o quanto as idéias dos autores, ao realizarem um estudo sobre os cursos de mestrado em História do país, corroboram os mecanismos de avaliação presentes nos documentos por eles pesquisados. O discurso dos autores nitidamente se mescla ao da CAPES e, na medida em que se lê o trecho acima, torna-se difícil estabelecer onde e quando falam Carlos Fico e Ronald Polito ou os dados documentais, ali tomados como reveladores de um quadro *desconcertante, grave e alarmante*.

A menção ao mestrado da UFPE limita-se a uma repetição do que já está naturalizado no documento: o fato de que 07 anos para a conclusão de uma dissertação de mestrado, vale salientar nos anos de 1980, é uma média *alta*. Porém, os números da fonte destacada não apontam para a quantidade de trabalhos datilografados, evidentemente sem as facilidades de correções e recursos do computador doméstico dos anos de 1990, com mais de 200 páginas em média e com uma preocupação bibliográfica e documental de quem parecia estar escrevendo os primeiros textos de História do país inclusive por não haver o dimensionamento do que seria uma dissertação de mestrado. Os números, citados por Fico e Polito, não falam destes aspectos porque, provavelmente, e não seria possível, a contagem não foi realizada através do manuseio de trabalho a trabalho. Fornecem uma característica importante dos cursos, mas, no meu modo de ver, também chamam atenção para as formas que foram elaborados historicamente os mecanismos institucionais de controle acadêmico dos textos e de seus autores.

Na atualidade, tem sido determinado o período de 02 anos para a elaboração de uma dissertação de mestrado e de 04 anos para a construção de uma tese de doutorado. Mas esta regra, que não se trata aqui de discutir se é correta ou não, tem uma História. Não cabe apenas analisar a produção dos cursos com o mesmo olhar dos Comitês de Avaliação institucionais, é necessário não sacralizar estes discursos. Não sacralizar as regras, mas, sim, perceber as mudanças, tanto nos discursos produzidos no âmbito da academia como também nos das instituições que buscam controlá-la. Porque as universidades e, especificamente para o presente estudo, os cursos de pós-graduação, buscam, comumente, reafirmar os seus rituais e perpetuar as suas tradições.

Dentre as tradições mais comuns, posso destacar o ritual da defesa dos trabalhos, cuja descrição pode ser observada na intensidade das seguintes palavras de G. Duby (1993, p. 63)

Defender uma tese de doutorado em letras consiste em apresentar-se cerimoniosamente diante de cinco ou seis mandarins aboletados num estrado, depositar na pequena mesa à qual nos sentamos dois, três ou até quatro espessos volumes, resumir-lhes brevemente o conteúdo, debaixo de ansiedade, temendo a pergunta que desorientará, manipulando febrilmente na cabeça eventuais respostas que desejaríamos elegantes e sagazes, para em seguida ouvir sucessivamente cada um desses juízes, os quais, saboreando nesse dia sua vingança sobre a juventude transviada, empenham-se em brilhar diante do público à custa do candidato, buscando as falhas de um texto que geralmente leram, temos de reconhecer, atentamente, e que, quando não as encontram, direcionam suas críticas para a «forma» ou as lacunas da bibliografia, e finalmente, ao cabo de uma tarde interminável, numa verdadeira nuvem de cansaço, ouvir-se proclamado doutor e convidar os colegas a beber. Trata-se de um rito de iniciação dos mais cruéis, ao fim do qual o «aprendiz», tendo apresentado sua «obra-prima», é recebido entre os «mestres». Socorro-me deliberadamente do vocabulário das corporações medievais porque seu uso, mais que em qualquer outro, conservou-se nesse meio eminentemente conservador e rotineiro que é a universidade.

A narração acima, sobre uma defesa de tese, sugere que os “*mestres*” não estão dispostos a considerar, com facilidade, o trabalho de seus “*aprendizes*” como

sinônimo imediato da titulação que estes solicitam. O poder de um membro da banca examinadora possui o seu efeito no fato de que o mesmo já não se apresenta como “*jovem transviado*” mas, sim, como intelectual que, ilusoriamente, acredita deter o saber. O ritual das defesas acadêmicas coroa o que as universidades tentam provar há muito tempo: o fato de que são espaços “*exclusivos*” de produção do saber ou, se não o forem produtoras de conhecimento do mais “*alto nível*”.

Concordo com Duby quando ele afirma que as universidades são rotineiras e conservadoras. Porque as instituições existem para conservar, para preservar a ordem pré-estabelecida, para garantir as convenções por elas “institucionalizadas”. A lógica que as dissertações e teses apresentam, é formal. O ritual não está apenas na defesa, ele está no texto. O texto é cerimonioso também. Ele tem um formato básico: introdução, desenvolvimento, considerações finais, referências bibliográficas e, às vezes, anexos. A sua confecção também é ritualística: pesquisa, arquivos, erudição, livros, escolha de autores, seleção de citações, notas e etc.

A apreensão de um “*aprendiz*” diante dos “*mestres*”, descrita anteriormente, me permite afirmar que, além do título de mestre ou doutor, os autores buscam, nos rituais de defesa, o reconhecimento dos seus pares. As regras da produção acadêmica, conhecidas por todos, fazem com que simples colegas sejam “*policiais*” de plantão. Autoridades no que se refere ao veredicto acerca dos trabalhos. Porque mestrandos e doutorandos dependem de consenso, mesmo que momentâneo, para se instituírem, também, autoridades e, desse modo, poderem, um dia, sentar à mesa que é coletiva e também produzir uma vingança ou quebrar o ritual em um dos aspectos citados por Duby: torná-lo um rito de iniciação **menos** cruel.

A vingança e a crueldade citadas por Duby, aqui trabalhadas, transformam o ritual de defesa em um fato que, embora esteja a serviço da tradição e da manutenção

de diferentes regras acadêmicas e, portanto, em alguns momentos, se torne inabalável, precisa ser resignificado. O ritual de defesa também se constitui uma regra que, como todas as outras, estão presas na História e, portanto, são passíveis de mudança. Desse modo, quem sabe, seria possível assumir, no rito de defesa e no âmbito acadêmico, uma das propostas de Ítalo Calvino (1990, pp. 13-41) para este milênio: *a leveza*:

Para enfrentar a precariedade da existência da tribo – a seca, as doenças, os influxos malignos -, o Xamã respondia anulando o peso de seu corpo, **transportando-se em vôo a um outro mundo, a um outro nível de percepção, onde podia encontrar forças capazes de modificar a realidade.** Em séculos e civilizações mais próximos de nós, nas cidades em que a mulher suportava o fardo mais pesado de uma vida de limitações, as bruxas voavam à noite montadas em cabos de vassouras ou em veículos ainda mais leves, como espigas ou palhas de milho. (CALVINO, 2000, pp. 39-40- grifos nossos)

A proposta está em enfrentar o peso com leveza, não lhe negar a existência mas sim transformá-lo através de outros olhares e formas de observação. As regras acadêmicas existem e, felizmente, tem sido possível acompanhar a nova visão dos “*mestres*” sobre si mesmos. Eles estão sendo influenciados pela própria mudança do conceito de saber, pela nova forma com que se olha para a produção do conhecimento e se colocam como eternos aprendizes. Os “*mestres*” têm aprendido, dentre outros aspectos, que o saber se relaciona com o poder¹⁰ mas, nem sempre, deve ser tomado como sinônimo de peso, ou seja, ele pode ser leve na medida em que não for tomado como produtor de verdades eternas.

Desse modo, as regras, que funcionam como amarras, podem ser tomadas de outra maneira e ajudarem no entendimento de que a produção histórica é uma construção. As regras acadêmicas fazem parte do conjunto de discursos que organiza o discurso histórico e que garante as possibilidades de existência do mesmo. Quando falo

¹⁰ Michel Foucault apontou, nos seus trabalhos, a relação intrínseca entre poder e saber. Sobre o assunto, consultar: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. p. 30.

dessas regras, não estou propondo aqui aboli-las. Mas, sim, ao reconhecer a existência das mesmas, demonstrar a efemeridade que as cerca, uma vez que, apesar de se encontrarem institucionalizadas, nitidamente possuem uma história, uma trajetória que viabiliza a posição acadêmica atual das regras e dos rituais. Sem um discurso regulador, institucionalizado, seria difícil analisar a produção acadêmica dos historiadores. Não seria fácil mapear o surgimento dos diferentes temas e objetos de estudo, seria impossível rastrear os momentos que garantiram visibilidade aos textos acadêmicos. Porque é importante elaborar uma análise do discurso acadêmico e, especificamente, do discurso historiográfico, procurando observar

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa ‘dizer alguma coisa’ e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação - essas condições, como se vê, são numerosas e importantes. Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. Mas esta dificuldade não é apenas negativa; não se deve associá-la a um obstáculo cujo poder seria, exclusivamente, de cegar, perturbar, impedir a descoberta, mascarar a pureza da evidência ou a obstinação muda das próprias coisas; o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações.” (FOUCAULT, 1995, p. 51)

Segundo Foucault, existem “*condições positivas de um feixe complexo de relações*”, isto é, o discurso e, de maior importância para este trabalho, o discurso da escrita da História, é cercado de condições positivas que lhe dão forma. As regras e a institucionalização acadêmica são positivas, permitem observar a construção deste

discurso, analisá-lo, reconhecer os diferentes significados que produz em diferentes épocas.

Analisar as teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em História – UFPE requer uma preocupação constante com o momento em que os trabalhos foram produzidos, porque

A produção acadêmica se constitui em um campo particular da historiografia à medida que cria seus próprios padrões temáticos, discursivos, teóricos, metodológicos e críticos. Encontra-se respaldada em instituições reconhecidas pela sociedade e pelo Estado como detentoras de saber, tendo assim as universidades conquistado hegemonia, embora não exclusividade, enquanto lugar de produção do conhecimento histórico. (JANOTTI e D’ALESSIO, op. cit. pp. 59-60)

Esta hegemonia das universidades consolidou o conhecimento histórico nelas produzido. Com a profissionalização do saber histórico no século XIX, o texto histórico, cada vez mais, tornou-se um discurso que buscava requisitos da ciência para se efetivar. Com a emergência do grupo dos *Annales*, a tendência foi a de procurar consolidar a História como uma ciência em construção, em disputa constante com o pensamento positivista. As universidades, no Brasil, assumiram a história como uma prática de especialistas que, como tal, necessita de uma formação acadêmica, tendo em vista que se pode estabelecer que, na segunda metade do século XX, as universidades buscaram elaborar um discurso historiográfico que buscava fazer frente à produção de momentos anteriores, principalmente, a que fora produzida pelos Institutos Históricos e Geográficos no Brasil.

O discurso historiográfico acadêmico se colocava como menos tradicional que as demais instituições como os Institutos Históricos e Geográficos, já referenciados, espalhados no Brasil e que possuíam, na sua maioria, trabalhos elaborados por autodidatas. Esses trabalhos foram analisados em diferentes pesquisas como

conservadores, o que possibilitou à construção de um discurso que afirmava os historiadores “*formados*” como produtores de um conhecimento histórico crítico, principalmente a partir dos anos de 1970, devido à influência do pensamento marxista e dos *Annales* nessa produção. O discurso historiográfico acadêmico/universitário passou a ser tomado como o outro lado da tradição, como o oposto dos IHG, como o lugar da inovação e da profissionalização do historiador.¹¹

Mas diferentes analistas não destacaram o fato de que as academias são tão institucionais quanto os chamados Institutos Históricos e Geográficos. O discurso histórico produzido nas universidades é diferente, as regras de produção também são, mas o avanço, se assim for possível considerar, está no olhar que as graduações e pós-graduações lançam para a História e não na falta de amarras institucionais para a sua produção. O avanço das universidades, diante dos autodidatas, está, ainda, no que Laura de Mello e Souza . (MORAIS e REGO, 2002, p. 371) denominou de democratização do saber histórico:

É óbvio que o fato de cursar História não torna ninguém um historiador, mas certamente prepara para o ofício e, sobretudo, democratiza a sua via de acesso, antes restrita às elites. Não é à toa que alguns dos grandes historiadores brasileiros são diplomatas, originários das classes dominantes e dotados de um preparo que a maior parte da população jamais sonharia ter: Varnhagen, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Evaldo Cabral de Mello. Há má-fé e reacionarismo na afirmação de que a Universidade embota a criatividade, pois sugere que o talento é inato, quase um dom divino. A universidade pública e gratuita (...) democratiza o conhecimento. (...) A função humanizadora e civilizadora da universidade pública e gratuita é indiscutível, e portanto considero que, no mundo de hoje, com a atrofia do espaço público, a hipervalorização do individualismo, a pulverização do conhecimento, a universidade se torna ainda mais importante, inclusive para formar historiadores profissionais.

¹¹ A profissionalização do historiador vem sendo discutida desde a fundação da Associação Nacional de História – ANPUH e possui, em sua defesa, um Projeto de Lei para viabilizar a regulamentação da profissão de historiador no Brasil. Projeto este que não conseguiu ser aprovado e os motivos, da não aprovação, carecem de maiores questionamentos, por parte dos historiadores.

A Universidade, concordo, trouxe para o conhecimento histórico no Brasil uma importância ímpar. Ela criou as possibilidades de produção de textos históricos antes nunca imaginados. Os cursos de pós-graduação em História, por sua vez, consolidam uma produção acadêmica muito significativa no que se refere ao quadro mais amplo da historiografia nacional. Porque a produção histórica nacional deparou-se, nas duas últimas décadas do século XX, com um movimento duplo que veio a atestar a qualidade e o acréscimo no número dos trabalhos, ou seja, a pós-graduação, de uma maneira geral, favorece a uma melhor qualificação dos profissionais, ao mesmo tempo em que se vive uma ampliação, de âmbito internacional, dos interesses, das temáticas e das formas de se abordar a História.

1.5 Signos de uma História acadêmica: áreas de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular.

Conforme já foi anunciado, acredito ser impossível analisar o discurso histórico veiculado pela produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História – UFPE sem uma narrativa da história deste mesmo Programa, tendo em vista que concordo com o fato de que a temática e a fundamentação teórico-metodológica de uma tese ou dissertação são produtos, também, das linhas de pesquisa, da área de concentração e da estrutura curricular do Programa, bem como as dissertações e teses são impulsionadoras de mudanças nestes elementos que constituem a espinha dorsal dos cursos.

As instituições de fomento, comumente, solicitam definições rígidas que, para os diferentes cursos de pós-graduação em História, em diversos momentos, tem sido

impossível realizar. Desse modo é importante visualizar a seguinte observação presente em um relatório da UNESP, do ano de 1988, e publicada por Carlos Fico e Polito. (op. cit. p. 36).

‘Nossa dificuldade está em aplicar a Ciências desse tipo <História> esquemas rígidos produzidos com felicidade para outras áreas do conhecimento. Toda vez que há necessidade de traçar contornos definidos haverá um grande mal estar entre os historiadores. (...) Aquilo que para as ciências exatas, da vida ou das técnicas pode parecer lógico e eficaz, para as humanidades, em particular para a História, perde o seu significado. A delimitação rígida de uma área ou a definição exata de uma linha de pesquisa, para as humanidades, pode não ter o mesmo significado naquilo que se realiza em outras áreas.’

Embora os relatores da área de História sejam historiadores, como Francisco Iglesias, no ano de 1988, é possível encontrar afirmações, nos seus relatos, acerca do aspecto confuso com que se encontram explicitadas as diferentes linhas de pesquisa dos programas consultados. (Idem *ibidem*. p. 36) Então, diante dos relatos, principalmente da CAPES, atribuírem “*erros*” ao formato das áreas e das linhas de pesquisa, como também ao próprio interesse temático dos historiadores ser alterado na medida com que se alteram as gerações e emergem novas preocupações, é impossível não buscar perceber as visíveis mudanças por que estes elementos passaram ao longo dos anos.

Desse modo, é importante destacar que o Curso de Mestrado em História da UFPE, no momento do seu credenciamento (1979), foi aprovado tendo área de concentração em História do Brasil, com ênfase em História do Nordeste, mas, nos anos que antecederam o credenciamento 1974-1979, foram criadas múltiplas linhas de pesquisa, conforme se pode observar:

[UFPE – Áreas de Concentração:] **História Econômica e Social do Brasil** (1974); **História da Cultura Brasileira** (1974)

[Linhas de Pesquisa:] História Social de 1870 a 1880 (1974)

Arqueologia do Nordeste (1975)

História Econômica e Social do Nordeste – Período Colonial (1976)

História Econômica Social e Política do Nordeste – Período Colonial

História Econômica, Social e Política do Nordeste: Transição ao Trabalho Livre (1977)

Paleoantropologia do Nordeste (1976-77)

Arqueologia e Pré-História do Nordeste (1977)

A Pintura Rupestre no Nordeste (1977)

A Escravidão no Nordeste na transição do trabalho livre (1978)

O Nordeste na República Velha (1978)

[Área de Concentração:] **História do Brasil** (1979)

[Linha de Pesquisa:] História do Nordeste (FICO e POLITO, 1992, pp.34-35)

É possível observar o quanto, ano a ano, as linhas de pesquisa foram sendo modificadas e, de certo modo, se misturavam com as linhas de pesquisa do que, mais tarde viria a ser definida como uma outra área de concentração: a de Pré-História do Brasil relacionada, principalmente ao campo da Arqueologia.¹² Destaca-se, porém, a ênfase em História do Nordeste, presente nas diferentes linhas que, no final, se consolidaria sem as particularidades de temporalidades (colônia, república, etc) ou de campos temáticos (social, política, econômica) e se tornaria, no ano de 1979, apenas uma linha intitulada, conforme se pode observar, de História do Nordeste.

Do ano de ano de 1989 ao de 1998, as mudanças nas linhas de pesquisa, como também nas áreas de concentração do Programa foram consideráveis, conforme se pode observar na passagem abaixo, com a indicação do ano de implantação das linhas de pesquisa:

Área de Concentração: História do Brasil (1994 Doutorado e Mestrado)

1989 -A Arte e a Cultura no Nordeste nos Séculos XIX e XX

1989 -A Cultura do Brasil Colônia-Nordeste

¹² É importante mencionar que esta outra área de concentração do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, intitulada Pré-História do Brasil e voltada para o conhecimento arqueológico, não se trata, evidentemente, da área de concentração privilegiada e analisada neste trabalho.

1989 - Elites Políticas e Movimentos Sociais no Século XX
 1989 - Memória Popular
 1998 - Poder Político e Movimentos Sociais no Norte-Nordeste
 1999 - Poder Político e Sociedade no Nordeste no Século XIX

Área de Concentração: Pré-História do Brasil (1994 Doutorado e Mestrado)

1989 - Enclaves Regionais da Pré-História
 1989 - Registros Gráficos da Pré-História
 1989 - Sistemas Técnicos da Pré-História

Área de Concentração: Teoria e Metodologia da História (1997 Mestrado)

1998 - Ensino e Metodologia da História
 (CAPES, FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - Memória da Pós-Graduação - Sistema de Avaliação Programa - HISTÓRIA / UFPE (NRD6) - 1998 Síntese e Indicadores, 2001 p. 2)

O quadro, hoje, não é mais o mesmo. Algumas linhas foram desativadas ou condensadas em linhas únicas. No entanto, a palavra Nordeste continua adotada com evidência e é enunciada não apenas nas linhas de pesquisa mas na própria Área de Concentração do Programa, que passou a se chamar *História do Norte e Nordeste do Brasil*. Esta mudança se encontra ligada ao debate que envolveu as instituições de avaliação e fomento como a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - e o Colegiado do Curso ao longo dos anos de 1990, principalmente, no final da década de 1990, quando foram consideráveis as mudanças verificadas no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, conforme se pode acompanhar na discussão que se segue.

No ano de 1997, o Colegiado do Curso solicitou a criação de uma outra área de concentração voltada para a Teoria e Metodologia da História. Naquele momento, esta área de concentração funcionaria, no nível de mestrado, através de um convênio do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco com o Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, que já possuía

um intercâmbio com o programa no que se refere à participação de alguns docentes da UFPB nas atividades de orientação e ensino na pós da UFPE.

A trajetória do programa, nos anos de 1999 e 2000, tentou consolidar esta nova área tanto que, nas seleções daqueles anos, existiam vagas destinadas à área da UFPB e o Programa encontrava-se definido da seguinte forma:

Áreas de Concentração: História do Brasil, Pré-História do Brasil e Teoria e Metodologia da História

Eixos Temáticos:

- 1. Política e Sociedade. Linhas de Pesquisa:** Poder-político e sociedade no Norte-Nordeste; Elites políticas e movimentos sociais.
- 2. História e Cultura. Linhas de Pesquisa:** A cultura do Brasil-Colônia no Nordeste; A cultura artística no Norte-Nordeste no século XIX; Cultura e Memória; Cultura e Cidade.
- 3. Povoamento pré-histórico do Brasil. Linhas de Pesquisa:** Registros gráficos da Pré-História; Enclaves regionais da Pré-História; Sistemas técnicos da Pré-História.
- 4. História e Historiografia. Linhas de Pesquisa:** Teoria e Representações; Historiografia: estudos comparativos.
- 5. História e Educação. Linhas de Pesquisa:** Educação e representações da história; Ensino da História. (Folder de divulgação da seleção do Programa, 1999-2000)

De acordo com a proposta, os eixos temáticos ligados à área de concentração Teoria e Metodologia da História, de número 4 e 5, funcionariam na UFPB (João Pessoa – PB), onde três turmas de mestrado (1999, 2000 e 2001) foram efetivadas. A área de Teoria e Metodologia também funcionava na UFPE (Recife-PE), no nível de Doutorado, e quatro turmas foram concretizadas (1999, 2000, 2001 e 2002). No entanto, na atualidade, desde o ano de 2003, o Programa de Pós-Graduação em História da UFPE não possui mais esta configuração e o convênio com a UFPB se mantém apenas no aspecto de orientação dos pós-graduandos remanescentes da experiência.¹³

¹³ O convênio UFPE-UFPB fez emergir o Curso de Mestrado em História da Universidade Federal da Paraíba, com a primeira turma a ser implantada no primeiro semestre de 2005.

É importante afirmar que a avaliação da CAPES, acerca da criação de uma área em Teoria e Metodologia da História, não foi positiva, o que fundamentou a seguinte intervenção ou esclarecimento, por parte do Colegiado do Curso, no ano de 1999:

Não nos parece assim válida a afirmativa do comitê avaliador (1998) de não considerar oportuna a instalação dessa nova área de concentração, alegando a falta de tradição do Programa na área de Teoria e Metodologia, pois julgamos que é na abertura de novas perspectivas que se faz possível trilhar novos caminhos. **Não é aceitável o princípio de que somente determinados programas de tradicional excelência possuam a capacidade de desenvolverem áreas e projetos no campo da teoria.** O Colegiado do Programa aceitou, porém, alguns questionamentos formulados pela comissão em relação à nova área e julgou que a proposta tinha sido pouco explicitada. Na realidade, a prioridade da proposta é oferecer campo de trabalho em Metodologia do Ensino da História, corrigindo, assim, a escassa preparação de grande número de docentes de História, nas IES regionais, realidade que, infelizmente, é evidente. Fica assim suspenso o item Teoria e a área de concentração passa a ser definida como Metodologia da História, com reformulação, também, das linhas de pesquisa. (FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - Memória da Pós-Graduação - Sistema de Avaliação Programa - HISTÓRIA / UFPE (NRD6) - 1999 Síntese e Indicadores, 2001, p. 4-grifos nossos)

Embora tenha havido a compreensão de que Teoria da História não competia apenas aos programas que teriam maior tradição nesta área, ocorreu a preocupação, por parte do Colegiado, em modificar a proposta inicial, apesar de afirmar que se tratava de explicitação melhor dos interesses do Curso. A modificação anunciada aproximou a nova área das discussões em torno do ensino da história, debate este que já estava inserido no eixo temático de nº 5 da proposta anterior. No meu modo de ver, no jogo desta relação (Comitê da CAPES – Colegiado do Curso), saiu vitorioso o argumento da CAPES, a partir do momento em que a nova proposta formulada procurou limitar a proposta para metodologia do ensino e não manteve a forma anteriormente defendida e ampliada da criação de uma Linha em Teoria e Metodologia da história.

O efeito de verdade foi conquistado pela CAPES, embora o discurso do Colegiado veicule a idéia de que “*não é aceitável*” que apenas algumas instituições do país se “*adequem*” à produção de um saber teórico-metodológico na História. O discurso do Comitê foi vitorioso porque, apesar de os membros do Comitê de Avaliação serem, comumente, pares acadêmicos, ou seja, historiadores e professores de outras instituições de ensino superior, eles obviamente defendiam aspectos e interesses diferentes para o PPGH-UFPE. Vale lembrar que estes profissionais são vinculados a Programas de Pós-Graduação em História e o Sistema de Avaliação – CAPES atrela a distribuição de recursos aos conceitos obtidos pelos mesmos.

Neste momento, gostaria de ressaltar o fato de que as verdades não existem para serem necessariamente aceitas mas, sim, para serem reelaboradas e modificadas, uma vez que, para uma, dentre outras, das verdades em questão, a tese de que não há “*tradição*” teórica nos cursos de mestrado e doutorado em História da UFPE também representa uma construção. Por que a aparente falta de tradição teórica não teria espaço para uma inovação? O texto citado anteriormente possibilita esse questionamento. Ele possibilita, também, perceber as estratégias utilizadas pela CAPES e pelos ditos pares dos Comitês Assessores, como instituição reguladora de verdades no universo acadêmico, para preservar, para garantir a organização dos programas de pós-graduações de acordo com o olhar e o direito já pré-estabelecido de que as instituições de fomento podem e devem determinar o que é e não é permitido nos cursos do Brasil.

No documento intitulado **Memória da Pós-graduação** de 1999, aqui citado, há referência à idéia de que a área de concentração denominada História do Brasil também sofreu uma proposta de alteração por parte do comitê da CAPES. A meta seria a de que a referida área fosse denominada História do Nordeste. A esse respeito, o Colegiado do Curso desenvolveu as seguintes conclusões:

Recentes estudos historiográficos já demonstraram que os temas regionais formam parte da História Nacional como um todo e que a concatenação dos fatos históricos não podem ser encerrados em compartimentos estanques. Por outro lado, um número expressivo de dissertações, teses e pesquisas, desenvolvidos no Programa, não pertencem à "petit histoire" nordestina, pelo contrário são pesquisas articuladas aos grandes temas nacionais. A denominação "História do Nordeste" excluiria, também, a possibilidade de relações de historicidade com a região Norte, além de existirem, no Programa, pesquisas em andamento de amplitude nacional. (...) Em relação à sugestão da comissão de substituir a área de concentração História do Brasil, por História do Nordeste, devemos esclarecer que o Programa tem um número expressivo de alunos da região Norte, inclusive através de convênio-CAPES com a Universidade Federal do Acre. O mesmo acontece na área de concentração em Pré-história, na qual as dissertações e teses são relativas à pesquisas arqueológicas do Norte-Nordeste. Como é do conhecimento da comissão, o conceito de "história regional" está passando por uma revisão de caráter internacional. (FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - Memória da Pós-Graduação - Sistema de Avaliação Programa - HISTÓRIA / UFPE (NRD6) - 1999 Síntese e Indicadores, 2001, p. 4)¹⁴

O Colegiado apresentou, também, a conseqüente sugestão:

As áreas de concentração do Programa ficarão assim constituídas: 1- História do Norte e Nordeste do Brasil; 2- Pré-história do Norte e Nordeste do Brasil 3- Metodologia da História. (FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - Memória da Pós-Graduação - Sistema de Avaliação Programa - HISTÓRIA / UFPE (NRD6) - 1999 Síntese e Indicadores, 2001, p. 4)

Na atualidade, a área de Metodologia da História, que era experimental, foi desativada e o curso está assim organizado:

Áreas de Concentração: História do Norte e Nordeste do Brasil.¹⁵

Linhas de Pesquisa: Poder-político e movimentos sociais e Cultura e Memória (Edital de seleção 2004, p. 1)

¹⁴ É importante destacar que o Programa de Pós-Graduação em História da UFPE mantém convênio institucional com outras universidades além da UFAC – Universidade Federal do Acre-, como no Maranhão e em Tocantins.

¹⁵ A outra área existente tornou-se o mestrado em Arqueologia no ano de 2004.

A evidência em História do Nordeste atravessa a história do Programa, desde o seu credenciamento, em 1979, quando a área foi denominada História do Brasil mas com ênfase em Nordeste. De modo que, na atualidade, a sua área de concentração, para mestrado e doutorado, se chama História do Norte e Nordeste do Brasil. A alteração de História do Brasil para História do Norte e Nordeste exprime o fato de que as regras, evidentemente, são montadas institucionalmente por grupos que atribuem valores e hierarquias às temáticas a serem pesquisadas.

Há menção ao fato de que o conceito de história regional está sendo revisado. No entanto, o comitê da CAPES não destaca essa questão. Ao contrário, o conceito de região é naturalizado e associado a uma divisão meramente político-administrativa sem o reconhecimento da construção histórica que perpassa a mencionada palavra¹⁶:

Uma das características advindas com a criação dos cursos de pós-graduação por todo o país foi o estudo da história regional ou do tipo de história que, sob este nome, vem-se praticando no Brasil. (...) [Mas,] os critérios de escolha dos temas regionais ou locais não têm sido muito sólidos. Muitas vezes tais escolhas parecem decorrer da simples localização do curso de pós-graduação numa dada região. (FICO, 1996, p. 201)

Carlos Guilherme Motta, no prefácio da obra *A História no Brasil (1980-1989)*. Elementos Para uma avaliação historiográfica, de Carlos Fico e Polito (1992), afirmou: “(...) *Preocupantes sobremaneira são as conclusões de que as agências de fomento ‘orientam’ os benditos enfoques regionais, notando os Autores que o ‘regional’ em cada área do conhecimento não é a mesma coisa...*”

De acordo com as citações acima, é necessário uma melhor compreensão do conceito de região por parte das instituições reguladoras da produção acadêmica. Desse

¹⁶ Acerca do conceito de região como uma construção histórica, consultar: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**. São Paulo: Moderna, 1984.

modo, acredito que é urgente desmistificar a idéia de região como natural e consolidar pós-graduações em história que procurem abdicar um pouco destes recortes.

A visualização do conceito de região foi tão explicitamente político-administrativa que o Curso de Pós-graduação em História da UFPE se viu convocado a incluir o “*Norte*” no título da área de concentração temendo que as dissertações e teses acerca, por exemplo, do Acre, não pudessem ser consideradas “*adequadas*” ao programa. Porque, como se sabe, encontra-se institucionalizado o fato de que, posteriormente, o Comitê voltará para construir as rotineiras análises, para procurar determinar os antigos ou possíveis novos rumos do Programa de Pós-Graduação.

Porém, existem alguns aspectos que merecem ser considerados para que se possa finalizar a discussão dos percursos das áreas e temáticas de atuação do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Em primeiro lugar, é interessante observar o quadro abaixo:

QUADRO III BRASIL - PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA		
INSTITUIÇÃO/ PROGRAMA	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	LINHAS DE PESQUISA
Fundação Getúlio Vargas/Rj - FGV/RJ; Profissionalizante	Memória, Acervos e Bens Culturais, Cidadania e Políticas Públicas; História Política do Brasil Republicano.	Não consta detalhamento
Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz	História das Ciências	Não consta detalhamento
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – FUFMS	História, Território e Fronteiras.	Territórios e fronteiras: temporalidades e espacialidades; Fronteiras, identidades e transculturação.
Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI	História do Brasil	Não consta detalhamento
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP	Historia Social	Cultura e Trabalho; Cultura e Cidade e Cultura e Representação.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS	História das Sociedades Ibéricas e Americanas	Sociedade, Economia, Política e Cultura; Relações Internacionais; Imigração, Colonização e Urbanização; Cultura Material, Sociedade e Povoamento.
PUC – Rio de Janeiro	História Social da Cultura	Teoria e Historiografia; História Cultural; História da Arte e da Arquitetura.
Universidade de Brasília – UNB	História Social e das Idéias; História das Relações Internacionais; História: Discurso, Imaginário e Cotidiano	Não consta detalhamento
Universidade de Passo Fundo – UPF	História Regional	Não consta detalhamento
Universidade de São Paulo - USP	História Social História Econômica	Não consta detalhamento
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ	História Política	Política e Sociedade e História das Relações Internacionais.
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	Estudos Históricos Latino-Americanos	Não consta detalhamento
Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho/Assis – UNESP-ASS	História e Sociedade	Não consta detalhamento
Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca - UNESP/FR	História e Cultura	Não consta detalhamento
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Historia da Arte (Apenas Mestrado); Historia Social; Historia Cultural Política, Memória e Cidade	Não consta detalhamento
Universidade Estadual De Maringá – UEM	Política, Movimentos Populacionais e Sociais	Não consta detalhamento
Universidade Federal da Bahia - UFBA	História Social	Não consta detalhamento
Universidade Federal de Goiás – UFG	Memória, Regionalidades e Culturas de Migração (Mestrado) Cultura, Fronteiras e Identidades (Doutorado)	Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração; História, Memória e Imaginários Sociais; Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração.
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	História, Cultura e Poder	Poder, Mercado e Trabalho; Narrativas, Imagens e

		Sociabilidades
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	História, Tradição e Modernidade: Política, Cultura e Trabalho	História Social da Cultura; História e Culturas Políticas e Ciência e Cultura na História
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	História Cultural	Cotidiano e Imaginário Social; Trabalhadores: Experiências, Solidariedades e Conflitos; Migrações, Construções Sócio-Culturais e Meio-Ambiente e Jogos de Linguagens, Cultura e Poder
Universidade Federal De Uberlândia – UFU	História Social	Não consta detalhamento
Universidade Federal do Ceará - UFC	História Social	Não consta detalhamento
Universidade Federal Do Espírito Santo - UFES	História Social das Relações Políticas	Sociedade e Movimentos Políticos e Estado e Políticas Públicas.
Universidade Federal do Pará – UFPA	História Social da Amazônia	Não consta detalhamento
Universidade Federal do Paraná – UFPR	História, Cultura e Sociedade	Não consta detalhamento
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	História Social História Comparada	Sociedade e Cultura, Sociedade e Política e Sociedade e Economia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	História Social	Relações Sociais de Dominação e Resistência ; Relações de Poder Político-Institucionais; Cultura e Representações e Teoria da História e Historiografia
Universidade Federal Fluminense – UFF	História Social	Cultura e sociedade; poder e sociedade; economia e sociedade
Universidade Severino Sombra – USS – Rj	História Social	Não consta detalhamento

Fonte: CAPES. www.capes.gov.br/Scripts/Avaliação/MeDoReconhecido/Area/Programa.asp, acessado em agosto de 2004.

O quadro III provoca, no mínimo, um questionamento: Por que **nenhum** Programa possui uma Área de Concentração denominada História do Sudeste e Sul do Brasil?

Associando o quadro III à discussão que estou construindo, posso também destacar: Quando o recorte é regional (*Fundação Universidade Federal de Mato*

Grosso do Sul – FUFMS: História, Território e Fronteiras; Universidade de Passo Fundo – UPF: História Regional), não há necessidade de explicitação na nomenclatura do espaço político-administrativo que poderá vir a ser referenciado. No entanto, é importante refletir acerca das seguintes palavras:

O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, considerou as recomendações da CAPES e resolveu alterar o recorte para a área de concentração. Ao invés de História do Brasil substituiremos para História do Norte e Nordeste do Brasil, que é o que já praticamos há muito tempo. Registramos um expressivo número de candidatos ao Mestrado e Doutorado da região Norte do País. Como é do conhecimento de todos deste Programa é o único do Norte e Nordeste que oferece o Doutorado. Entretanto, a história do Norte e do Nordeste não pode estar isolada de uma história nacional. Ao contrário, a sua realização dá-se dentro da perspectiva e enfoque da Nação. Concordamos que História do Brasil não é um recorte. História do Norte e Nordeste pode ser, mas é necessária, ainda, uma definição mais precisa sobre áreas de concentração e dentro dessa história geral do Norte e Nordeste, possivelmente deveremos fazer um outro recorte. . (CAPESFUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - Memória da Pós-Graduação - Sistema de Avaliação Programa - HISTÓRIA / UFPE (NRD6) - 1999 Síntese e Indicadores, 2001, p. 5)

Vale ressaltar, na leitura desse documento, que o enfoque de região não contempla leituras mais recentes sobre o que seria História Regional. Soa estranho a forma de percepção de História do Brasil e da História do Norte-Nordeste, uma considerada recorte e outra, não. Esta perspectiva adotada denota uma concepção de formação social circunscrita ao território de um Estado Nacional. Até que ponto esta perspectiva de História Regional não a secundariza e a confunde com regionalismo?

Desse modo, outras questões também podem ser construídas. Diante do fato da área História do Brasil, do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE não ter sido considerada um recorte, por que a mudança se deu pela manutenção do viés da regionalização? Por que as teses e dissertações sobre São Paulo e Rio de Janeiro podem ser consideradas História do Brasil e não quando elas são sobre Pernambuco,

Paraíba, Ceará, Alagoas? Então, qual o conceito de região, hegemônico no Comitê Assessor de História junto à CAPES? Por que os recortes dos demais Programas de Pós-Graduação em História do país possuem recortes temáticos quando o da UFPE é territorial, no sentido físico e político da palavra? ¹⁷ O Programa de Pós-Graduação em História da UFPE só poderia existir para suprir as lacunas historiográficas específicas do Norte e Nordeste? Se assim não fosse, os seus pós graduandos poderiam ou deveriam se locomover para o Sul ou Sudeste do Brasil? E, talvez mais difícil de responder ainda: Por que o Colegiado “*aceitou as recomendações da CAPES*” e decidiu manter a nomenclatura Norte-Nordeste?

Estes questionamentos sugerem a relação de poder estabelecida no interior das instituições e o relacionamento delas entre si. A relação de poder, segundo Foucault, é construída a partir de uma luta, de um jogo que possibilita a construção de verdades ou de efeitos de verdade, tendo em vista que a verdade não possui eternidade. Não são eternas, portanto, as escolhas da pós-graduação em história da UFPE e de outras instituições de ensino superior.

A área de concentração e as linhas temáticas de um determinado programa estão sujeitas à historicidade dos conceitos, das teorias, das relações de poder. O próprio Programa, como tem sido possível observar, possui a sua própria história. Essa História, por sua vez, constrói a sua identidade, direciona o seu perfil, mas também ajuda a desmontá-lo, consolida outras identidades, provoca a construção de outros caminhos. Caminhos da pesquisa, caminhos das estruturas curriculares:

¹⁷ Para os geógrafos, o conceito de território é mais do que um recorte político-administrativo.

QUADRO IV UFPE – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ESTRUTURA CURRICULAR – MESTRADO - 1979		
DISCIPLINA	CARACTERÍSTICA	Nº DE CRÉDITOS
Metodologia da História	Obrigatória	03
Técnicas de Pesquisa Histórica	Obrigatória	03
Historiografia Brasileira	Obrigatória	03
História Econômica e Social do Brasil	Obrigatória	03
História do Nordeste – colônia	Optativa	03
História do Nordeste – Império	Optativa	03
História do Nordeste - República	Optativa	03
Seminário: Ciclo das Revoluções do Nordeste	Optativa	03
História da Arquitetura Brasileira	Optativa	03
História Rural do Brasil	Optativa	03
História das Idéias no Brasil	Optativa	03
Arqueologia Brasileira	Optativa	03
História das Relações Internacionais do Brasil	Optativa	03
Raízes Europeias da Civilização Brasileira	Optativa	03
Economia Brasileira	Optativa	03
História da Cultura Brasileira	Obrigatória	03
Estudo de Problemas Brasileiros	Obrigatória	02
História da Arte Brasileira	Optativa	03
Teoria Política	Optativa	03
Epistemologia Histórica	Optativa	03
Demografia Histórica	Optativa	03
Leituras Paleográficas	Optativa	03
História Econômica e Social das Américas	Optativa	03
Sociologia da Cultura Brasileira	Optativa	03
História do Pensamento Social	Optativa	03
História Americana	Optativa	03

Dados extraídos do relatório para credenciamento, setembro de 1979, anexo I. (livro de credenciamento pp. 146 –147).

Diante do exposto, posso afirmar que, no momento em que o curso de pós-graduação buscou construir uma área de concentração em torno da Teoria da História, provavelmente, não havia “*tradição*” mas, sim, uma história acadêmica que anunciava

esta possibilidade, uma história que se faz presente, por exemplo, na forma com que as estruturas curriculares dos cursos de mestrado e doutorado têm sido organizadas.

QUADRO V UFPE – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ESTRUTURA CURRICULAR – MESTRADO – 1998 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DO NORTE E NORDESTE DO BRASIL		
DISCIPLINA	CARACTERÍSTICA	Nº DE CRÉDITOS
Técnica de Pesquisa Histórica	Obrigatória	04
Metodologia da História	Obrigatória	04
Seminário de Dissertação	Obrigatória	04
Historiografia Brasileira	Eletiva	04
História da Formação Social do Norte –Nordeste	Eletiva	04
História do Norte -Nordeste – colônia	Eletiva	04
História do Norte -Nordeste – Império	Eletiva	04
História do Norte -Nordeste - República	Eletiva	04
História do Estado no Brasil	Eletiva	04
História da Formação Social Brasileira	Eletiva	04
Tópico Especial de Pesquisa Histórica	Eletiva	04
História da Cultura Brasileira	Eletiva	04
Tópico Especial de Teoria	Eletiva	04
História da Arte	Eletiva	04
História da Arquitetura Brasileira	Eletiva	04
História da Arte Brasileira	Eletiva	04
Estágio Docência	Eletiva	02

Dados extraídos da Resolução 03/98 do CCEPE – Pró Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação –UFPE.

A estrutura curricular do curso de mestrado implementada, inicialmente, estava configurada com um certo privilégio para a História do Nordeste (04 disciplinas) mas também apontava para a busca de uma formação dos pós-graduandos na área de Teoria e Metodologia da História, a partir da obrigatoriedade curricular

exigida para disciplinas como Metodologia da História, Técnicas de Pesquisa Histórica e Historiografia Brasileira, como também na proposta das seguintes optativas: História das Idéias no Brasil, Teoria Política, Epistemologia Histórica e História do Pensamento Social.

Na atualidade, a exigência por uma discussão teórico-metodológica se faz presente, inclusive, com a manutenção da obrigatoriedade das disciplinas dessa natureza, tanto, no mestrado como no doutorado, e da(s) História(s) do Nordeste, hoje, do Norte-Nordeste, como optativas.

Algumas mudanças, porém, devem ser destacadas, ao se comparar a estrutura curricular de 1979 com a de 1998. Em primeiro lugar, existe uma mudança quantitativa considerável, ou seja, em 1979, o mestrado ofertava um total 26 disciplinas e, em 1998, o total foi reduzido a 17. Em 1998, portanto, foram excluídas: História Econômica e Social do Brasil; Seminário: Ciclo das Revoluções do Nordeste; História Rural do Brasil; História das Idéias no Brasil; Arqueologia Brasileira; História das Relações Internacionais do Brasil; Demografia Histórica; Epistemologia Histórica; Teoria Política; Estudo de Problemas Brasileiros; Economia Brasileira; Raízes Européias da Civilização Brasileira; Leituras Paleográficas História Econômica e Social das Américas, Sociologia da Cultura Brasileira, História do Pensamento Social e História Americana.

Em segundo lugar, pode-se destacar a criação de novas disciplinas: *História da Formação Social do Norte –Nordeste; História do Estado no Brasil; História da Formação Social Brasileira; Tópico Especial de Pesquisa Histórica; Tópico Especial de Teoria; História da Arte e Estágio Docência.*

Em terceiro lugar, pode-se apontar a, já mencionada, mudança no nome das disciplinas que tratam do Nordeste para Norte-Nordeste como forma de adequação à área de concentração História do Norte e Nordeste do Brasil.

QUADRO VI		
UFPE – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA		
ESTRUTURA CURRICULAR – DOUTORADO – 1998		
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DO NORTE E NORDESTE DO BRASIL		
DISCIPLINA	CARACTERÍSTICA	Nº DE CRÉDITOS
Seminário de Tese	Obrigatória	04
Teoria da História	Obrigatória	04
Historiografia Brasileira	Eletiva	04
História da Formação Social do Norte –Nordeste	Eletiva	04
História do Norte -Nordeste – colônia	Eletiva	04
História do Norte -Nordeste – Império	Eletiva	04
História do Norte -Nordeste - República	Eletiva	04
História do Estado no Brasil	Eletiva	04
História da Formação Social Brasileira	Eletiva	04
Tópico Especial de Pesquisa Histórica	Eletiva	04
História da Cultura Brasileira	Eletiva	04
Tópico Especial de Teoria	Eletiva	04
História da Arte	Eletiva	04
História da Arquitetura Brasileira	Eletiva	04
História da Arte Brasileira	Eletiva	04
Estágio Docência	Eletiva	04

Dados extraídos da Resolução 03/98 do CCEPE – Pró Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação –UFPE.

Para o curso de doutorado, foram estabelecidas *Seminário de Tese e Teoria da História* como obrigatórias e a mesma estrutura curricular para o elenco das optativas, excluindo-se três obrigatórias do mestrado (*Técnica de Pesquisa Histórica*;

Metodologia da História e Seminário de Dissertação), conforme se pode observar no quadro de número VI.

A carga horária das disciplinas também sofreu alterações, ou seja, em 1979, todas eram de 03 h/a semanais e, em 1998, passaram para 04 h/a semanais, exceto o Estágio Docência que, no mestrado, tem 02 h/a semanais.

As linhas de pesquisa do programa estão contempladas nas disciplinas e, na atualidade, pode-se afirmar que o elenco das disciplinas optativas possui um certo equilíbrio entre a Teoria e Metodologia da História, a História do Norte-Nordeste e História Social-Cultural.

A composição curricular como também as linhas de pesquisa e a área de concentração, aqui analisadas, do Programa de Pós-Graduação em História – UFPE, têm a sua história e, como será possível observar, essa história corresponde aos condicionantes que possibilitam as escritas que, nos próximos capítulos, pretende-se tratar. Escritas que são frutos das escolhas dos historiadores e da relação destes com outros aspectos mencionados como a estrutura curricular, a área de concentração e as linhas de pesquisa.

As temáticas como também os enfoques teóricos escolhidos guardam suas devidas ligações com a estrutura do Programa de Pós-Graduação, ou seja, as escolhas dos mestrandos e doutorandos estão vinculadas às relações institucionais. O discurso acadêmico, portanto, nasce cercado dos mecanismos institucionais aqui tratados como também dos elementos que ultrapassam as fronteiras universitárias e dão forma à produção historiográfica nacional e internacional.

Constatam-se, portanto, momentos conjunturais da produção que a datam e, por conseguinte, historicizam-na. [...] Criam-se espécies de códigos que são utilizados nos trabalhos de uma época, de um momento. Poder-se-ia chamá-los *matrizes*, entendendo por elas formulações ou elaborações significativas, que passam por um

processo de consolidação e são usadas para analisar diferentes situações históricas. Essas elaborações bem sucedidas, tornam-se matrizes – quase pressupostos – quando são muito satisfatórias enquanto compreensão do real histórico. Por outro lado, pode-se pensar (foucaultianamente) no seu surgimento como resultado natural da disputa de espaço pela hegemonia na arena do saber. Nesta correlação de forças, específica e idiossincrática, interpretações vitoriosas se consolidam. (JANOTTI e D’ALESSIO, 1993, p. 71)

Essas matrizes coletivas serão analisadas adiante, principalmente no próximo capítulo, quando se pretende aferir a influência da(s) teoria(s) e metodologia(s) da história nas dissertações e teses defendidas entre 1977 e 2000.

CAPÍTULO II

PERCURSOS TEÓRICOS DA ESCRITA DA HISTÓRIA

2.1 Múltiplos olhares na escrita da História

Michelet, historiador romântico do século XIX, chamou as estantes do Arquivo de França de “*catacumbas manuscritas*”, vozes silenciadas que precisavam “*voltar à luz do dia*”, pessoas mortas que iriam ser “*ressuscitadas*” pelas hábeis mãos do artesão de Clio. Elas tinham direito ao passado, à história, afirmava ele. Tenho, porém, a autoridade de Michelet, ao caminhar entre as estantes da Biblioteca Central da UFPE ou da Biblioteca Armando Souto Maior da pós-graduação em História da UFPE e, como uma artífice de Clio, me embrenhar por entre folhas, páginas de mais de 200 trabalhos, acreditando, também, que os mesmos têm direito ao passado? Escutei, também, o “*murmurinho*” que o famoso historiador mencionou ouvir das catacumbas? Talvez sim, um barulho diferente, provavelmente. Mas não acredito poder decifrá-los integralmente, não acredito ser de ressurreição que estes trabalhos falam. Artesãos de uma mesma corporação, operários de uma mesma fábrica – a da História – porém com crenças, opções, leituras distintas. Eu e Michelet temos olhares diferentes para os nossos objetos de estudo e para as fontes, para o passado, para a História.

Mencionei a “autoridade” de Michelet porque esta é uma das maneiras com que se pode considerar os olhares que os historiadores dirigem aos seus temas e fontes. É com autoridade que ele anuncia ser necessário ressuscitar os mortos. É com a autoridade de quem acredita ser capaz de entender e trazer à luz aos escritos e os enunciados do Arquivo de França. Esta autoridade, sem dúvida, não possuo, não

apenas pela especificidade das fontes com que lido neste trabalho - teses e dissertações, escritos de historiadores – como também devido ao olhar que dirijo às mesmas e que me torna consciente da única e fatal autoridade que possuo: a de leitora e, ao mesmo tempo, escritora que constrói o seu texto a partir das leituras:

Prática da perda de si mesma, a escritura só tem sentido fora de si mesma, num lugar outro, o do leitor, que produz como a sua própria necessidade indo ela mesma para esta presença que não poderia ganhar. (CERTEAU, 1994, p. 299)

A escrita da História, portanto, está condicionada a essa característica, que impede que os textos tenham significados vitoriosos diante do leitor. Ela é produzida para ser devorada. Desse modo, é importante iniciar o presente capítulo afirmando que esta compreensão sobre a escrita da História aparece também nas dissertações e teses pesquisadas, uma vez que a leitura de Michel de Certeau perpassa diferentes trabalhos do Programa de Pós-Graduação, conforme se pode observar:

É tarde viajante. E aqui, superados os deslizos, as erosões dos atalhos, voltamos a nos encontrar. Nem imagino que atalho resolveste seguir para iniciar a tua aventura: querias saber da morte do Rei do Cangaço e adentraste no atalho I? Querias saber de Lampião em Juazeiro e resolveste seguir o atalho III? ... Nem posso imaginar! **Nosso primeiro (des)encontro começou justamente no momento em que tomaste meu texto para ler!** Ai!... Esta tua leitura, aparentemente dócil que, fazendo dançar os olhos por sobre as minhas linhas e curvas de escrita, me deglute por inteiro! Mas, temos um primeiro desencontro que não está no teu gesto, que até pode ser violento, de se apossar de mim, mas da impossibilidade de vigiar teus olhos. (...) E mesmo estando em ti, abandonando-me em ti não sei de teus sentidos, de tuas presenças, de tuas marcas, de teus (des)caminhos, dos significados que produziste a partir do nosso encontro.

O trecho acima, extraído das considerações finais da dissertação de Auricélia Lopes Pereira (2000, p. 297, grifos nossos) apresenta a escrita da História como sendo essa perda de si mesma a que Certeau se refere. Há a explicitação de que o trabalho sobre o Cangaço pode ser lido ao contrário, não é preciso seguir a seqüência do(a)

autor(a) para compreendê-lo, porque esta compreensão não está na cronologia dos capítulos, mas, sim, no olho do leitor. Na sua subjetividade, este leitor atravessa uma outra subjetividade e produz os significados possíveis a sua leitura. O trecho citado anteriormente me permite reafirmar que a suposta autoridade desta tese não é a de divulgar, de forma repetitiva, o que cada trabalho desejou anunciar, até porque, para esta função, eles existem em si mesmos, e não necessitam, portanto, do meu trabalho para ressuscitá-los.

O meu crédito está em costurar os fios da maneira que elegi, da maneira que escolhi para narrar os percursos teóricos do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Da mesma forma que diferentes historiadores reúnem fatos isolados, dispares em uma tese e, nessa reunião, começam a lhe fornecer sentidos, estou propondo o mesmo. Ou seja: estabelecer sentidos para as diferentes dissertações e teses que, embora materialmente próximas, nas estantes das bibliotecas, encontrarão neste trabalho outros significados. Significados estes que outro historiador, a partir de uma mesma temporalidade, lendo trabalhos idênticos, não poderia atribuir porque realizaria outras ligações. Por exemplo, o elo que construí do trabalho sobre cangaço com Certeau, a forma que conduzi a narrativa, a trama que estou compondo, constituem-se uma escolha, uma construção. Outro historiador, provavelmente, escolheria outra citação, outro trabalho, outra passagem do texto e talvez não estivesse interessado em, neste capítulo, começar falando da escrita da História. Talvez nem tivesse tido atenção a esse trecho do trabalho mencionado. Quem sabe até ao próprio trabalho, quem sabe não concordasse com Michel de Certeau. Quem sabe? Por sua vez, um outro leitor das páginas aqui escritas – você - esteja o tempo todo pensando: quando eu vi o título, pensei em algo diferente. Mas sempre é possível pensar em algo diferente. E esta é, sem dúvida, a magia da História, a magia de escrever. A magia que permite aos autores

não serem obrigados a tratarem seus temas de maneira idêntica. A magia e, de certo modo, a necessidade de não serem os mesmos, com os mesmos princípios, as mesmas teorias, ao escreverem seus trabalhos em momentos diferenciados, quando, por exemplo, ao escreverem suas dissertações, não tomarem como lei escreverem de forma idêntica as suas teses, e por conseguinte, seus artigos depois da tese, etc., Não há necessidade em adotar sempre a mesma metodologia, ao contrário, é impossível assim proceder.

Desse modo, na trama que pretendo desenvolver acerca dos “Percursos Teóricos da Escrita da História”, é essa a questão que será comumente retomada: a diferença, a mudança das abordagens nos temas estudados.

No interior do debate teórico-metodológico da História, existe a compreensão de que é impossível falar de teorias diferentes influenciando o campo da História sem haver mudanças significativas na abordagem de conceitos como documento, tempo, memória, fato histórico, verdade, ou seja, as próprias mudanças teóricas, por exemplo, possuem esta perspectiva em que um novo conceito de fato histórico influencia na construção de uma nova abordagem documental e vice-versa.

A perspectiva que vem sendo adotada nos últimos anos, para se pensar o conceito de fato histórico, é a de que se trata de uma construção dos historiadores. Os fatos não estão presentes na documentação, no arquivo, esperando passivamente por um historiador. Porque no arquivo não há o fato mas sim uma fonte, um vestígio, uma versão, uma leitura tão interessada em perpassar um determinado sentido ao evento quanto qualquer outra forma de ler o mundo, ou seja, o documento é monumento. Todo documento tem uma versão, com silêncios e parcialidades comprometido com uma imagem que ele almeja perpetuar:

Do mesmo modo que se fez no século XX a crítica da noção de fato histórico, que não é um objeto dado e acabado, pois resulta da construção do historiador, também se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: **o documento é monumento**. (LE GOFF, 1994. pp.09-10, grifos nossos.)

Essa leitura do documento como monumento, com a qual me encontro de comum acordo, aponta para o fato de que os historiadores participam da construção de suas fontes e, desse modo, são construtores dos fatos que analisam.

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (Idem ibidem. p. 535)

O documento não é um dado; não é detentor da verdade. Ele é uma escolha que se situa no âmbito das relações de poder, ele não é um produto alheio ao momento de sua elaboração, à cultura e à sociedade que lhe deram forma. Ele é fruto de um lugar social em uma determinada época. Não importa se é um texto, um jarro, uma casa, um depoimento oral, o documento será sempre um monumento porque traz consigo a necessidade de perpetuar uma imagem do passado. A leitura do historiador tem significados, principalmente, no momento em que passa a atribuir novos sentidos, através dos textos históricos que produz e, parafraseando Michel Foucault, dos discursos que elabora:

Que possibilidades restavam para os historiadores quando o passado passava a se reduzir a discursos, os documentos a monumentos, a temporalidade se dissolvia e os objetos históricos tradicionais já não se sustentavam com tanta obviedade quanto antes? E o que fazer com os sujeitos, com as classes sociais e principalmente com a classe operária, aliás, responsável pelo conflituado mas seguro curso da história em direção ao prometido “reino da liberdade”, ou com os sujeitos históricos que, nos anos 80, comprometiam-se com a luta pelos direitos de cidadania, como os negros, as mulheres, os homossexuais? Como ficava, então, a tarefa do historiador,

comprometido, sobretudo desde os anos 60, com as tarefas da revolução e com a revelação da missão histórica do proletariado, ou na década de 80, envolvido com as lutas pela redemocratização do país e pela construção das identidades sociais? (RAGO, 1995, p. 69)

Margareth Rago chama atenção para a influência de Michel Foucault na historiografia brasileira e constrói alguns questionamentos a partir do pensamento daquele autor, nos quais é possível destacar as diferentes faces, os diferentes percursos teóricos da História: em primeiro lugar, há menção à defesa da leitura do documento como sendo o próprio fato, que se configurava em um ideal cientificista / positivista; em segundo lugar, enuncia-se a perspectiva do materialismo histórico da *luta de classes* e, posteriormente, de uma História Social defensora do “direito” à História dos chamados excluídos da denominada História Oficial. Perpassa, nos questionamentos de Rago, o debate em que a História tem se situado nos últimos anos. Através deste texto citado, emerge o aspecto múltiplo do conhecimento histórico aqui mencionado. Ele ajuda, também, a consolidar a idéia de a História não possuir uma única forma para ser produzida e, portanto, não poder ser imaginada de uma única maneira.

Então, acredito que, para a questão “*em que pensam os historiadores?*”, citada na introdução desta tese, é viável encontrar alguma indicação de resposta a partir da análise da produção dos Cursos de Mestrado e Doutorado, procurando destacar como o debate teórico das últimas décadas do século XX atingiu os mencionados trabalhos. Porque a procura da resposta acerca do que pensam os historiadores, prende-se, inevitavelmente, às opções teóricas que cada um efetuou. Desse modo, na análise historiográfica, é impensável deixar de lado um estudo da teoria que influencia os trabalhos, com vistas a apreender a visão de mundo dos seus autores. É impossível analisar os textos de História sem o entendimento dessa subjetividade dos historiadores, sem o entendimento de que todos realizam uma opção

teórico-metodológica apesar de, em diversos momentos, não a tornarem explícita. Porque, na construção dos textos de história, a teoria encontra-se imbricada, relacionada de forma tão íntima com o texto que, nem sempre, trata-se de uma tarefa simples reconhecê-la.

O momento de produção da obra, a teoria e a epistemologia histórica são características inseparáveis da prática historiográfica. Não estão presentes no texto de maneira distanciada um do outro, mas entrelaçados, uma vez que o momento histórico, de produção das obras é influenciado pela visão de mundo, pelo pensamento que envolve o texto e vice-versa. O ponto de vista pessoal do historiador, a sua visão interpretativa da História, se estabelece a partir de sua concepção teórica e da sociedade em que se encontra inserido. Por sua vez, os conceitos, as regras de produção de que se utiliza, e que compõem a epistemologia da história, também estão relacionadas ao momento da produção do texto e à fundamentação teórica, conforme se pretende especificar deste momento em diante.

2.2 “A História como de fato aconteceu”: os enunciados da verdade na tradição cientificista e positivista.

A Escola dos *Annales*, desde a criação da revista de mesmo nome, em 1929, afirmava a necessidade de colocar o saber histórico em discussão. Esta Escola contribuiu profundamente nas discussões acerca da teoria e metodologia da História, principalmente, na primeira metade do século XX, quando as discussões desse grupo objetivaram consolidar uma crítica ao modelo cientificista e positivista de análise histórica.

A Escola dos *Annales* fundou outras formas de se trabalhar e se pensar a História, inclusive com a construção de uma história-problema, de uma História que tem seus objetos construídos a partir do presente e da visão de mundo do historiador. Assim, é possível se afirmar que foi com a Escola dos *Annales* que se acentuou a importância da subjetividade na produção do conhecimento histórico. Dos debates protagonizados por Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, emergiu um discurso que afirmava a existência de uma Nova História, de uma nova metodologia para a História contra a perspectiva que passou a ser, em decorrência, denominada de tradicional:

Os pressupostos teórico-metodológicos que nortearam esta análise aproximam-se daquilo que se tem denominado novo paradigma epistemológico e que vem se constituindo a partir do início deste século em oposição ao paradigma clássico ou newtoniano. No campo específico da História buscou-se um enfoque semelhante ao dos *Annales*.

Nesta passagem da sua dissertação de mestrado, Luis Carlos Leite de Melo (2000, p.16) ajuda a perceber esta idéia de que os *Annales* são fundadores de um novo campo, capaz de combater um paradigma científico que se fundava em leis e que, assim, anunciava a construção de um novo conceito de ciência que poderia/deveria, segundo a leitura dos *Annales*, vir a ser adequado à História e às demais Ciências Sociais em vias de consolidação.

A crítica ao pensamento positivista, por parte dos historiadores, pode ser associada às questões que, ao longo do século XX, foram provocando a construção de um novo conceito de ciência. O grupo dos *Annales* ajudou na produção desta crítica à noção de ciência construída no século XIX. Ao tratar do conhecimento histórico de forma particular, o Grupo dos *Annales* organizou e defendeu uma luta contra o

pensamento positivista. Combatia a História política tradicional e o culto ao Estado e aos governantes como únicos sujeitos da História.

De maneira resumida, pode-se afirmar que os *Annales* lutava contra os seguintes caminhos metodológicos defendidos pelo positivismo: a defesa do objetivismo da ciência e, por conseguinte, da História; a compreensão de que só as fontes escritas podem ser tomadas como documentos históricos. Documentos que, na ótica positivista, tinham por função comprovar, autenticar e afirmar que os acontecimentos se desenrolaram da mesma forma que eles – os documentos – haviam registrado.

O pensamento positivista chegou a estabelecer leis para que o estudo histórico se realizasse, ou para que atingisse o “admirável” estágio de ciência. Leopold Von Ranke propôs, no século XIX, estratégias para a História se tornar uma ciência. Para ele, era imprescindível que a história tomasse por empréstimo o método das ciências naturais. A História poderia buscar a única verdade possível de ser encontrada se seguisse os princípios do pensamento metódico que Ranke construiu:

O historiador não é juiz do passado, não deve instruir os contemporâneos, mas apenas dar conta do que realmente se passou. (...) Não há nenhuma interdependência entre o historiador, sujeito do conhecimento, e o seu objeto, os eventos históricos passados. (...) Os fatos, extraídos dos documentos rigorosamente criticados, devem ser organizados em uma seqüência cronológica, na ordem de uma narrativa, toda reflexão teórica é nociva. (REIS, 1992, pp. 12-13)

A perspectiva positivista que se apresentava para a História no século XIX, era a de “resgatar” os acontecimentos históricos “*como eles de fato aconteceram*”. Desse modo, a História seria encontrada nos documentos considerados oficiais, produzidos pelo Estado e, nos moldes da história de Ranke, simplesmente reproduzidos. A crítica aos documentos, através do olhar positivista, compreende a verificação do caráter probatório que os documentos poderiam oferecer ao historiador. A documentação, após ser reconhecida como “verídica e autêntica”, teria a função de

trazer à tona a verdade da História, a verdade de um acontecimento, a verdade do passado. Para Ranke, era possível contar a história “como de fato aconteceu”. Era possível à História o encontro com o terreno objetivista das ciências naturais, visto que o pensamento metódico/positivista observava a ciência como sendo sempre objetiva e capaz de construir conhecimentos neutros:

Vou contar uma História. Expor os fatos e tentar colocá-los entre aqueles que compuseram, no decênio de 1922 a 1932, o Tenentismo. (...) E como a História deve ser **clara e objetiva**, pouco se prestando a interpretações fantasiosas, **vou contá-la tal qual se passou** e registrou-se nos anais pretéritos.

Alberto Frederico Lins Caldas (1978, pp. 8-9, grifos nossos) escreveu a sua dissertação inspirado na idéia de que é possível encontrar a verdade na história que pretendia narrar. Ele concorda, portanto, com a tese de Ranke de que o historiador não deve emitir opiniões e defende com veemência o objetivismo para a captura do passado.

Um outro trabalho, também próximo ao pensamento positivista, foi defendido em 1978, onde Pedro Teixeira Cavalcante procurou discutir uma forma de pensamento influenciando a História. No caso, a teoria de Giambattista Vico. Apesar da assertiva positivista de que “toda teoria é nociva”, o trabalho de Cavalcante guarda intersecções com o positivismo porque, no seu texto, há a defesa do ideal do não julgamento:

Devemos esclarecer, porém, que não se situa dentro dos nossos objetivos, a análise crítica dos epistemólogos, que vamos comentar. A nossa intenção é apenas, uma procura de situação e de compreensão e, não, a de fazermos uma história da epistemologia e, muito menos, uma história crítica dos epistemólogos que têm aparecido no correr dos tempos. (p.5)

Tivemos sempre em vista uma **crítica, que fosse apreciadora, justa e imparcial** e que considerasse o nosso pensador sob os prismas negativo e positivo. As vezes, mostramo-lhe o que nos perturba com suas teorias e, às vezes, fomos levados a exaltar a coerência, a profundidade e genialidade de um gênio (sic). (p.7, grifos nossos)

Mesmo se tratando de um trabalho teórico, existe a crença de que é possível compreender os textos de Vico com exatidão. Na situação acima, o objeto é teórico mas a leitura do mesmo se encontra impregnada pelo anseio da imparcialidade. Esse trabalho possibilita afirmar que a influência positivista não precisa necessariamente se fazer presente na completude dos textos.

O cientificismo ressoa nas dissertações também sob a influência do pensamento cartesiano, conforme se pode observar na seguinte proposta de um autor para a análise do seu objeto de estudo:

Em seu trabalho 'Discurso sobre o Método' René Descartes resume o método em 5 itens: 1. Ter uma idéia; escolha do tema e /ou do título. 2. Coleta dos dados essenciais relativos ao tema. 3. Formular uma hipótese. 4. Analisar as etapas da hipótese e dos resultados. 5. Conclusão das etapas, formulação das teorias. Tentaremos nos orientar segundo tais itens e desenvolver nossa dissertação sem fugir a tais diretrizes. (SOUZA, 2000, s/p)

O título do trabalho citado acima *Adros, Pátios e Praças Públicas: História e Uso Pela Comunidade entre as Cidades de Olinda e Recife*, demonstra a relação que ele busca promover entre História e arquitetura como também o trânsito do trabalho em torno dos temas da História Social. No entanto, o autor prefere abrir o seu texto assumindo o compromisso da cientificidade de Descartes.

Há, inclusive, trabalhos que transitam entre a vontade de cumprir os desígnios cartesianos e a influência de um universo subjetivo:

Empreguei o método de análise recomendado por Descartes: 'Fazer sempre, em todos os pontos, menções tão completas e apresentações tão gerais, de modo que nada seja omitido. Nem sempre isto foi possível, mesmo porque, acredito que a intuição leve por vezes a melhor sobre o rigor e para agir avisadamente é necessário, primeiro, compreender. Os documentos não dão sempre todas as respostas e o investigador prudente deve desprezar a erudição, quando ela se arrisca a substituir o conhecimento. Evitei, no entanto que preferências se sobrepujassem aos fatos e inclinações interpretativas turvassem o meu senso crítico.

Nesta citação, Mário Márcio de Almeida Santos (1977, p.11) não trata o documento com o “respeito” que o pensamento cientificista requer. A contradição do autor está no ponto de que é possível trabalhar com a intuição para apreender a totalidade acerca de um evento que o documento – detentor de respostas por vezes incompletas - não conseguiu dar conta. Causa estranheza, também, a suposta diferenciação entre interpretação e senso crítico e me permite questionar: por que o rigor será mantido se o senso crítico puder ser vitorioso frente às “*inclinações interpretativas*”? Como pode haver senso crítico destituído de interpretação: não haverá senso crítico na interpretação?

O cientificismo e o positivismo encontram-se tão arraigados na memória de alguns autores do Programa que, embora tentem inovar em determinadas perspectivas, terminam por defender os ideais clássicos destas concepções teórico-metodológicas. Por exemplo, no texto de Lêda Maria Rivas Cerviños Rios (1988), existe a tentativa de defender a utilização de novas fontes, consideradas não oficiais – como a imprensa. Ela afirma que os historiadores precisam criar uma abertura para este tipo de documentação, mas termina elaborando um trabalho com características positivistas, a partir do uso de critérios metodológicos como o objetivismo, o factualismo, a crença de que a História estuda, exclusivamente, o passado e de que o fato histórico deve ser sempre observado como um fenômeno de grandes proporções:

A notícia, aprendemos no jornalismo, é o imediatismo. O fato, compreendemos na escola, é a História. A notícia de ontem, entretanto, dadas as suas dimensões e atemporalidade, se faz História hoje. Há notícias que rasgam o tempo e se transformam em lições de vida. (...) para resgatar uma época da vida pernambucana, tomamos como fonte principal as coleções do Diário de Pernambuco. (p. 12)

Não tivemos a intenção de emitir sentenças. O julgamento não é uma palavra de ordem nesta dissertação. (p. 14)

No texto acima, existe a proposta de trabalhar com uma fonte inovadora, principalmente se comparada aos documentos que eram defendidos como únicos no século XIX, mas mantém-se o olhar “tradicional”. O que permite afirmar que a mudança metodológica não acontece de forma unilateral, ou seja, não basta romper trazendo apenas novas temáticas e novas fontes. A leitura positivista só não se faria presente se a abordagem da fonte e do tema não fosse essa da procura por não julgamentos e pela verdade creditada aos documentos, uma vez que o documento, para o positivista, não é monumento. Ele possui uma verdade inalterável. A postura do historiador positivista para com o documento deve ser a de estabelecer uma relação de confiança porque,

(...) Enquanto ciência, a história ‘consiste, como todas as ciências, em constatar os fatos, em analisá-los, em estabelecer relações [...] o melhor dos historiadores é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos e que os interpreta com a máxima justeza, que só escreve e só pensa segundo eles’. São palavras do próprio Fustel.(...) Ele é dogmático, enfim: a história é capaz de atingir a verdade objetiva. Olhado a distância, o passado pode ser visto com clareza, sem medo e sem pressa. (REIS, 2004, p. 25)

Desse modo, não é de se estranhar o fato de algumas dissertações exagerarem no apego ao documento e no respeito a estes como um instrumento inquestionável que garante a cientificidade do trabalho. Em que se pode afirmar que a teoria positivista, do século XIX, encontra ressonâncias na Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco da segunda metade do século XX:

(...) Não nos move intenções apologéticas. Procuramos elaborar um trabalho histórico-científico, rigorosamente baseado em documentação pesquisada em arquivos brasileiros e estrangeiros.

No ano de 1984, Glauce Maria Navarro Burity (p.1) procurou elaborar a sua dissertação a luz dessa idéia da cientificidade para o conhecimento histórico. Ao

apostar na sua imparcialidade individual como também na da documentação pesquisada, ela tratou da presença dos franciscanos na Paraíba da maneira que Fustel de Coulanges construíra.

Dentro do contexto histórico-religioso, ressaltamos a figura de alguns missionários, filhos de São Francisco, pregadores do Evangelho, que, em terras de Santa Cruz, plantaram a semente do cristianismo entre os naturais habitantes da terra. Foram eles os pioneiros que cultivaram o solo durante meio século e que dirigiram a palavra de Deus aos indígenas. Quando o Brasil foi descoberto, já Caminha escrevera ao Rei D. Manoel no sentido de intervir na salvação dessas almas. (Idem *ibidem*. p. 293)

O ideal positivista de não acrescentar nada ao texto, digo documento, emerge no momento em que, na citação acima, há referência à carta de Pero Vaz Caminha e que a mesma é tratada com naturalidade devido a afirmação da necessidade de salvação das almas e da defesa da “intervenção” do rei para a propagação do cristianismo entre os “naturais habitantes da terra”. Neste sentido, me é permitido questionar: a imparcialidade da autora está presente na defesa da chegada do cristianismo? Trata-se de uma imparcialidade apenas porque os documentos pesquisados e abordados com “rigor científico” defendem essas idéias de que é preciso “cristianizar”?

Estas questões são importantes porque ajudam a visualizar a discussão em torno da teoria e metodologia da História que venho desenvolvendo e que tem ligação com o debate contemporâneo que afirma, cada vez mais, o quanto o ofício do historiador não prescinde da subjetividade, isto é, não há como imaginar a escrita da História sem o olhar do historiador.

Ranke, por exemplo, não escapou aos projetos científicistas do século XIX e formulou a sua “teoria”, de que *“toda reflexão teórica é nociva”*, sob a influência do conceito de ciência do período. Ele era filho do cientificismo daquele momento e, ao

mesmo tempo, defendia que “*toda reflexão teórica é nociva*”. Ele não percebia que estava refletindo, nos seus estudos, as formas com que, teoricamente, se pensava ciência naquela época. A utilização de teorias preocupa-o porque permite fazer com que a subjetividade de uma escolha se faça presente. Os historiadores, ao longo dos anos, fizeram e fazem esse tipo de escolha. O próprio Ranke optou, fez a sua opção extremamente ligada às contingências da época em que viveu. Ele produziu os seus trabalhos a partir de um determinado tipo de abordagem tendo em vista que

Cada sociedade tem o seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade.

No século XIX, essa afirmação de Foucault (1989, p. 12) soaria como uma grande mentira. Para o pensamento positivista e essencialista daquele século, não era possível admitir que a verdade era uma construção e, principalmente, uma construção que poderia ser realizada do lado de fora das instâncias “científicas”. Para esse pensamento, era inviável, portanto, admitir que a ciência não descobria, não encontrava a verdade. A História, inclusive, para ser considerada ciência, deveria estudar o passado com o objetivo de narrá-lo, de narrar objetivamente a sua verdade. Haveria aí uma verdade intransponível, uma verdade objetiva a ser encontrada. A procura pela verdade, portanto, constituía-se elemento condicional para tornar o conhecimento histórico científico.

2.3 O materialismo histórico “*descortina*” os véus da História.

Não apenas o positivismo como também o marxismo apostava na equação: verdade = ciência. A diferença está no ponto de que, para o positivista, a verdade é aquela que os documentos oficiais veiculam. Para o marxismo, não. A verdade necessita sempre ser desvendada devido ao jogo ideológico que as classes dominantes elaboram.

Desse modo, a procura pela verdade está presente em textos que, sob uma ótica marxista, apostam na necessidade de esclarecer o passado que foi construído de outra maneira, ou seja, da forma não verdadeira; ou textos que estejam de acordo com a teoria que afirma a determinação da história, em última instância, pelas relações sociais de produção:

Procuramos enfim deixar ‘falar o documento’ a fim de poder evidenciar o mais possível a verdade histórica de uma luta que resultou num fragoroso fracasso e, conseqüentemente num impiedoso e injusto juízo da História Brasileira. (...) Nosso propósito é combater a inexatidão destas afirmativas que se constituíram em verdadeiros estereótipos em que incorreu a maioria dos brasileiros em relação a Balaiada. (...) Nossa investigação pretende provar que a Balaiada não foi um movimento de marginais, de ‘bandidos selvagens’, ‘combatentes do desespero’, sem a mínima importância social e política. (OLIVEIRA, 1983, pp. 07-08)

A verdade está nas *relações sociais de produção* e, por conseguinte, na luta de classes. Karl Marx apostou na História como ciência defendendo que os acontecimentos, observados de maneira isolada, não eram capazes de trazer à tona a realidade. Era necessário compreender as estruturas econômicas e sociais para, assim, defender um método científico para a História – o materialismo histórico:

Quando, na primavera de 1845, voltamos a reunir-nos, em Bruxelas, Marx, (...) já havia elaborado, em linhas gerais sua teoria materialista da História e pusemo-nos a desenvolver minuciosamente, nas mais diversas direções, a nova concepção descoberta. Este descobrimento, que vinha revolucionar a ciência histórica e que, como se vê, foi essencialmente obra de Marx. (ENGELS, S/D, p.157)

O campo da História, sem dúvida, não pode ser considerado o mesmo depois das elaborações marxistas. Na segunda metade do século XIX, no auge do cientificismo, o materialismo histórico disseminava as bases de um método que se considerava objetivo para a História. Através das “descobertas” teóricas de Marx, a História não mais precisaria copiar os métodos das ciências naturais, tendo em vista que seu método científico de análise da realidade estava elaborado:

Para o materialismo histórico de Marx, o material histórico é analisável, observável, objetivável, quantificável. Este material assim ‘objetivamente tratável’ não são as expressões do Espírito – a religião, o Estado, a cultura, a arte, tratáveis intuitivamente – mas as ‘estruturas econômico-sociais’, consideradas a raiz de toda representação, de todo o sentido de um época. (REIS, 2004, p.51)

No século XVI, René Descartes, no seu discurso do método, anunciou a impossibilidade da história ser considerada ciência porque não se podia reconhecer cientificidade para um saber que não produzia conhecimento verificável. O materialismo histórico quis promover exatamente o inverso, ou seja, quis atribuir ao objeto da História o caráter da verificabilidade através da compreensão da realidade histórica fundamentada em um conjunto de teorias e conceitos que seriam capazes de apreender o real na sua concreticidade:

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na História é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, roupa, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro. (MARX e ENGELS, S/D, pp.7-8)

Neste sentido, inúmeras dissertações buscaram analisar essa “reprodução da vida imediata” a partir de uma fundamentação marxista. O arcabouço teórico do

marxismo aparece em diferentes trabalhos a partir de conceitos como *modo de produção, meios de produção, luta de classes, mercadoria, alienação, mais-valia*, dentre outros.

A nossa postura teórica e histórica questionou as concepções que procuram estudar a industrialização brasileira como produto da dinâmica da relação de mercado externo/economia interna dependente, e, quanto a uma segunda postura, as teorizações que concebem um espaço heterogeneizado como incapaz de gerar uma acumulação capitalista mundial e nacional. Essas concepções impedem, por um lado, a observação da natureza e das **especificidades** da acumulação capitalista no Brasil ao utilizar padrões e modelos *optimum* (Sic) de desenvolvimento do capitalismo, por outro lado, superdimensionam a relação externo/interno e subestimam o papel do mercado interno no desenvolvimento da economia política brasileira. A consequência imediata dessas posturas teóricas e metodológicas é a ocultação das mediações das relações políticas, sociais e econômicas, presentes no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Portanto, não permitem observar com clareza **a natureza da estrutura sócio-econômica, o nível de desenvolvimento das forças produtivas, as relações sociais e, por fim, a natureza e o nível dos conflitos de classes, sobre os quais foi formado e é desenvolvido o capitalismo no Brasil.** (NASCIMENTO, 1988, pp.179-180, grifos nossos)

O autor faz referência a alguns conceitos do materialismo histórico e afirma uma questão pertinente para o uso deste campo conceitual: o de que é necessário estar atento às questões específicas da maneira de como o modo de produção opera em diferentes lugares. O conceito de *modo de produção*, considerado o mais importante da teoria marxista, não está explícito no trecho acima, mas está presente nas afirmações acerca do capitalismo, ou seja, do modo de produção capitalista no Brasil.

Modo de Produção é uma articulação, específica e historicamente dada, entre um nível e um tipo de organização definidos das forças produtivas e das relações de produção correspondentes. Trata-se de um conceito abstrato, ou melhor, de um ‘abstrato real’, no sentido de ser construído mediante a percepção dos elementos comuns e essenciais compartilhados por várias sociedades concretas, consideradas do mesmo tipo. Como, na prática, cada formação econômico social apresenta mais de um modo de produção (ou elementos de modos de produção), empiricamente inexistente o modo de produção em estado puro, embora haja casos que mais se aproximem disto e outros menos. **Forças Produtivas** são o ‘conjunto

dos fatores de produção, recursos, ferramentas, homens, que caracterizam uma sociedade determinada em uma determinada época e que é necessário *combinar* de modo específico para produzir os bens materiais de que a referida sociedade precisa.’ As **relações de produção** são ‘determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade’ que os homens estabelecem entre si na ‘produção social de sua vida’, e que ‘correspondem a uma certa fase de desenvolvimento de suas forças produtivas’. O desenvolvimento das forças produtivas determina, em última instância, toda a história humana, da qual são a base. O conjunto das relações de produção constitui a **estrutura econômica** da sociedade.

Ciro Flamarion Cardoso (1983, pp.454-455) proporciona um resumo dos principais conceitos do materialismo histórico e da forma com que eles funcionam ao serem associados. Há a defesa de que existe toda uma engrenagem “descoberta” – usando o termo de Engels – por Marx e que possibilita a organização e o entendimento das sociedades concretas. Os conceitos não são abstratos e, sim a abstração do real, ou seja a capturação da realidade. “*O conceito, em Marx, é uma reconstrução de algo exterior a ele, a realidade histórico-concreta.*” (REIS, 2004, p. 53). Daí a idéia de que existe um compromisso dos que abraçam o materialismo histórico, como caminho teórico-metodológico, de que a meta é a de encontrar a verdade das sociedades humanas e, desse modo, revelá-la:

Com a preocupação do iniciante que procura denodadamente os estratos mais inferiores, consciente de que lá estão as verdadeiras leis que regem as transformações histórico-naturais e histórico-sociais, (...) fundamento de qualquer eventualidade, está perfeitamente expresso, e com toda precisão, no **conceito categorial fundamental de explicação histórica: o modo de produção.**

O conceito de modo de produção, para Martin (1979, p.5), é preciso e explicativo. Ele o aplica como a busca do entendimento do tema da sua dissertação - “Imigração espanhola no Nordeste” – e justifica os motivos do uso deste enfoque.

Outros trabalhos, porém, utilizam os conceitos de forma já naturalizada, isto é, não demonstram a necessidade de justificar, como se não houvesse outros caminhos para estudar a História, a não ser pelo viés do marxismo:

No sentido estrito desta dissertação, devemos encarar o problema agrário dentro do contexto da realidade da proibição do tráfico negreiro, pois a crise do cativo inicia-se a partir de fatores ligados diretamente á esfera da circulação, na medida em que a principal força de trabalho era uma mercadoria. A falência do **modo de produção** dominante, contudo, se agravaria pelo próprio desenvolvimento das **forças produtivas** responsáveis pela emergência de **forças sociais** contrapostas à escravidão, personificadas, no final do século, pelo movimento abolicionista. (ROSAS, 1987, p. 2, grifos nossos)

É importante frisar que autores nacionais de ampla divulgação no século XX, como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodr e e outros referenciados no capítulo anterior, são muito citados nos trabalhos de fundamenta o marxista.

Francisco de Oliveira, por exemplo, influenciou de forma acentuada a produ o acadêmica voltada para a discussão regional, a partir das suas análises do conceito de divisão do trabalho e de divisão interna do trabalho.

A abordagem que se pretende realizar, sob a perspectiva da forma o do espaço regional capitalista, intentar  a apreensão do processo de acumula o em desenvolvimento no Brasil, após 1930, como também o desenvolvimento da divisão regional do trabalho em curso e as modifica es que se foram operando para um atendimento pleno ‘a expansão do capitalismo no país. (...) Ultrapassa-se o enfoque dos ‘desequilíbrios regionais’ e passa-se   análise sob a  tica das desigualdades regionais, onde as contradi es, advindas das formas diferenciadas de reprodu o do capital, geraram uma estrutura de classe peculiar a cada uma, e que devem ser apreendidos. (AMORIM, 1987, p.7)

Nos anos de 1980, portanto, algumas disserta es do Programa de Pós-Gradua o em História da UFPE adotaram, de maneira expressiva, o pensamento marxista. Compreendo a gravidade desta afirma o no que se refere ao risco de estar rotulando os trabalhos de uma perspectiva A ou B. No entanto, trata-se de uma

armadilha em que estou transitando todo o tempo neste capítulo e, não custa lembrar, é a minha leitura, o meu olhar que organiza tais afirmações. Mas, de certo modo, não há como não reconhecer o que se pode denominar de inspiração marxista nas dissertações que constroem textos semelhantes ao que se segue:

(...) Uma premissa metodológica fundamental deste trabalho é que mesmo um conflito intra-classe, como foi a Guerra dos Moraes, em grande parte estava condicionado por um conflito mais amplo e complexo na sociedade escravista brasileira entre os donos dos **meios de produção** e os que a eles se subordinavam. (CARVALHO, 1986, p. 09, grifos nossos)

Outro exemplo de apropriação dos conceitos marxistas é o trabalho sobre a Indústria do Caroá, de Fernando Roberto Barros Patriota (1992, p. 03, grifos nossos):

Operaremos com os conceitos do materialismo histórico, buscando analisar a gênese da **produção** capitalista desde o nascedouro, quase que ao modo clássico: a passagem do artesanato à fábrica, da produção manual à maquinofatura. (...) Utilizaremos assim os conceitos da economia política marxista, compreendendo-os a medida em que ajudam a **desvendar** esse processo histórico efetivamente acontecido na economia sertaneja.

Emerge, mais uma vez, a concepção de que a realidade pode ser apropriada a partir das formulações do marxismo, principalmente, quando o autor acredita que irá “*desvendar esse processo histórico*”, ou seja, ele defende que a realidade poderá ser conhecida quando, aos eventos analisados, for aplicado o método materialista de análise. A realidade, a verdade da História está encoberta, possui uma venda nos olhos que, ao historiador que se apropria, preferencialmente, dos conceitos marxistas, é facultado retirar:

O estudo da problemática do comércio paraibano acredita-se, contribuiu para o levantamento de alguns véus que envolvem aquele discurso regionalista, e permite algumas reflexões sobre a real situação da Paraíba no conjunto regional e nacional, ao momento em que se estava desencadeando o processo de integração do mercado

nacional, o qual levaria ao acirramento da chamada Questão Regional, nos anos 50-60. (AMORIM, 1987, p.252)

Esse pensamento consolidou o marxismo como uma teoria que se considera capaz não apenas de ajudar na compreensão da realidade como também, principalmente, na sua transformação. O historiador, através da ótica marxista, deve estar atento às ideologias e procurar ultrapassá-las quando se tratar de mudar a sociedade:

Mesmo sem saber, mas podendo vir a sabê-lo, os homens 'fazem história' e não são suporte de qualquer sujeito metafísico. Pela Práxis, pela intervenção, livre e condicionada na e pela estrutura econômico-social, os homens transformam o mundo e a si mesmos. (REIS, 2004, p. 57)

A classe trabalhadora seria considerada o sujeito histórico universal e principal componente da mudança dos sistemas econômico-sociais. A História, para o pensamento marxista, é movida por mudanças, é dinâmica:

A partir da análise setorial e posterior combinação das formas historicamente determinadas da produção dos bens materiais, podemos caminhar a passos largos para a apreensão dos elementos motores da estrutura e dinâmica do Nordeste brasileiro no período colonial. Porque, segundo pensamos, na construção da História é fundamental a preocupação de apreender a realidade em mudanças permanente. Esta foi uma das preocupações básicas que nortearam a elaboração deste trabalho. (NIVALDO JUNIOR, 1984, p.)

Segundo Marx, as idéias de transformação e de liberdade são inerentes às sociedades humanas e, portanto, inevitáveis:

Transformação não é um simples conceito, não é tampouco uma simples categoria. É principalmente uma realidade. É a realidade que dá consistência à História. Há História porque o sujeito e o objeto da História – a realidade natural e social – estão em contínuo movimento, em contínuo processo de mudança. (MARTIN, 1979, p.2)

A crítica de Marx ao modo de produção capitalista foi, sem dúvida, voltada para o desvendamento de mecanismos como a *mais-valia* e da forma selvagem com que o capitalismo foi sendo consolidado.

A discussão central deste trabalho é a análise e crítica da formação e desenvolvimento do capital industrial em Pernambuco, no período de 1890 a 1920. Isto é, em termos mais específicos, o estudo do processo de constituição e organização da produção de **mercadorias** contendo ‘**mais-valia**’ relativa, caracterizada pela subordinação real do trabalho ao capital e pela estrutura de **produção** assentada na maquinofatura. (NASCIMENTO, 1988, p.12, grifos nossos)

Está sendo possível observar que não apenas conceitos clássicos, como o de *modo de produção*, foram utilizados nas diferentes dissertações analisadas, em que há a presença de outras noções que são conhecidas pela historiografia marxista, como: *mais-valia*, *mercadoria* e *produção*.

Existe um conceito, porém, que considero importante destacar: o de *ideologia*, uma vez que a minha narrativa acerca do marxismo está focada na idéia de desvendamento que, sem dúvida, guarda proximidades com o conceito de *ideologia*, que enuncia o pensamento dominante em uma sociedade como sendo o da classe dominante. Classe esta que, comumente e de acordo com este conceito, objetiva camuflar a exploração entre as classes, ou seja, a ideologia dominante deforma a realidade que ao historiador estaria “destinado” recompor.¹⁸

Lina Maria Brandão de Aras (1989, pp. 19-20), ao abordar o Movimento Federalista de 1832, no Recôncavo baiano, se apoiou no conceito de ideologia marxista, mas o enunciou a partir da reelaboração feita por Marilena Chauí:

‘(...) um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras de conduta que indicam e

¹⁸ Sobre os diferentes sentidos do conceito de ideologia ver: LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**. Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

preservam aos membros da sociedade o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer.’

No decorrer da análise, Lina Aras afirmou a sua inspiração em Lenin e discutiu o conceito de revolução (Idem *ibidem*. p. 18). Os homens são construtores da História e, portanto, agentes transformadores do jogo ideológico elaborado. (Idem, p. 15), uma vez que, em Lenin, o conceito de ideologia foi ampliado e defendeu-se a premissa de que existiria uma ideologia do proletariado que embasaria uma “*luta ideológica*.”

A amplitude da obra de Marx e as reelaborações de seus estudos, portanto, emergem nas dissertações do Programa com muita ênfase, principalmente da década de 1980. Cumpre afirmar que, até o presente momento, foram referenciadas neste capítulo apenas as dissertações devido ao fato de que não é possível equipará-las, em diversos aspectos, às teses de doutorado. No que se refere às apropriações teóricas, uma primeira afirmação deve ecoar: a de que todas as teses analisadas correspondem a menos de uma década de produção acadêmica, no caso, de 1995 a 2000. Em segundo lugar, devo destacar que nenhum trabalho de doutorado analisado possui um olhar voltado para uma leitura positivista de mundo. O que explica o fato de não haver menção a nenhuma tese, quando discuti, especificamente, a influência do positivismo. Porém, com relação ao marxismo, não se pode deixar de mencionar algumas aproximações.

O trabalho sobre Estrutura de Poder na Paraíba, de Martha M^a Falcão Santana (1996), pode ser exemplificado como um trabalho que se inspira no marxismo quando, na abertura de um capítulo de revisão e fundamentação historiográfica, foi apresentada a seguinte citação:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias da sua escolha e sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX apud, SANTANA, 1996, s/p)

A relação entre o presente e o passado, tão cara ao conceito de “História-Problema” dos *Annales*, encontra-se esboçada na passagem acima transcrita. A idéia é a de que o passado determina as ações do presente. O que, para uma leitura marxista de mundo, significa dizer que só na História, a partir de uma *práxis* revolucionária, é possível garantir a transformação social.

A tese de Franklin Oliveira Júnior (2000), intitulada *Paixão e Revolução Capítulos Sobre a História da AP*, corresponde a uma história política que objetivou narrar a Ação Popular como um movimento de esquerda no Brasil, influenciado pelo cristianismo e, desse modo, a tese promoveu uma leitura de fôlego dos diferentes autores que escreveram sobre o socialismo e demonstrou proximidade com ideais socialistas e marxistas, no sentido de que a Ação Popular é, sempre que possível, tomada na tese como um caminho para a transformação social, tida como necessária pelo autor. Ele procura analisar os caminhos tomados pela Ação Popular no que se refere aos equívocos adotados pela mesma na condução deste propósito:

A problemática analisada é o esforço de construção da AP como uma alternativa partidária nacional para amplos setores populares do nosso país, capazes de dirigir transformações revolucionárias no sentido do socialismo. Procura-se analisar suas marchas e contramarchas, os obstáculos que encontrou, as vicissitudes sofridas pela organização e seus militantes, seus caminhos e descaminhos, suas contribuições a este projeto ainda hoje em construção. Nas fases que marcaram a sua construção, a AP esteve mais perto ou mais longe deste objetivo. São os seguintes os critérios aqui adotados para essa percepção: a) o grau e a qualidade de penetração nas classes fundamentais da sociedade brasileira, particularmente o proletariado; b) o grau de amadurecimento teórico político da organização; c) a participação concreta nas lutas contra o processo capitalista em curso; d) as mudanças no perfil da organização. (p. 18)

Outra tese de doutorado, também voltada para a História Política, que prossegue esta linha de análise que visa garantir importância à transformação social, é a de Antonio Natanael Martins Sarmiento (1998) *Urnas & Baionetas. Os Comunistas na História Política de Pernambuco-PE 1930-1935*. Embora o trabalho esteja voltado para a História Política, o autor procura afirmar a importância do pensamento marxista para a discussão de temas que ultrapassem a esfera do político e do econômico e, desse modo, o mencionado trabalho tem uma importância ímpar nesta tese, uma vez que estou procurando não rotular os trabalhos de marxistas ou assim tomá-los apenas quando tratam de questões tomadas como básicas ou imprescindíveis para os defensores dessa concepção teórica que, de maneira semelhante a outras abordagens, não podem ser classificadas de forma restrita.

2.4 “Indeterminação de modelos”, “posturas flexíveis”

Algumas dissertações e teses pesquisadas não explicitam, literalmente, as suas influências teóricas. Seus autores costumam mencionar um certo ecletismo para o entendimento das temáticas que abordam e, dentre outros aspectos, afirmam:

(...) Assim sendo, pretendemos estudar aquela conjuntura complexa usando referenciais consagrados pela historiografia sobre o Brasil República (como o marxista) **e também outros referenciais difíceis de subordinar a uma determinada escola de pensamento historiográfico.** (ADHIKARI, 1988, p.5, grifos nossos)

O pensamento marxista é citado mas a proposta acima é a de visitá-lo através de autores já consagrados no Brasil, adeptos desta concepção. No entanto, o autor também deixa claro o fato de que este pode ser um dentre outros referenciais que

adotará. Nos anos de 1980, a produção acadêmica esteve sob o impacto da força do marxismo, presente de forma acentuada nas publicações de Caio Prado Junior dos anos de 1930 aos de 1950. Este aspecto provocou, em certos autores, a necessidade de, sempre que possível, “explicar” os motivos de não tomarem aquele referencial teórico como caminho:

(...) É possível que ainda fiquem a se cobrar as tradicionais conceituações teóricas – a exemplo das acirradas discussões sobre a gênese do capitalismo e, talvez, maiores precisões metodológicas. Em relação a tais particularidades, não há porque deixarmos de confessar que as pretensões foram bem maiores que a capacidade. Isto porque dentro da **orientação adotada, não foram concentrados esforços por teorizações vinculadas a esta ou corrente historiográfica de modo engajado**. Acreditamos que tal comprometimento poderia conduzir a que teorizações de conceitos e metas terminassem por determinar a forma sem realizar ou entender a sua concreção. Em outras palavras, optamos pela **indeterminação de modelos**, quanto à generalizada aplicação e, metodologicamente, pela dissociação de caráter teleológico. (BARROS, 1982, p. 10, grifos nossos)

O autor tenta justificar os motivos de não assumir o pensamento marxista mas, ao mesmo tempo, ensaia uma crítica ao conceito de teleologia que, visivelmente, ele acredita se fazer presente na mencionada corrente. A dissertação citada procura tratar dos Sistemas de Frotas e Navegações portuguesas e, diante da metodologia de trabalho adotada, não havia espaço, segundo o autor, para definições restritas. Seu texto defende a “indeterminação de modelos” mas esta não pode ser vista de forma separada da sua decidida opção de adotar uma metodologia sem engajamento a nenhuma concepção. É importante lembrar que a falta de engajamento também corresponde a uma escolha.

Os trabalhos apontam para este suposto distanciamento teórico, comumente, afirmam a existência de um método que pode vir a se adequar, de maneira “correta” aos temas que vislumbrariam estudar. A título de exemplo, pode-se citar a tese de

Eduardo Ramires Pinheiro da Silva, intitulada *Industrialização no Nordeste do Brasil: A Indústria Têxtil em Pernambuco-1940-1990*, que, no decorrer do seu capítulo teórico, analisou pensadores como Karl Marx e Max Weber elaborando afirmações como a que se segue:

Estas reflexões nos conduzem a adotar uma **postura flexível**, procurando adaptar a metodologia mais adequada a cada etapa de desenvolvimento do nosso trabalho. Nenhum método possui privilégio ou superioridade em relação ao outro (1999, p. 22, grifos nossos)

Então, o autor não possui a preocupação em “revelar” uma opção metodológica fechada porque entende que não existe formulação teórica capaz de, isoladamente, se “adequar” ao seu estudo. No entanto, nas primeiras linhas do resumo da tese, ele afirmou:

O presente trabalho trata da industrialização do Nordeste do Brasil, a propósito da indústria têxtil em Pernambuco, no período de 1940 a 1990. **Quanto à metodologia, somos levados a adotar a postura weberiana** quando considerou a distinção entre o método generalizante e o método individualizante, afirmando que qualquer ciência pode utilizar, conforme as circunstâncias, um e/ou outros desses caminhos – nenhum método possui privilégio ou superioridade em relação ao outro –de acordo com Weber, o método é comandado pela lei de toda técnica, ou seja, a eficácia – não se poderia dizer a priori que determinado processo é melhor do que outro – somente os resultados obtidos decidem sobre a validade. (Idem, s/p, grifos nossos)

Para Eduardo Silva, o pensamento de Weber permite ao seu trabalho adoção desta postura que ele próprio denominou de “*flexível*”. Apesar dele construir uma narrativa acerca das abordagens de Marx e Weber, ele, nitidamente, defende um posicionamento weberiano:

Max Weber desenvolveu o seu trabalho graças as suas convicções e ao método utilizado. Vale a pena recordar que ele foi o primeiro a ter implantado na prática uma teoria social sobre bases **rigorosamente científicas, evitando qualquer doutrina preconceituosa e**

qualquer síntese a priori. (...) Procurou trabalhar com um conjunto de conceitos precisos. (Idem, p. 21, grifos nossos)

Através de Weber, o autor acredita que se está empregando um método científico e despido de preconceitos. Max Weber é tomado como formulador de caminhos e conceitos válidos facilmente adequáveis ao seu estudo. É como se, ao adotar este pensador, não se estivesse assumindo um posicionamento teórico mas, sim, uma cooperação que permite a separação entre a teoria e o método, a partir da insistência de que existem maneiras **adequadas** ou não para tratar suas temáticas:

Silvia Cortez da Silva, na sua dissertação (1987, p. 12, grifos nossos), de certo modo, também defendeu essa idéia ao mencionar que *“foi usada a teoria **weberiana para uma melhor compreensão das articulações entre a sociedade patrimonial lusa e sua política de cooptação, na medida em que esta política direcionou e tutelou suas manifestações intelectuais**”*.

Diante do exposto, é possível reafirmar a impossibilidade de classificação teórica **definitiva** dos trabalhos, uma vez que as teorias se entrelaçam, os textos se relacionam e abordagens consideradas mais recentes do que o marxismo, como a História Social Inglesa e a Nova História, receberam a influência de trabalhos como o do próprio Marx e de pensadores como Weber, Michel Foucault e Walter Benjamin. Este último possui uma inspiração marxista mas também influenciou fortemente a produção acadêmica do programa na elaboração do que se pode chamar de História Cultural, principalmente, na abordagem de temáticas ligadas ao conceito de modernidade, analisado nas suas obras.

As teorias, portanto, não são estáticas, separadas por muros indestrutíveis. Elas possuem as suas diferenças mas não deixam de manter intersecções através da escrita da História. As teorias se misturam e, embora nem sempre a proposta dos

autores seja a de assumir o ecletismo como fundamento, emergem nos textos, através das possíveis semelhanças que guardam entre si. Estas intersecções emergem, também, nos momentos de elaborações críticas, nos momentos de inovação. Por exemplo, não há como não reconhecer a crítica ao positivismo alemão na seguinte passagem escrita por Benjamin (1994, p. 224): *Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.*

As teorias, portanto, ao serem observadas com olhares diferenciados, voltam a ter visibilidade mesmo que seja perpassada por uma visão que busca ser exatamente o inverso da que a precedeu. Porque o novo é uma invenção do velho, porque o presente ilumina o passado assim como o passado ilumina o presente. (Idem ibidem.)

2.5 Contra a verdade oficial, os outros sujeitos da História.

A História Social Inglesa deixou, também, a sua marca nos trabalhos pesquisados. Esta marca emerge relacionada aos textos com enfoque marxista e que anunciam uma relação próxima com a História Social. Desse modo, é importante afirmar que existe um fio tênue que separa História Social Inglesa, enquanto interpretação / concepção teórica, das apropriações marxistas da História sendo, inclusive, considerada uma nova leitura dos referenciais marxistas:

Este trabalho está situado entre a História econômica e História Social, na tentativa de resgatar a História do Município de Floresta do Navio no que diz respeito 'a organização produtiva, o trabalho e o abastecimento interno, entre os anos de 1850 e 1888. (SILVA, 1997, s/p)

A dissertação de mestrado, do final dos anos de 1990, anuncia esta relação. Existe aqui a busca de um estudo que estabeleça a ligação da economia do Município de Floresta com os segmentos sociais que nem sempre foram prestigiados pela historiografia:

Este trabalho está situado entre a História econômica e História Social, na tentativa de resgatar a História não só dos grandes fazendeiros pecuaristas como a dos agricultores pobres livres, estes que compunham a grande parte da população local. E, com relação a estes, salientamos que sua História começou a ser feita há muito pouco tempo na historiografia nacional, pois durante muitos anos foram relegados ao esquecimento, e isto se dava pelo fato de os pesquisadores estarem mais preocupados em analisar a macro-história, a produção econômica ligada à exportação. (Idem ibidem. 1997, p. 11)

O marxismo anunciou, no século XIX, a idéia de que todos os homens fazem História, ou seja, todos os homens são sujeitos da História e não apenas o Estado, como anunciava Ranke. Essa idéia é importante para a História Social Inglesa, uma vez que ela se fundamenta na narrativa da História a partir da perspectiva “vista de baixo”, ou seja: novos agentes sociais passam a ser incluídos na escrita dos historiadores que, da exaltação aos Estados, aos Generais, às “Civilizações”, aos Grandes heróis e ao Documento escrito, passou a incluir segmentos sociais como os índios, negros / escravos, trabalhadores, com ênfase nos operários e mulheres, na produção acadêmica. Busca-se dar visibilidade a determinados segmentos sociais que, de algum modo, antes eram considerados *excluídos da História*.

O trabalho que apresento nesta oportunidade visa, exploratoriamente, cobrir lacunas existentes nos estudos de etno-história indígena referente à região do médio São Francisco pernambucano.

(...) Pretendemos através da documentação levantada nos arquivos religiosos e públicos compreender e explicar as relações que se processaram entre os mais antigos habitantes da região, durante o período de instalação e funcionamento das missões. (BARBOSA, 1991, s/p)

A relação entre o passado e o presente começa a ser sentida como componente quase obrigatório do historiador e, através dela, se registra, também, a necessidade de novas formas de abordagem para a pesquisa histórica. Daí a afirmação de que a História Social inglesa se situa na confluência entre a concepção marxista e a Nova História. A sugestão da denominada História Vista de Baixo é a da defesa de que os que são considerados situados no “baixo”, necessitam ser lembrados:

Índios perseguidos, esquecidos, idealizados e lembrados. Inspirado nessa trajetória tortuosa, este estudo moveu-se principalmente pelo desejo de **trazer à luz** um pouco da história dos primeiros habitantes do Ceará e a realidade que criaram como estratégia de sobrevivência, quando cruzaram com os colonizadores. Juntando sinais dessa realidade, quando clara, indícios, quando sombria, os esforços para realizar esta pesquisa também foram movidos pelo desejo de cooperar para esse ‘revisitar’ ao passado colonial com **novos olhares** e assim olhar a questão indígena presente com maior clareza. (BARROS, 1997, pp.131-132, grifos nossos)

Os negros, como já foi mencionado, passaram a ter suas histórias privilegiadas, principalmente através da elaboração de trabalhos sobre a escravidão negra no Brasil:

Nosso estudo aborda a questão agrária numa sociedade de senhores de escravos e o modo como a classe dominante encara os problemas ligados à economia agro-exportadora escravista montada na grande propriedade. (ROSAS, 1987, p. 2)

Tem sido possível observar que, no final da década de 1970 – momento de criação do curso de mestrado em História da UFPE – e a década de 1980, a produção acadêmica recebia a influência de teorias como a positivista, a marxista, em maior escala naquele momento, e da História Social Inglesa, em vias de consolidação no Brasil com os estudos de Thompson e Hobsbawm:

Partindo do princípio que a História é, por definição, absolutamente social, fomos buscar os pressupostos teóricos e as indicações de

nossa investigação nos princípios metodológicos da História Social.
(OLIVEIRA, 1983, p.07)

Nesta dissertação de 1983, emerge a necessidade de se trabalhar não mais com a História política, nos moldes do positivismo, mas sim com o conceito de História Social. Na produção acadêmica da pós-graduação, a mencionada dissertação é ímpar nesta afirmativa e, sem dúvida, trabalha com a História Social enquanto campo, a partir do marxismo. Nos anos de 1990, foi que a História Social, como concepção teórica, ganhou uma maior visibilidade e se apresentava, também, como uma forte oposição ao pensamento positivista. Porque o combate ao positivismo, por parte dos *Annales*, estava fundado também na crítica ao fato da História ser essencialmente política. Desde a emergência do marxismo, no final do século XIX, os ideais positivistas de construção de uma história voltada para o culto dos heróis foram sendo desmistificados e buscou-se contemplar, principalmente, os operários, os trabalhadores, nas tramas historiográficas.

A História Social Inglesa nasceu, inclusive, voltada para a apropriação dos chamados “mundos do trabalho” conforme anunciava Hobsbawm e Thompson. Este último, no seu livro, já considerado clássico, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, elaborou uma nova leitura do marxismo e, desse modo, passou a defender o conceito de classe social como ligado ao conceito de *experiência*.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem dos seus.(THOMPSON, 1987, p.10)

A classe é uma construção. Ou seja: antes de existirem as classes, existe a luta de classes e é nesta luta entre aqueles que se identificam uns com os outros e que possuem antagonismos com relação a outros, que as classes vão se constituindo. A

proposta de Thompson coloca o trabalhador como sujeito da história e investiga-o não apenas na perspectiva econômica mas também quanto aos seus hábitos, tradições, comemorações, etc., ou seja, dá conta do modo de vida dos sujeitos históricos.

Nesta perspectiva, algumas dissertações e teses objetivaram abordar a História dos trabalhadores e seus movimentos sociais como também a sua inserção política junto aos seus sindicatos, a exemplo da dissertação de Maria Sângela de Sousa Santos, intitulada a *Organização dos operários têxteis, Fortaleza/CE* (2000). A História dos trabalhadores, portanto, se aproxima tanto da concepção da História Vista de Baixo como também do marxismo. Quando, “*para o marxista, ou mais comumente o socialista, o interesse na história das pessoas comuns desenvolveu-se com o crescimento do movimento trabalhista*’.” (SHARPE, in BURKE, 1992, p. 42).

O conceito de “baixo”, aplicado à História, foi discutido por Jim Sharpe (Idem *ibidem*. p. 43) como problemático porque traz, inevitavelmente, um teor preconceituoso tendo em vista que propaga a oposição entre o *baixo* e o *alto*. Neste sentido, fazer História Vista de Baixo é tentar “corrigir” a História destacando uma dicotomia que favorece a uma leitura preconceituosa de mundo?

(...) Todos compartilhamos espontaneamente a convicção de que existe uma grande e pequena história que se opõem em função de hierarquia de importância. Essa hierarquia foi, durante muito tempo, a dos reis e dos grandes generais; mais recentemente, tornou-se a das massas e dos processos anônimos que governariam a vida dos homens. (...) A maioria das historiografias ocidentais passou a se empenhar em devolver seu lugar àqueles que não deixaram nem nome nem vestígio visível, e a célebre (e tantas vezes invocada) apóstrofe de Brecht, ‘Quem construiu Tebas das sete portas?’, poderia servir de exergo a esse vasto esforço para escrever uma História ‘vista de baixo’. (...) O problema aqui não é tanto opor um alto e um baixo, os grandes e os pequenos, e sim reconhecer que uma realidade social não é a mesma dependendo do nível de análise – ou, como muitas vezes se dirá neste livro, da escala de observação.

Jacques Revel (1998, p. 12), nesta passagem, traz a tona o conceito de *fato histórico* que se tornou conhecido: o evento tem que ter grandes proporções para se tornar História. No entanto, ele anuncia a mudança historiográfica transcorrida e alerta para o fato de que não importa se a história é da elite ou do pobre; do índio ou do português, do negro ou do branco; dos homens ou das mulheres; da burguesia ou do proletariado, enfim, dos “vencidos” ou dos “vencedores”. O que importa é a “escala de observação”, ou seja, o lugar do olhar que o historiador direciona ao seu trabalho. Porque, sem dúvida, é possível falar de índios defendendo sempre a perspectiva do colonizador.

Ao mudar a escala de observação, mudam, portanto as concepções teórico-metodológicas da História e, por conseguinte, ela mesma.

Assim, na primeira metade do século XX, com o olhar de pensadores como Walter Benjamin, a História modificou epistemologicamente a sua noção de fato histórico e, desse modo, não se tratava de algo raro o encontro com trabalhos que corroboram ou citam a seguinte passagem:

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. (BENJAMIN, 1994, p. 223)

A ampliação do campo historiográfico, principalmente na década de 1990, no Brasil, vem se dando através de pensamentos como este de Benjamin. Para a História, não tem sido mais tão necessário classificar os acontecimentos entre os que merecem ser passíveis de análise ou não. Entre grandes e pequenos. Se tudo é História, a ênfase das escolhas temáticas dos historiadores não perpassa mais pelo território exclusivo da história política ou econômica.

Mas, sem dúvida, a ampliação do enfoque historiográfico para além dos grupos de trabalhadores e, evidentemente, para além do culto aos heróis da tradicional História Política, teve seu início com a, já mencionada, Escola dos *Annales* (1929) que, aos poucos, foi colocando a importância da interdisciplinaridade nas Ciências Sociais, fazendo com que emergisse uma relação mais próxima da História com a Sociologia, Antropologia, Geografia, Psicologia, etc.. A relação da história com outras disciplinas contribuiu para a abordagem de novas temáticas por parte dos historiadores.

Nos anos de 1990, a interdisciplinaridade já havia se consolidado e um tema como a História da Religião, a que antes os historiadores, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, não dedicavam tanta atenção, passou a ser incorporado. Em que trabalhos, como o que se segue, marcaram uma inovação advinda da interdisciplinaridade proposta pelos *Annales* como também a partir de uma influência da antropologia e da concepção da História Social Inglesa em discussão:

Apesar de toda tentativa de camuflagem, a sociedade brasileira é marcada pelas desigualdades raciais. Três séculos e meio de escravidão e cinco séculos de racismo são sustentáculos bastante fortes para tais desigualdades. (QUEIROZ, 1999, s/p)

Por se tratar de estudo que privilegia a religião “afro-brasileira”, evidentemente, ligada à História dos negros no Brasil, ele guarda uma forte relação com a concepção que objetiva narrar a histórica dos vencidos e ampliar o enfoque temático e social:

A presente dissertação se enquadra dentro das novas tendências historiográficas, que visam contar a história, não mais dos grandes acontecimentos, e nem mesmo das raízes econômicas de uma determinada região, mas objetiva criar uma memória histórica da sociedade, contar como viviam e o que pensavam as pessoas comuns de um determinado momento histórico. Dentro desse enorme leque de opções que se abriu aos historiadores contemporâneos, encontra-se a história da mulher. (CASTELO BRANCO, 1995, p.8)

Emerge, no texto acima, a preocupação em romper tanto com as teorias que defendem o estudo dos grandes eventos como a que abraça as temáticas da História Econômica como fundamentais. Vislumbra-se, assim, uma abordagem da História das ‘pessoas comuns’ e, neste caso, a História das mulheres como um novo objeto difundido pelo movimento que os *Annales* iniciou: o da Nova História.

2.6 Apropriações teóricas da crise dos paradigmas

A interdisciplinaridade vem contribuindo para o fato da história incorporar, na sua metodologia e teoria, elementos de outras disciplinas. Porém, esta interdisciplinaridade defendida pelos *Annales* também ocasionou uma certa crise na disciplina:

Hoje, o paradoxo da ciência histórica é que justamente quando, sob suas diversas formas (...), ela conhece uma popularidade sem par nas sociedades ocidentais, e logo agora quando as nações de Terceiro Mundo se preocupam antes de mais nada em dotar-se de uma história (...), se a história tornou-se, portanto, um elemento essencial da necessidade de identidade individual e coletiva, logo agora a ciência histórica sofre uma crise (de crescimento?): no diálogo com as outras ciências sociais, no alargamento considerável de seus problemas, métodos, objetos, ela pergunta se não começa a perder-se. (LE GOFF, 1994, p. 16)

O questionamento acerca desta ampliação, que faz com que o território do historiador não mais esteja demarcado com nitidez, configura uma discussão que o conceito de interdisciplinaridade provoca e faz com que a escrita da História seja colocada em debate. Ou seja: a crise fomentada pelo esgotamento do paradigma da modernidade, pelo pensamento pós-moderno.

A crise dos paradigmas na História, presente também entre outras áreas de produção do conhecimento, passeia pela constatação de que o saber histórico não é um conhecimento seguro ou preciso, uma vez que seus próprios objetos não o são e que não é possível “enquadrar” os seus temas em uma única concepção teórica. O que se chama de crise, está presente nestes elementos. Está presente na dificuldade em se definir qual o objeto da História.

Remetendo, mais uma vez, a presente análise ao pensamento marxista, é interessante observar o seguinte comentário extraído da tese de Antonio Natanael Martins Sarmiento (1998 p. 13):

A nosso ver, a propalada crise dos paradigmas tem servido mais de cortina de fumaça do que novas luzes do conhecimento. Com efeito, se a noção de crise e de tensão é inerente à concepção marxista, não devemos desconsiderar que hajam crises e ‘crises’, isto é, a crise pode ser real ou construída. Neste sentido, o alarde em torno da chamada crise dos paradigmas possui acentuado conteúdo de ocultação. O lado mais enfatizado e nítido é o que se propõe a expor o marxismo como anacrônico, como determinismo econômico a ser sepultado. Na banda escura, sequer aparecem os que identificam na crise suas enormes possibilidades de criação e de renovação para o referido método. Nesta conformidade, o tempo de crise deve ser visto como propício à reafirmação e ao crescimento do paradigma, enquanto o discurso que decreta a morte da tradição teórica marxista deve ser visto como ideologia. No primeiro caso ideologia no sentido afirmativo e, no segundo, no negativo. Por que? Entendemos que enquanto o primeiro procura trazer à luz os antagonismos sociais, o segundo procura ocultá-los.

Existe aqui a preocupação de que a crise de paradigmas seja um fenômeno que afeta exclusivamente a concepção marxista. As inovações, as preocupações com as questões sociais, apontadas na historiografia, a partir da defesa de uma História Social por parte da Escola dos *Annales*, provocaram fortes críticas aos modelos de interpretação da História que, em um momento, defendiam a exclusividade de estudos políticos e, em outro, a determinação de princípios econômicos no chamado “processo” histórico. Concordo com a citação acima em um aspecto: não há

necessidade em sepultar o marxismo. Neste trabalho, tenho procurado demonstrar a sua importância na produção acadêmica da pós-graduação, na historiografia de um modo geral.

No entanto, é estranho o discurso de que a crise de paradigmas se destina a “*ocultar os antagonismos sociais*”. Não seria melhor refletir acerca do fato de que, de maneira diferenciada aos marxistas, que adotam o conceito de ideologia como caminho de interpretação da realidade, outras concepções teóricas não abordam a História do mesmo modo?

Sem dúvida, com a crise de paradigmas, o marxismo também foi atingindo. Digo, o paradigma marxista foi abalado porque não era mais possível defender a visão de que as respostas, acerca da História de todas as sociedades humanas, já haviam sido encontradas. A crise se dava basicamente nesta situação de que não há exatidão na construção do conhecimento e, particularmente, o histórico.

Cumprе afirmar que as releituras de Marx, anunciadas por Sarmiento, na citação anterior, já vinham sendo construídas antes do auge da crise nos anos de 1990, tendo em vista que, na atualidade, não é possível falar de marxismo mas, sim, de marxismos, ou seja, não se pode falar de apenas uma leitura de Marx, há que se lembrar de Lenin, Althusser, Stalin, Gramsci, Benjamin e de historiadores da, já mencionada, História Social Inglesa como Hobsbawm e Thompson. Eles, dentre outros, são construtores de novas perspectivas teóricas para a historiografia, a partir dos escritos de Marx:

No que concerne [sic] a problemática teórica, entendemos que o marxismo não se limita apenas, como se costuma difundir ordinariamente nessas últimas décadas, a análise de aspectos macros do sistema. Ao nosso ver, o marxismo é uma concepção válida e capaz de dar conta do molecular societário, de apreender as minudências do real, de perceber os aspectos do cotidiano, de sopesar as representações simbólicas e, enfim, de reconhecer o

espaço do acaso na história. Entendemos, pois, que o método marxista permite dar respostas satisfatórias às questões essenciais das relações cotidianas do homem em sociedade. Este edifício teórico, como se sabe, parte de um pressuposto que é o Modo de Produção, sobre o qual ergue a inter-relação de uma infra-estrutura econômica com uma superestrutura política. (Idem *ibidem*. p. 10)

O marxismo, portanto, seria capaz de responder às questões que a História coloca. A validade das respostas marxistas e, portanto, a sua atualidade no final da década de 1990, momento de produção da tese tal qual o autor a percebe, poderia levar à inferência de que os novos rumos da Teoria e Metodologia da História seriam apenas reelaborações do pensamento que já havia descoberto as respostas “*válidas e satisfatórias*” sobre as diferentes esferas das sociedades e da História.

No entanto, foi exatamente a procura de se trabalhar não mais com o privilegiamento das estruturas políticas e ou econômicas, inclusive sob a influência do pensamento marxista na percepção de “*aspectos do cotidiano*”¹⁹, que se possibilitou buscar aos estudos históricos uma nova abordagem a que se pode denominar de História do Cotidiano. Esta, por sua vez, marcou o ingresso de novos temas na produção da escrita da História:

As pesquisas sobre o cotidiano são um dos elementos de um processo bem mais geral, a saber, a diversidade de orientações temáticas e metodológicas que se vem observando nas pesquisas no país, principalmente a partir dos anos 80. Ainda que reduzidos numericamente, os trabalhos sobre bruxaria, sexualidade, corpo, loucura ou imaginário já se fazem presentes também no Brasil, indicando [a] tentativa (...) de atualização permanente em relação aos rumos da pesquisa no exterior. (FICO, 1996, p. 203)

Desse modo, pode-se, sim, apontar a crise, a redefinição de paradigmas, a emergência de novos objetos de análise, enfim, os diversos aspectos que, nos últimos anos, têm modificado a forma de construção do conhecimento histórico, como

¹⁹ As intersecções entre marxismo e nova história foi abordada no texto de Guy Bois, presente na obra: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. 4. ed São Paulo: Martins Fontes, 1998. pp.242-260.

impulsionadores de mudanças que alguns autores apontam como lançadoras de desafios para os historiadores.

Um campo antes afeito à macro escala de análise (estrutural), como a História Econômica, tem deslizado para territórios pouco explorados pelos historiadores, até o século XX, como a história do cotidiano, das famílias, mulheres, negros, crianças, etc.

No final do século XX, cada vez mais, exacerbou-se o interesse dos historiadores por novas temáticas. Os objetos de estudo dos historiadores principiavam uma relação com o campo da História Cultural em que temas como as mentalidades e o cotidiano foram aprofundados e reelaborados. A busca por novas problemáticas e abordagens da História caracteriza o que vem se convencido chamar de “Nova História”. Para esta forma de pensar a História, tornou-se difícil perceber o ponto em comum dos seus trabalhos, devido ao surgimento, cada vez mais veloz, de novos objetos:

Não se pode dizer que haja uma História Nova, porque o movimento está marcado por ambigüidades e contradições. Mas é possível conferir-lhe alguma unidade na preocupação dominante de ampliação do campo de observação do historiador com a descoberta de novos objetos e na aproximação com outros campos do conhecimento humanístico, como a Antropologia, Economia, Sociologia e Psicanálise. (BARREIRO, 1995, p.17)

Neste sentido, a palavra crise pode se confundir com a palavra “nova” adjetivada à História, tendo em vista que foi através da Nova História que se acentuou o debate acerca das mudanças no discurso histórico do final do século XX. A característica maior da Nova História é, exatamente, a incorporação de novos objetos, de novas formas para se desenvolver o ofício de historiador. Em que a palavra *novo*, em certo sentido, pode repassar a idéia de falta de determinação ou de especificação para o saber histórico. Essa falta de determinação faz com que o terreno da Nova

História não possa ser demarcado porque, ela mesma, aposta na expansão permanente. Devido, inclusive, à ligação mais forte que esse movimento estabeleceu da História com outras disciplinas.

Este tipo de abordagem teórico-metodológica que, a cada momento, amplia a dimensão dos estudos historiográficos, aproxima-se do fato de que os historiadores estão reconhecendo a impossibilidade de se construir textos que dêem conta de toda uma multiplicidade presente na História vivida. Visto que eles têm percebido seus trabalhos como versões, fragmentos da História. Daí a expressão de François Dosse para definir as novas tendências da História: *A História em Migalhas*.²⁰ A fragmentação da História pode ser reconhecida não como uma busca de micro-análises que poderiam vir a se unir e formar um todo, ou seja, dar conta da totalidade histórica. O que mais tem sido objeto de preocupação é exatamente um movimento inverso a este, ou seja, não se busca a totalidade. Mas, sim, a inserção de temas antes tidos como marginais, tidos como desnecessários para a compreensão da história, para a observação dos sentidos que a historicidade constrói.

A crise, portanto, em alguns aspectos, se manifestou de forma positiva na História, principalmente, no que se refere ao alargamento das potencialidades do ofício do historiador.

2.7 A relativização do Saber histórico: a Nova História.

É importante afirmar, mais uma vez, a dificuldade de estabelecer classificações teóricas estáveis, uma vez que acredito não ser correto utilizar a teoria como uma camisa que simplesmente se acomoda ou não aos temas estudados. Até

²⁰ François Dosse analisou as principais formulações dos *Annales*, na sua obra: **A história em Migalhas**. São Paulo: Ensaio, 1992.

porque não é possível falar de uma única História Social, uma única Nova História. No entanto, é imprescindível abordar estas tendências heterogêneas não apenas entre elas como também no interior das suas formulações. A Nova História, sem dúvida, é a que mais se destaca nesta heterogeneidade interna.

A Nova História transita por esses caminhos díspares que os historiadores assumiram na segunda metade do século XX. Não é possível, portanto, não declarar as influências, de forma, às vezes, próximas, às vezes, distantes, de autores como Marx, Walter Benjamin, Michel Foucault e outros nas novas formulações da historiografia dos *Annales*, 1929, até o final do século. E por falar em *Annales*, não há como não estabelecer distinções visíveis entre o seu início com Marc Bloch, Lucien Febvre e, posteriormente, a partir de Fernand Braudel e as construções posteriores da Nova História de Roger Chartier, Robert Darton, Carlo Ginzburg, Jacques Le Goff, e destes, por sua vez, com Michel de Certeau e Paul Veyne.

Significa dizer que a Nova História, enquanto unidade de pensamento, não existe, porém, e ao mesmo tempo, o que lhe fornece visibilidade, é a sua diversidade de idéias. Desse modo, a influência das novas abordagens na produção acadêmica vem associada às formas de apropriações dessa corrente historiográfica no Brasil, em que autores como Nicolau Sevcenko, Mary Del Priore, Maria Stela Bresciani, Margareth Rago, dentre outros, podem ser tomados como ilustração e exemplo. Portanto, como a Nova História tem faces múltiplas, é a partir dessa multiplicidade que ela pode ser analisada e, principalmente, da multiplicidade que invade a produção do saber histórico na atualidade.

A título de exemplo, pode se citar uma expressão que foi difundida em um livro de Lynn Hunt, intitulado *A nova história cultural*, onde a autora reuniu análises acerca de autores aqui já mencionados como Michel Foucault e Thompson. Esse

conceito - Nova História Cultural – é tão abrangente quanto o da Nova História, talvez um pouco mais, porque, através dela há esse encontro de novas construções do marxismo com pensamentos que serviram de base para a Nova História da segunda metade do século XX, como o de Foucault. Desse modo, há, no conceito citado, o que Sandra Pesavento (2003, p.99) denominou de uma História Cultural que ultrapassa as fronteiras da França e que, portanto, não deve ser confundida com a Nova História oriunda da tradição dos *Annales*.

Concordo que a História Cultural reúne autores com uma proporção mundial, mas não acho que este deva ser um aspecto definitivo de distinção entre a Nova História e a História Cultural, isto é, o da primeira ser necessariamente *made in* França e a segunda, “universal”. O interesse deste trabalho está muito mais em analisar as aproximações entre ambas do que os distanciamentos. Porque os autores que embasaram a chamada Nova História, também ajudaram a consolidar as diferentes temáticas relacionadas à História Cultural.

Desse modo, é importante esclarecer que a História Cultural e a Nova História estarão sendo aqui apropriadas muito mais como provocadoras de novas temáticas inspiradas em autores de diversas tendências teóricas do que como correntes teórico-metodológicas estreitas, fechadas em um arsenal epistemológico inabalável e separadas de todo um universo de teorias já construídas. Porque, como já foi mencionado, além de ser impossível, não se trata de uma meta deste capítulo classificar todas as concepções teórico metodológicas que tiveram repercussão nas dissertações e teses do Programa. Mas, sim, observar como diferentes ou algumas opções teórico-metodológicas foram sendo apropriadas nos textos.

Desde os anos 70, com a publicação dos três volumes de Pierre Nora e Jacques Le Goff, intitulados: *História: Novos Objetos*; *História: Novas Abordagens*;

História: Novos Problemas, a disciplina histórica acentuou a discussão em torno de metodologias e teorias sendo, estes volumes, considerados responsáveis pela divulgação da expressão “Nova História” como configuradora do movimento de renovação historiográfica do final da década dos anos de 1970.

Já anteriormente referido, este movimento passou a incidir na historiografia brasileira no final da década de 1980 e na produção historiográfica da pós da UFPE nos anos de 1990, principalmente, quando os temas já considerados símbolos da Nova História, como a História das mentalidades; História do imaginário, História do cotidiano, começaram ser trabalhados. Desse modo, para uma melhor análise da presença da Nova História no PPGH, é necessário situar o debate em torno dos campos historiográficos procurando destacar a emergência das novas abordagens nos discursos historiográficos da produção acadêmica dos anos de 1990.

Philippe Ariès, em um artigo publicado na coletânea intitulada *A Nova História*, dirigida por Jacques Le Goff (1998, pp. 154-179), apresenta as peculiaridades da chamada História das Mentalidades e demonstra, a partir de alguns exemplos, que esta busca mapear as “*mudanças de mentalidade*”, ou seja, os pensamentos que são aceitos em determinadas épocas, em determinadas culturas e em outras, não.

Para o historiador, as mudanças de mentalidades podem ser observadas mediante a articulação da história com a psicanálise. Esse encontro, junto com a defesa da interdisciplinaridade, desde a Escola dos *Annales*, trouxe para o campo da História a abordagem do conceito de *inconsciente* e, de forma específica para o estudo das mentalidades, o de *inconsciente coletivo*.

Os textos voltados para uma História das mentalidades procuram trabalhar com os códigos morais, com as regras ligadas ao plano dos sentimentos, às crenças, às

religiosidades, enfim, com os signos mentais que as culturas assumem nos seus espaços coletivos e individuais.²¹

A psicologia social também influencia, de maneira decisiva, o estudo das mentalidades. Os frutos desta relação – psicologia social e mentalidades - estão visíveis na construção de textos acerca de personagens marginalizados e de comportamentos sociais e culturais que possibilitem o entendimento dos padrões comportamentais de uma época.

O conceito de mentalidade aproxima-se do ideal defendido pela Nova História, ou seja, inserir novos objetos no estudo da História e ampliar o campo de análise do historiador. No entanto, é importante frisar que a noção de mentalidade guarda uma outra proximidade com a Nova História: o seu conceito é tão díspar quanto o dela, isto é, a noção de história das mentalidades não possui precisão, tratando-se, inclusive, de uma das manifestações mais combatidas ou que mais consolidou críticas em torno da Nova História. O campo das mentalidades também é difícil de ser delimitado e raros são os trabalhos que não abordam, de forma simultânea, as mentalidades e o cotidiano. Quando, por exemplo, no estudo da História das cidades, nas Histórias das mulheres, na relação da História com a literatura, é raro não aparecer um conceito ou outro – mentalidade ou cotidiano.

As escritas da História do PPGH-UFPE dos anos de 1990, diante das discussões teóricas que penetraram a historiografia nacional nesse período, elaboraram textos que buscavam ultrapassar o estudo das estruturas econômicas e políticas e, assim, promover a “*reconciliação da História consigo mesma*”, de acordo com as palavras de Mary Del Priore (in CARDOSO e VAINFAS, 1997, p. 274):

²¹ Acerca do conceito de mentalidades e de uma apropriação deste por autores próximos da Nova História, consultar: LE GOFF, Jacques. A História Nova. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. pp. 154-176. e : LE GOFF, Jacques. **História**: novos objetos. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. pp 70- 71.

História dos anti-heróis e das anti-heroínas, de criaturas ordinárias, do ‘homem sem qualidades’ – descrito por Musil -, a pequenos prazeres, dos detalhes quase invisíveis, dos dramas abafados, do banal, do insignificante, das coisas deixadas de ‘lado’. Mas nesse inventário de aparentes miudezas, reside a imensidão e a complexidade através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma.

Priore fala de um fazer histórico no nível do cotidiano. Não mais a História dos grandes eventos; mas a micro-história.²² O conceito de cotidiano favorece um deslocamento na escrita da História, uma inversão de prioridades e de critérios porque

A importância de pesquisar o cotidiano nos leva a conhecer e compreender a simplicidade da vida dos homens e a uma visão mais abrangente do seu grupo social, na qual todos participam com o saber, sentimentos, trabalho, lazer e religiosidade, criando laços de solidariedade. Os procedimentos e os modos de ação que constituem a vida diária de cada pessoa ou de cada grupo humano, não se separam, seja da estrutura social em que se inserem, seja das concepções e das idéias que lhe são impostas, pois identificam uma época. (SANTOS, 1998, p. 01)

A miudeza guarda uma imensidão, guarda outros temas, outros cenários a explorar. Apesar do texto citado falar de “simplicidade da vida dos homens”, este cotidiano, sem dúvida, é muito mais complexo do que se possa imaginar. Dentre estes e outros aspectos, a História do cotidiano amplia as temáticas da História: o estudo do cotidiano se imbrica com, por exemplo, o estudo das cidades e as escritas da História. Especificamente, a produção acadêmica aqui discutida, foi influenciada a produzir novas leituras:

(...) ao trabalharmos com as novas abordagens da historiografia, que discutem o cotidiano da cidade, sujeitos que anteriormente eram ocultados pela historiografia tradicional, aparecem trazendo novas perspectivas de estudo. (MARIANO, 1999, p. 04)

²² A mudança nas escalas de observação da História estão discutidas na obra organizada por Jacques Revel: **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

O discurso dos historiadores estabelece relações entre a emergência de novos objetos e de novos personagens nas suas tramas. O olhar do historiador se modificou e, além de observar novos personagens, ele começa a fazer a História dos seus próprios objetos de pesquisa. Através desse novo olhar, ele compreende a importância de destacar onde o seu trabalho é diferente de textos que adotam perspectivas tradicionais.

A intenção, ao se elegerem como temática as cidades, passou a ser relacioná-las ao conceito de modernidade, e com privilégio às últimas décadas do século XIX e início do XX. Comumente, estes trabalhos procuram vincular-se à História cultural e consolidam a leitura da cidade como lugar do simbólico. Ao trabalharem com o tema das cidades, principalmente, nos anos de 1990, as dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em História – UFPE assumiram para si a tarefa desta inovação teórico-metodológica que, sob a influência de autores como Michel Foucault e Walter Benjamin, tomaram as cidades como lugar, respectivamente, da disciplina e do espetáculo:

O presente estudo tem como objetivo analisar historicamente a sociedade campinense nas três primeiras décadas do século XX, atentando para as mudanças provocadas na sociedade campinense, frente ao discurso modernizador, mostrando que o estatuto da modernidade favorece para disciplinar as relações pessoais, comerciais e sociais na cidade, à medida em que interferiu no cotidiano da população. (NASCIMENTO, 1997, p. 06)

Regina Coelli Gomes Nascimento, na passagem acima, fala de três aspectos básicos para a historiografia que discute a temática da cidade: os discursos relacionados ao conceito de modernidade, a disciplinarização e as mudanças no cotidiano da população.

O conceito de modernidade tem sido tratado como ambíguo. Ele enuncia o velho e o novo; o antigo e o moderno.²³ Para pensar a modernidade como esse enunciado da contradição, a autora Ana Maria Farias se inspirou em Walter Benjamin e afirmou:

A modernidade, enquanto conceito, pode ser analisada quanto a sua dimensão positiva e negativa, como é apresentada na obra de Walter Benjamin, que em alguns momentos, elogia o moderno e, em outros momentos, é anti-moderno. Essa dialética pode ser compreendida quando, por um lado, remete-se à idéia de modernidade emancipatória do homem, como previa o projeto iluminista, onde a técnica estaria a serviço do homem. Por outro, quando se visualizava uma modernidade realizada pelo capitalismo, onde a técnica transformasse em instrumento de opressão e dominação. (FARIAS, 1997, p. 85).

A relação dos autores do programa com os conceitos de Benjamin e Foucault tem sido intensa nos últimos anos. Existe clareza, nos trabalhos citados, da escolha teórico-metodológica realizada, quando os conceitos são trabalhados e seus significados, associados às temáticas estudadas:

Pode-se dizer que na perspectiva da modernidade, o que ocorreu na cidade foi um disciplinamento do espaço urbano, via seletividade, com a expulsão dos moradores pobres das áreas mais nobres, o que não era compatível com o progresso. (Idem *ibidem*. p. 323).

A autora toma a cidade como lugar do disciplinamento. O conceito de disciplina, elaborado por Michel Foucault, renovou a discussão em torno do poder devido a sua análise das relações de poder entre os indivíduos e, neste conjunto, entrava a disciplina como uma forma de poder presente no cotidiano, no corpo dos indivíduos:

(...) Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou

²³ As relações entre o antigo e moderno, o velho e o novo, foram discutidas no livro: LE GOFF, **História e Memória**. 3 ed. Campinas: UNICAMP, 1994.

obrigações (...) Não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica - movimentos, gestos, atitude, rapidez. (...) Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade. São o que podemos chamar as disciplinas. (FOUCAULT, 1987, p. 126)

Nesta perspectiva, as cidades foram construídas, nos discursos dos historiadores aqui trabalhados, como lugar do controle dos gestos, dos corpos, enfim, como lugar de disciplinarização. A modernidade, para Foucault, é disciplinadora, é vigilante. Daí outros trabalhos passarem a analisar a modernidade como um projeto civilizador:

Em ‘O Processo Civilizador’ Norbert Elias persegue o seguinte problema de pesquisa: ‘Como ocorreu realmente essa mudança, esse processo ‘civilizador’ do Ocidente? Em que consistiu? E quais foram suas causas ou forças motivadoras? (...) Nestes termos, pelo contributo de Norbert Elias conceituamos a modernidade como ‘o processo civilizador’. (SILVA FILHO, 1999, p. 12)

A cidade passa a ser observada, através do olhar do historiador, mediante conceitos de civilização, disciplina, modernização e remodelação:

Em que medida se instauraram na cidade da Parahyba e, em Cajazeiras, nas três décadas iniciais deste século, os traços definidores da modernidade? Essas referências foram criadas? Se foram, através de quais emblemas as mesmas se instituíram? Estas perguntas, levam-nos ao interesse em compreender as condições globais que envolveram essas cidades na segunda metade do século XIX e primeiras três décadas do século XX, verificando as injunções técnicas e culturais que se disseminavam no espaço urbano em torno do que se entendia ser **modernizador**, civilizador, remodelador. Em igual medida, estamos interessados em pensar a mentalidade dos habitantes, seus modos de vida, interrogando o passado, na busca de estabelecer uma solidariedade entre os tempos, entendendo que o presente resulta de uma construção de memórias que o passado está no presente. **Nossas perguntas** surgem no presente. (Idem ibidem. pp 12-13)

E ainda:

A Cidade é como um texto: ela pode ser lida! Em seus fragmentos e em seus territórios, estão retidas uma diversidade de linguagens, as quais podem tornar-se textos, textos de cultura. Seus traços materiais e sua paisagem de símbolos constituem-se como objetos, perpassados por vários fluxos, os quais o historiador deve anunciar. (Idem ibidem. p.1)

As novas leituras da cidade, portanto, aproximaram a produção acadêmica em debate do campo da História Cultural. Nessa perspectiva, a cidade pode ser interpretada, ser lida e, acredita-se, ter alguns de seus símbolos estudados:

Procuramos escapar da sugestão da cidade como mero suporte dos acontecimentos, buscando apreender, a cada passo, como práticas culturais se efetivam, referenciadas nos espaços da cidade, expressando tensões, produzindo simbologias. As práticas que os sujeitos efetivam são consorciadas com o espaço urbano. (ARRAIS, 1995, p. 08)

A cidade é tomada como um signo da cultura moderna, como um enunciado que produz sentidos acerca do modo de vida das pessoas, das “práticas culturais”:

(...) Essas práticas, expressam lutas sociais, resistências e redes de solidariedade, foram observadas à luz das reflexões de uma "nova história cultural", dentro da qual, guardadas as diferenças, podemos destacar os nomes de Natalie Zemon Davis e Roger Chartier. (Idem ibidem. p. 07)

Segundo Roger Chartier, não é possível pensar no social e nos significados por ele produzidos sem o entendimento das “Práticas culturais”; sem o entendimento dos símbolos e das redes intelectuais construtoras das representações da realidade.²⁴

O entendimento da cultura como prática e da idéia de representação “como algo que permite *“ver uma coisa ausente”* ou como *“exibição de uma presença”*, foi adotado como caminho teórico-metodológico por alguns trabalhos, conforme assinala LIMA (1997, s/p):

²⁴ Acerca dos conceitos de prática e de representação social é importante consultar: CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990; Ver também: Ver: VAINFAS, Ronaldo. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. (orgs) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 154.

A intenção desta dissertação é analisar os elementos com que os poetas populares, em seu versejares, representam o padre Cícero. Como, nas práticas e representações, constróem a imagem que se legitimou do sacerdote. Imagem que se monta numa perspectiva em que os símbolos do sagrado são evidenciados nos epítetos de: santo, taumaturgo, profeta, conselheiro, líder carismático, entre outros. Na consecução deste objetivo, tomamos como fonte primordial a literatura de cordel produzida, principalmente, nas cinco primeiras décadas do século XX.

Trabalhos que apontam para a leitura do imaginário, das crenças, dos medos, das fantasias, dos sonhos, invadiram a produção acadêmica dos cursos de mestrado e doutorado aqui debatidos:

A palavra imaginário vem, evidentemente, de imagem. A imaginação é uma faculdade humana. O imaginário é a totalidade baseada no tempo, na História e na raiz etnológica das representações humanas. O imaginário é o que distingue o homem de todos os outros animais. (CAVALCANTI, 1990, p. 20)

A noção de imaginário foi apropriada com ênfase pela produção do conhecimento histórico dos anos de 1990 e se aproxima da renovação metodológica e conceitual da História naqueles anos. Estou aqui mencionando os “novos objetos” que, por sua vez, guardam intersecções com o campo da História Cultural:

A História cultural permite uma construção do imaginário de uma época. Os indivíduos são capazes de historicizar seus hábitos e costumes de forma a trazer a História do micro para o macro. Desenvolvendo o tema das cidades como possibilidades, criamos um panorama da época em questão, os anos 20 e 30 do século XX. Objetivando as perspectivas de um Recife moderno, futurista, passadista, adjetivos que tentaram em vão explicar os desejos de uma cidade que despontava para uma nova era de possibilidade e desejos.

Na dissertação de Carlos Eduardo Ribeiro Pinho (2000, p. 106), é possível destacar um historiador que menciona desejos, hábitos, costumes e imaginário como elementos importantes para o seu trabalho. A palavra imaginário mencionada pode ser

associada a este plano dos desejos futuristas que o autor menciona para a cidade do Recife. Porque

O domínio do imaginário é constituído pelo conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam. Isto é, cada cultura, portanto cada sociedade, e até mesmo cada nível de uma sociedade complexa, tem seu imaginário. Em outras palavras, o limite entre o real e o imaginário revela-se variável enquanto o território atravessado por esse limite permanece, ao contrário, sempre e por toda parte idêntico, já que nada mais é senão o campo inteiro da experiência humana, do mais coletivamente social ao mais intimamente pessoal. (PATLAGEAN, in LE GOFF, 1998, p. 291)

A História do imaginário recebe, de maneira semelhante à História das mentalidades, a influência do campo da psicologia. A História do imaginário, portanto, procura abordar os sonhos, os desejos em uma determinada época, em uma determinada cultura. Está sendo, portanto, mencionada aqui a História Cultural, como um campo do saber histórico capaz de reunir mentalidades, História dos gestos, da religião, da literatura, etc:

A riqueza da História Cultural, a amplitude temática deste enfoque, nos trabalhos analisados, permite aos historiadores explorarem a noção de cultura ou de História Cultural bem mais que os próprios conceitos de imaginário, mentalidade, cotidiano e representação, dentre outros privilegiados pelas novas tendências. Seus textos, ao tratarem de qualquer tema tido por inovador, mesmo em separado, incorporam a idéia de História cultural:

No presente trabalho procura-se também conhecer as representações dos moradores de Bela Cruz, ou seja, como construíram seus significados, símbolos, valores, práticas. Esta preocupação decorreu de um princípio maior que considera como principal objeto da história cultural 'identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é constituída, pensada, dada a ler'. (VASCONCELOS, 2000, p.17)

Diante da diversificação dos temas, pode-se afirmar o quanto a História Cultural possui um campo indefinido e próximo da Nova História:

Das leituras realizadas sobre teoria e metodologia da História, inspiramo-nos principalmente nas reflexões, problemas e métodos ligados a algumas tendências da chamada Nova História, principalmente onde esta se aproxima da Antropologia, a saber: na Etno-História, na Antropologia Histórica e na Nova História Cultural; buscando como empreender o estudo da dinâmica das culturas e das sociedades na escala temporal.

O trecho acima, da tese de doutorado de Ricardo Pinto de Medeiros (2000, p.22) chama atenção para a interdisciplinaridade e para uma relação que estou buscando destacar: a da Nova História com a Nova História Cultural. Mas a tese realça, também, a possibilidade de que os leitores da Nova História não se encontram fechados em um campo de análise restrito. O autor afirma que se inspira em “algumas” tendências da Nova História, ou seja, ele aposta em aspectos de destaque da mesma mas não lhe fornece o significado de uma prisão. Ele defende a interdisciplinaridade e, ao mesmo tempo, demonstra que, a partir da sua “escala de observação”, pretende utilizar fontes antigas para responder novas perguntas acerca dos povos indígenas no sertão nordestino. Segundo o autor, é um tema de difícil abordagem, mas ele acredita

(...) que algo de novo pode ser dito e acrescentado, a partir de um novo enfoque que tente recuperar nas fontes tradicionalmente utilizadas e nos estudos delas decorrentes a presença destes povos, sua localização no tempo e no espaço e a dinâmica do contato. Além disso, acreditamos que as informações vindas de outras áreas do saber, como a arqueologia pré-histórica, por exemplo, podem fornecer elementos sobre a sua localização espaço-temporal e cultural. (Idem, p. 21)

Uma nova “escala de observação”, proposta pela Nova História e pela História Cultural, emerge no trato que os historiadores dão às suas fontes:

Trabalhar com um campo diverso de fontes requer cuidados metodológicos. O material de estudo não foi encarado como verdade,

a reprodução fiel da realidade, mas como representações, imagens construídas por um determinado alguém para outro alguém, anônimo ou não, num certo momento, num certo contexto histórico-cultural e de relações pessoais e institucionais, num certo lugar, num certo sentido, na intenção de criar um certo efeito, que por sua vez, nem sempre devemos reconhecer que foi alcançado, ou proporcionou o retorno desejado. Pois, se compreende que as idéias e modelos de conduta, as práticas e representações circulam, são apropriadas, reinventadas e ressignificadas, a cultura está em permanente movimento, e de forma lenta e despercebida transmuta-se. (GOMINHO, 1997, p. 5)

Nesta dissertação, há menção ao que Ricardo Medeiros afirma na sua tese: a cultura é dinâmica e, portanto, o historiador tem que buscar, através do seu olhar, a análise das mudanças que os seus diferentes objetos demonstram. Neste sentido, as fontes não podem ser tomadas como detentores **da** verdade:

O repertório que essas fontes carregam se constituem pistas para nos aproximar do passado que pretendemos estudar, numa tentativa de reconstruí-lo, ou desconstruí-lo, mas não com a pretensão de esgotá-lo. (Idem ibidem. p. 5)

As verdades que o historiador constrói sobre os eventos, são baseadas nas fontes, nos vestígios que ele procura. No entanto, os trabalhos citados afirmam: as fontes e os historiadores não são detentores de uma verdade imutável porque o olhar que é lançado aos vestígios, às fontes, é passível de mudança:

(...) O que fizemos no presente trabalho foi ampliar ao máximo, dentro das possibilidades de tempo, as categorias de fontes utilizadas. (...) Entretanto toda essa investigação não tinha como objetivo reconstruir a verdade histórica como ela aconteceu; mas amadurecer as idéias e buscar o máximo de informações possíveis para nos auxiliar na difícil caminhada de construir uma versão do passado. (CASTELO BRANCO, 1995, pp. 12-13)

O debate teórico dos anos 90 pode ser relacionado à necessidade de mudança e de ampliação do campo da historiografia. Foram ampliados os temas, os conceitos e as fontes. A procura não é mais pela verdade canonizada no texto escrito mas, sim,

pela construção de uma versão da verdade. A ampliação, a inovação se deu, como tem sido possível observar, no nível da História Social Inglesa e da História Cultural, quando novos personagens entraram em cena - mulheres, negros e índios - e passaram a compor com frequência a escrita da História, ao mesmo tempo que assinalavam a construção da História do cotidiano e das mentalidades. Seguindo esta mesma orientação, os historiadores foram dedicando olhares para a História das crianças, conforme afirma Menezes (1995, p. 08):

A produção historiográfica brasileira nas últimas décadas tem-se demonstrado bastante interessada em resgatar a História de vida de novos agentes sociais. Esse interesse tem como suporte, a nosso ver, o impacto provocado pela historiografia francesa, mais precisamente pela corrente da Nova História que ao incorporar temas até então inexplorados, provocou a busca de outros estudos, privilegiando novos conhecimentos. Exemplo desse interesse encontramos nos trabalhos mais recentes sobre a História da criança, nos quais se percebem as influências mais diretas das idéias de Philippe Ariès.

A História das crianças passa a ser escrita através da procura dos padrões comportamentais que a História das mentalidades anuncia:

Questões específicas da vida social das sociedades modernas passaram a ocupar os primeiros lugares na agenda da pesquisa histórica. As relações de gênero e familiares, os estudos iconográficos e hagiológicos, o estudo dos mitos e mesmo do clima e da geografia passaram a atrair crescentemente a atenção dos historiadores. Dentre esses temas a infância, e mais especificamente a infância abandonada, passou a ocupar especialistas em várias universidades da Europa e América. **Munidos de novos documentos, ou de novos modos de ler antigos documentos, esses historiadores se lançaram à tarefa de entender como e porque tratamos as crianças de hoje do modo que tratamos.** (ANJOS, 1997, p. 51, grifos nossos)

Na procura do “porque tratamos as crianças de hoje do modo que tratamos”, a relação entre passado e presente é estabelecida e a dissertação procura acompanhar os pensamentos acerca das crianças.

O debate teórico-metodológico, presente no Programa de Pós-Graduação em História – UFPE, poderia ser simplesmente ilustrado a partir da renovação temática das dissertações e teses. No entanto, os autores apresentam a consciência de que os seus trabalhos encontram-se influenciados pelas novas abordagens e, através desta perspectiva, defendem a idéia da ampliação do campo do historiador e não da fragmentação:

O crescimento da amplitude das áreas de interesse do conhecimento histórico, que visto de longe pode parecer uma perigosa fragmentação, é bastante enriquecedor, pois possibilita uma gama maior de conhecimentos sobre os assuntos a partir das várias perspectivas abordadas, além de proporcionar à História uma gama de novos objetos, tornando-a mais atrativa e dinâmica. (LOBO, 2000, p. 04)

Para os autores, portanto, a Nova História trouxe mudanças significativas para o conhecimento histórico porque ela provocou alterações na forma que os historiadores olhavam para o fato histórico, para o documento, para o tempo, para a verdade. A historiografia, nos moldes tradicionais, comprometida com a busca de verdades inabaláveis, foi sendo deixada de lado e passou a se defender a crença de que:

A história produzida distingue-se do acontecimento; é uma representação do passado, **visto que este não pode ser recuperado tal como aconteceu.**

A dissertação de Crhislene Santos (2000, p.19, grifos nossos), a de Lobo como também outras, anteriormente citadas, demonstram uma nova abordagem da História a partir da análise de um novo conceito de verdade. Desse modo, torna-se visível a influência da interpretação de Michel Foucault sobre verdade quando afirma que ela não é encontrada, mas sim produzida:

A verdade aí não é aquilo que é, mas aquilo que se dá: acontecimento. Ela não é encontrada mas sim suscitada: produção

em vez de apofântica. Ela não se dá por mediação de instrumento, mas é provocada por rituais, atraída por meio de ardis, apanhada segundo ocasiões: estratégia e não método. Deste acontecimento que assim se produz impressionando aquele que o buscava, a relação não é de objeto a sujeito do conhecimento. É uma relação ambígua, reversível, que luta belicosamente por controle, dominação e vitória: uma relação de poder. (FOUCAULT, 1989, pp. 114-115)

Na historiografia tradicional, o objeto determinava o sujeito, ou seja, aquilo que esta historiografia chamava de fato histórico. Este, por sua vez, era tomado como detentor de uma essência que o sujeito – o historiador – não altera. Para Foucault, sujeito e objeto se relacionam. A relação é de poder, uma verdade é construída através dessa relação. Verdade, para Foucault, acontece a partir das relações sociais e de poder que são estabelecidas. Verdade não é algo pré-determinado. Ela se encontra presa a um jogo. Então, de acordo com a perspectiva foucaultiana,

A história será, então, pensada como um campo de relações de força, do qual o historiador tentará apreender o diagrama, percebendo como se constituem jogos de poder. Daí, uma nova concepção de poder e das relações que se estabelecem entre poder e saber. Não mais o poder jurídico, em sua face visível e repressiva, mas o poder positivo, invisível, molecular, atuando em todos os pontos do social, constituindo redes de relações das quais ninguém escapa. Não mais um saber neutro, a ciência, que diria a verdade, mas um conjunto de enunciados que entram no jogo do verdadeiro e do falso. (RAGO, 1995, p. 77)

A ciência tal qual conceituada na segunda metade do século XX e sob a influência de autores como Foucault, não é mais considerada o único caminho de produção das verdades. O seu discurso não precisa ser estabelecido através de uma hierarquia. Nas relações de poder, nos jogos, nas estratégias de produção **de** verdades, um discurso pode ser o vencedor, mas não será vencedor eternamente. Uma verdade não é eterna e nem sempre se coloca do mesmo lado. O discurso científico é tratado por Foucault como qualquer outro discurso, ou seja, trata-se de um discurso que produz suas verdades através das relações de poder.

Se as verdades são produzidas através das relações de poder, o historiador deve assumir o papel de estudioso dessas relações. O cientista não deve ser mais tomado como o indivíduo que possui ou que encontra a verdade. O cientista, a partir desta perspectiva, passa a ser questionado não apenas quanto às verdades que institui, mas também quanto ao próprio lugar que ocupa: o de cientista. Porque a própria noção de ciência é colocada em xeque. O sujeito cientista, por sua vez, é tido como um indivíduo que está em um lugar de sujeito.²⁵ A palavra ciência é problematizada, dela é apontada a sua historicidade e, portanto, as suas diferentes formas de enunciação. Porque há o poder que é gerado através do saber:

No interior de seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas ela repele, para fora de suas margens, toda uma teratologia do saber. O exterior de uma ciência é mais e menos povoado do que se crê: (...) Uma proposição deve preencher exigências complexas e pesadas para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina; antes de poder ser declarada verdadeira ou falsa, deve encontrar-se, como diria M. Canguilhem, 'no verdadeiro'. (FOUCAULT, 1996, pp. 33-34)

Estar no verdadeiro é se apoderar do poder que contém verdade. Mas, como está sendo debatido, a verdade nunca será apropriada de maneira definitiva.

O discurso do historiador não se distancia destas questões. Ele também se estabelece em lugares de verdade, ou seja, procura se encontrar no verdadeiro. A verdade não é encontrada, é produzida e essa produção está submetida às condições, às estratégias de poder que menciona Foucault. Não existe, portanto, um caminho único que leve o historiador até a verdade. Não há, portanto, uma determinação ou pré-determinação do que poderá ser tomado como verdadeiro ou falso para uma disciplina:

Em Castoriadis encontramos formulações interessantes acerca do processo de elaboração do conhecimento histórico. Ao criticar o

²⁵Sobre a constituição do sujeito ou dos lugares de sujeito, consultar FOUCAULT, Michel. **O Que é um Autor?** Lisboa: Vega, 1992.

determinismo por exemplo, ele apresenta para os historiadores questões que estão relacionadas com o comportamento humano, como sendo elementos essenciais no processo da construção do conhecimento histórico: ‘o determinismo é a metodologia por excelência da preguiça. Quando se possui a ‘lei’ geral deste acontecimento particular não há necessidade alguma de se pensar sobre ele’. Em nosso estudo nos identificamos com essa preocupação metodológica de Castoriadis, à medida que procuramos estudar a história como construção, onde o historiador como intérprete deste mundo de fragmentos para ir além dos documentos, não havendo, portanto, metodologicamente espaço para uma visão determinista dos fatos. Nessa perspectiva, pretendemos com esse trabalho contribuir na discussão acerca do cotidiano, modernidade e mentalidade presentes na historiografia brasileira.

Regina Coelli Gomes Nascimento (1997, p. 15), na sua dissertação, apresenta uma comunhão com o pensamento de Cornelius Castoriadis quando ele afirma não ser mais possível trabalhar com a idéia de determinação na História. Porque a *“determinidade leva à negação do tempo, a atemporalidade: se algo é verdadeiramente determinado, é determinado desde sempre e para sempre.”* (CASTORIADIS, 1985, p.25) Negar o tempo seria o mesmo que tentar negar a História. Ou seria o mesmo que tentar afirmar que existem verdades que são absolutas, eternas e que já possuem uma predisposição para existirem ou não:

O que podemos chamar de verdade de cada sociedade, é a sua verdade na história, para ela mesma também, mas igualmente para todas as outras, pois o paradoxo da história consiste em que cada civilização e cada época, pelo fato de ser particular e dominada por suas próprias obsessões consegue evocar e revelar significações novas naquelas que a precedem ou a cercam. (CASTORIADIS, 1982, p.48)

Verdade na História é a verdade de um momento, de uma época. A verdade está cercada pelo tempo. É através do tempo que se realiza a construção dos “efeitos” de “verdade”. Porque as sociedades se modificam através dos tempos. Porém, esta mudança não deve ser entendida como uma ruptura total. A mudança, para existir, está

sempre relacionada às formas de existências anteriores. A mudança ocorre através da relação entre passado e presente.

Da relação entre passado e presente, pressupõe-se a observação da historicidade de tudo. Desse modo, o próprio texto histórico pode ser, também, observado como sintonizado com as temporalidades em que é produzido, e visualizado como invenção do tempo que o cercou, o nutriu, lhe deu existência. Portanto, não há como negar a sintonia do meu trabalho com essas discussões teórico-metodológicas defensoras, a título de exemplo, de novos olhares para a noção de verdade. O meu texto é fruto do momento em que a teoria da História passa a ser encarada como um debate imprescindível e as análises historiográficas também se configuram como parte das novas temáticas.

Tem sido possível observar que, embora a análise historiográfica não seja um tema recorrente, os historiadores têm procurado estar atentos à História dos seus próprios textos e demonstram os motivos das suas predileções.

Neste sentido, no ano de 1996, em um trabalho de mestrado, a análise historiográfica apareceu como um tema no PPGH-UFPE.

Fazer a história da história entre nós, foi sempre uma prática das menos correntes. Entretanto, trata-se de um ponto da nossa memória coletiva, que visa relativizar a própria preocupação de sua reflexão. Portanto, uma prática que é em si mesma auto-reflexiva por definição. Significa, por conseguinte, se dispor a colocar em xeque os próprios a priori, que informam a prática de conhecer a nossa história. Significa também relativizar as certezas de uma prática que, ao produzir determinadas representações sociais, garante a nós historiadores uma determinada inserção social. As reações a essa auto-reflexão de ofício são enormes. Os historiadores, arautos da permanente alteridade da sociedade, em geral, são bastante reativos a essa relativização. Argumenta-se, muitas vezes: a necessidade do acúmulo dos anos que, trazendo a erudição, viabilizaria essa reflexão. Ou seja, história da história deveria ser coisa de historiador experiente. Mas, desse modo, corre-se o risco de tornar essa prática não numa relativização do saber histórico, e sim numa afirmação de jogos institucionais que sustentam lugares de enunciação desse saber. (GUIMARÃES, 1996, P.12)

A análise historiográfica é, portanto, uma das inovações que o saber histórico vem assumindo. Talvez possa ser, inclusive, considerada a primeira das inovações propostas porque o grupo dos *Annales* tinha como meta inicial, logo na fundação da sua revista, problematizar a História, analisar seus métodos, explorar seus conceitos e suas inquietações.

Guimarães afirma que é importante relativizar o saber histórico e não, simplesmente, reafirmar as regras de produção do mesmo. A relativização pressupõe conhecê-las. É inevitável, ao buscar analisar os textos de História, procurar também os caminhos metodológicos, os conceitos, as teorias. Acompanhar os caminhos metodológicos. Porém, não se trata de reafirmar as regras de produção dos textos mas, sim, de decompor as mesmas a partir do olhar leitor. No momento em que essas regras são explicitadas, elas são decompostas. Não importa se as regras, embora diferenciadas, são as do IAGP (Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano) no século XIX, conforme pretendeu analisar Guimarães ou as das dissertações e teses do PPGH-UFPE do século XX, neste trabalho abordadas. Elas cercam o discurso do historiador e analisá-las, decompô-las, é um caminho inevitável para quem deseja estudar as escritas da História.

A análise historiográfica, ao ser relacionada à inovação do saber histórico dos últimos anos, comumente vem associada a uma análise de discurso, ou seja, analisar as escritas da História é forçar os historiadores a tomá-las como discursos que, embora possuam suas especificidades, são passíveis de análise como qualquer outro.

Stephen Bann, no seu livro *As Invenções da História* (1994, p. 85), chama atenção para a necessidade e a importância de, sempre que possível, se buscar uma avaliação dos textos de História. Trata-se do que ele chamou de “*análise estrutural da*

historiografia” e que, segundo Bann, teve como precursores nomes como Roland Barthes, Lionel Gossman e Hayden White.

Roland Barthes se sobressai, na obra de Stephen Bann, como um autor que analisa o discurso histórico utilizando-se de expressões vindas da lingüística, caracterizando a historiografia a partir do signo, subdividindo o mesmo em três elementos básicos:

(...) [1] Significante, ou representação material na fala ou na escrita;
 (...) [2] Significado, ou representação mental; e o [3] referente no mundo exterior. Mas a historiografia, como ‘qualquer discurso que reivindica realismo, simula conhecer apenas o significante e o referente’. (BANN, 1994, p. 82)

Segundo Roland Barthes, a diferença da escrita da história para as demais formas de escrever encontra-se centrada em uma simulação. “A historiografia (...) simula conhecer apenas o significante e o referente”. A historiografia, de maneira semelhante aos demais discursos, para Barthes, simula, ou seja, faz de conta que na elaboração de um texto, não existe o que não aparece. É como se, num texto de história, não estivesse presente a maneira como o seu autor imagina o mundo.

Para os historiadores, existe o entendimento de que a literatura serve de pistas para a forma como os indivíduos compreendem o mundo. Não seria uma contradição não observar a escrita da História também dessa maneira?

Lionel Gossman, ao se interessar pelo debate historiográfico, buscou uma análise do não dito dos textos, ou seja, se interessou pela forma de escrever, pelo teor literário do texto. Tratava-se, portanto, de uma tentativa de estabelecer um diálogo da história com a literatura. Mas, acima de tudo, tratava-se de reconhecer que os textos de história possuem argumentos literários e, a este respeito, Stephen Bann teceu o seguinte comentário:

(...) Por um lado, ninguém pode negar que a historiografia é uma forma de escrever e que os críticos literários estão perfeitamente autorizados a lidar com ela à sua própria maneira, se quiserem. (...) Por outro lado ninguém pode negar que existe algo de característico na historiografia. (BANN, 1994, p. 53)

Alguns historiadores até poderiam afirmar que não seria permitido aos críticos literários uma análise dos textos históricos. No entanto, Bann não consegue perceber nenhum problema nesta proximidade. Muito pelo contrário, ao reconhecer que a *“historiografia é uma forma de escrever”*, ele abre o leque para que proliferem as análises da historiografia.

Desse modo, se os historiadores não “autorizam” os críticos literários a analisarem seus textos, não soa estranho a apropriação da literatura pela escrita da História? Apropriação esta que, inclusive, algumas vezes, pode ser observada em teses e dissertações, como a de Zilda Maria Menezes Lima:

Tomar a literatura como fonte histórica, pressupõe o reconhecimento do alargamento das fronteiras metodológicas desta disciplina. É também compreender que ao historiador interessam todas as dimensões da experiência humana, inclusive as artísticas. Assim, não estamos tomando a literatura como espelho do real, mas como produto da experiência humana e portanto passível de tornar-se documento para o historiador. (1999, p.171)

Ou seja:

Tomar a literatura como principal interlocutora de uma pesquisa histórica, pressupõe que ao historiador devem interessar todas as dimensões da experiência humana, inclusive a estética. (Idem. p.12)

É pretensão do historiador acreditar que “tudo é História” e produzir textos acerca de *“toda a experiência humana”* e não observar a sua escrita como passível de análise.

Porém, é compreensível esse “temor”, essa “desautorização” aos críticos literários porque, durante a busca da cientificidade para a História, nos moldes da

ciência do século XIX, e não do conceito de ciência atual, relativizado por outros campos de saber, etc., a História teria que se distanciar o mais possível das artes, ou seja, o debate advindo do século XVI, que questionava se a História era ciência ou arte, consolidou pensamentos que buscam, todo o tempo, a separação definitiva entre a História e a literatura.

Quando Hayden White publicou o seu livro *Meta-História* e, nele, afirmou as aproximações entre a História e arte, o medo de uma assimilação da História como arte e não como ciência foi, mais uma vez, evidenciado, tendo em vista que, dentre outros aspectos, ele afirmava:

Diz-se com frequência que a história é uma mescla de ciência e arte. Mas, conquanto recentes filósofos analíticos tenham conseguido aclarar até que ponto é possível considerar a história como uma modalidade de ciência, pouquíssima atenção tem sido dada a seus componentes artísticos. (WHITE, 1992, p. 13)

A história buscou tanto o estatuto de ciência que passou a veicular a idéia de que o texto histórico tinha um valor diferenciado diante dos textos literários. A idéia de verdade absoluta que o tipo de ciência objetivista requer, sem dúvida, impossibilita reconhecer os componentes artísticos do texto histórico. Mesmo assim, o debate acerca das relações entre História e Literatura tem sido fecundo. Deste debate, porém, não se deve originar a idéia de que a análise da historiografia pode ou deve simplesmente associar os textos históricos, em todos os aspectos, ao texto literário. Concordo com Stephen Bann quando ele afirma que analisar a produção historiográfica é buscar observar o que ela possui de específico, que faz com ela seja diferente de outras formas de escrita, sem esquecer de observar, também, o que ela guarda de semelhança.

Os textos de História são produzidos através de elementos que compõem a epistemologia histórica, em diferentes épocas. Os textos de história se apóiam,

geralmente, em elementos distintos dos textos literários, tais como as fontes de pesquisa. A erudição que cerca a historiografia, nem sempre é a mesma que circunda os textos literários. Mas a erudição também pode estar presente nos textos literários. A diferença entre as modalidades de texto é que, para o historiador, as fontes são consideradas fundamento de sua escrita. Na maioria das vezes, esta diferença é buscada através da construção de um estatuto de verdade para os textos de história ou de uma preocupação da história com a verdade.

As idéias de White acerca do discurso histórico provocaram, nos historiadores e no debate teórico da década de 1990, a postura de defensiva e de reafirmações dos valores “científicos” da História, uma vez que as analogias da História com a ficção e das narrativas históricas com os romances causaram fortes impactos na vivência acadêmica da História, porque para Hayden White,

As narrativas históricas são ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas tem mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que os seus correspondentes nas ciências. (WHITE, 1994, p. 98)

White parece criticar nesse texto o cientificismo que impregnou a História. Segundo o próprio Hayden White, as suas afirmações acerca da relação da História com a Literatura e da História como uma narrativa próxima dos textos de ficção, não foi recebida com simpatia tanto por historiadores como por críticos literários, que acreditavam em uma oposição radical entre a história e a literatura:

O que parece mais inusitado é que esta reorganização defendida por Hayden White tenha despertado reações corporativas de ambos os lados. Incômoda e suspeita, essa aproximação ultrajava a pretensão de ‘verdade’ reivindicada pelos historiadores e ainda aparecia avançar sobre aquele território da ‘criação imaginativa’ que estava reservado aos escritores ficcionais. (SCHAPOCHNIK , 1996, pp. 175-176)

Os trabalhos de White, portanto, provocaram análises de diferentes historiadores e, para um trabalho que pretende analisar as escritas da História nos anos de 1990, não é possível deixar de mencioná-lo.

Hayden White, segundo Stephen Bann, através dos seus “modelos conceituais”, no livro *Meta-História*, fornece caminhos para uma apreensão dos elementos que se encontram no campo do significado do discurso historiográfico com vistas a conferir uma certa ordenação ao texto de História. Trata-se, segundo White, dos mecanismos que o historiador utiliza para se fazer entender. Para Hayden White, estes mecanismos são os tropos da linguagem. Esses tropos são imprescindíveis na busca de uma “análise da linguagem poética, ou figurada: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia.” (WHITE, 1992, p. 44)

Ao tratar de Hayden White, Stephen Bann se apresenta como um autor que concorda com alguns aspectos do seu pensamento e afirma:

(...) A história tem pouco a perder e tudo a ganhar, em ser arrastada ‘mais uma vez de volta a uma ligação íntima com suas bases literárias’. (BANN, 1994, p. 60)

A relação, cada vez mais próxima, da História com a literatura não extingue as diferenças entre ambas. Concordo com Stephen Bann quando ele afirma não haver perdas e sim ganhos com esse relacionamento. Houve um período em que os textos literários, como outros artefatos, eram considerados inúteis ao historiador, porque, acreditava-se, não continham a verdade. Mas faz parte da renovação do saber histórico a defesa da literatura como fonte.

As escritas da História, no PPGH, no ritmo das suas inovações, defendem a observação das mentalidades a partir da literatura:

Este é basicamente o objetivo do trabalho: identificar registros das modificações pelas quais passaram o cotidiano e a mentalidade na cidade do Recife através da obra de Mário Sette e a forma como o autor tratou essas modificações diante do principal conflito por ele vivido: conciliar tradição e progresso. Um objetivo implícito neste trabalho é a demonstração da possibilidade de utilização da literatura produzida por Mário Sette como fonte para identificação de aspectos históricos da cidade. (ALMEIDA, 1999, s/p)

O discurso literário traz à tona o modo de vida das pessoas e, desse modo, passa a ser tomado como fonte:

O estudo que trabalhamos trata dos discursos de mulheres e homens que viveram na província do Ceará, em fins do Século XIX. Discursos de indivíduos que pertenceram a uma elite na qual se convencionou denominar de intelectual e que formaram um grupo de nome Club Literário. (p.10) Para que pudéssemos realizar a reconstrução da mentalidade desses intelectuais, utilizamos como estratégia metodológica a análise de seus discursos, produzidos não só na A Quinzena, mas em alguns de seus escritos feitos a partir da década de 70. (OLIVEIRA, 2000, p. 17)

Outra dissertação que relaciona História e literatura, é a de Francisco Lima intitulada *a Pena e a Casaca. A idéia de nacional na literatura romântica brasileira* (1998), em que existe a preocupação de observar como o conceito de nacionalismo foi construído pelos românticos no Brasil. O trabalho apresenta uma certa proximidade com as novas tendências da História, através da defesa da idéia da impossibilidade de não haver subjetividade na História, mas não existe a citação explícita de nenhuma teoria da História. Há, sim, uma análise geral das diferentes escolas teóricas na introdução e a afirmação de se ver preso à crise de paradigmas, ou seja, de ser produtor de um texto de História a partir do seu tempo, do seu lugar de sujeito. Em um tempo que diferentes trabalhos, no âmbito do seu curso de mestrado, também enunciavam argumentos como o que se segue:

Historicamente as formas ficcionais de expressão da realidade têm sido entendidas como modos de entretenimento e não maneiras plausíveis de elaborar uma reflexão social, assim como o universo do

pensamento e as percepções cotidianas foram colocadas isoladamente, como se o primeiro não fosse originado a partir das elaborações cotidianas. Nesse sentido, concordo com Mônica Velloso quando questiona e argumenta ‘por que não considerar o humor e o riso como formas expressivas de conhecimento? Se essas expressões fazem parte de nosso cotidiano, certamente interferem na percepção e na compreensão que temos da realidade.’ (PIRES, 2000, pp. 44-45)

Então, se a literatura e a ficção podem ser tomadas como pistas das mudanças por que passou uma sociedade e, do mesmo modo que ela é capaz de traçar o panorama de uma época, de veicular uma determinada visão de mundo, a escrita da História também pode ser assim referenciada. Stephen Bann afirma que a História é uma forma de escrever. Desse modo, pode-se concordar com White que, ao trabalhar com a escrita, o historiador usa os mesmos mecanismos de um autor literário para se fazer compreender. Não cabe mais, portanto, o temor do texto histórico vir a se tornar ficção porque o historiador contemporâneo não está disposto a descartar a erudição conquistada no século XIX para o seu saber. Ele comumente escreve apoiado em fontes, em registros da experiência humana e se cerca de elementos que também são visitados pelos literatos. Mas, os objetivos do historiador não são os mesmos dos poetas.

Muitas vezes o historiador inveja o poeta. Mas o historiador não é um poeta. Não ‘domina’ o texto e muito menos o ‘passado’; no entanto, insiste em usar ‘o texto’ para referir-se ao passado’. Cabe aqui (...) reiterar o que já afirmou Arnaldo Momigliano que ‘a história possui um compromisso com a verdade’, mesmo que o próprio conceito de verdade possa estar sujeito a discussão. Mesmo sabedor que dificilmente poderá atingi-la integralmente, este compromisso de uma certa forma norteia o trabalho do historiador. Caso contrário não estaria preocupado em especificar suas fontes, sua escolha e a maneira de apresentar os resultados de sua atividade profissional. (SILVA, 2001, pp. 317-318)

As escritas da História, portanto, estão condicionadas as regras de produção aqui debatidas. Estas regras, por sua vez, influenciam o historiador no seu presente,

provocam novas perguntas e permitem que a verdade mencionada na citação acima possa sempre ser construída de novo, evidentemente, a partir dos vestígios que chegam do passado ao presente, cujas perguntas lançadas às fontes dependerão, também, de um posicionamento teórico do historiador ou de suas várias leituras teóricas.

CAPÍTULO III

HISTÓRIA: UMA PRÁTICA, MUITOS ARTIFÍCIOS.

3. 1 Historiadores seduzidos, temas escolhidos.

Na introdução deste trabalho, construí um discurso que anunciava a dificuldade em separar o texto, em particular a escrita da História, da fundamentação teórico-metodológica. Falei, também, da dificuldade em separar a análise teórica das análises temáticas destes textos. No entanto, apesar das dificuldades, a presente tese não existiria se não houvesse disposição em enfrentar os riscos e obstáculos inerentes às análises historiográficas. Desse modo, é visível a minha proposta em abordar as teorias da história no segundo capítulo e os principais percursos temáticos, desse momento em diante.

Após a leitura do capítulo anterior, sobressai o esforço metodológico realizado na busca de análises específicas sobre as teorias da História, contempladas na produção acadêmica do PPGH-UFPE, entre 1977 e 2000. No entanto, em diversas passagens do capítulo, foi impossível não aludir às temáticas escolhidas, o que permite afirmar que, neste momento do trabalho, as temáticas correspondem ao elemento central. Mas, ao analisá-las, não será possível separá-las da forma com que seus autores as visualizaram. O esforço está em ressaltar a epistemologia presente nos trabalhos, ou seja, as regras de produção a que cada autor se encontra ligado.

As academias convencionam entre si normas para a elaboração e divulgação do conhecimento. Isto embora se constitua em limites para a criação individual, também é uma ampliação do próprio conhecimento, pois, ao criar códigos comuns de compreensão permite, com nitidez, visualizar linguagens específicas de

reconhecimento internacional. Há, portanto, uma cultura acadêmica no interior da historiografia, intrinsecamente solidária aos demais elementos constitutivos da totalidade do pensamento histórico. Assim, a análise da produção acadêmica não pode restringir-se apenas aos conteúdos internos, explica-se também por aspectos conjunturais e estruturais próprios das formações históricas no interior das quais ela se realiza. (JANOTTI e D'ALESSIO, 1993, p. 60)

As regras de produção ajudam na análise do texto. No caso dos textos aqui debatidos, é impossível observá-los sem destacar a presença destas regras acadêmicas de produção. Elas estão nos Programas de Pós-Graduação abordados no primeiro Capítulo, estão presentes também nas abordagens teóricas e temáticas. Estas regras, evidentemente, ainda, estão condicionadas aos momentos e aos diferentes interesses de cada período. Portanto, ao serem modificadas as temáticas e suas abordagens, elas também se transformam. Então, como tem sido possível observar, o texto do historiador é construído através destas regras.

As regras podem ser tomadas como produtivas e, necessariamente, não deveriam corresponder a aprisionamentos rígidos e, se assim o fossem, deveriam acontecer para provocar a liberdade. Ao mencionar o romancista George Perec, Ítalo Calvino, nas suas *Seis propostas para o próximo milênio* (2000, p. 136), comentou que

Para escapar à arbitrariedade da existência, Perec, como o seu protagonista, tem necessidade de se impor regras rigorosas (mesmo se essas regras forem por sua vez arbitrárias). Mas o milagre é que essa poética que se poderia dizer artificiosa e mecânica dá como resultado uma liberdade e uma riqueza inventiva inesgotáveis.

E cita:

(...) O clássico que escreve sua tragédia observando certo número de regras que conhece é mais livre que o poeta que escreve o que lhe passa pela cabeça e é escravo de outras regras que ignora. (Idem *ibidem*. p. 137)

As regras de produção, dependendo da forma como forem apropriadas, poderão trazer a liberdade, como ao poeta, ou o aprisionamento, se forem tomadas como infalíveis. Trata-se de procurar relacioná-las às épocas de suas construções, às especificidades que elaboram. O esforço de ‘catalogação’ só é válido e inesgotável se procurar cercar de temporalidades, de historicidade cada objeto trabalhado. Desse modo, as regras do jogo acadêmico, os discursos que perpassam o debate acadêmico fazem parte de um conjunto de formações que se alteram a partir da emergência de novos temas, novos objetos de pesquisa ao mesmo tempo que buscam regulá-los, construí-los. Neste jogo, além das regras, para a seleção dos temas encontra-se o papel do sujeito autor.

O subtítulo “*Historiadores seduzidos, temas escolhidos*” sugere a compreensão de que a escrita da história é realizada através da relação do autor/historiador com os seus objetos de pesquisa. O objeto de pesquisa está aqui sendo enunciado como sedutor, como temáticas não silenciosas, que falam, que convidam os historiadores, dependendo da época, a escreverem sobre elas, que apontam para a questão de que as escolhas dos historiadores não são solitárias.

“*Historiadores seduzidos, temas escolhidos*” significa reafirmar a influência dos acontecimentos vivenciados no momento de construção dos textos acadêmicos, a influência do próprio objeto nas perguntas que o historiador constrói para as suas pesquisas. A problematização dos seus trabalhos, considerada essencial para a produção do conhecimento histórico, é elaborada juntamente com a opção de uma temática a ser abordada, conforme se pode observar no seguinte trecho da tese de Francisco Alcides do Nascimento (1999, p. 23):

Toda História é escolha. Porém, o historiador não anda aleatoriamente pelo passado como um ‘trapeiro’ a procura de achados, mas parte com uma intenção precisa, um problema a

resolver, uma hipótese de trabalho a verificar'. Em suma, responder a uma pergunta. Para nós, aprendizes de historiadores, fazer perguntas é inerente ao nosso trabalho. Essas perguntas devem ser cuidadosamente formuladas porque é do resultado deste trabalho que depende o sucesso ou insucesso da construção da 'nossa história'.

Os objetos, as temáticas nascem do encontro dos historiadores com os seus temas. Este encontro, por sua vez, não se dá de maneira aleatória, ou do nada. Entra no jogo a formação de cada um, desde a bibliografia adotada e fontes conhecidas à influência dos seus mestres, dos recortes bibliográficos e temáticos dos programas de cursos das graduações e pós-graduações do país, e, como diria Michel de Certeau, do lugar social de cada historiador.

No discurso historiográfico, as mudanças se manifestam a partir dos conceitos e das abordagens que os autores incorporaram (epistemologia e teoria) e da influência do momento em que o trabalho foi produzido. Pois, como diria o mesmo Michel de Certeau, a “*operação histórica*” é realizada em um lugar social de produção (2000, pp. 65-77). Então, o historiador está submetido ao tempo que vive. A sua produção é realizada em uma época. Os conceitos de que se utiliza, com maior frequência, as preocupações temáticas, comumente, dizem muito deste lugar social de produção a que Certeau se refere. A história é tomada como uma prática social, como um exercício que se realiza através do vínculo do historiador com o tempo em que vive.

É importante destacar a minha concordância com a leitura de Michel de Certeau de que existe um lugar social de produção para a elaboração dos trabalhos historiográficos. Essa leitura pressupõe que não há espaço para o objetivismo presente nas formulações científicas tradicionais. A subjetividade, ao fazer parte da construção de uma trama histórica, permite afirmar que os temas, os objetos de pesquisa dos historiadores, não emergem repentinamente. De alguma forma, em algum lugar, os historiadores estabelecem contatos iniciais:

A nossa história com os Karitiana iniciou muito tempo antes da presente pesquisa. Através do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, desde 1987, já os conhecíamos. Quase todos os dias, alguém de sua sociedade ia ao escritório da referida entidade indigenista para nos visitar, conversar, contar as dificuldades, procurar orientação para resolver principalmente problemas de saúde e vender artesanato. (...) O contexto de amizade estabelecida com os Karitiana levou-nos a perceber vários aspectos do seu cotidiano, traduzidos principalmente na alimentação precária, doenças levando as crianças com menos de um ano à morte, sem contar os problemas referentes à demarcação de sua área, a falta de medicamentos e de assistência do próprio órgão tutor, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI. (...) O fator que talvez explique de os Karitiana terem ficado à margem para a realização de pesquisas e de um trabalho comunitário, foi a sua localização geográfica. Lembro de um fato que nos chamou muita atenção e nos incentivou a acolhê-los, quando no ano de 1987 um filho do cacique Cizino, com apenas alguns meses de idade faleceu de pneumonia. A partir desse momento voltamos nosso interesse a eles e iniciamos um trabalho para resgatar a sua história e dar atenção aos problemas mais emergentes.

Dar voz aos Karitiana, para Lilian Maria Moser (1997, pp. 11-12), tornou-se um empreendimento pessoal diante do seu visível envolvimento e da amizade construída. A sua necessidade de ajudar está presente no seu texto e faz com que sua pesquisa se confunda com um projeto que busca as soluções para os problemas indígenas. A sua História emerge como caminho para observação ou quase de denúncia dos problemas. A intenção é dar visibilidade, elaborar um conhecimento voltado para as questões do cotidiano desses indivíduos.

Esse trabalho encontra-se sintonizado com outros textos que enunciaram a necessidade dos historiadores buscarem a “*correção*” das obras dos seus pares, quando estes omitiram a História dos índios, dos trabalhadores, etc. A história, afirmariam, é necessária. É preciso contar Histórias, é preciso estar atento aos eventos que a sociedade convida os acadêmicos a estudarem. No entanto, embora o historiador não seja mais um mero colecionador de datas e eventos, na maioria das vezes, ele está preocupado com a relação entre passado e presente não como procura pelos “erros”

mas, sim, como intérprete dos eventos cuja análise não se limita mais a esta divisão entre o certo e o errado.

Dos anos de 1990 aos dias atuais, conforme corroboram com essa idéia as dissertações e teses do final desta década, citadas nas páginas anteriores, não é possível vincular a produção do saber histórico ao distanciamento do autor para com o seu objeto, ao contrário, cada vez mais, acredita-se e defende-se uma participação subjetiva maior do historiador:

A escolha do tema deste trabalho não pode ser explicada tão somente pelas determinações gerais da produção historiográfica. Tem motivações pessoais que se articulam com as acadêmicas. O autor atuou na periferia da APML na segunda parte dos anos 70 no movimento estudantil e sindical, ingressando na organização na Bahia em 1980, quando acompanha seus momentos finais. Mesmo assim, manteve contatos com Jair Ferreira de Sá, o que lhe causou impressão. Na época, este já comentava a necessidade de escrever sobre a trajetória da AP [Ação Popular]. (OLIVEIRA JR, 2000, p.14)

A vivência do autor com a organização política estudada, nitidamente, impulsionou a produção do seu texto. Mais uma vez, o tema não pode ser considerado silencioso, passivo na construção das idéias de seus autores.

Diante da tradição do saber histórico, que condiciona a sua produção à análise das fontes acerca dos objetos abordados, alguns trabalhos nascem vinculados à proximidade inicial do historiador com a documentação a ser adotada:

A opção pelo tema intitulado objeto desta dissertação [O DOPS e o Estado Novo os bastidores da repressão em Pernambuco], surgiu a partir dos primeiros contatos com a documentação da extinta Delegacia de Ordem Pública e Social – DOPS, na ocasião em que fazíamos o trabalho de recolhimento da documentação dos porões da Secretaria de Segurança Pública para o Arquivo Público Estadual, amadurecendo com o decorrer dos acontecimentos. Embora soubesse da existência de tais documentos, resultado dos anos de repressão, não saberia descrever a sensação de estar mexendo naquele amontoado de papéis úmidos, empoeirados, boa parte infestada por insetos... – a imagem do caos, que escondia, em seu misterioso e cobiçado interior, as provas de uma História antes impenetrável... **À medida que listávamos os documentos, procedimento técnico**

necessário ao preenchimento das guias de recolhimento, começamos a ter idéia da riqueza de informações contidas no universo daquele acervo. Foi emocionante! (SILVA, 1996, p. 8, grifos nossos)

Nesta dissertação, o tema seduziu o historiador através das fontes que ele teve a oportunidade de manusear antes de sequer imaginar a produção de um texto sobre o seu objeto, o DOPS. A emoção faz parte da construção da História:

Os olhos lêem a vida e o mundo. Definem suas cores, traçam suas forças, dimensionam seus movimentos. Os olhos e o visível. Mas é o coração que percebe o invisível da vida e do mundo. Penetra nos seus mistérios, aprofunda suas tramas, inventa seus sentimentos, descobre a magia talvez absurda, que envolve a aventura humana. O visível e o invisível fazem parte da História, são inseparáveis, se o historiador quiser tentar compreender o significado dos labirintos, construídos pelos homens, não deve fechar os olhos, nem tampouco o coração.

É possível concordar com essa afirmação de Antônio Paulo Rezende (1997, p. 13, grifos nossos), docente e orientador no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Nas dissertações e teses produzidas no final dos anos de 1990, tornou-se comum a presença desse tipo de abordagem inovadora na escrita da História. Os temas foram ampliados e os historiadores, próximos dessa leitura, não precisaram mais esconder o seu envolvimento emocional com as temáticas estudadas. Ao contrário, alguns artífices de Clio do Programa se deixam inspirar pela sua musa, como também pela poesia do mundo, principalmente ao procurarem relacionar a História com a literatura:

A escolha da literatura de Graciliano Ramos como objeto de estudo liga-se a um **sentimento de empatia desenvolvido desde a infância**. Durante muito tempo, pelos bancos da escola e às voltas com as exigências didáticas de dar conta de um saber preliminar e obrigatório das letras nacionais, experimentou-se um desconfortável sentimento de enfado. O lugar privilegiado dos contos de fadas deveria ser ocupado pela leitura séria dos romances nas aulas de português, mas o prazer da leitura perdera-se. E parecera perdido mesmo até o encontro casual com São Bernardo, de Graciliano

Ramos e um livro de Antologia Poética de Carlos Drumond de Andrade. **O reencontro com o prazer de ler num sentido inteiro. Identificar-se, gostar, discordar, sofrer e rir.** A experiência de interagir com a literatura que proporciona a reconstrução da narrativa nas emoções, é indiscutível; faz com que o tempo não seja medido em horas e minutos. E esse encontro foi desdobrando em muitos outros, ensinou o caminho das descobertas que levaram a tantos outros livros e autores. **Graciliano é, assim, uma paixão antiga, impregnada de referências.**

A passagem acima, extraída da dissertação, também defendida no PPGH-UFPE, de Telma Cristina Delgado Dias Fernandes (1998, p.3, grifos nossos), fala de envolvimento e paixão. Fala, portanto, de sedução. O tema proposto para estudo, a literatura de Graciliano Ramos, convida a historiadora a percorrê-lo. Não há objetivismo. O trabalho está construído sob o pensamento de que é possível interferir, dialogar com o tema e as fontes selecionadas.

Desse modo, pode-se afirmar que, nos últimos anos, tem-se procurado pensar os objetos da história não como dados, ou como naturais. Mas, sim, como oriundos de uma construção social, como o significado de uma resposta da interação do historiador com o seu objeto e com a época em que vive. O historiador é “(...) *construtor, recortador, leitor e intérprete de processos históricos*” (REIS, 2000, p. 24)

Na presente tese, sobressaem os recortes possíveis de serem realizados através das leituras de outras escritas da História. Recortes inevitáveis a quem escreve. Escolhas efetuadas a partir do meu encontro com a análise historiográfica aqui entendida como um tema de pesquisa. Porque, na construção desta tese, também não há como me esquivar desta relação com o tema proposto. Ele também me seduziu numa determinada perspectiva. A análise historiográfica proposta faz com que a presente tese seja construída a partir da minha relação com uma multiplicidade de temáticas e de autores (do programa da UFPE) e de livros e artigos que foram encontrados ao longo da minha trajetória acadêmica.

Estes contatos (autor-objeto-fontes), a forma de abordagem das temáticas, fazem parte das chamadas regras de produção. Portanto, cercam a escrita da História e lhe garantem visibilidade, tornam possível a existência do texto, permitem a emergência do discurso da História, da historiografia.

3.2 As Escritas da História

3.2.1 Percursos temáticos

A produção acadêmica analisada nesta tese apresentou, durante as três décadas demarcadas para a pesquisa - 1970, 1980 e 1990 –, mudanças significativas nos discursos dos seus historiadores, mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Estas mudanças foram observadas no que se refere às concepções teóricas mas podem ser constatadas, também, a partir do levantamento das aproximações temáticas privilegiadas nos textos elaborados.

Porém, do mesmo modo que se apresenta uma dificuldade em “classificar” os trabalhos no que se refere às teorias da História selecionadas, também é difícil qualificar, de forma resumida, os inúmeros trabalhos que compõem a pesquisa e, portanto, correspondem à base da análise deste trabalho. Diante dessa dificuldade, busquei inspiração na forma com que foi sendo institucionalizado o discurso da História no Programa de Pós Graduação, objeto de análise desta tese, ou seja, procurei fundamentar o balanço das principais temáticas debatidas nos textos analisados a partir das mudanças nas Linhas de Pesquisa instituídas desde os últimos anos de 1970 até o ano 2000.

Assim, procurei destacar as temáticas privilegiadas em três momentos diferenciados: 1977-1980; 1981-1990 e 1991-2000. É importante lembrar que as linhas de pesquisa não foram reelaboradas, ao longo do mencionado período, exatamente nos anos que marcam o início ou o término dos três momentos que separei. Não considerei necessário assim proceder, uma vez que, as limitações que as áreas de concentração e as Linhas de Pesquisa visam estabelecer, como toda regra de produção, são construídas através das mudanças de enfoque que os trabalhos começam a impor ao mesmo tempo em que também proporcionam as mudanças. Foi possível observar que as mudanças não se dão de forma automática. Isso significa dizer que não é porque determinadas Linhas são excluídas que as defesas de dissertações e teses, a partir daquele momento exato, são automaticamente relacionados às regras mais recentes.

O meu trabalho pode ser utilizado como um forte exemplo desta situação, tendo em vista que, ao ingressar no Programa, com um projeto de pesquisa que objetivava a construção de uma análise do discurso historiográfico, poderia me situar, a partir da temática proposta, com facilidade, na Linha de Pesquisa *Historiografia: estudos comparativos* da Área de Concentração *Teoria e Metodologia da História* (Folder de divulgação da seleção do Programa, 1999-2000), hoje, extintas, linha e área.

Na atualidade, porém, o meu texto não possui uma Linha tão específica no Programa mas considero que pode ser aproximado à Linha *Cultura e Memória* (Edital da seleção do Programa, 2004). Então, é a partir dessa idéia de *aproximação* das temáticas trabalhadas e as Linhas que a presente tese estará fundamentada.

No trabalho organizado por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, intitulado *Domínios da História* (1997) há, nas duas primeiras partes, uma análise das áreas, fronteiras, Campos de Investigação e Linhas de Pesquisa da História. Os autores reunidos nesta obra trataram, no momento do debate sobre os territórios e fronteiras, da

História Econômica, da História Social, da relação entre História e Poder, da História das Idéias, da História da Mentalidades e História Cultural. No segundo momento, os Campos referenciados foram: História Agrária, História Urbana, História das Paisagens, História da Família e Demografia História, História do cotidiano e da Vida Privada, História das Mulheres, História da Sexualidade, História e Etnia e, por fim, História das Religiões e religiosidades.

Apesar das noções adotadas de fronteiras e campos, que enunciam limites à produção, é possível observar a amplitude dos temas tratados pelos historiadores e, na leitura da obra acima, é impossível não observar as aproximações entre os vários percursos escolhidos pelos historiadores, ou seja, existe uma dificuldade em especificar quais a(s) temática(s) exclusiva(s) das abordagens sugeridas.

Desse modo, optei em fazer uma leitura dos temas das dissertações e teses a partir da “classificação” prévia das Linhas de Pesquisa do Programa que, é importante lembrar, de 1974 ao ano de 1979, esteve sob a seguinte orientação: História Social de 1870 a 1880 (1974); História Econômica e Social do Nordeste – Período Colonial (1976); História Econômica Social e Política do Nordeste – Período Colonial; História Econômica, Social e Política do Nordeste: Transição ao Trabalho Livre (1977); A Escravidão no Nordeste na transição do trabalho livre (1978); O Nordeste na República Velha (1978); História do Nordeste (1979) (FICO e POLITO, 1992, pp.34-35). Nos anos de 1989 a 1998, a direção, evidentemente, da Área de Concentração: História do Brasil era: A Arte e a Cultura no Nordeste nos Séculos XIX e XX (1989); A Cultura do Brasil Colônia-Nordeste (1989); Elites Políticas e Movimentos Sociais no Século XX (1989); Memória Popular (1989); Poder Político e Sociedade no Nordeste no Século XIX (1989) e Poder Político e Movimentos Sociais no Norte-Nordeste (1998). Havia, ainda, a já mencionada área de Teoria da História contendo a

Linha de Pesquisa Ensino e Metodologia da História que, em 1999, estava assim construída: História e Historiografia. Linhas de Pesquisa: Teoria e Representações; Historiografia: estudos comparativos e História e Educação. Linhas de Pesquisa: Educação e representações da história; Ensino da História. (Folder de divulgação da seleção do Programa, 1999-2000).

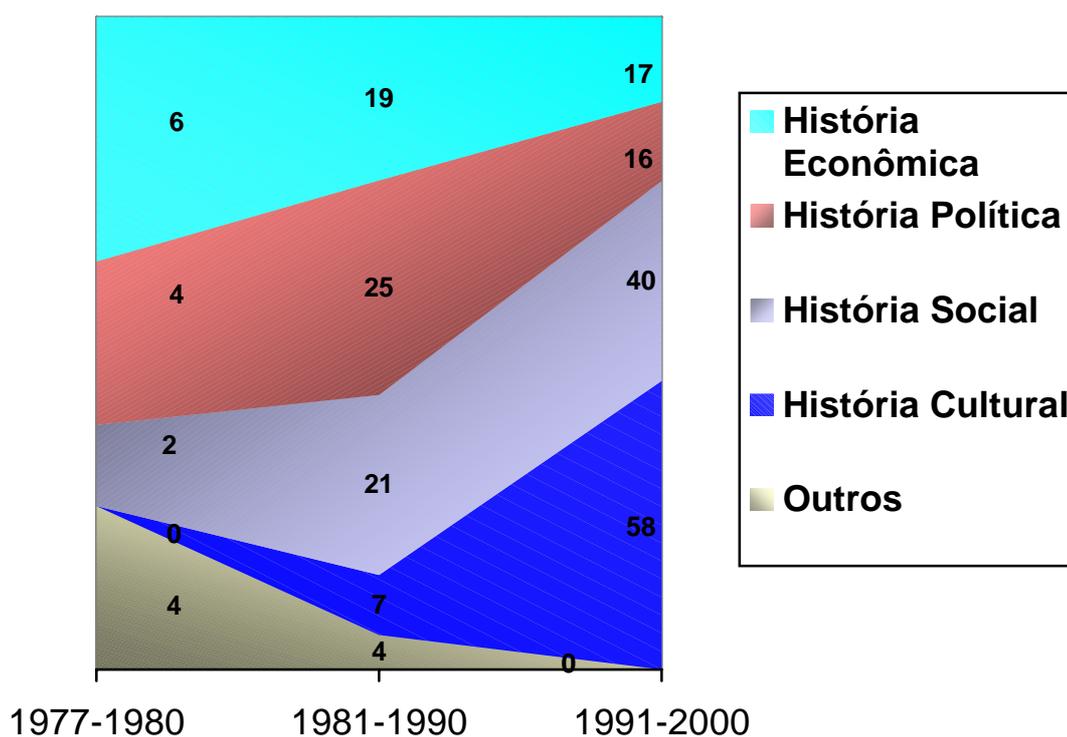
Embora as Linhas de Pesquisa tenham essa característica delimitadora e se tratem de regras para a produção acadêmica, é impossível não destacar o fato de que elas têm a sua construção na História e, desse modo, não é possível considerar de maneira fechada esta caracterização, até porque, como regras elas são efêmeras. Mas, elas podem ser consideradas, de 1977 a 2000, impulsionadoras de trabalhos que transitam entre os seguintes eixos temáticos: **História Econômica, História Política, História Social, História Cultural** e um item que foi necessário denominar de **Outros**, devido ao distanciamento de algumas propostas das mencionadas Linhas de Pesquisa.

Os temas como História da Escravidão, Poder Político, História da Religião, trabalhados na obra de Cardoso e Vainfas, serão aqui abordados como próximos aos eixos de caráter mais amplo acima citadas e aparecerão na medida em que forem sendo tratados nesta tese através dos outros textos e autores discutidos, uma vez que a intenção é destacar a emergência das temáticas no Programa, ou seja, observar as possibilidades de produção de um determinado tema, da apropriação de uma determinada fonte, de um conceito e não de outros.

Segundo Eni Orlandi, existe um confronto de vozes na elaboração do discurso da História (1996, p. 78). Neste momento do texto, pode-se perceber esse confronto, ou seja, destaca-se o papel de diferentes interesses na produção da historiografia, que se alteram com o passar dos anos.

As escolhas dos historiadores – mestrandos e doutorandos – ajudam a construir sentidos para os seus textos a partir da época em que vivenciam e produzem o movimento de sedução no item anterior mencionado. Desse modo, é preciso investigar as temáticas a partir das temporalidades em que são enunciadas. O importante é situar a produção acadêmica através do tempo, ou seja, é importante questionar o papel dos temas relacionados ao que aqui está sendo nomeado de História Econômica, de História Política, de História Social, de História Cultural e de Outros, em períodos distintos.

FIGURA 1 – PPGH – UFPE – DISSERTAÇÕES, TESES E PERCURSOS TEMÁTICOS DA HISTÓRIA – 1977-2000



A figura de número 1, acima, foi elaborada com a intenção de enunciar alguns sentidos acerca dos percursos temáticos no Programa de Pós-Graduação em História da

UFPE. Inicialmente, gostaria que ela significasse a possibilidade de compreensão dos caminhos temáticos sob o signo da separação e, de maneira concomitante, da aproximação. É importante observar que não existem linhas separando as cores representativas dos caminhos temáticos apontados, o que permite a construção da idéia de que, de algum modo, eles estão reunidos; eles fazem parte de uma mesma figura, da mesma produção acadêmica e historiográfica aqui visitada. Gostaria, também que, através da observação da figura anterior, fosse possível enfatizar as mudanças, através do tempo, nas escolhas dos temas destacados.

Os três recortes de temporalidade que elaborei, 1977-1980; 1981-1990 e 1991-2000, permitem, no meu modo de ver, acompanhar as mudanças das temáticas e preferências por que passou as escritas da História no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, ao longo de sua existência.

A figura anterior pode ser tomada como um enunciado produtor de inúmeros significados, uma vez que, a explicitação de expressões como História Econômica, História Política, História Social e História Cultural apontam para distintas construções, dentre as quais, a de que se tratam de palavras que dizem muito mais do que estão nomeando. As palavras, as cores, os marcos temporais, os números de dissertações e teses reunidos, o alargamento e estreitamento das trajetórias visualizadas na Figura 1, apontam para a descontinuidade do discurso histórico, chamam atenção para a multiplicidade desse campo de saber.

Multiplicidade esta que, cabe destacar, na década de 1990, indica uma direção para uma maior predominância da História Social e da História Cultural, no mestrado e doutorado, porque, a partir de 1995, tiveram início as defesas de teses e estas também estão incorporadas à figura, basicamente, no acompanhamento que se buscou organizar, no lado direito da figura, voltado para a década de 1990.

Para os anos de 1970, deve-se destacar que o Programa contou com apenas **16** dissertações defendidas, devido ao fato de se tratar do momento de sua implantação, uma vez que a sua criação data de 1977, e estar-se aqui falando apenas de 03 anos de sua produção. Mas, mesmo assim, sobressai a importância dos caminhos temáticos da História Econômica e da Política tendo o primeiro iniciado a sua penetração no curso de mestrado com a vantagem de 02 trabalhos à frente de campos como a História Política e do item *outros*. O que, em termos de percentagem, como tentativa de classificação quantitativa, equivale a **37,5%** da produção voltada para **História Econômica** e **25 %** para a **História Política**. O item **Outros** também marcou **25%** da produção. No mesmo período, a **História Social** também dava os seus primeiros passos nas abordagens dos diferentes autores, com **12,5%** das defesas. Mas a História Cultural, como um novo campo da historiografia do século XX, despontaria no programa apenas na década seguinte.

Na década de 1980, ocorreu uma inversão, no que se refere aos anos anteriores, entre o campo da **História Política** e a **História Econômica**, a primeira correspondendo a **31,57%** das dissertações defendidas naquele momento e a segunda, a **26,31%** do total. A **História Social** já se estabelecia entre as duas com uma percentagem de **27,63%** da produção. A **História Cultural** constituía **9,2%** das opções dos mestrados naquele período e, o item **Outros** apenas **5,26%**. Na década seguinte – 1990 -, somando-se dissertações e teses, em termos de percentagem, a **História Econômica** correspondia a **12,97%** da produção daquele momento, a **História Política**, apesar de uma expressividade maior no doutorado, a ser observada, correspondeu a **12,21%**, a **História Social**, a **30,53%** e a **História Cultural**, a **44,27%** do total de trabalhos. Os **Outros**, por sua vez, não foram contemplados na abordagem dos mestrados e doutorandos dos anos de 1990.

As pós-graduações em História, de um modo geral, nasceram, nos anos de 1970, sob a égide da ditadura, implantada no Brasil em 1964. A falta de democracia, o controle, a censura, dentre outros aspectos do autoritarismo, fizeram com que os trabalhos possuíssem amarras que, em diversos momentos, impediam a abordagem de temáticas consideradas ameaças ao sistema político implantado.

A influência da política autoritária no Brasil, na produção acadêmica do século XX, constitui um tema importante em cuja análise Amaral Lapa, autor já mencionado, deu os primeiros passos. Mas, sem dúvida, devido à amplitude deste tema – a relação entre Política e historiografia - tratar-se-ia de um outro trabalho. É importante salientar que diferentes autores, como Edgar De Decca, Francisco Falcon, Amaral Lapa, dentre outros que discutiram a historiografia nacional, dos anos de 1980, apontaram o fato de que o papel da análise sobre a História Política foi acentuado devido ao momento de redemocratização iniciado naquele período.

A segunda metade da década de 80, além de ser o momento de promulgação da Constituição, corresponde a um período de atividade política intensa no país. Pois, desde 1984, com a Campanha das “*Diretas Já*” e com a posterior eleição (índireta) de Tancredo Neves e José Sarney, respectivamente, para presidente e vice-presidente da República, pode-se caracterizar essa época como um período de efervescência política e, especificamente, de reabertura política, com o fim do ciclo de governos militares, culminando com a eleição (agora direta) de Fernando Collor de Mello, no ano de 1989.

Do governo Sarney ao governo Collor, assistiu-se a uma chuva de Planos Econômicos com vistas a tirar o Brasil da situação em que se encontrava. Dentre os quais, pode-se apontar o *Plano Cruzado*, o *Plano Bresser*, o *Plano Verão*, o *Plano Cruzado Novo* e o *Plano Collor*. Como se sabe, todos estes planos fracassaram e colocaram, cada vez mais, a economia brasileira numa situação complicada. O ponto

culminante foi o *Impeachment* (1992) de Fernando Collor de Mello, que mexeu tanto com a política como também com a economia e com a sociedade brasileira.

Neste sentido, devo destacar que as dissertações e teses do PPGH-UFPE da década de 1980 (ver figura 1) foram produzidas em um momento de crise política e econômica constante. Sentia-se, portanto, naquele período, a necessidade de encontrar novas alternativas para o Brasil e, conseqüentemente, o interesse dos historiadores pela História Política, Social e Econômica representava uma busca por respostas acerca dos problemas que a sociedade levantava, convocando a universidade brasileira, os acadêmicos, a produzirem um saber que ajudasse na compreensão destas questões apontadas como também das questões sociais, que provocam a emergência dos diferentes movimentos na sociedade:

Ao discutir o ingresso de novos sujeitos sociais na cena política brasileira, nos 70 e 80, Eder Sader chega à conclusão de que ‘(...) ao observarmos os movimentos sociais que dão uma nova configuração aos trabalhadores (...), nos damos conta da existência de novos significados atribuídos às suas condições de vida, e esses novos sentidos nem se desprendem naturalmente do cotidiano popular e nem decorrem dos discursos previamente instituídos sobre os trabalhadores. Eles constituem reelaborações filtradas em novas matrizes discursivas – quer dizer: novos lugares, onde se constituem diversamente os atores, estabelecem novas relações entre si e com o meio e, portanto, abordam diversamente a realidade.’ No caso do ABC, de fato tanto a composição da base social dos movimentos sindicais e populares, que foram retomados pelos trabalhadores da região a partir de meados da década de 1970. (ALMEIDA, in RBH-ANPUH, 1999, p. 287)

O sindicalismo no Brasil, em meados dos anos de 1970, estava sintonizado com a busca por mudanças que a sociedade requeria. Em que nomes como Lula começaram a fazer parte do cenário político e social nacional.

Estes aspectos mencionados e, sob a influência do marxismo, a idéia de produção de um saber comprometido com a transformação social, vigoraram ao longo dos anos 80, na produção do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, visto

que esta transformação era baseada na crença de que a saída para os problemas econômicos e sociais mais comuns do mundo era a luta pela mudança do modo de produção, ou seja, do capitalismo para o socialismo.

Embora houvesse, no PPGH-UFPE dos anos de 1980, uma presença expressiva de trabalhos que se aproximavam da idéia acima citada, outras temáticas foram sendo abordadas e os textos não deixavam de guardar semelhanças com a produção historiográfica nacional e seguiam o movimento de renovação daquele momento, uma vez que, segundo Janotti (in FREITAS, 2003, p. 139), abriu-se, junto com a consolidação das pós-graduações,

(...) um leque de novos objetos de pesquisa: habitação, saúde, lazer, alimentação, costumes, emoções, religiosidade, o saber e o pensamento enquanto prática, etc.. Sendo sintomática a emergência da palavra cotidiano, quase sempre representando a luta pela sobrevivência dos mais pobres.

A explicitação da diversidade cultural em associação com o papel, cada vez mais forte, das sociedades de massas, sem dúvida, influenciou na emergência desses objetos.

Desse modo, através do levantamento realizado, nos anos de 1990 não soa estranha a ascensão de campos como a História Cultural e Social. A quantidade de trabalhos voltados para a abordagem dos mesmos faz parte do cenário historiográfico nacional, principalmente, das duas últimas décadas do século XX, quando se pôde verificar, como já foi referenciado, a partir da *Nova História* e da própria *Nova História Cultural*, a emergência de novas abordagens temáticas para a construção do conhecimento histórico.

O alargamento da História Cultural e da História Social representa a emergência de novos objetos e vice-versa, comumente, as novas temáticas são abordadas, em sua maioria, nos trabalhos ligados a ambos os caminhos.

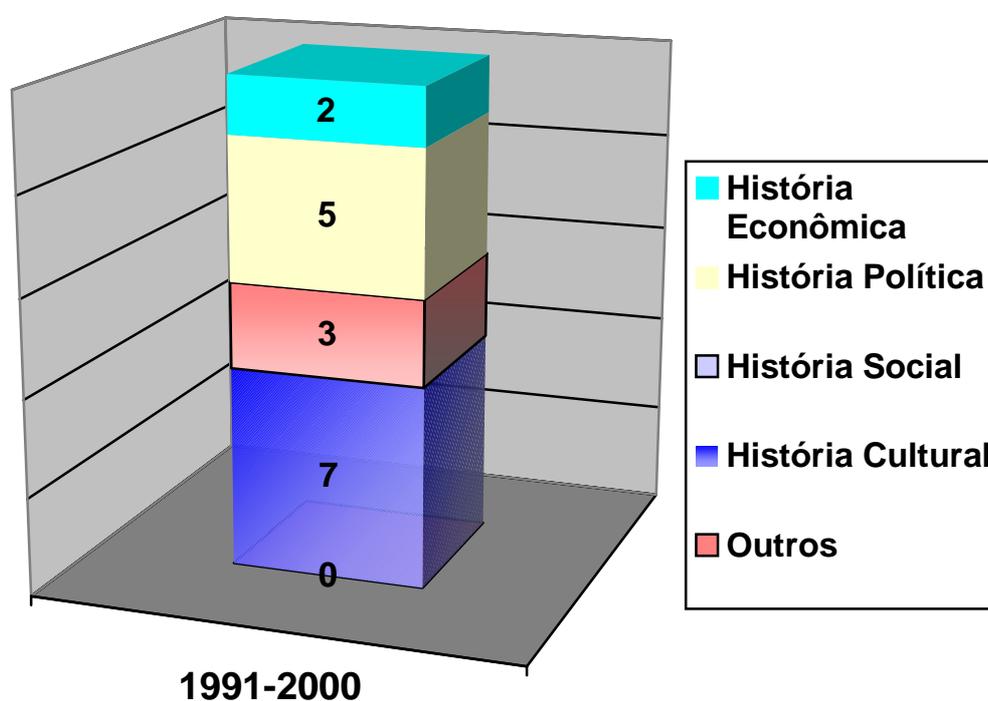
É importante frisar que a produção no Curso de Doutorado, observado em separado, apresenta um quadro semelhante ao total geral dos trabalhos. A procura pelos caminhos temáticos dos doutorandos foi construída com maior confiança, tendo em vista que o amadurecimento intelectual, comumente presente e requerido neste nível, permite aos autores uma explicitação maior dos seus interesses e da História dos seus próprios caminhos metodológicos.

Porém, isto não significa afirmar que as teses analisadas estão *enquadradas* em campos fechados e que não é possível a existência de abordagens que transitam entre o social e o econômico, o político e o social, o social e cultural, etc. Esta afirmação é válida, também, para as dissertações porque, no meu esforço por um encontro com esses caminhos percorridos, emerge a tese de que os trabalhos analisados apenas se **aproximam**, um pouco mais que outros, de temáticas específicas.

Os números apresentados até o presente momento ajudam na análise dos trabalhos e foram literalmente criados a partir do meu lugar, não é demais repetir, de leitora, intérprete e recortadora dos textos. De modo que essa interpretação também é construída a partir de outras leituras das temáticas que, sem dúvida, não enunciam os mesmos significados com o passar das décadas, do tempo, tendo em vista que, ao se passarem os anos, os autores/historiadores formulam outras perguntas e realizam apropriações diferenciadas das temáticas. Portanto, não *enquadrar* as teses significa entender que as preferências dos historiadores são passageiras tanto quanto os caminhos que escolhem trilhar.

A partir deste exercício de interpretação e, embora a análise tenha se restringido a apenas **05** anos da existência do curso de doutorado, foi possível verificar **17** teses que, do ponto de vista de escolhas dos campos de pesquisa histórica, foram destacadas pela minha abordagem da seguinte maneira:

FIGURA 2 – PPGH – UFPE – TESES DE DOUTORADO E PERCURSOS TEMÁTICOS DA HISTÓRIA



A figura acima poderia ter sido elaborada na forma de colunas separadas. No entanto, mais uma vez, estou procurando enunciar a relação de proximidade entre os caminhos trilhados e não apenas os distanciamentos, as fronteiras.

Entre 1995 e 2000, a **História Cultural** se firmou no programa de pós-graduação e teve, no doutorado, a participação expressiva de **41,17%** do total analisado; a **História Política**, de maneira diferenciada do quadro geral dos anos de

1990, tornou-se a segunda colocada, com **29,41 %** e a **História Social** e a **Econômica** com, respectivamente, **17,64%** e **11,76%**. Chama atenção, portanto, a preferência dos doutorandos pela História Cultural e a Política.

O papel, por sua vez, da História Econômica no Doutorado e, desse modo, no final dos anos 90, no Programa, também pode ser relacionado ao cenário da historiografia nacional que, de acordo com João Fragoso e Manolo Florentino (in CARDOSO, 1997, pp. 27-28) apresentava um visível distanciamento da História Econômica. Segundo esses autores, os Programas de Pós-Graduação em História, contribuíram fortemente para a chegada dessa tendência internacional no Brasil. Eles acompanharam a participação do campo da História Econômica nos Programas da Universidade de São Paulo, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro e destacaram que, entre a década de 1970 e 1980, a quantidade de trabalhos voltada para este campo historiográfico caiu em um terço na USP e, da década de 1980 para a de 1990, a proporção inicial de 06 para 10 trabalhos defendidos e voltados para a História Econômica baixou para dois entre cada dez.

Do exposto, percebe-se que, nas dissertações e teses defendidas entre 1977 e 2000, observadas em conjunto, destaca-se também a preponderância da História Cultural em conjunto com a História Social.

O quadro geral da produção do Programa, até o ano 2000, assinala uma preocupação maior dos historiadores com a História Cultural e Social. A História Econômica e a Política começaram a perder penetração no Programa, de maneira simultânea à crise política, econômica e cultural dos anos 90. Emergiu nos textos acadêmicos a procura pela *desconstrução* dos referenciais modernos de conhecimento construídos desde o Iluminismo, ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX.

As sociedades humanas e a sociedade brasileira elaboravam, cada vez mais, uma crise e um distanciamento com relação à hegemonia do paradigma cientificista da modernidade. O ditado marxista que ilustra o famoso livro de Berman, *Tudo que é sólido se desmancha no ar*, aparentava ter encontrado campos de significados anteriormente e, provavelmente, não imaginados por seu autor. A máxima da *desconstrução* pós-moderna se instaurou na produção acadêmica e, se os historiadores estavam preocupados em estudar o passado para entender o presente, este objetivo ganhou amplitudes maiores do que a escrita da História pode, ainda, nesse estágio de seu percurso, vir a dar conta. O presente, no final do século XX, não trouxe uma fácil compreensão ao seu respeito. A interpretação desse presente, às vezes, fluía na mente dos poetas e em frases como “*ideologia eu quero uma pra viver!*” (CAZUZA, 1988). As inquietações daquele momento emergiam também no rock dos Titãs (1987) *A gente não quer só comida, A gente quer comida, diversão e arte*, e outros enunciados mais.

Para o historiador, a visibilidade da organização social apenas dividida em classes, a leitura do mundo através do modo de produção, não mais respondia as suas inquietações. A história e a organização social, passaram a ser tomadas como lugares da multiplicidade e da complexidade de sujeitos e objetos que o mundo colocava. Nos anos de 1990, não há como negar que os potenciais teóricos se ampliaram e provocaram, contraditoriamente, toda uma dificuldade de se construir conceitos que conseguissem abranger os diferentes acontecimentos da sociedade contemporânea.

O pensamento pós-moderno trouxe a defesa do entendimento da História como um campo de saber que é construído, passando, em primeiro lugar, pela linguagem. O historiador fornece significados aos eventos que pesquisa e estes significados são elaborados ou praticados na linguagem.

As Universidades e a produção acadêmica ilustram esse momento. O discurso de diferentes escritas da História da Pós-Graduação de Pernambuco está relacionado a essa construção porque

(...) A academia não é uma anomalia no campo da cultura contemporânea - é a sua forma mais representativa. (...) A 'cultura' se expandiu, não por causa de algum aumento real de oportunidades e variedades de experiência cultural, mas em função de uma expansão e diversificação das formas pelas quais a experiência cultural é mediada. A academia pode não ser o único mediador, mas é um dos mais importantes. (CONNOR, 1992, p. 22)

A produção acadêmica também é construtora da cultura de sua época. Ela não é apenas a reflexão de um momento, mas signo que ajuda a definir, ou não, uma época.

A crise de paradigmas, já mencionada, aproxima-se da crise da modernidade. Da crise de definições. Desse momento que nasceu vinculado a idéia de que *o mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome e para mencioná-las se precisava apontar com o dedo*. (MÁRQUEZ, 1967, p. 7)

A História como uma construção da linguagem, porém, não é consensual entre os historiadores, entre os demais profissionais ligados, efetivamente ou não, à academia. Muitos não conseguem se aproximar da perspectiva da história como uma construção da linguagem.

O jornalista Marcelo Coelho, em março de 1997, escreveu um artigo na Folha de São Paulo, intitulado "*Como se faz uma tese: estudo sobre modernismo é exemplo dos vícios que afetam os textos acadêmicos*", e buscou desmontar uma tese de doutorado sobre o modernismo, escolhendo diversas passagens da obra, no intuito de comprovar a sua leitura de que, atualmente, além de se discutir temas apenas em moda, os textos acadêmicos são produzidos por *viciados da linguagem*. Em um item do seu artigo, que Coelho denominou de *anticientificismo*, ele escreveu:

(...) Nada é real, tudo é construção. Não há objetividade, não há fatos só interpretações. Quando Nietzsche escreveu isso, imaginou estar bagunçando o coreto intelectual. Não sabia que estava na verdade facilitando a vida de muitos pós-graduandos, que repetem a ladainha. (p. 13)

Na sua afirmação, há um certo saudosismo do objetivismo e da não interpretação dos fatos, como se isso fosse possível, essa dicotomização entre fato histórico e interpretação. Segundo ele, os estudiosos se aproveitam do momento e, simplesmente, não fazem ciência, são anti-cientistas. Mas é importante lembrar que não se consegue mais, com tanta frequência, reproduzir e aplicar o Discurso do Método de Descartes. O tradicional conceito de ciência vem sendo desconstruído.

Desse modo, além da ampliação dos objetos, os historiadores modificaram a abordagem de alguns conceitos e, em certos momentos, sequer construíram novos conceitos, buscavam, sim, *apontar com o dedo* a multiplicidade cultural e social dos seus objetos e, por mais que se chame de modismo o debate em torno do que a pós-modernidade levanta, por mais que se chame de modismo discutir a cultura, o cotidiano, a memória e, enfim, todos os temas que antes não eram fundamentais (e não em moda) nas Humanidades, não há como negar a presença destas discussões nos trabalhos analisados. Elas também estão visíveis na dificuldade que possuo em nomear, no pudor inevitável que elaborei quando se trata de fechar, definitivamente, os percursos temáticos dos historiadores, uma vez que os caminhos temáticos analisados, tanto quanto as teorias da História, se misturam. Conforme já foi referenciado, não é fácil separá-los, nomeá-los, quantificá-los e qualificá-los.

Ao assim proceder, estar-se-á tentando elaborar uma *mediação*. *Mediação* esta que também se encontra circunscrita a regras de *ordenação*, conforme se pode observar:

(...) a mediação fixando sistemas de ordem, mediante visões estabilizadoras de mundo, a fim de alcançar-se o controle social. Portanto, constituindo-se como código, é um sistema de possibilidades em termos de percepção do concreto e de alternativas em relação aos significados dos acontecimentos. Cada forma de mediar a realidade implica em um modo de ordenar a realidade e, no caso de uma mediação entre realidade e conhecimento, se torna ideológica quando é apriorística à mediação, recusando-se a ser reflexiva. Os mediadores, pois, são sujeitos de comunicação, portadores de códigos de ordenamento do acontecer, que implicam em tomar partido (o mediador é um interventor) podendo sugerir à compreensão relações que se excluem, se incluem e/ou se implicam. (SILVEIRA, 2003, p.4)

Mediar é, portanto, procurar os códigos de uma época, no caso aqui específico, é procurar, mesmo com a dificuldade anteriormente apontada, os códigos que cercam as temáticas selecionadas pelos historiadores, compreendendo-as como circunscritas a feixes que se *excluem, se incluem e se implicam*.

3.2.1.1 As trilhas dos *Outros*

O item **Outros** guarda aproximações com os trabalhos que versaram sobre Biografia, História da Cultura, Teoria da História e Ensino de História.

As temáticas englobadas sob a denominação **Outros** podem ser tomadas como muito díspares para serem reunidas em uma única apropriação de campo historiográfico. Mas o critério adotado não é o fato destes trabalhos corresponderem, ou não, a campos próximos entre si, mas sim devido à sua pouca representatividade, em números.

A História biográfica se fez presente em três das dissertações pesquisadas e, comumente, esteve associada a uma perspectiva de análise que buscava construir os indivíduos como heróis. As dissertações sobre *Henrique Castriciano de Souza* (Um

Reformador Social), de José Geraldo de Albuquerque (1981); *Joaquim Nabuco: o Homem e Sua época*, da autoria de Joselice Vasconcelos Jucá (1977) e *Pinto de Campos: Um Clérigo a Serviço do Império*, de Eduardo José Wanderley Rocha (1986), nitidamente estiveram inspiradas em abordagens tradicionais do conhecimento histórico e objetivavam destacar a importância dos seus biografados nos eventos históricos em que estiveram envolvidos.

A História da Cultura emerge, na presente análise, como um campo diferenciado da chamada História Cultural, uma vez que esta última expressão está sendo aqui tomada como o movimento de renovação e ampliação dos objetos da História nos últimos anos, ao passo que os trabalhos considerados de História da Cultura se distanciam desta busca por inovação e assumem um conceito de cultura diferente do que tem sido divulgado pela História Cultural. Esta última, ao ampliar os objetos, se distingue da História da Cultura.

A título de exemplo, posso citar o trabalho de Marcílio Lins Reinaux, intitulado *Aspectos Artísticos e Históricos da Estatuária e dos Ex-votos do Nordeste* (1988), que vincula o conceito de cultura à arte e faz referência a imagens antigas e esculturas religiosas do Brasil e Nordeste, desde o período colonial. A sua abordagem difere das dissertações e teses que apostam na escrita da História também pelo prisma da subjetividade e se prende ao viés cientificista tradicional:

Quando citamos escritos mais ligados à Religião do qual a arte e ou a estética, sempre o fizemos observando um critério da objetividade, com o fim precípuo de provar de maneira concreta, que nem todos aqueles que se mostram empenhados em tratar de assuntos ligados às artes, à sua teoria e à sua crítica, dão prova – como diria Romano Galeff – de acreditarem deveras na possibilidade de se formularem verdades universalmente válidas a tal respeito, condição esta sem a qual nenhum trabalho conduzido com seriedade científica se torna possível. (REINAUX, 1988, p.224)

Portanto, diante do enfoque temático e teórico adotado, não se pode ligar o trabalho ao campo, inovador, da História Cultural, mas, sim, ao que estou chamando de História **da** Cultura.

A dissertação de Maria Martha Pimentel de Mello - *O Sincretismo na Mitologia Egípcia* (1977) - é peculiar, uma vez que objetiva tratar um tema que só foi explorado no Programa, até o ano 2000, pelo seu próprio trabalho. A temporalidade, Idade Antiga, visitada por Mello, também não corresponde a uma característica comum aos demais trabalhos do Programa, exceto se comparada ao de Mariza Pinheiro Moura, que elaborou uma dissertação cuja periodização esteve voltada para o século V a. C. e versava sobre *O Histórico no Teatro Político de Aristófanes*, aqui referenciada também como próxima da História **da** Cultura.

Estes temas, sem dúvida, estavam deslocados da área de concentração e das linhas de pesquisa do programa que, desde o seu início, estava voltada para a História do Brasil, com destaque para História do Nordeste.

Por outro lado, a única dissertação dedicada, exclusivamente, à Teoria da História é a de Pedro Teixeira Cavalcante - *Epistemologia e Historia em Giambatista Vico* - (1978), mas também possui um enfoque tradicionalista, visto que defendia, por exemplo, a imparcialidade no tratamento da Teoria estudada.

O trabalho de Ana Cristina L.A. Jurema, no seu texto “A “*HISTÓRIA*” Nos Livros Didáticos de Estudos Sociais.” (1987), foi também inserido no campo *outros* porque, até o ano de 2000, não encontrei referência especial ao ensino de História em outros textos produzidos no Programa.

É possível observar que a indefinição temática se deu com maior ênfase nas dissertações elaboradas no primeiro momento de existência do Curso de mestrado, basicamente, entre 1977 e 1988. Nos anos de 1990, como também nos trabalhos do

doutorado, a partir da qualificação que adotei, não se observa a presença de trabalhos tão díspares, o que significa afirmar que as dissertações e teses foram consolidando análises preferenciais, sem necessidade de fugirem, demasiadamente, das linhas e áreas de concentração do Programa, até porque esta adequação se tornou uma das exigências básicas das agências de fomento e pesquisa no país (CAPES e CNPq).

3.2.1.2 Aproximações com a História Cultural

A amplitude de temáticas próximas à História Cultural, na produção acadêmica do Programa será, a partir deste momento, discutida. Este caminho escolhido pelos historiadores, de tão amplo, é tomado em diversos trabalhos como a própria abordagem ou teoria da História que vigora nas pesquisas dos historiadores. Mas, de ambas as formas, como percurso temático ou abordagem, o conceito de Cultura tem sido reelaborado e ultrapassa as fronteiras do conceito de cultura como manifestação da arte, do folclore de uma determinada sociedade. Esse conceito tem sido apropriado como capaz de fundamentar a apropriação de práticas ligadas à construção dos sentimentos, do pensamento e do que a subjetividade humana é capaz de elaborar. A procura não se dá mais pela identificação das semelhanças mas, sim, pelo fazer da História um lugar de reconhecimento das diferenças uma vez que, segundo Alfredo Bosi (1992, p. 308), “*não há uma cultura uniforme em nenhuma sociedade moderna*”.

Desse modo, é importante observar a fala de Peter Burke a respeito da História Cultural e do conceito de cultura:

Não há concordância sobre o que constitui a história cultural, menos ainda sobre o que constitui cultura. Há mais de quarenta anos, dois estudiosos americanos começaram a mapear as variações do emprego do termo em inglês, e reuniram mais de duzentas definições concorrentes. Levando-se em conta outras línguas e as últimas quatro décadas, seria fácil reunir muito mais. (...) Talvez fosse adequado adaptar a definição dos existencialistas e dizer que a história cultural não tem essência. Só pode ser definida em termos de nossa própria história. (BURKE, 2000, p. 13)

Ao tratar dos temas que podem vir a ser relacionados à chamada História Cultural, os historiadores estão submetidos aos diferentes conceitos de cultura que os autores adotaram. A falta de consenso em torno desse conceito, contudo, trata-se da própria razão de ser desta palavra:

Vivemos em uma época que corretamente renunciou à Teoria Unificada, uma época na qual nos damos conta de que a história (tal como a 'individualidade', a 'subjetividade', o 'gênero', a 'cultura') é composta de uma variedade de fragmentos e não de inteiros epistemológicos sem rachaduras ou imperfeições. (SILVA, 2000, p. 26)

A oportunidade de perceber o mundo desta maneira criou as condições para que a História esteja cada vez mais próxima da produção do campo da História Cultural. Porque, defende-se, através dela, a impossibilidade de se produzir um conhecimento histórico voltado para o essencialismo, para a construção do pensamento de que tudo tem um aspecto central, inerente e inato, capaz de orientar todos os outros símbolos da cultura. Assim, diante da sintonia deste debate com a renovação teórico-metodológica da História da segunda metade do século XX, os historiadores começaram a elaborar idéias semelhantes à transcrita logo abaixo:

(...) Pode-se mesmo dizer que a História Cultural tem exercido uma verdadeira sedução para o público leitor, o que permite aventurar que Clio saiu revitalizada da tão renomada e discutida crise dos paradigmas. Mas ainda, é possível dizer que nunca se escreveu nem se leu tanto sobre História como na última década do século XX e neste início do novo século e milênio! (PESAVENTO, 2003, p.69)

Os historiadores, os artífices de Clio, saíram efetivamente da crise? Perderam o medo de serem arrastados para campos de saber que não corresponderiam aos “territórios”, “domínios” da História anteriormente delimitados? Perderam o medo do movimento geral na produção do conhecimento denominado de interdisciplinaridade? Assumiram o fato de que não necessitam de um território teórico fechado para construírem os seus trabalhos?

O encontro dos artífices de Clio analisados com a História Cultural se deu, a partir das análises que construí, no final dos anos de 1980, especificamente com a elaboração e posterior defesa do trabalho de Silvia Cortez Silva, intitulado *Cultura Tutelada: Uma Visão Patrimonialista da Cultura Luso-Brasileira* (1987).

A sua preocupação em construir uma leitura da Cultura no Brasil sob a interferência do Estado e da Igreja poderia marcar outros caminhos temáticos para o texto, como a já trabalhada História da Cultura, a História Social ou a História Política. No entanto, acredito que seu texto marca uma transição da abordagem da História da Cultura para a Cultural. Na dissertação, existe a freqüente menção à História Cultural como também uma abordagem que privilegiou elementos como o Renascimento Cultural e passagens como a que se segue, me fizeram aproximar o seu texto do mencionado caminho temático: (...) *Preocupado em fortalecer o Estado, cristão em essência, Portugal desenvolveu toda uma política castradora do pensamento fosse de qualquer natureza, mesmo que o preço fosse involuir cuturalmente.* (SILVA, 1987, p. 147)

A partir deste trabalho, o pensamento passa a ser compreendido como passível de análise nos escritos do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE e, no final dos anos de 1980, a diversidade temática do Programa passeava pela História da Religião, História da Arte e, no ano de 1990, emergiu o trabalho *Riquezas*

Produzindo a Belle Époque: Belém do Pará (1870-1910), de Maria de Nazaré Sarges (1990), que contemplava o tema da cidade e o relacionamento desta com a modernidade, temática que, sem dúvida, distingue a produção da década de 1990, no Programa, em torno da História Cultural.

As dissertações e teses do Programa relacionadas, no presente texto, à História Cultural demonstram a compreensão da diversificação temática possível aos trabalhos que seguem este caminho. Em algumas passagens, eles apontam, também, a amplitude do conceito de cultura, como se pode observar na tese de Osmar Luis da Silva Filho (1999, p. 2):

O conceito de cultura, que adotamos, confere a ênfase em uma ordem social global, no âmbito da qual, uma cultura específica, quanto a estilos de arte e tipos de trabalho intelectual, são considerados em relação com outras atividades sociais, entendendo, por sua vez, que a produção e as práticas culturais e sociais, daí advindas, não resultam apenas de uma ordem social externa, mas de elementos gestados em uma cultura local. Assim entendida, a cultura é uma mediação, uma relação, uma relação social. É nessa relação social que os modos de vida específicos estão receptivos a formas globais que chegam através de determinados emblemas: quadros de arte, cinematógrafos, automóveis, bondes, moda, idéias, cada uma dessas formas manifestando algum tipo de sinal, que podem ser vistos como modernismos em momentos-chave da história, como a década de vinte.

Este trabalho, já citado em momento anterior, buscou trabalhar com a temática da **cidade** e, especificamente, a relação entre as *idades* e a *modernidade*. A proposta do autor foi de observar as práticas culturais e sociais no cotidiano, no modo de vida das pessoas nas cidades da Parahyba (João Pessoa-PB) e Cajazeiras-PB, nas três primeiras décadas do século XX. A sua procura é pela narrativa da construção e instauração de emblemas definidores da modernidade nas cidades mencionadas.

Esta procura por uma relação das histórias das cidades com o conceito de modernidade, como já foi referenciada, se fez presente em outras teses e dissertações

pesquisadas. Desse modo, a título de exemplo, posso destacar as teses que versaram sobre João Pessoa (Parahyba do Norte) e a cidade de Teresina.

A primeira é a tese de Ana Maria de Souza Martins Farias (1997), intitulada *Urbanização e Modernidade: A Construção do Espaço Urbano de João Pessoa (Dos anos 20 aos 70)*, também citada no capítulo anterior, e buscava estabelecer esta relação entre a cidade e modernidade.

A segunda tese a ser enumerada, é a de Francisco Alcides do Nascimento (1999), *A Cidade Sob o Fogo: Modernização e Violência Policial em Teresina (1937-1945)*. Esta que discutiu os símbolos da modernidade e da modernização e tratou das intervenções do poder público na disciplinarização do espaço urbano, com a prática dos incêndios como caminho de exclusão e destruição das casas de palhas.

Nas teses assinaladas, o conceito de modernidade foi tomado a partir de uma perspectiva cultural, o que aponta para o tratamento da História das cidades sob viés da leitura das mudanças de comportamentos, dos pensamentos e, como já foi referenciado, das mudanças no nível do cotidiano.

Outras dissertações de mestrado, dos anos de 1990, próximas à História Cultural, também estavam voltadas para um olhar sobre as cidades. João Pessoa, Belém do Pará, Teresina, já citadas, Fortaleza, Campina Grande, Princesa Isabel e Recife foram abordadas. Destacam-se: *A Aristocratização Provinciana em Fortaleza (1840-1890)*, de José Ernesto Pimentel Filho (1995); *Disciplina e Espaços: Construindo a Modernidade em Campina Grande no Início do Século XX*, de Regina Coelli Gomes Nascimento (1997); *Signos em Confronto: O Arcaico e o Moderno na Princesa (PB) dos Anos Vinte*, de Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (1999) e *Teresina: a Condição da Saúde Pública na Primeira República (1889-1930)*, de Antonio Melo Filho (2000).

A cidade do Recife foi privilegiada nos seguintes textos: *OH DE FORA!* Um Estudo Sobre a Arquitetura Residencial Pré-Modernista do Recife, enquanto Elemento Básico de Composição do Cenário Urbano, de Edja Bezerra Faria Trigueiro (1989); *O Recife nos Trilhos dos Bondes de Burro-1871-1914*, de Noemia Maria Zaidan (1991); *Entre Coquetes e Chicos-Machos* (Uma leitura da paisagem urbana do Recife na primeira metade do século XIX, de Ney Brito Dantas (1992); *As Cidades Enquanto Palco da Modernidade. o Recife de Princípios do Século*, da autoria de Flávio Weinstein Teixeira (1994); *Recife: Culturas, Confrontos, Identidades. A Participação das Camadas Urbanas na Campanha Salvacionista de 1911*, de Raimundo Pereira Alencar Arrais (1995); *CIDADE SÃ CORPO SÃO. Urbanização e Saber Médico no Recife (Final do Século XIX, Início do Século XX)*, de Maria Aparecida Vasconcelos Lopes (1996); *Lembranças do Futuro: Recife, à Espera do Século XX*, de Maria Tereza Barbosa Huang (1996); *Esquina Lafayette. Boemia, Amores e Lamentações na História Recifense*, de Carlos Eduardo Ribeiro Pinho(2000) e *Humor, Política e Cotidiano: um Olhar Sobre a Modernidade no Recife dos Anos 20*, de Maria da Conceição Francisca Pires (2000).

Estes trabalhos, comumente, foram construídos a partir de um novo olhar teórico-metodológico e a última dissertação, citada no parágrafo anterior, merece destaque porque a sua temática e fontes possuem esta característica inovadora, tendo em vista que a autora buscou abordar a modernização no Recife, dos anos de 1920, através dos discursos enunciados nas charges e caricaturas publicadas no Semanário Humorístico *A Pilhéria*.

Outras temáticas, aqui relacionadas ao campo da História Cultural, também foram apropriadas a partir da utilização da metodologia da análise de discurso, como: a minha dissertação, intitulada *A Indústria do Atraso ou o Atraso da Indústria? O*

Discurso da Industrialização no Nordeste (1950-1970) (1999); a de Iranilson Buriti de Oliveira, *Gritos de Vida e de Morte. A Construção da Idéia de Decadência do Patriarcado Rural nos Discursos da Primeira República* (1997); à de Gustavo Adolfo D'Almeida Lôbo, *A Imprensa Cearense e o Caldeirão do Beato José Lourenço. (O Discurso da Imprensa em Relação ao Movimento Popular Camponês do Caldeirão)* (2000) e a de José Maria Gomes de Souza Neto, *Engenho de Sons, Imagens e Palavras. Ditadura e Propaganda na Primeira Metade do Século XX* (2000).

A temática das relações de Gênero construiu, também, aproximações com a História Cultural, principalmente nos trabalhos do final da década de 1990 que, comumente, também associaram História Cultural, gênero e análise de discurso. Desse modo, posso citar a dissertação de Alômia Abrantes da Silva, intitulada *As Escritas Femininas e os Femininos Inscritos. Imagens de Mulheres na Imprensa Parahybana dos anos 20* (2000), que buscou discutir a presença feminina na imprensa dos anos 20; destacando as práticas discursivas construtoras de imagens para o feminino, inscrevendo-o nos universos públicos; Silêde Leila Oliveira Cavalcanti escreveu acerca das *Mulheres Modernas, Mulheres Tuteladas: O Discurso Jurídico e a Modernização dos Costumes - Campina Grande 1930-1950* (2000) e analisou a institucionalização dos discursos sobre o feminino na justiça campinense, seguindo a mesma linha de abordagem a dissertação de Keila Keiroz e Silva, *Entre as normas e os desejos: as mutações do feminino e do masculino em 50, 60 e 70 na Paraíba* (1999). E, por fim, devo destacar, ainda sobre a temática das relações do gênero, o trabalho de Chrislene Carvalho dos Santos, *Construção Social do Corpo Feminino em Sobral 1920-1925* (2000).

Ao percurso temático da História Cultural também relacionei algumas dissertações e teses sobre Cangaço, tema aparentemente consagrado na História Social,

mas que nos, trabalhos pesquisados, como o de Auricélia Pereira (2000) e Jovenildo Sousa (1994), que respectivamente, guardam relações com a análise de discurso e com o estudo das mentalidades e do cotidiano podem ser vinculados a História Cultural.

A temática da História da Religião também perpassa a História Cultural, como também a História do cotidiano; os textos que promovem a interação História e literatura; os de historiografia; acerca da universidade; História do Teatro; Cinema; dissertações sobre índios e acerca da História das mulheres, História da saúde e da doença (tese), arqueologia e História (tese) e História da Educação (tese).

No presente trabalho, está sendo destacada a importância da História Cultural no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. No entanto, é preciso ter em mente que essa importância não é permanente, ela vem se destacando desde os anos de 1990 mas, parafraseando Foucault, essa História está em vias de diferir, ou seja, a qualquer momento, ela pode ser outra. A predominância ou não de determinados caminhos temáticos na elaboração dos textos de História do Programa pode não perdurar, constrói-se nos quadros analisados os signos de outras épocas de outras temáticas que podem vir a ser criadas. Porque estes significados, aqui enunciados, serão modificados, visto que as regras podem mudar e as temáticas, as teorias, os diferentes componentes do discurso da História, também poderão construir outros sentidos, enunciar outros percursos, outras escolhas, outros mecanismos de institucionalização e outras instâncias de produção de significados.

3.2.1.3 Encontros com os caminhos da História Social

A História da Religião, já mencionada como próxima da História Cultural, também emergiu no Programa em textos detentores de afinidades temáticas com a

História Social, como a dissertação que inaugurou esta temática no Programa, no ano de 1981, de Maria do Céu Medeiros. Esta questão ajuda a consolidar o meu pensamento de que o fio que separa os interesses temáticos dos historiadores é muito tênue.

Existe, porém, alguns aspectos que merecem ser citados: o fato de que o estilo das fontes e das abordagens construídas nos textos me ajudam a construir esta *ordenação* aqui proposta. A minha *intervenção* (Silveira, 2003, p.4), se dá a partir da leitura completa que realizo dos trabalhos, leitura esta que necessita ser ampliada para além dos títulos ou resumos dos textos e que diferencia a minha *intervenção* das *ordenações* e análises historiográficas realizadas por autores como José Roberto do Amaral Lapa, Ronald Polito e Carlos Fico que, comumente, centraram os seus esforços na construção de um perfil historiográfico nacional mas a partir, no caso do primeiro, dos títulos dos trabalhos e, para os indicados no segundo momento, através dos dados colhidos pela CAPES que, comumente, informam o autor(a) do trabalho, orientador(a), título e, as vezes, o resumo.

Então, no decorrer dos anos 80 e 90, a partir das abordagens realizadas, foram defendidos trabalhos com proximidades da História Social e voltados para a temática da História da Religião: Severino Vicente da Silva, *A Primeira Guerra na Tribuna Religiosa: O Nascimento da Neo-Cristandade* (1985); Cipriano Calvarro Martin, *Da Ação da Igreja Nordestina no Campo Sócio-Econômico da Região na Década de 1950* (1984); Fernando Antônio Dantas Ponce de León, *Carmelitas Descalços-Terésios-em Pernambuco. Padroado e Vida Conventual* (1996); Maria das Graças Souza Aires de Araújo, *Fixação e Expansão da Ordem Carmelita em Pernambuco no Período Colonial* (2000); Sebastião Barbosa Cavalcanti Filho, *A Questão Jesuítica no*

Maranhão Colonial (1622-1759)- (1988); Wicliffe de Andrade Costa, *A Implantação do Protestantismo no Rio Grande do Norte (1879-1908)*. (1988).

Sob a influência da *Teologia da Libertação*, que pregava a necessidade de uma Igreja transformadora, preocupada com as questões sociais, cita-se: Alberto Edvanildo Sobreira Coura, *A Igreja e a Modernização no Brasil: As Comunidades Eclesiais de Bases como uma Concepção de Modernidade-Alagoa Grande-PB, 1975-1985* (1998); Carlos Alberto Cunha Miranda, *Igreja Católica do Brasil: Uma Trajetória Reformista (1872-1945)*. (1988); Maria Santana Souza da Silva, *A Questão Agrária no Nordeste um Estudo de caso-Mamanguape 1955-1964* (1988); Luis Carlos Leite de Melo, *Igreja e Estado no Brasil: Encontros e Desencontros - o Caso de Crateús-CE. (1964-1974) – (2000)*.

Gostaria, também, de destacar a dissertação de Maria do Céu Medeiros, *Os Oratianos de Pernambuco: uma Congregação a Serviço do Estado Português* (1981), que vinculei a uma História Social e Econômica, devido a sua análise do Oratório Felipe Néri a partir da sua proposta de relacioná-lo ao *projeto de ocupação do que hoje se chama Nordeste brasileiro* e de maneira diferenciada a trabalhos tradicionais, que apenas aceitariam, e até realizariam, uma apologia ao poder da Igreja Católica. A autora construiu uma obra crítica baseada na construção dessa História:

Esse sentimento de culpa demonstra que a igreja deu um salto qualitativo: está implícito o reconhecimento de que também ela obedece a um processo dialético (de superação de etapas) ao qual nada escapa, nem sequer uma instituição que se considera baseada em 'verdades eternas e imutáveis'. Os dogmas 'ficam' mas não são submetidos a revisões, a novas interpretações, sob pena de a igreja não poder dar respostas aos 'sinais dos tempos' de perder sua função de mediadora dentro da sociedade global onde atua, entre a grande maioria de dominados e o grupo hegemônico da sociedade. O que variou foi a maneira dessa intermediação, que é o que constitui objeto da História. (Idem, p. 3)

O trabalho acima citado guarda um distanciamento do texto de Glauce Maria Navarro Burity, *A Presença dos Franciscanos na Paraíba, Através do Convento de Santo Antônio*, que embora possua uma temática semelhante, foi abordado de forma diferenciada, ou seja, enquanto, teórica e metodologicamente, Medeiros defende que as verdades não são imutáveis, Burity, que concluiu a dissertação três anos após a elaboração do de Medeiros – 1984 – procurou manter uma concepção inversa à citada acima. Este é um outro destaque que gostaria de construir: o fato de que os textos com temáticas idênticas, atravessadas por percursos semelhantes, como o da História Social, não possuem dimensões, necessariamente, teórico-metodológicas aproximadas.

Assim, posso destacar a tese de Tânia Neumann Kaufman, *A Presença Judaica em Pernambuco. Passos Perdidos, História Recuperada* (1998), como um texto sobre religião mas com preocupações distintas do de Medeiros e, principalmente do de Navarro. A tese enfatiza a questão social, tendo em vista que o texto procurar elaborar uma análise que ultrapassa a História do judaísmo e penetra no estudo da História do povo Judeu em Pernambuco, uma vez que os *Judeus*

(...) Apresentaram as mudanças com referência à cultura e à religião, reconhecidas como secularização do Judaísmo religião e sacralização do judaísmo cultura. Ao encararem as respectivas migrações como um destino sem possibilidade de retorno ao lugar de origem, os imigrantes exarcebaram a disposição para mudanças individuais e coletivas. (Idem ibidem., s/p)

A temática voltada para o estudo dos *índios*, também mencionada no momento em que analisei as aproximações com a História Cultural, foi privilegiada nos trabalhos cercados pela História Social. De maneira diferenciada ao estudo cultural, o privilegiamento do Social se faz presente em aspectos como a procura por análises do papel social do índio na sociedade brasileira da atualidade ou do passado, por diferenciação de estudos que contemplam, principalmente, a análise dos conceitos

de aculturação, civilização e mito. Não que a História Social não se refira a estes últimos caracteres citados, mas ela aponta, também, outros percursos como o da perspectiva de tomar o índio como um vencido da História e que, desse modo, precisa ter voz nos textos dos historiadores. Seguindo este caminho Edson Hely Silva, na sua dissertação, intitulada *O Lugar do Índio. Conflitos, Esbulhos de Terras e Resistência Indígena no Século XIX: o Caso de Escada-PE (1860-1880)*, afirmou: *Este trabalho é uma tentativa ainda que limitada, em desvelar essa invisibilidade dos indígenas como atores no palco da História, no século XIX.* (1995, s/p)

Outros textos também versaram sobre a temática dos índios, através da História Social, e me permitem destacar a presença de uma tese, a de Sylvana Maria Brandão de Aguiar, *Triunfo da (Des) Razão: A Amazônia na Segunda Metade do Século XVII* (1999); e as seguintes dissertações: Maria Idalina da Cruz Pires, *Colonização e Conflito: o Povoamento do Sertão Nordestino e a “Guerra dos Bárbaros”*.(1989); Bartira Ferraz Barbosa, *Índios e Missões: a Colonização do Médio São Francisco Pernambucano nos Séculos XVII e XVIII* (1991); Claristella Alves dos Santos, *Rotas de Migração Tupiguarani-Análise das Hipóteses* (1991); Sarah Maranhão Valle, *A Perpetuação da Conquista: A Destruição das Aldeias Indígenas em Pernambuco no Século XIX.* (1992); João Leite Neto, *A Participação do Trabalho indígena no Contexto da Produção Algodoeira da Capitania do Ceará (1780-1822) –* (1997); Paulo Sérgio Barros, *Confrontos Invisíveis -Colonialismo e Resistência Indígena no Ceará* (1997); Carmem Lúcia Lins Cavalcanti, *As Minas de Salitre em Campos de Buíque: Um Caso de Utilização da Mão-de-Obra Indígena na Capitania de Pernambuco (1698-1706)*.(1999); Juliana Lopes Elias, *Moradia Indígena: Alteração Sofrida pela Habitação Nativa Após a Inclusão dos Jesuítas no Cenário Colonial*

(1548-1700) (2000) e de Fátima Martins Lopes, *Missões Religiosas: Índios, Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte* (1999).

O tema da escravidão dos negros foi contemplado, através do olhar da História Social, a partir de 1984, com o texto de Tanya Maria Brandão Barbosa, *O Escravo na Formação Social do Piauí: Perspectiva do Século XVIII* (1984); De meados dos anos de 1980 até o ano 2000, a temática foi sendo apropriada nos seguintes textos:

Maria Gilda de Freitas Araújo, *Colonização e Imigração no Caso do Escravismo em Pernambuco* (1988); Emanuel Pereira Braz, *Mão-de-Obra Escrava e Abolição na História de Mossoró* (1988); Maria Ângela de Faria Grillo, *O Cotidiano da Escravidão em Pernambuco, 1850-1888* (1989); Sylvana Maria Brandão de Vasconcelos, *Ventre Livre, Mãe Escrava: A Reforma Social de 1871 em Pernambuco* (1992); Suzeli de Almeida, *Pacto do Silêncio O Livramento dos Negros*. (1992); Clarissa Nunes Maia, *Sambas, Batuques, Vozérias e Farsas Públicas: O Controle Social Sobre os Escravos em Pernambuco no Século XIX (1850-1888.)* (1995); Wellington Barbosa da Silva, “*A Cidade que Escraviza, é a Mesma que Liberta...*” *Estratégias de Resistência Escrava no Recife, no Século XIX (1840-1850)* (1996); Cláudia Viana Torres, *Um Reinado de Negros em Um Estado de Brancos. Organização de Escravos Urbanos em Recife no Final do Século XVII e início do Século XIX (1774-1815)* (1997) e Flávia de Castro Menezes Silva da Fonseca, *Estratégias da Resistência Escrava: Recife 1850-1870* (2000).

A diversidade da História Social no Programa não se prende às dissertações e teses citadas, até então. Cumpre afirmar que, sobre a Linha Temática do Programa, desde o seu início institucionalizada, acerca dos Movimentos Sociais, também foram

contemplados a partir de 1983, em estudos sobre o movimento camponês, o movimento operário, Revoltas Sociais, organização sindical.

A História Social percorre também 07 textos sobre cidades, sendo o primeiro de 1985, 02 voltados para a História das crianças, 02 acerca da História dos militares e -01 de cada - sobre Dança, História da família, pesca, seca, universidade e sindicato.

Destaca-se ainda a tese de Afonso Celso Scocuglia voltada para a História da Educação e intitulada *A História da Alfabetização Política na Paraíba*. Brasil dos Anos Sessenta (1997).

3.2.1.4 Percursos temáticos da História Econômica

A História Econômica inaugurou a sua participação no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE no ano de 1977, ou seja, em conjunto com as primeiras defesas de mestrado realizadas.

É importante enfatizar que a maioria dos trabalhos relacionados a este percurso temático elegeram atividades produtivas para a sua análise, como a agricultura, com 07 dissertações: Maria da Guia Santos, *O Algodão em Pernambuco: Desenvolvimento e Decadência 1860-1880*. (1978); Josemir Camilo de Melo, *A Lavoura Canavieira em Pernambuco e a Expansão do Capitalismo Britânico (1870-1890)*. (1978); José Nivaldo Junior, *A Economia Algodoeira em Pernambuco - Período Colonial (1884)*; Josefa Gomes de Almeida e Silva, *Latifúndio e Algodão em Campina Grande: Modernização e Miséria (1985)*; Sylvia Couceiro Bompastor, *O Discurso da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco em Fins do Império: 1875-1885 (1988)*; Luiz do Nascimento, *Considerações histórico-econômicas, acerca das*

tentativas de colonização agrícola de nacionais em Pimenteais, (PE) e Leopoldina (AL) (1977);

A temática da industrialização foi privilegiada em 04 dissertações e 01 tese: A tese de Eduardo Ramires Pinheiro da Silva, intitulada *Industrialização no Nordeste do Brasil: A Indústria Têxtil em Pernambuco-1940-1990*. (1999), aponta para o fato de que não é necessário construir trabalhos de História Econômica apenas a partir da concepção do marxismo, ou seja, as concepções teóricas não se adequam ou vestem com perfeição as temáticas adotadas. Não é a temática que determina a teoria mas, sim o jogo de relações de que cada autor participa. Desse modo, ao buscar discutir a indústria têxtil em Pernambuco, Silva *optou por uma metodologia Weberiana* e procurou analisar o debate acerca da intervenção do Estado na Economia afirmando que este se encontra caracterizado por

Profundas divergências entre as numerosas escolas do pensamento econômico(...) [Mas,] Afirmamos que o Estado intervém na Economia, desde a sua criação e durante o longo período de sua existência até os nossos dias. Mas, durante as diversas etapas históricas, a intervenção do Estado tem variado na forma e na intensidade. (Idem ibidem. p. 281)

Algumas dissertações contemplaram a industrialização, relacionando-a à História Econômica com maior ênfase, foram: Maria José Lira Barbosa, *Um Projeto que (não) deu certo: Estado Desenvolvimentista e Industrialização. Estudo da Indústria Wallig Nordeste S/A Campina Grande-Paraíba* (1991); Luís Manuel Domingues do Nascimento, *Formação e Desenvolvimento do capital Industrial em Pernambuco (1890-1920) Mercado Interno e Industrialização*. (1988). Esta última pode ilustrar a presente análise no sentido de que se apropria de conceitos e referenciais considerados clássicos da História Econômica, tais como:

(...) A organização de um sistema de **mercadorias** no espaço de Pernambuco e do Nordeste convergiu para a formação de um **mercado** com potencial capaz de viabilizar um **processo de industrialização no ramo de bens de consumos não-duráveis**, orientando a realização e circulação do seu valor para o mercado intra-regional. Dentro desse contexto, a indústria têxtil destacava-se como o ramo industrial com maior capacidade de reprodução. Apresentando um intenso processo de concentração e centralização do **capital** em relação às demais indústrias de Pernambuco. (NASCIMENTO, 1988, p. 22, grifos nossos)

Outros trabalhos, embora tenham uma dimensão “clássica” da economia e também utilizem conceitos comuns a este percurso temático, adotam análises que poderiam ser nomeadas como textos baseados na História Política, o que configura uma História política e econômica. Fernando Roberto Barros Patriota, na dissertação intitulada *Industrialização do Caroá no Sertão de Pernambuco: Um Processo Interrompido (1932-1955)- (1992)*, acompanhou o desenvolvimento da produção do Caroá destacando o papel dos incentivos fiscais e a presença do Estado na economia local. Ao adotar a mesma perspectiva, Irene Rodrigues da Silva Fernandes, no texto *Comércio e Subordinação: A Associação Comercial da Paraíba no Processo Histórico Regional, 1889-1930. (1988)*, abordou o comércio paraibano com a preocupação de relacionar a estrutura econômica e o processo político.

O comércio também foi abordado no trabalho de mestrado de: Laura Helena Baracuhy Amorim, *O Comércio Paraibano no Processo de Formação do Mercado Nacional 1930-1939 (1987)*, mas a perspectiva da economia foi marcante, dentre outros aspectos, discutidos:

(...) A desorganização dos **espaços produtivos**, a nível nacional e a conseqüente quebra da ordem anterior da **divisão interna do trabalho** no país, já citada, evidenciou aos grandes produtores do açúcar nordestino que a política de intervenção desenvolvida pelo Estado, até então, não trouxera as soluções esperadas e não dirimira os problemas internos dessa região. (AMORIM, 1987, p. 54, grifos nossos)

A autora menciona a intervenção estatal mas é visível que, na abordagem de seu tema, adota, preferencialmente, os componentes conceituais ligados à História Econômica, na época de sua produção.

Outra temática também, consideravelmente, privilegiada nas dissertações relacionadas à História Econômica, foi a da escravidão: Em 1977, Diana Soares de Galliza defendeu a dissertação intitulada *O Declínio da Escravidão na Paraíba, 1850-1888* (1977); Ana Maria Barros dos Santos, *Introdução ao Estudo da Escravidão em Pernambuco e sua Transição para o Trabalho Livre*. (1978), Jalila Ayoub Jorge Ribeiro, *A Desagregação do Sistema Escravista no Maranhão* (1983); Pedro Alberto de Oliveira Silva, *O Declínio da Escravidão no Ceará*. (1988); Juciene Ricarte Apolinário *Ouro, Escravidão: Vivências escravistas em Arraias (1739-1800)*. (1996); Suzana Cavani Rosas, *A Questão Agrária na Sociedade Escravista*. (1987).

Outros temas também guardam aproximações com os caminhos da História Econômica. Desse modo, foram estudados, aspectos como o da navegação, com 03 trabalhos; mineração, pesca e pecuária, transportes, mercado de trabalho, cada qual com 02 dissertações, cidades, classes sociais e questão agrária, com 01 dissertação em cada um desses temas.

3.2.1.5 Apropriações da História Política

A História Política também emergiu no Programa em momento conjunto às suas primeiras defesas – 1977 – e, como tem sido possível observar, se destacou ao longo dos anos de 1980, tendo pouca penetração, nos anos de 1990, nas dissertações.

Porém, da mesma forma que as demais temáticas se relacionam, destaca-se nas dissertações e teses pesquisadas uma forte conexão entre História Política e História Econômica. Nesta perspectiva, é importante citar a dissertação de Élcia de Torres Bandeira, *Os Usineiros de Pernambuco e a Intervenção do Estado na Agroindústria Canavieira: 1889-1933*.(1989), que aborda uma atividade produtiva e, nitidamente, trata-se de um texto que possui proximidade tanto com a História Política como com a História Econômica, uma vez que

Este trabalho pretende resgatar o processo de intervenção do Estado na agroindústria canavieira a partir da relação que o mesmo desenvolveu com a iniciativa privada, em particular com os usineiros Pernambucanos. (BANDEIRA, 1989, p18)

Então, a História Política nem sempre se encontra presa ao viés tradicionalista de interpretação da História, como combatia a escola dos *Annales*, desde os anos de 1930. Desse modo, alguns trabalhos adotam abordagens destacadas, por seus próprios autores, como inovadoras. É o caso de Almir de Carvalho Bueno que, na sua tese *Visões de República: idéias e Práticas Políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)* (1999), buscou trazer uma nova apropriação do conceito de Política, conforme afirmou:

A historiografia política tradicional, de forte inspiração positivista, sofreu seu processo de desmontagem na academia já há algumas décadas (na Europa, desde os anos 30 pelo menos, com a 'Escola dos Annales'). Contudo, a partir da década de 70, essa desmontagem foi acompanhada por um movimento de 'retorno do político', inclusive com a volta da narrativa como forma válida da escrita da história. Referimo-nos à chamada 'nova história política'. (BUENO, 1999, p. 14)

Esta tese é intermediária entre a História Cultural e a Política. Mas optei em associa-la no campo do político, uma vez que o próprio autor assinala para a construção de uma *nova história política*. O seu trabalho é único, dentre as

dissertações e teses construídas entre 1977 e 2000, que afirma ter estudado o tema do político sob a ótica acima citada.

Os demais transitaram entre temáticas consideradas “clássicas” na apropriação dos historiadores quanto aos aspectos políticos. No entanto, os autores demonstram a compreensão que “transitam”, percorrem os caminhos através das suas escolhas, quando se sentem a vontade para afirmar, por exemplo, que “(...) *A maior parte deste trabalho busca então descrever e entender os conflitos políticos locais entre os senhores de engenho da província, a partir de 1844, que culminaram com a Praieira*”; Neste texto de Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, *A Guerra dos Moraes* (A luta dos senhores de engenho na praieira). (1986, sp, grifos nossos), sobressai, para a presente tese, a ênfase de que *a maior parte do trabalho busca...* O que me permite afirmar que uma parte da dissertação e, evidentemente, não a sua totalidade, poderá ser aproximada da História Política.

Alguns textos realizam seus percursos de maneira mais explícita que outros. Com relação à História Política, comumente, se aborda os temas de forma associada aos momentos de forte repercussão da política nacional, como assim o fez José Alberto Saldanha de Oliveira que, na dissertação intitulada *O Movimento Estudantil Alagoano e a Resistência ao Regime Militar 1968/1980* (1994, p. 1), buscou:

(...) discutir a trajetória do Movimento Estudantil Universitário alagoano, tendo como parâmetro ‘as manifestações de 1968, o comportamento adotado pelo **M. E.** Alagoano após o ato institucional nº 5, como também a sua conduta no processo de retomada da luta democrática durante os anos 70.

Outros textos também se dedicaram às revoltas, insurreições e movimentos político-sociais, e devo evidenciar os trabalhos de: Jocyléia Santana dos Santos, *O Sonho de Uma Geração* (Casa do estudante do Norte Goiano CENOG) e *O Movimento*

Separatista-1959-1968; Vicente Masip Viciano, *O Levante de Outubro de 1931 em Pernambuco* (1987); Maria Edleuda Ferreira Rodrigues, *A Greve é Nossa Arma! (Os Anos Oitenta e o Movimento Docente da Rede Pública de Crateús Ceará)*. (2000); Giselda Brito Silva, *A Ação Integralista Brasileira em Pernambuco (A I. B): 1932-1938*. (1996); Francisco Jaques Furtado de Andrade, *Atritos na Divisa dos Estado do Piauí e Ceará*. (2000); Mario Márcio de Almeida Santos, *Nascimento Feitosa e a Revolução de 1848*; (1977); Francisco Alcides do Nascimento, *A Revolução de 30 do Piauí (1928-1934)* - (1985); a Tese de Antonio Natanael Martins Sarmiento, *Os Abalos de Sábados á noite (Do Governo Popular e Revolucionário em Natal á Guerra do Largo da Paz em Recife – 1935)*- (1994); Franklin.Oliveira Júnior, *Paixão e Revolução*. Capítulos Sobre a História da AP (2000).

Uma análise específica sobre o Estado, tema tradicionalmente político, emergiu nos trabalhos sobre as emancipações políticas, a ditadura no Brasil, e os marcos da História política nacional como a implantação da República, conforme se pode observar na seguinte produção:

Theodyr Augusto de Barros, *O Processo de Mudança de Capital (Alagoas-Maceió): Uma Abordagem Histórica 1819-1859* (1986); Maria Salomé de Moura, *MOSSORÓ: História de um Município Sertanejo* (1988); Djalma Gomes de Lima Júnior, *Estadonovismo: Historiografia e História (Hipóteses sobre o Agamenonismo)*. (1988); Vicente Laurindo de Araújo, *Relações entre a Igreja e o Estado no Brasil (1962-1982): (do diálogo legítimo à práxis popular libertadora da igreja)*. (1988); Douglas Apratto Tenório, *Do Populismo Alagoano: O Impeachment de Muniz Falcão*. (1994); Maria da Glória Dias Medeiros, *O Social no Governo de Sigismundo Gonçalves* (1989); Stela Mary Alves de Oliveira, *O Poder Executivo em Pernambuco (1890-1904): sua atuação no período da estrutura formal de um Estado Burguês no*

Brasil. (1988); José Batista Neto, *Como Uma Luneta Invertida*. (intervenção do Estado no Semi-Árido Nordeste através do discurso ideológico da IOCS/IFOCS-1909-1934).(1986); Marcília Gama da Silva, *O D. O P.S. e o Estado Novo: os Bastidores da Repressão em Pernambuco (1935-1945)*. (1996); Terêsa C.C. Brotherhood de Oliveira, *A Mesa do Consulado de Pernambuco*. (1977); Maria Cecília Silva de Almeida Nunes, *A Luta Pelo Poder Político no Piauí na Primeira República*, (1988); Élza Regis de Oliveira, *Autonomia da Capitania da Paraíba* (1982).

O tema da estrutura de poder, que, comumente, é abordado sob a ótica da busca por um desvelamento dos jogos oligárquicos, foi analisado em uma tese, a de: Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes Santana, intitulada *Estrutura de Poder e Intervenção Estatal Paraíba-1930-1940* (1996), como também em 05 dissertações: José Octávio de Arruda Mello, *A Revolução Estatizada* (Um estudo sobre a formação do centralismo em 1930) (1982); Marlene da Silva Mariz, *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte, 1930-1934*. (1982); Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes Santana, *Nordeste, Açúcar e Poder*. (1988); Maria Mafalda Balduino de Araújo, *O Poder Político e a Seca de 1877-1879 no Piauí*. (1985); João Mendes de Andrade, *Oligarquia Aciolina, 1877-1930* (1986).

Em menor quantidade, posso também destacar a abordagem dos seguintes temas: Comunistas: 01 tese e 02 dissertações; Partidos Políticos: 01 tese; Campanha salvacionista, Cidade, Crises, Militares, Tenentismo e Totalitarismo, 01 dissertação de cada.

Do exposto, foi possível observar o cruzamento das temáticas nos percursos da História analisados como, a título de exemplo, a temática da cidade que foi apropriada por autores que privilegiaram o seu olhar para a História Política, Econômica, e Social. De maneira semelhante, a temática da Religião transitou entre o

social e o cultural, noutras, entre o social e o econômico. Os estudos sobre a escravidão que transitaram, basicamente entre o econômico e o social e demais temáticas que, evidentemente, não se encontram aprisionadas sob os *domínios da História* nem a correntes historiográficas específicas.

Desse modo, é possível falar, mais uma vez, da multiplicidade do discurso da História. Multiplicidade que permite aos temas não serem aprisionados em campos rígidos; multiplicidade que produz a migração entre os caminhos temáticos quando, a título de exemplo, posso mencionar a temática da escravidão que emergiu no Programa próxima à História Econômica e, nas décadas de 1980 e 1990, esteve relacionada à História Social. Outro exemplo: o tema das cidades, que atravessa todos os percursos mas, foi mais explorado, no início, pela História Social e, nos anos de 1990, configurou-se como uma das principais temáticas ligadas à História Cultural.

Estas mudanças apontam para o fato de que os percursos temáticos do Programa não estão fechados e seguem na construção de um discurso historiográfico díspar reúne os itens necessários para a construção dos textos de História propostos.

As escolhas dos historiadores, ao moverem as temáticas, entre os caminhos aqui sugeridos, fazem com que haja retraimentos e expansões de determinados percursos que, como afirmei anteriormente, não terão a mesma visibilidade para sempre. Se, em determinado momento, por exemplo, o tema da escravidão ajudava a compor o conjunto da História Econômica, é evidente que, ao ser trabalhada com maior frequência através de abordagem da História Social, contribui para o momentâneo alargamento da segunda e possível contração da primeira. O mesmo se aplica com relação à História Cultural e à História Social quando se trata da temática das cidades, ou seja, a primeira encontra-se em visível crescimento e a segunda,

apesar, da sua forte participação no Programa, com uma menor participação no cenário geral das dissertações e teses.

3.2.2 Artíficos: o tempo e as fontes

As alterações na produção acadêmica do PPGH-UFPE se relacionam, também, com as formas como os historiadores tratam a sua temática. A teoria e a metodologia da História prendem-se não somente às abordagens das correntes historiográficas como também aos caminhos metodológicos adotados na apropriação do conceito de tempo e de documento.

A escrita da História é inviável sem essa apropriação. O conceito de **tempo** corresponde a uma peça fundamental do trabalho historiográfico, sendo capaz de mudar de acordo com as alterações teóricas de maior amplitude e responsáveis pelas mudanças sentidas na forma com que são produzidos os discursos, os textos da História.²⁶ O conceito de tempo está associado ao modo de visualização dos historiadores quanto a relação entre os tempos – passado, presente e futuro. Está presente na forma com que eles observam instâncias como o passado que, durante um certo período, era tomado como único objeto da História.

As formas de apropriação do passado e do presente foram abordadas da seguinte forma por Jacques Le Goff . (1994, pp. 13-14):

(...) A constatação de que a visão de um mesmo passado muda segundo épocas e que o historiador está submetido ao tempo que vive, conduziu tanto ao ceticismo sobre a possibilidade de conhecer

²⁶ José Carlos Reis chama atenção para o quanto a renovação teórica provocada pelo grupo dos *Annales* teve a influência da construção de um novo olhar para o conceito de tempo. Ver: REIS, José Carlos. **A Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

o passado quanto a um esforço para eliminar qualquer referência ao presente (ilusão da história romântica à maneira de Michelet – ‘a ressurreição integral do passado’ - ou da história positivista à Ranke – ‘aquilo que realmente aconteceu’). Com efeito, o interesse do passado está em esclarecer o presente; o passado é atingido a partir do presente.

Jacques Le Goff chama atenção para três momentos distintos, aqui debatidos, da prática historiográfica. O primeiro, vinculado às idéias cartesianas do século XVI, de que os fatos históricos não poderiam ser submetidos à verificação porque não mais existiam e, portanto, não poderiam ser experimentados de novo. O segundo momento se refere ao romantismo, século XIX, em que o historiador seria o indivíduo capaz de recuperar o passado, ou seja, o historiador seria capaz de ressuscitar o passado que, evidentemente, estava sendo tomado como morto. O terceiro momento a que Le Goff se refere, já foi aqui discutido – a possibilidade da história se tornar ciência desde que narrasse *o que de fato aconteceu*.

Três momentos distintos da história, três concepções que, no entanto, possuem um elo, uma perspectiva em comum. As três concepções citadas possuem uma mesma visibilidade do passado. Elas vislumbram o passado como algo finito. Em um momento, esse passado morto era insustentável cientificamente; em outro, era possível de ser ressuscitado e narrado fielmente como aconteceu. Os fatos históricos passados são observados da mesma forma: eles aconteceram, morreram e estão em algum lugar, em algum documento esperando para serem *resgatados*.

Neste sentido, é importante questionar: onde é possível encontrar o passado? Como chegar até o passado?

Jacques Le Goff consegue responder: “*o passado é atingido a partir do presente*”. Esta, sem dúvida, trata-se de uma compreensão importante para o

historiador, ou seja, não há outro caminho para se chegar no passado que não seja através do presente:

A escolha do tema (...) esboçado emerge do presente, que se sabe enraizado no passado. Fundamenta-se na crença de que o conhecimento histórico pode contribuir para a compreensão e intervenção mais eficaz na realidade atual. Razão porque, a partir de uma questão do presente, buscou-se com seu estudo fazer uma leitura do passado, sem pretensão nem ilusão de estabelecê-la como verdade. Encontra-se respaldado para tal postura em autores com Benjamin (1986), para quem a História não é a busca de um tempo homogêneo e vazio preenchido pelo historiador com a sua visão dos acontecimentos, 'mas é muito mais uma busca de respostas para os agoras. A História é um imenso campo de possibilidade onde inúmeros agoras irão questionar momentos, trabalhar perspectivas, investigar pressupostos, etc'. (SELLARO, 2000, p. 10)

Se, para Ranke, o passado não deveria servir para *instruir os contemporâneos*, para autores como Benjamin, citado por Sellaro e Jacques Le Goff, o que deve acontecer é exatamente o contrário, ou seja, estes autores defendem que se estuda o passado *para esclarecer o presente*. A visualização da história, dessa forma, tem sido possível devido à influência de autores como o próprio Benjamin e a reflexão iniciada pelo grupo dos *Annales* e ao conceito, por eles trabalhado, de *história-problema*, ou seja: estuda-se o passado para entender os problemas do presente.

O grupo dos *Annales* provocou, com essa expressão, *história-problema*, a nítida sensação de que existe uma relação entre passado e presente e que, desse modo, o passado não deve ser tomado como algo morto, mas como um componente vivo no presente.

Como tem sido possível observar, nas últimas décadas, os trabalhos elaborados nos cursos de mestrado e doutorado em História da UFPE não têm se distanciado dessa proposta dos *Annales* e do compromisso de entender algumas questões do presente. Temáticas como a da cidade, saúde, crianças, gênero, trabalhadores, etc, compõem o quadro sócio-cultural repleto de problemas do presente

como a violência, a precariedade das instituições de saúde, do tratamento dispensado aos menores abandonados, do desemprego, etc. Os historiadores estudam o passado sob a influência destas questões que convocam, seduzem os mesmos a recortá-las, interpretá-las e estudá-las a partir da relação entre passado e presente. Os historiadores, portanto, estudam

(...) Um passado que ainda está próximo, que ainda podemos sentir a materialidade de sua presença, desde instituições ainda existentes, até pessoas que viveram a época, pela própria memória coletiva que circula, e por abordar um problema social ainda presente: a moradia popular, inexistente e deprimente, e a miséria humana; e, ao mesmo tempo, uma história que cada vez mais se distancia. (GOMINHO, 1997, p. 5)

Segundo a autora, a relação entre os tempos é materializada no presente. Como afirma David Lowenthal (1999, p. 64), “(...) *vivemos entre relíquias de épocas anteriores, o passado nos cerca e nos preenche.*”

Na sua análise, David Lowenthal, aponta que se visita o passado através de lembranças e estas, por sua vez, são acionadas no presente. O passado só existe enquanto lembrança, como sinal, como signo que, de algum modo, conseguiu permanecer e, no trabalho historiográfico, é tomado como **fonte**, como documentos que servem de caminhos para as lembranças, para a facilitação da relação entre passado e presente.

No entanto, esta relação – passado/presente - não deve ser entendida como sendo sempre cronológica ou contínua. O presente não é a continuidade do passado, ele é o componente diferente do mesmo. Passado e presente se relacionam mas não são iguais. Há aí o que Foucault denominou de descontinuidade. O passado não continua no presente, o presente se relaciona com o passado, mas ao mesmo tempo, rompe,

transforma-o. O inverso também funciona através desta relação, ou seja, o presente também se modifica, se organiza através da influência do passado:

O papel do historiador é quase sempre muito difícil. O ato de ir em busca da História de um povo requer um esforço árduo e minucioso; um viver intenso do passado no presente; um recuo no tempo portanto uma máquina fotográfica e um olhar preciso. Mas, ao chegarmos no espaço e tempo pretendido, deixamo-nos envolver pelos acontecimentos múltiplos e dinâmicos, ao mesmo tempo em nos perdemos em meio a essas complexidades. Apenas conseguimos registrar, fotografar partes do dinamismo histórico vivido pelos atores da e em cena. É quase impossível trazer do passado a totalidade, apesar da intenção constante de fazê-lo. Vamos até o fato/passado e voltamos ao presente com fragmentos daquele. (SILVA, 1997, p. 7)

Na dissertação acima, a autora Maria Lêda Oliveira Alves da Silva (1997, p.7) buscou promover esta relação – passado e presente – através da análise do seu objeto acerca da História Econômica e Social da cidade de Floresta do Navio-PE. Para ela, a totalidade do tema não pode ser preenchida a partir do seu olhar e dos fragmentos que destaca. Cabe, porém, acrescentar que, no meu entender, os fragmentos, os recortes que a mencionada autora estabeleceu seriam produzidos de outra maneira caso fosse outro autor que se debruçasse sobre a temática. Porque, se o passado é abordado a partir do presente, os historiadores vão fazer análises diferentes de um mesmo passado. “(...) *A visão de um mesmo passado muda segundo épocas.*” O presente modifica não o acontecimento passado mas a visão, o significado que se atribui a ele, como está explicitado no trecho da tese abaixo:

Ficou evidente a importância de entender-se os espaços nos quais são exercidas as influências sobre o pesquisador, por conta da natureza particular da relação do historiador com a sociedade envolvida pelo estudo. Existe uma permeabilidade quanto ao conjunto de normas vigentes, assim como, interesses de natureza pragmática influenciando o processo da objetivação científica. (...) O passado que se deseja transformar em História, ao adquirir vida na consciência do historiador sofre mudanças. (KAUFMAN, 1998, p. 12)

Daí a afirmação de que a história é também subjetiva, é uma prática social, é uma construção social. Porque o que funcionava como sendo a verdade do passado, também se trata de uma construção que pode ser interpretada de diversas formas. O futuro não é pré-determinado, o que aconteceu na história não estava previsto. A função dos historiadores, nos dias de hoje, é a de tentar analisar como a história escolhe seus caminhos sem adotar o determinismo como escolha. Porque

(...) Não existem saídas que seriam normais, que dariam à história, pelo menos de vez em quando, o aspecto seguro de uma trama bem amarrada onde o que devia acontecer acabava acontecendo.” (...) De fato, a história é cheia de possibilidades frustradas, de acontecimentos que não se realizaram; ninguém será historiador se não perceber, em torno da história que se produz realmente, uma multidão indefinidas de histórias possíveis, de ‘coisas que podiam ser de outra maneira’. (VEYNE, 1995, p. 60)

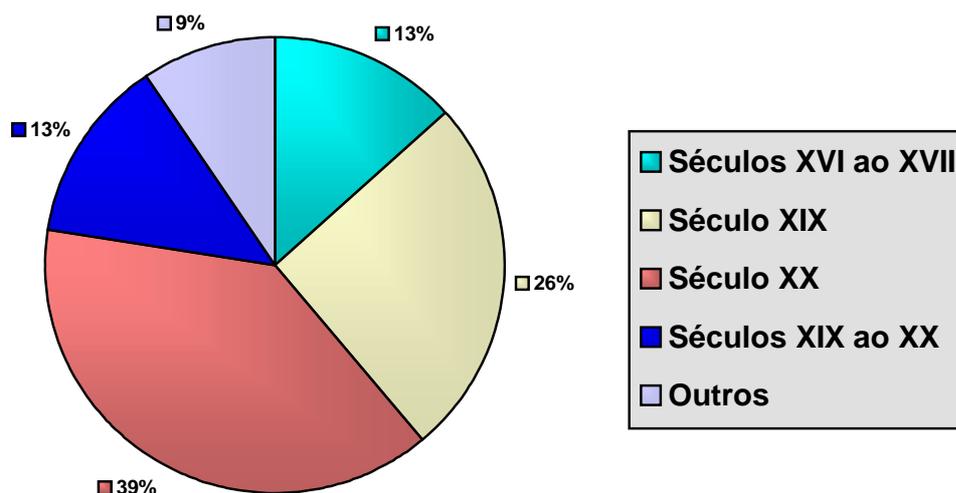
Os fatos históricos correspondem a uma escolha, são caminhos adotados dentre outros que poderiam ter sido escolhido. Os fatos, como a História, são socialmente construídos. Então, seja qual for o evento sobre o qual o historiador se debruça no seu texto, é possível afirmar que ele estará fazendo uma nova construção acerca de como as coisas aconteceram.

As temporalidades definidas nos trabalhos, ou seja, os marcos temporais também significam construções do olhar e da problematização das temáticas tratadas. Os recortes no tempo, de décadas, anos, às vezes séculos, são prioritários na produção historiográfica. Esta característica, no caso da escrita da História, quase que obrigatória, dificilmente aparece na produção de outros campos do saber.

Assim, é importante observar também essas escolhas na produção acadêmica do Programa que podem ser visualizadas na figura de número 3 a seguir que, de imediato, me permite afirmar que as dissertações e teses analisadas, entre 1977 e 2000

– a minha temporalidade abordada – privilegiaram nos seus estudos o século XX e, deve-se acrescentar, principalmente a primeira metade do século XX.

FIGURA 3 – PPGH – UFPE – DISSERTAÇÕES, TESES E TEMPORALIDADES ABORDADAS – 1977-2000



De acordo com a figura acima, o século XIX também possui uma importância ímpar nos recortes dos historiadores do Programa e, especialmente, se for associada a *fatia* século XIX-XX à exclusiva do XIX. A *fatia outros* corresponde aos recortes de temporalidade ligados a Idade Antiga, ao século XIV e aos trabalhos que contemplaram o recorte séculos XVIII e XIX, assim agrupados devido a baixa representatividade numérica dos mesmos.

A figura de número 03, como também outros aspectos da produção como o acesso à fontes e bibliografias, ajuda na constatação de que os diferentes mestrands e doutorandos encontraram maiores facilidades para a produção de uma História mais recente ou esta História tem, evidentemente, um poder de sedução maior devido à proximidade que mantém com os autores.

Porém, esta proximidade dos tempos que se estuda, não é vista sempre com bons olhos pelos historiadores. Eric Hobsbawm, no prefácio do seu livro *A Era dos Extremos* (1995, p. 7) fala da sua dificuldade em compreender o presente:

Não é possível escrever a história do século XX como a de qualquer outra época, (...) Meu tempo de vida coincide com a maior parte da época de que trata esse livro e durante a maior parte do meu tempo de vida - do início da adolescência até hoje - tenho tido consciência dos assuntos públicos, ou seja, acumulei opiniões e preconceitos sobre a época, mais como contemporâneo que como estudioso. Este é um dos motivos pelos quais, enquanto historiador, evitei trabalhar sobre a era posterior a 1914 durante quase toda a minha carreira.

No entanto, apesar do seu receio em se deixar levar por preconceitos, as temáticas, as fontes acessíveis, os problemas do presente foram mais sedutores do que o medo e Hobsbawm conseguiu produzir o livro acima citado.

Em alguns textos, esta escrita da História, misturada aos momentos da História vivida pelo historiador, tem sido defendida como próxima à chamada *História do tempo presente*. Neste sentido, é importante observar a passagem abaixo extraída de uma das teses do Programa:

Ao trabalhar com o cenário histórico os anos sessenta, esta pesquisa insere-se no que é chamado de 'história do tempo presente'. Até algum tempo atrás, enfrentaria questionamentos sobre sua validade e pertinência enquanto história. Era preciso, no mínimo, esperar que os arquivos fossem abertos. Hoje, por conta da disseminação de trabalhos de investigação e pelo empenho de tantos pesquisadores no Brasil e no exterior, estudar o presente deixou de ser 'conteúdo não histórico'. O próprio arquivo escrito perdeu sua condição de exclusividade, enquanto fonte histórica. Além disso, em termos de abundância de fontes (escritas, orais, visuais, sonoras, etc), a História do tempo presente é, geralmente, das mais privilegiadas. (SCOCUGLIA, 1997, p. 18)

Houve um período que o tipo de História acima referenciado era chamado de jornalismo e não é a toa que um historiador de renome como Hobsbawm sentiu receio em trabalhar com esta perspectiva.²⁷

Mas, o que quero destacar nesta tese, é que as temporalidades abordadas demonstram, também, uma, entre outras, escolhas dos historiadores que não se dá de maneira aleatória: faz-se sob a influência das fontes, do objeto e das inquietações do presente. Porque a construção dos fatos é erguida a partir do olhar dos historiadores sobre o conceito de tempo e das fontes disponíveis ou do que os positivistas preferiam chamar de documentos.

A fonte, o documento como artifício da produção historiográfica, também passou por mudanças significativas, na abordagem do seu conceito, ao longo do século XX. A idéia de verdade e de prova construída através do viés cientificista e positivista foi sendo modificada, em primeiro lugar, pela leitura marxista que fez com que os mestrandos dos anos 80 afirmassem questões como a que se segue:

(...) Sabemos que todo documento está repassado da ideologia da classe que o gerou, o que dificulta a aferição da 'verdade' nele contido. Mas nossa preocupação não foi 'separar o joio do trigo', porém saber porque as coisas foram ditas desta e não de outra forma. (MEDEIROS, 1981, p. 5)

Pode-se observar também:

Neste sentido a História vai sendo construída consciente ou inconscientemente, no seio das esferas de poder das classes sociais, grupos, e da divisão fundamental das formações sociais. (LIMA JÚNIOR, 1988, p. 9)

²⁷ A respeito das possibilidades de construção dessa História do tempo presente, é interessante observar a coletânea: CHAUVEAU, Agnès e Tétart, Philippe. (orgs) **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

A verdade do documento, através do conceito de ideologia, está situada na leitura da Classe Social que o produziu. De acordo com as leituras acima, é preciso situar a origem do documento para, assim, se poder construir uma melhor análise sobre os fatos de que os mesmos tratam.

Com a renovação metodológica, dos *Annales* em diante, as fontes foram tomadas como sinais que traziam visibilidade às diferentes sociedades humanas *perdidas* no tempo.

Desse modo, posso afirmar que as mudanças no conceito de documento não se deram apenas no sentido da sua abordagem mas também nos tipos de fontes que passaram a ser incorporados na produção dos textos e discursos da História. É importante lembrar que, no período em que se dizia *sem documentos não há História*, o documento escrito era imperioso, era considerado o único capaz de *provar* o passado, os fatos como se passaram. No entanto, ocorreu uma revolução documental na História, sob a influência da arqueologia, antropologia e demais ciências sociais, que ampliou os tipos de documentos e, hoje, um quadro, um depoimento oral, uma fotografia, etc, costumam ser observados com o mesmo valor de um documento escrito:

(...) Ao mesmo tempo ampliou-se a área dos documentos, que a história tradicional reduzia aos textos e aos produtos da arqueologia, de uma arqueologia muitas vezes separada da história. Hoje os documentos chegam a abranger a palavra, o gesto. Constituem-se os arquivos orais. (LE GOFF, 1995, p. 10)

Esta diversificação documental está associada a ampliação dos objetos dos historiadores nas últimas décadas e, cada vez mais, assiste-se à busca por uma não hierarquização das fontes, por mais inovadoras que algumas sejam:

(...) Usei o cordel, como usei o jornal, as memórias, as cartas de Lampeão, as cartas à Serra Talhada, os telegramas das volantes, a

historiografia... como lugar de instauração de realidades e também como espaço acionador de trilhas de pesquisa. (PEREIRA, 2000, pp. 52-53)

O uso da literatura de cordel como fonte caracterizou-se como uma das inovações do arsenal que embasa os textos do PPGH-UFPE. Outros trabalhos também fugiram ao uso de fontes tidas como *oficiais* e, dentre outros aspectos, estabeleceram um vínculo com a História Oral:

O conteúdo do trabalho está fundamentado nas entrevistas feitas com moradores de Taquarussu, que chegaram no período delimitado neste estudo. Os historiadores Antônio Torres Montenegro, Paul Thompson e a psicóloga Ecléa Bosi que realizaram pesquisas no campo da memória, comprovaram que o uso das entrevistas como fonte oral é compatível com a técnica da pesquisa tradicional. A leitura destas obras serviu para orientar os procedimentos na realização das entrevistas e aplicação destas no trabalho proposto, como, também, na minha atividade profissional voltada para a preservação da memória estadual. (SANTOS, 1998, pp. 4-5)

Neste sentido, na tese de MOSER (1997, p. 10),

Para a nossa pesquisa fizeram-se presentes vários procedimentos metodológicos, desde a amizade e a convivência Karitiana, incluindo a pesquisa de campo, até a pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, que foram completadas com a História Oral, através de histórias de vida e entrevistas. (MOSER, 1997, p. 10)

A História Oral, portanto, vincula-se a uma postura inovadora da produção do conhecimento histórico:

Em síntese, este trabalho não seria possível sem o auxílio dos referenciais teóricos no campo da 'Nova História', cujo enfoque permite a abertura para novos métodos, objetos e abordagens. O trabalho não teria o alcance desejado sem o auxílio das conversas informais realizadas com prantuariados que se permitiam falar da trajetória de luta de suas vidas, desvendando o universo das salas de torturas, os procedimentos no interrogatório. Enfim, lacunas que a análise das fontes escritas não poderia mostrar, uma vez que se tratava de procedimentos ocultados pelo regime, uma prática silenciosa... Nesse contexto, cabe a importância da história oral como elemento de resgate da História, e a vontade de aprofundar esse trabalho numa perspectiva mais abrangente. (O D.O.P.S e o Estado

Novo os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1940).
(SILVA, 1996, p.12)

A inovação e ampliação das fontes, está relacionada às mudanças de abordagem, à emergência de novas tecnologias de registro e, desse modo, à novas formulações do seu conceito:

Quanto à ampliação da idéia de documento, deve-se o fato à Escola dos Annales. Ela alargou também, a relação que o historiador estabelece com eles. Tal relação pode ser mediada por outras áreas do conhecimento. A partir de então, além dos documentos escritos, outros de natureza diversa passaram a ser considerados pelos historiadores (objetos, fragmentos, vestuários, signos, paisagens...), diversificando-se também a forma de abordá-los. (...) Os documentos, em sua maioria, resultam de um esforço das sociedades passadas para impor ao futuro uma determinada idéia de si. Também o uso que é feito desses documentos implica uma interpretação do passado e nunca no passado tal qual aconteceu. Os fatos não têm voz em si mesmos como defendiam os positivistas; eles são construídos pelo historiador, que dá voz, no seu diálogo com as evidências. Para que eles falem é preciso que sejam inquiridos pelo pesquisador, que o faz a partir de questões do presente. (SELLARO, 2000, p. 12)

Na tese, acima citada, e como tem sido aqui discutido, não há como fugir da idéia de que todo documento é monumento, ou seja, toda fonte histórica foi deixada de maneira intencional para que uma determinada versão da história pudesse se perpetuar. Todo documento pode ser considerado monumento porque tentou perpetuar, através dele, uma determinada imagem do passado:

Trabalhar então os documentos enquanto monumentos significará recusar a crença na transparência da linguagem e a antiga certeza de encontrar através dos textos o passado tal e qual. A nova história se propõe como tarefa fundamental não interpretar os documentos, extraindo uma suposta veracidade intrínseca a eles, mas ‘trabalhá-los desde o interior, elaborá-los’ (...). (RAGO, 1995, p. 78)

É possível ao historiador não só fabricar História como também as próprias fontes de que se utiliza. O historiador transforma os documentos em monumentos, recorta-os tanto quanto recorta o passado. Assim, na relação sujeito-objeto do

conhecimento histórico, o historiador inventa o seu objeto. O objeto pode trazer questões, ajudar na definição dos caminhos possíveis de serem percorridos pelo historiador, mas não determina a produção, não determina a imagem do passado que o historiador constrói.

Os documentos, tomados como monumentos, constituem versões, partes de uma trama que, indiscutivelmente, nunca será completa.

(...) Tentar fazer um levantamento dos efeitos e mudanças introduzidas pelo cinema na cidade do Recife das três primeiras décadas do século, incide em procurar elementos documentais alternativos. É o caso das crônicas, dos anúncios dos jornais e das revistas do mesmo período. (...) Suceptível de manipulação e controle do seu autor, ou mesmo da direção do jornal, a crônica **interfere e registra um recorte** contextual do dia-a-dia da cidade. E como recorte do contexto em que foi produzida, a crônica reflete as intersecções das relações sensíveis, forças de poder e dos projetos culturais de uma época. Nas suas entrelinhas passam visões de mundo que se mesclam com as representações particulares e coletivas de seu tempo. (SANTIAGO, 1995, p. 26)

Nessa dissertação, foi considerado que é preciso ampliar os documentos e, ao mesmo tempo, compreender que o historiador recorta os acontecimentos, quebra a sua suposta completude, tendo em vista que a história

É um palácio do qual não descobriremos toda a extensão (...) e do qual não podemos ver todas as alas ao mesmo tempo; assim não nos aborrecemos nunca neste palácio em que estamos encerrados. Um espírito absoluto, que conhecesse seu geometral e que não tivesse mais nada para descobrir ou descrever, se aborreceria nesse lugar. Esse palácio é, para nós, um verdadeiro labirinto. (VEYNE, 1995, p. 133)

O discurso do historiador é incompleto. As suas impressões acerca do passado são procedentes de pistas, de vestígios que sobreviveram aos eventos, ou seja, os eventos não sobrevivem na íntegra à passagem do tempo, por isto, não podem ser resgatados na sua concreticidade. Mas, sim, construídos através da escrita da História. A historiografia nunca dará conta da totalidade dos acontecimentos históricos. Esta é

uma constatação que, em alguns momentos, provoca angústia. Trata-se da angústia dos historiadores em perceberem que, em seu ofício, quanto mais o passado é recortado, mais é possível se deparar com novos cortes e com a instauração e observação de novos fragmentos.

As dissertações e teses analisadas comungam, em diversas passagens, destas idéias. Comumente, nos agradecimentos e nas considerações finais, tornou-se praxe as respectivas afirmações: no primeiro momento, a de que os autores são responsáveis pelas imprecisões, falhas dos textos e, no segundo momento, a de que os seus textos não conferem a última palavra sobre o assunto:

Diante do objeto por nós pesquisado, concluímos que, a construção de uma Dissertação implica sempre num percurso de encruzilhadas, labirintos e nuances à meia-luz. Quer dizer, as conclusões, em grande parte, tentam responder a síntese de todo um esforço intelectual do trabalho. Para ilustrar essa questão, podemos argumentar que as dissertações de um modo geral, se dirigem em dois sentidos: primeiro, o equívoco da repetição intencionada ligada ao efeito de convencer aos leitores, e o segundo, a própria impossibilidade de concluir uma dissertação, pois entendemos que elas sempre serão obras abertas. Eis aí um verdadeiro impasse acadêmico. Contudo, optamos pelo segundo. Portanto, deixamos a conclusão aberta pois entendemos que as dissertações serão sempre inconclusas. Essa é a sua essência. (SANTIAGO, 1995, p. 126)

Ao concordar com essa passagem, me permito fugir um pouco à praxe e realçar, neste momento, a afirmação de que a escrita da História no Programa de Pós-Graduação em História – UFPE não está sendo aqui analisada na sua completude. Há, em primeiro lugar, o recorte temporal – 1977-2000 - e, em segundo lugar, a própria impossibilidade em contemplar, na forma de citações e de análise das temáticas, todas as dissertações e teses que foram tomadas como fontes.

Apesar do recorte, destaco, mais uma vez, a importância de se proceder a uma análise do discurso historiográfico, uma análise do como os acontecimentos são recortados, como os historiadores escolhem uma ala do palácio e não outra, como

processam suas escolhas e como elaboram um conjunto de discursos ou textos que podem ser chamados de historiografia.

O debate em torno da idéia de fontes e documentos é fundamental, uma vez que, para investigar a historiografia brasileira, “(...) *é necessário, por assim dizer, surpreender os olhares sobre as fontes, não olvidando que, muitas vezes, no caso da pesquisa histórica a fonte faz o olhar de quem olha. É preciso também ir além: perceber a emergência constante de novas fontes para novos olhares.*” (FREITAS, 2003, p.12)

A frase *a fonte faz o olhar de quem olha* pode até causar a impressão de que o documento determina a visão do historiador sobre os eventos. No entanto, o autor complementa e afirma que existem *novas fontes para novos olhares*. Desse modo, o olhar do historiador ultrapassa o enunciado dos documentos-monumentos. A título de exemplo, posso citar a tese de Ricardo Pinto (2000, p. 39), em um momento que ele descreve a forma com que pretende lidar com as fontes, por ele levantadas:

Entender estes povos enquanto etnias diferenciadas, que em alguns casos possuíam também muitas semelhanças, depende da combinação de vários elementos, presentes ou ausentes, nas informações sobre eles fornecidas. Estas informações provêm principalmente dos funcionários a serviço da coroa portuguesa, de religiosos e de viajantes estrangeiros que vão priorizar nas suas observações e descrições determinados elementos em detrimento de outros, dando sempre uma visão muito fragmentada e distorcida da cultura dos povos por tratados. Além disso, estas informações estão condicionadas ao grau de proximidade do autor em relação aos povos descritos. As informações de cunho etnográfico são provenientes na sua grande maioria dos relatos dos religiosos e dos viajantes e invasores estrangeiros. Os primeiros, tinham **como** preocupação principalmente impor a sua religião e sua cultura, e ao tratar dos costumes e dos rituais dos povos indígenas fazem-no sempre com o intuito de mostrar a sua barbaridade e desta maneira justificar a sua modificação. Os segundos, têm como interesse um maior conhecimento dos povos pelo seu exotismo ou pela possibilidade de alianças.

O autor demonstra a sua consciência dos interesses das imagens que os documentos anunciam passar. Diante do seu olhar, que busca construir uma nova abordagem para História do Índio no Brasil, ele se preocupou em realizar um texto que não fosse reproduzidor dos documentos. Ao contrário, no trecho acima se anuncia a visão de que, provavelmente, as fontes consultadas distorcem a História que se pretende estudar.

Uma outra importante forma de inovação na abordagem dos documentos, nos trabalhos do Programa, está presente nos textos que assumem a metodologia da análise de discurso para a abordagem das temáticas.

Noções da metodologia da análise do discurso foram importantes para o estudo das fontes; sem querer, contudo, afirmar que a metodologia foi plenamente adotada, mas serviu para ampliar os horizontes da relação com a documentação. (GOMINHO, 1997, p. 5)

Existe, portanto, a percepção de que a análise de discurso provoca uma ampliação do olhar do historiador, porque

Neste sentido, os documentos, as fontes, ao serem observadas através da proposta metodológica da análise de discurso, não serão, simplesmente, reproduzidas. A análise de discurso proporciona uma espécie de fuga dessa armadilha de se procurar reproduzir os documentos e seus discursos. Aos documentos, de maneira semelhante ao objeto de pesquisa, serão inseridos novos significados e sentidos. (MENESES, 1999, p. 7)

Pode-se acrescentar:

Os novos sentidos que se pretende estabelecer serão, em certa medida, propostos pelas próprias fontes que, ao também serem produtoras de sentidos, não podem ser tomadas como simples respostas aos problemas que foram construídos, mas também como produtoras de novos questionamentos. A partir das fontes, foi possível adotar novos caminhos, diferentes daqueles que, em momento anterior, foram elaborados para esta dissertação. Caminhos estes em que se acreditava poder realizar com a segurança de quem poderia percorrê-lo com os olhos fechados. Abrir os olhos e, desse

modo, a sensibilidade para o que o documento falava significou uma maneira de ampliar a proposta inicial deste trabalho. (Idem, p. 8)

A minha dissertação, acima citada, aponta para a compreensão da análise de discurso como um caminho inovador para o estudo da História.

Na análise historiográfica, aqui desenvolvida, acredito estar assumindo esta postura da busca de novos olhares para as fontes, no caso da escrita da História aqui abordada. Desse modo, é possível notar que, comumente, ao me deparar com um trabalho com concepções metodológicas semelhantes às minhas, não me preocupo muito em separar a minha fala das citações, das notas dos meus pares aqui debatidos.

Neste trabalho, tenho tomado a produção do conhecimento histórico como sendo, em primeiro lugar a produção de um discurso, de um texto. É um texto que procura realizar o encontro do presente com o passado e me permite concordar com algumas passagens analisadas como a que se segue:

Como o engenheiro, aí está o historiador e suas pontes, passagens que possibilitam o encontro entre o texto do passado e o texto do historiador. E assim, caminha essa figura despojada, só ela, sobre uma ponte onde sua vontade de dizer eu explico (a partir de mim) reordena todo um passado do qual nada sabe, do qual nada poderá saber, senão a partir do que já conhece, do que já domina. (PEREIRA, 2000, p. 203)

As pontes referenciadas são fontes que aqui têm sido discutidas. É do seu lugar, do presente que o historiador fala. Os conceitos de documento e de tempo são artifícios indispensáveis da linguagem historiográfica, especificamente, da linguagem escrita que divulga o seu discurso através da produção de textos.

As fontes, os documentos privilegiados na produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, possuem uma peculiaridade que merece ser referenciada: todos os trabalhos analisados, entre 1977 e 2000, capricham na quantidade de fontes pesquisadas, ou seja, a fundamentação documental presente no

programa é muito rica e variada. E, embora não seja possível citar todos os tipos de documentos utilizados, inclusive a partir da mencionada renovação documental, a que a História do Programa encontra-se intimamente relacionada, separei, a título de exemplo e a partir das fichas que orientaram a minha pesquisa, as seguintes fontes: as Obras dos Cronistas e Viajantes do século XVI, Fontes do Arquivo Histórico Ultramarino, Carta de Pero Vaz Caminha, Leis, Sesmarias, Mensagens e relatórios de Presidentes de Província, Inquéritos Policiais, Ofícios, Registros de Entradas e saídas da Casa de detenção e penitência do Recife, Códigos de Posturas, Catálogo da Casa de Detenção, Ordens Régias, Livros de Compra e Venda de escravos, inventários, documentos do Movimento abolicionista, testamentos, Mensagens de Governo; Anais das Câmaras dos Deputados e Assembléias, Anais do Senado, Anais de Medicina, Revistas dos Institutos Históricos, Censos, Cartas – Correspondências, Jornais, Revistas, Fotografias, Filmes, Pinturas, Esculturas, Peças de Teatro, Biografias. Além, evidentemente, das referências bibliográficas utilizadas.

Exemplos de obras literárias referenciadas: Mário Sette; Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto, Josué de Castro, Euclides da Cunha. Essas fontes fazem parte de um conjunto que possibilita as condições de produção da escrita da História na Universidade Federal de Pernambuco. Elas viabilizam o estudo das temáticas anteriormente tratadas, como a relação da História com a literatura, a História das crianças, das cidades, da escravidão, da Política no Brasil colônia, império e república e outras mais abordadas a partir dos campos da História Cultural, da História Econômica, da História Política e da História Social.

3.3 Os Artífices

Os Artífices de Clio, especificamente, os pós-graduandos aqui analisados que se apropriam de artifícios para a produção historiográfica, têm os seus discursos atravessados por elementos que ultrapassam os seus universos particulares. Desse modo, posso questionar: os artífices da escrita da História, os historiadores elaboram os seus trabalhos de maneira exclusivamente individual? Em que medida um lugar de sujeito, como o de autor, não guarda relações com outros lugares de sujeito, com outros indivíduos que se comunicam através de textos?

Michel Foucault, em um ensaio intitulado *O que é um autor?* buscou analisar não apenas o conceito de sujeito como também a função do lugar de sujeito autor e, especificamente, do sujeito autor escritor. A sua pergunta inicial - o que é um autor? - contém outras perguntas: como funciona o lugar de sujeito autor? Quais discursos que cercam a elaboração deste enunciado? Quais os significados que esta palavra - autor - foi construtora com o passar do tempo?

O mencionado texto de Foucault possui uma aproximação com a presente tese na medida em que o conceito de autor, de maneira semelhante às regras de produção da escrita histórica, sofre mudanças ao ser enunciado em épocas diferentes:

A função do autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas, não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários 'eus' em, simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar. (FOUCAULT, 1992, pp. 56-57)

Existem, segundo Foucault, “práticas discursivas” produtoras do sujeito autor. Esta produção, por sua vez, não se realiza do mesmo modo quando se trata de épocas distintas. A função do sujeito autor está condicionada a sua historicidade, às palavras a ela relacionadas. O conceito de autor é construído historicamente.

A abordagem do conceito de autor relacionado à idéia do lugar do sujeito permite a observação do mesmo como um indivíduo que alterna os seus lugares, que modifica os seus pensamentos:

Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever. (FOUCAULT, 1995, p. 20)

A liberdade acima sugerida lembra algo que a maioria dos trabalhos acadêmicos apontam: não se trata de últimas palavras sobre nenhuma temática. Não existem rumos pré-determinados para uma escrita. Embora o texto esteja atravessado por regras e, no caso específico dos textos aqui analisados, regras acadêmicas, elas não são capazes de determinar, sozinhas, a condução do texto. Para Foucault, o autor não é um indivíduo estático, ele tem o direito à mudança. Seus textos não precisam defender os mesmos princípios eternamente. Todos têm direito a mudança, inclusive o pensamento dos autores. O mesmo indivíduo escritor de uma dissertação de mestrado não é o mesmo sujeito ao escrever a sua tese de doutorado. Alguns anos se passaram, outros textos foram lidos, outros relacionamentos foram travados, outros artigos produzidos. Porque o lugar de sujeito autor, como qualquer outro, está relacionado a outros lugares de sujeito a serem ocupados pelos indivíduos nas suas diversidades e multiplicidades:

Dizer algo em nome próprio é muito curioso, pois não é em absoluto quando nos tomamos por um eu, por uma pessoa ou um sujeito que

falamos em nosso nome. Ao contrário, um indivíduo adquire um verdadeiro nome próprio ao cabo do mais severo exercício de despersonalização, quando se abre às multiplicidades que o atravessam de ponta a ponta, às intensidades que o percorrem. (DELEUZE, 2004, p.15)

Ser múltiplo é se reconhecer como um indivíduo capaz de ocupar diferentes lugares de sujeito, inclusive o de autor. Esse lugar de autor também é o lugar do diverso porque existe um certo engano ao se tomar a escrita como uma prática solitária.

No caso das dissertações e teses, essa escrita tem um destinatário pré-estabelecido, antes de ter a sua primeira linha construída: o orientador e, por conseguinte, a banca. O autor e, com destaque o autor pós-graduando, não constrói o seu texto de maneira solitária. Ele imagina todo o tempo esse seu outro, o leitor, em outras palavras, o seu julgador.

(...) A partir da figura especular do autor, o leitor torna-se juiz; o poder policial encarregado de verificar a autenticidade da assinatura e a consistência do comportamento daquele que assina.(FOUCAULT, 1992, p. 14)

Em momento anterior deste trabalho, mencionei os historiadores como policiais de plantão quando se tratava de analisar a escrita da História. Naquela ocasião, mencionei o ritual de defesa das teses como o lugar de verificação das regras acadêmicas de produção. As regras almejam a organização de um trabalho que possa ser considerado digno de ser examinado, digno de ser levado ao exame final. Sem dúvida, os membros das bancas de defesas são leitores que possuem o dom institucionalizado de julgar. Eles foram, na maior parte do tempo de escrita do texto, alvo do pensamento dos autores. Eles são os destinatários principais dos textos, é para eles, em primeiro lugar que os autores, comumente, nos agradecimentos, afirmam: *os erros, as possíveis falhas deste trabalho não devem ser atribuídas aos colaboradores*

enumerados. No caso de falha, apenas o autor, na sua individualidade, deve ser o único punido. Escrever imaginando o leitor faz parte do ato de escrever. Esse é o primeiro gesto que impossibilita ao texto, aos livros, às dissertações e teses serem considerados produtos de um indivíduo.

Os denominados “exames de qualificação” que precedem este ritual final, presentes nas diferentes pós-graduações do país, têm fortemente esta característica de indicação de novos rumos, novas leituras, novas perguntas às temáticas pesquisadas. Desse modo, além de julgadores, os membros das bancas e os orientadores podem ser situados em qual lugar de sujeito? Ou seja: a versão final da dissertação ou da tese tem no seu autor o único produtor? O ritual de produção acadêmico poderia ser considerado um exercício de despersonalização da escrita no sentido da expressão de Giles Deleuze?

Neste mesmo sentido, gostaria de me atrever a tratar os textos do Programa de Pós-Graduação em História – UFPE como produtos de sujeitos múltiplos; como produtos destes rituais institucionalizados na academia, a que me referi no primeiro capítulo.

O temor do julgamento, porém, não se encontra circunscrito apenas à banca. Pois, como afirma Foucault, em relação a construção do lugar de sujeito autor, o leitor torna-se juiz. Assim, emerge, no final da dissertação de Auricélia Pereira (2000, p. 303, grifos nossos) o temor desse juiz - o leitor – por ela denominado de *viajante esgotado*, na medida em que a autora elabora os seguintes pedidos:

(...) E por favor viajante esgotado não me julgue, não me condene, ou pelo menos não me queira muito mal. Tampouco me engesse em outras prisões de palavras: ‘irracional’, ‘bestial’, ‘incoerente’. Mas se por acaso esta vontade de dominar-me através das palavras te invadir, faça meu o apelo de Natalie Zemon Davis: Dê-me mais uma chance. Leia de novo.

O gesto de escrever que todo o tempo imagina esse outro, o leitor e, no caso das dissertações e teses, os leitores com um poder de interferência maior – membros das bancas, faz com que o resultado final do trabalho possa ser considerado como um texto que teve as suas possibilidades de existência ligadas aos acréscimos “solicitados” pelas “argüições” e propostas das bancas, dos orientadores, dos leitores amigos e próximos, dos leitores imaginários, que no momento em que Pereira escreveu o trecho acima, estavam-na cercando e, sem dúvida, neste momento, também me cercam.

O medo desse julgamento está no receio do aprisionamento que conceitos classificatórios podem provocar.

Ítalo Calvino (2000, p. 138), ao construir uma exaltação do romance como um entrelaçamento de elementos, elaborou este pertinente comentário:

Alguém poderia objetar que quanto mais a obra tende para a multiplicidade dos possíveis mais se distancia daquele *unicum* que é o *self* de quem escreve, a sinceridade interior, a descoberta de sua própria verdade. Ao contrário, respondo, quem somos nós, quem é cada um de nós senão uma combinatória de experiências, de informações, de leituras, de imaginações? Cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos, uma amostragem de estilos, onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis.

Não é apenas a obra que é múltipla, mas o próprio autor que é a reunião de todos os seus passados, de todas as suas leituras de mundo, que é um sujeito múltiplo e, parafraseando Michel Foucault, um indivíduo que ocupa diferentes lugares de sujeito.

Nos momentos de aparente solidão, o gesto de escrever aproxima o autor desses outros lugares de sujeitos, de outros indivíduos; Estes, por sua vez, algumas vezes, estão materializados em textos visitados durante a construção da dissertação ou tese, noutras, presentes apenas nas lembranças, nos pensamentos aleatórios que atravessam o autor na sua multiplicidade.

Os autores que tiveram os seus textos – dissertações e teses - analisados, por sua vez, também não construíram seus trabalhos isoladamente. Muitos possuem uma obra vasta e, ao serem mencionados trazem uma significação, uma autoridade imediata aos textos. Por exemplo, quando se fala de Karl Marx, uma variedade de sentidos é produzida em torno do seu nome de autor. Outros sentidos, porém, são construídos ao citar: Michel Foucault, Michel de Certeau, Paul Veyne, Jacques Le Goff, dentre outros:

Chegaríamos finalmente à idéia de que o nome de autor não transita, como o nome próprio, do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu, mas que, de algum modo, boreja os textos, recortando-os, delimitando-os, tornando-lhes manifesto o seu modo de ser ou, pelo menos caracterizando-lhe. (FOUCAULT, pp. 45-46)

O autor caracteriza os seus textos. O exercício da citação, por sua vez, busca trazer estas características para um outro texto. Citar Michel Foucault, logo acima, é reivindicar a sua característica, a sua idéia de autor, para este trabalho. Porém, mesmo quando os autores citam-se mutuamente para elaborarem críticas, para discordarem entre si, esta característica que o nome de autor carrega, está sendo convocada.

Desse modo, quando os autores do Programa de Pós-Graduação em História – UFPE convocaram o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior Francisco de Oliveira, Mary Del Priore, Celso Furtado, Ciro Flamarion Cardoso e outros, eles estavam chamando as características que circundam estes nomes para os seus trabalhos.

Analisar a escrita da História no PPGH-UFPE é também destacar a presença das características das obras de autores, como os citados acima, ao atravessarem as dissertações e teses. Porque analisar o discurso historiográfico é procurar os principais

conceitos, a forma de abordagem das diferentes temáticas, enfim, os diferentes artifícios que os autores/historiadores utilizaram nos seus textos.

3.3.1. Outros artifícios, outros conceitos.

Diante do exposto, pode-se considerar o autor e, desse modo, o texto elaborado, como dotados de multiplicidades, ou seja, de influências várias como as de diferentes autores e de conceitos utilizados nos textos. Como não é possível dar conta de todos os mecanismos que atravessam o texto, a partir deste momento, passarei a tratar da presença dos autores e de conceitos adotados, consciente de que o perfil a ser assinalado também não fará uma abordagem completa de todos os conceitos, de todos os autores, considerados clássicos ou não, visitados. Alguns, inclusive, vêm sendo discutidos ao longo desta tese e aqui, quando necessário e possível, serão apenas referenciados.

Gostaria de iniciar este momento me referindo aos textos que buscaram inspiração nos próprios autores do Programa. Ou seja: as dissertações e teses ali produzidas têm sido visitadas, trabalhadas, analisadas e discutidas em diferentes textos do próprio Curso. As características da produção acadêmica aqui debatida são convocadas a fazer parte nos textos, a autoridade dessa produção é emprestada às diferentes dissertações e teses:

Uma das nossas mais importantes influências historiográficas foi o trabalho da pesquisadora Zélia Gominho - Veneza Americana X Mucambópolis: sua obra reúne os mais diversos elementos, num quadro caleidoscópico e muito interessante do período; estes elementos, contudo, estão muito bem costurados entre si com o fio condutor bastante simples, qual seja, a relação Estado-sociedade. Adotamos essa solução em nosso trabalho, o que nos deixou livre e

preparado para enveredar pelas mais diversas fontes – sejam músicas, peças de teatro ou jornais ... são todos documentos de um momento, de uma época. (SOUZA NETO, 2000, p. 10)

A influência de Gominho se dá, também, na concepção do texto em que a diversidade de fontes, por ela utilizada, trouxe para Souza Neto a liberdade de assim também proceder.

A produção dos docentes do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE também é referenciada nos textos e artigos, livros, como os de Antonio Torres Montenegro são adotados com uma frequência razoável:

(...) E durante toda a caminhada, tivemos como ponto de reflexão o seguinte trecho do historiador Antonio Montenegro: ‘a História opera sempre com o que está dito, com o que é colocado para e pela sociedade, em algum momento, em algum lugar. Desses elementos o historiador constrói sua História, sua versão, seu mosaico. Esse fato evidente se apresenta distinto do que foi vivido; no entanto ele se ancora nos elementos resgatados da realidade, em outras Histórias já produzidas.’

Castelo Branco (1995, p.12) concorda com a postura metodológica por ele citada e a toma como um rumo a ser seguido.

Além de Antonio Torres Montenegro, outros docentes também são constantemente referenciados, principalmente por seus orientandos, como Antonio Paulo de Moraes Rezende, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Marc Jay Hoffnagel, Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, Maria do Socorro Ferraz Babosa, Michel Zaidan, Paulo Henrique Martins Albuquerque, Rosa Maria Godoy Silveira, dentre outros.

A tese de Antonio Natanael Sarmiento (1998) pode ser utilizada como exemplo da citação. A lista de autores com que trabalhou é abundante. Apesar de mencioná-los, nem sempre para concordar com os mesmos, é possível destacar que as características dos autores estiveram presentes no seu trabalho, são eles:

Maria do Socorro Ferraz, Antonio Torres Montenegro, François Furet, Gramsci, José Honório Rodrigues, Eric Hobsbawm, Maria Stella Bresciane, Vavy Pacheco Borges, Edgar De Decca, Bertold Brecht, Caio Prado Jr, Edgard Carone, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Hélio Jaguaribe, Raimundo Faoro, **Antonio Paulo Rezende**, Nelson Werneck Sodré, Michel L wy, Michel Zaidan Filho, Vitor Nunes Leal, Maria do Carmo Campello de Souza, Leôncio Basbaum, Manuel Bandeira, José Murilo de Carvalho, Castoriadis, Rui Facó, Carlo Ginzburg, François Dosse, Agnes Heller e Marx Weber (Sic).

Os docentes do Programa estão em negrito para realçar o meu comentário anterior. No entanto, diante da proximidade do autor com o marxismo,   importante frisar que a sua bibliografia principal está fundamentada em: Karl Marx, Engels, Lênin, Althusser, Perry Anderson, Manuel Correia de Andrade e Marilena Chauí.

Os principais conceitos adotados, ainda tratando da tese de Natanael Sarmiento, foram os de fundamenta o marxista, segundo ele próprio enfatiza:

Empregaremos de forma não conflitiva as expressões Classe e Elite, tendo em vista os seguintes parâmetros teóricos: **classes** como expressão social de um determinado **Modo de Produ o**, ou seja, como categorias econômicas centrais do regime produtivo. Todavia, como observa Marx, não há, historicamente, nenhum regime produtivo puro, mas associado a outras formas de produ o. (SARMENTO, 1998, p.1, grifos nossos)

O referencial marxista foi explorado no capítulo anterior, quando foi possível observar outros trabalhos e conceitos apropriados nas teses e disserta es.

Porém, com rela o ao número de autores e conceitos, citados por Sarmiento,   importante destacar que a maioria das teses e disserta es, no que se refere a quantidade, guarda proximidade com tese acima citada. Desse modo, vários autores são convidados a fornecerem autoridade sobre as diferentes temáticas debatidas.

Desse modo, faz-se necessário apontar ao menos três trabalhos, respectivamente, uma tese e duas dissertações, como exemplo dessa amplitude de encontros com outros autores, outros estudiosos, outros poetas. Embora alguns tenham sido mencionados por Sarmiento, considero importante repetir para caracterizar um pouco mais a produção acadêmica do PPGH-UFPE.

Na tese de Almir de Carvalho Bueno (1999), há menção, de forma resumida, aos seguintes autores: Sérgio Adorno, Manuel Correia de Andrade, Noberto Bobbio, Vavy Pacheco Borges, Fernando Henrique Cardoso, Edgard Carone, José Murilo de Carvalho, Francisco Falcon, Raimundo Faoro, Marieta de Moraes Ferreira, François Furet, Eric Hobsbawm, Marc Jay Hoffnagel, Sérgio Buarque de Holanda, José Roberto do Amaral Lapa, Vitor Nunes Leal, Karl Marx e Engels, Nicolau Sevcenko e Thompson.

Na dissertação de Alcileide Nascimento (1995), foi construído um diálogo da autora com: Peter Burke, M. Berman; Edgard Carone; Câmara Cascudo; Edgar De Decca; A. C. S. Diegues (pesca); Gilberto Freyre, B. Fausto; Georges Duby; Ângela Gomes; J. Habermas; Hobsbawm; Guido Mantega; Carlos Guilherme Motta; Mario Sette; Nelson Werneck Sodré; Maria da Conceição Tavares; Thompson; Michel Zaidan.

Raimundo Arrais (1995) destacou: Luiz Felipe Alencastro, Horácio de Almeida, Raymond Aron, Walter Benjamin, Henri Bérgson, Marshall Berman, Marc Bloch, Wille Bolle, Ecléa Bosi, Pierre Bordieu, Maria Stella Bresciani, Peter Burke, Ítalo Calvino, José Murilo de Carvalho, Castoriadis, Michel de Certeau, Modris Eksteins, Michel Foucault, Eric Hobsbawm, Anthony Giddens, Maurice Halbwachs, Christopher Hill, Frederic Jamenson, Georges Lefebvre, Henry Lefebvre, Jacques Le Goff, Antonio Torres Montenegro, Richard Morse, Antônio Paulo Rezende, Raquel

Rolnik, Sérgio Paulo Rouanet, Nicolau Sevcenko, Alexis de Tocqueville, Hayden White e Raymond Williams

A autoridade, a força do pensamento e dos conceitos construídos por autores como Marx, Weber, Michel Foucault dividem espaço com uma diversidade de autores, historiadores ou não, como Gominho, Ferraz, Montenegro, Carvalho, Silveira como também com Hobsbawm, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Francisco de Oliveira, Mary Del Priore e o outros referenciados nos trabalhos citados a seguir:

(...) Cobrindo todos os períodos que compõem a História brasileira – Colônia, Império, República – sentimos uma revalorização da pesquisa e do documento histórico que podem ser percebidos de forma mais concreta na coletânea de artigos organizada por Mary Del Priore em ‘História da Criança no Brasil’, de 1991. Pela primeira vez, foram reunidos em livro diversos trabalhos sobre o tema.

A temática da criança no Brasil, segundo Menezes (1995, p. 13), foi valorizada nos anos de 1990 e o autor anuncia esta característica como um aspecto positivo para o seu trabalho, uma vez que os historiadores precisam destes referenciais que contribuem na produção dos seus textos. Faz parte das regras a utilização de outros trabalhos semelhantes ou não aos textos elaborados.

Autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Antônio Cândido e Clóvis Caldeira, enfocam em suas publicações os diversos aspectos do cotidiano do homem brasileiro. A leitura dessas obras ofereceu-nos subsídios para analisarmos e entendermos as várias situações vividas pelos migrantes que chegaram a Taquarussu entre 1940-1960. (SANTOS, 1998, p. 3)

As obras são lidas não somente como inspiradora de temáticas mas como indicadoras de caminhos conceituais e metodológicos:

Eric Hobsbawm talvez tenha sido nossa mais importante influência, (...) no seu texto, ele não nos dá uma única razão ou causa para os acontecimentos, mas antes fornece uma teia de acontecimentos que se completam e se contradizem, cabendo ao leitor assumir papel ativo na construção do conhecimento. (SOUZA NETO, 2000, p. 155)

Na dissertação de Magdalena Maria de Almeida (1999, p. 160), os autores foram utilizados como formuladores de caminhos para a sua leitura do tema, quando (...) *para a realização deste estudo, observa-se o empirismo que caracteriza a literatura de Mário Sette, buscando referência em Walter Benjamin, Peter Burke e Roland Barthes.*

Alguns autores foram apropriados, nas dissertações e teses, devido à proximidade dos seus textos com os campos temáticos escolhidos pelos pós-graduandos:

Não optamos pela elaboração de um capítulo teórico, porque consideramos que este é um trabalho que não possui afirmações acabadas. Para tanto, a leitura dos estudos de Eric Hobsbawm e Michelle Perrot – autores preocupados em analisar os trabalhadores, com um olhar diferenciado – foi indispensável à realização deste trabalho, principalmente, porque tais autores apontam para uma perspectiva de História preocupada com as questões sociais e culturais. (CHAGAS, 1996, p. 2)

Em outros textos, procurou-se explicitar a relação da teoria com a presença de alguns autores:

De modo geral, o diálogo que empreendi foi com autores da chamada 3ª fase da ‘Escola dos Annales’. Pelo menos, foi a partir deles que me aproximei de outros. Dentre eles destaco Jacques Le Goff, que concebe a história como uma forma sofisticada da sociedade ocidental tratar a memória coletiva, especialmente a partir da modernidade do século XIX, que a instituiu como disciplina científica. Em sentido similar, as reflexões do historiador da história Charles-Olivier Carbonell, que traça um amplo quadro da produção historiográfica francesa dos oitocentos, foram por mim claramente apropriadas. Roger Chartier com sua abordagem, próxima a sociologia de Pierre Bourdieu, distinguindo práticas e representações no âmbito da cultura, serviu-me de base para entender a tensão entre objetivos, demandas e resultados da historiografia que abordo neste trabalho.

Devido à temática proposta, análise historiográfica, Eduardo Guimarães (1996, p.14) tem todo um cuidado em esclarecer os leitores dos usos teóricos,

metodológicos e conceituais por ele realizados. Trata-se de um presente, para este momento do meu trabalho, a sua explicitação acerca dos seus encontros com os trabalhos citados. É um presente porque, desse modo, não há a sensação de que estou *classificando* arbitrariamente o seu trabalho. Estou, sim, convocando a sua autoridade sobre seu texto, meu objeto de estudo, para falar tanto quanto as múltiplas vozes aqui já referenciadas.

Na dissertação de Raimundo Arrais, (1995, p. 07), existe também este cuidado em referenciar os historiadores que *facilitaram*, através dos seus textos lidos pelo mestrando, a sua abordagem acerca da Campanha Salvacionista no Recife:

Além de historiadores brasileiros que se detiveram em estudos sobre a ação política e o universo cultural das camadas populares no início da República, como José Murilo de Carvalho e Sidney Chalhoub, outros autores nos facultaram o acesso às práticas culturais que informam e dão sentido ao universo dos indivíduos. Essas práticas, que expressam lutas sociais, resistências e redes de solidariedade, foram observadas à luz das reflexões de uma "nova história cultural", dentro da qual, guardadas as diferenças, podemos destacar os nomes de Natalie Zemon Davis e Roger Chartier. (ARRAIS, 1995, p. 07)

Em outros momentos, mestrandos e doutorandos optaram por uma divulgação da influência de outros indivíduos na utilização de aspectos como a, já mencionada, História Oral. De maneira associada ao debate que cerca a História Oral, são discutidos conceitos como os de *memória e identidades*, presentes nos textos dos autores citados logo abaixo:

Por se tratar de uma história imediata e que, portanto, envolve depoimentos, buscou-se a contribuição de autores como Maurice Halbwachs, Alessandro Portelli e Antonio Torres Montenegro, entre outros. (MELO, 2000, s/p)

Alguns trabalhos deram importância à demonstração dos conceitos trabalhados e comentaram:

Em nossa tentativa de compreendermos a importância das práticas cotidianas, encontramos nas palavras de **Agnes Heller**, uma formulação bastante interessante no qual: ‘**A vida cotidiana** é a vida do homem por inteiro; ou o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias’. (...) Em nosso estudo foi fundamental nos momentos de reflexão a distinção dos conceitos de **modernidade** e **modernismo** proposto por **Henri Lefebvre**, quando afirma que compreende por modernismo: ‘... a consciência que tomaram de si mesmas as épocas, os períodos, as gerações sucessivas; o Modernismo consiste, pois, em fenômenos de consciência, em imagens e projeções de si, em exaltações feitas de muitas ilusões e de um pouco de perspicácia. (...)’ (NASCIMENTO, 1997, p. 11, grifos nossos)

O destaque aos conceitos como o de cotidiano, referenciado no capítulo anterior, aponta, mais uma vez, para essa procura dos historiadores analisados em associar autores e conceitos. É importante salientar que, embora esses conceitos mencionados estejam, comumente, relacionados no texto a um único autor, é importante frisar que eles possuem vários usos, dependendo, da postura teórico-metodológica adotada, das próprias releituras dos conceitos a partir de outros trabalhos.

Os conceitos de modernidade e modernismo, por exemplo, têm sido apropriados em trabalhos que versam sobre diversas temáticas, como as da cidade, das relações de gênero, da história do cotidiano, etc.

Os autores abordados também são utilizados de diferentes maneiras, por exemplo, Michel Foucault, que apesar da forte influência dos conceitos de *disciplina* e de *poder* na produção acadêmica da UFPE, atinge essa escrita da História com outros conceitos, conforme a passagem abaixo:

(...) A abordagem de Foucault serviu de auxiliar teórico-metodológico através da compreensão conceitual de ‘medicina social moderna’ aplicada a partir de suas variantes ‘medicina social e Estado; medicina social urbana e medicina social assistencial; (...)’ A análise discursiva dos sujeitos históricos torna-se fundamental para a

construção histórica, entendendo-se a história como uma construção discursiva. (MELO FILHO, 2000, p.16)

E:

Partindo das características da medicina classificatória, Foucault analisa e distingue a protoclínica do século XVII, a Clínica do final do século XVIII e anátomo-clínica no início do século XIX (MIRANDA, 1997, p, 94)

Há referência à História da medicina que Foucault construiu em diferentes textos como também à análise de discurso que ele fundamentou, especificamente, no livro *Arqueologia do Saber*. A análise de discurso a partir do pensamento de Foucault influenciou vários trabalhos e, em algumas passagens, tem-se procurado demonstrar que esta tendência também se faz presente no texto aqui desenvolvido.

Christlene Carvalho dos Santos, na sua dissertação de mestrado (2000, p. 17), afirmou: *Foucault contribui para o estudo do corpo como centro de problemas históricos. Não haveria uma história do corpo já pronto, à espera de ser liberado ou castigado.*

Dos conceitos formulados por Michel Foucault, ligados a História da sexualidade, do corpo, da medicina, foram construídos outras abordagens já famosas como a de Jurandyr Freyre Costa, autor explorado em trabalhos como de Carlos Alberto Miranda (1997) Keila Queiroz e Silva (1999) e Silêde Cavalcanti (2000), devendo-se destacar a forte influência de Félix Guatarri, Giles Deleuze e Suely Rolnik nos textos das duas últimas autoras citadas, conforme se pode observar no seguinte trecho escrito por Silva sobre a sua dissertação (in MENESES (org), 2000, p. 294)

Do ponto de vista teórico-metodológico, além de algumas obras de Michel Foucault que tratam de análise de discurso, da sexualidade e da pretensão de verdade do saber jurídico, recorri também a dois outros guias que facilitaram uma maior apropriação e compreensão do meu objeto de estudo. Suely Rolnik, por trabalhar com as

transformações contemporâneas do desejo. Pautada na concepção de desejo de Deleuze e Guatarri, com a qual eu me identifico profundamente, ela reconhece a sua potência, ao qualificá-lo enquanto o próprio movimento de produção dos universos psicossociais, ou seja, de atualização de novas práticas e discursos e desatualização de outros, obsoletos. Admitir essa perspectiva metodológica, leva-nos a seguinte questão relacionada ao meu trabalho: Que desejos foram historicamente possíveis nas décadas de 50, 60 e 70 na Paraíba?

Diante dos limites desta tese, não é possível enumerar todos os conceitos abordados como também os encontros dos mais diferentes autores com os textos do Programa ou vice-versa. No entanto, é importante mencionar algumas apropriações, mesmo que de forma breve, como o conceito de literatura ou especificamente, as relações da História com a literatura, presentes nas dissertações de Francisco Lima (1998); Telma Fernandes (1998); Magdalena Almeida, Zilda Menezes, dentre outras.

É importante registrar também o recorrente uso, nos textos analisados, das noções de História Econômica de Celso Furtado, de divisão do trabalho de Francisco de Oliveira.

Outros conceitos, além dos anteriormente citados, também passíveis de diversas interpretações e formulações, foram apropriados: *Cultura, social, Política, civilização, colonialismo, monopólio comercial, escambo, liberalismo, romantismo, nacionalismo, regionalismo, capitalismo, higienização, ordem, desordem, progresso, atraso, estética moderna, revolução, golpe, economia açucareira, trabalho livre, trabalho escravo, crianças abandonadas, criminalização, família, imigração, democracia, patrimônio cultural, aculturação, festas, o feminino, o masculino, etc.*

As diversidades das escolhas temáticas, dos caminhos conceituais, das concepções de tempo e de documento, das regras de produção, não correspondem a elementos estáticos. Eles podem ser modificados, inclusive, durante a própria escrita dos trabalhos:

Problematizar é dar voz a sujeitos históricos; não só aos vencedores mas também aos vencidos, de modo a evidenciar os possíveis não realizados. **Com base nessa lógica, os conceitos, as categorias e as técnicas foram esboçadas como intenções iniciais; sendo forjadas no desenvolvimento do trabalho.** Acredita-se, como Vieira, que ‘o historiador que busca compreender e recuperar o movimento, a contradição, e que entende que esta compreensão é dada **mútua determinação do sujeito que investiga e do objeto investigado** (...)’. (SELLARO, op. cit, 2000, p. 11, grifos nossos)

Não importa a temática a ser abordada, elas serão modificadas ao longo do percurso de sua elaboração. Porque os próprios autores estão passando por novas construções nas suas vidas e, como diria Calvino, estão sendo atravessados por um entrecruzamento de múltiplos fios relacionados às bibliotecas, aos estilos escolhidos, e, especificamente para este trabalho, estão sendo invadidos por conceitos, fontes, orientadores que, na maioria das vezes, reordenam os caminhos da escrita, apontam novos questionamentos e colaboram, decisivamente, com a emergência dos discursos historiográficos, aqui debatidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ESCRITA MULTIFACETADA

Sou um evadido.
Logo que nasci
fecharam - me em mim,
ah, mas eu fugi.
Se a gente se cansa
do mesmo lugar,
do mesmo ser
por que não se cansar?
Minha alma procura-me
mas eu ando a monte,
oxalá que ela
nunca me encontre.
Ser um é cadeia,
ser eu é não ser.
Viverei fugindo
mas vivo a valer.
(Fernando Pessoa)

Fernando Pessoa, na poesia acima, expõe alguns desejos: não ser o mesmo, não ser único, não ser, enfim, prisioneiro da permanência mas, sim, amigo da liberdade, da mudança e da vida. A sua poesia pode ser aplicada às escritas da História.

Às escritas veiculadoras do discurso coletivo, multifacetado de seus autores; Às escritas condicionadas a um único gesto: o da mudança. As escritas elaboradoras de discursos que fogem de esquemas classificatórios rígidos e que tornam as suas temáticas, caminhos a percorrer, caminhos de uma estrada em que, ao longe, se enxerga o horizonte mas não se pode seguir em linha reta, porque os desvios e as curvas também fazem parte do percurso e se multiplicam a cada mudança construída. As curvas, os desvios, os pontos de chegada que, comumente, são caracterizados também como novos pontos de partida, falam das trajetórias historiográficas. Falam dessas escritas que não esgotam os seus objetos e, através da produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, podem ter explicitada a sua diversidade.

Entre 1977 e 2000, os discursos dos historiadores, no citado Programa, forneceram visibilidades às escritas da História, ou seja, possibilitaram a emergência da diversidade de teorias, de temas e de fontes. Esses caminhos representam escolhas na sinuosidade da História. Os historiadores escolhem e são escolhidos por seus temas, pensam nos seus caminhos metodológicos como apropriações, dentre outras necessárias, do conceito de tempo e documento; utilizam seus instrumentos de trabalho de diferentes maneiras, principalmente, quando se trata de mencionar épocas diversas.

O Programa de Pós-Graduação em História da UFPE foi analisado nesta tese como um espaço delimitador e caracterizador das escritas aqui estudadas. Ele as caracteriza e as delimita quando busca tornar o seu discurso institucional, quando requer que os discursos da História, no seu âmbito produzido, tenham o perfil acadêmico exigido; quando estabelece os rumos da pesquisa através de elementos vários como a Área de Concentração e as Linhas temáticas.

Na presente tese, buscou-se apresentar as regras e os limites elaborados, externa e internamente ao Programa, como mecanismos que cercam os textos estudados, como produtos da História e, desse modo, permeados da idéia de mudança. Assim, foi possível observar o momento de fundação e consolidação do mencionado Programa, procurando sintonizá-lo com a criação dos demais cursos de Pós-Graduação no Brasil e a discussão historiográfica de cunho geral que, dentre outros aspectos, fundamenta os jogos institucionais e a própria elaboração das teses e dissertações. Estes aspectos, evidentemente, foram observados através da historicidade que é capaz de, ao mesmo tempo, construir e desconstruir os significados dos discursos e das relações de poder que permeiam a construção dos textos.

Os discursos historiográficos possuem uma História. Essa História, presente nas dissertações e teses pesquisadas, não pode ser observada de forma separada da

emergência do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE e, por conseguinte, de produção dos trabalhos.

A emergência dos textos guarda relação com o debate teórico e metodológico, um dos principais eixos da mudança no discurso dos historiadores. A historicidade dos discursos historiográficos produz diferentes compreensões dos elementos que possibilitam a produção das escritas da História no PPGH-UFPE.

A historicidade fez com que, em um momento, sob a influência do positivismo, dissertações e teses, principalmente nos primeiros anos de existência do Programa, se pautassem na procura pela verdade do documento e, alguns anos depois, tomassem o marxismo como uma das escolhas pertinentes para a construção de um saber histórico comprometido com a exposição e/ou revelação dos jogos ideológicos. Quando a verdade ganhou uma outra dimensão e os documentos passaram a ser criticados e não tomados como detentores da única verdade da História. Os discursos dos historiadores defensores do marxismo, no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, ganhou, portanto, o contorno da militância. O historiador militante passava a buscar *descortinar os véus* da História e visivelmente, na década de 1980, esta concepção ressoou fortemente nos textos produzidos no Programa naquele momento.

Algumas vezes, porém, as abordagens teórico-metodológicas não eram enunciadas de forma explícita. Os autores optavam por uma leitura “*flexível*” ou, principalmente no nível de mestrado, se dedicavam à abordagem dos temas sem a preocupação de cercá-los dos fundamentos teóricos considerados pertinentes à elaboração de trabalhos acadêmicos.

Os trabalhos analisados permitiram, também, destacar o papel das novas abordagens em alguns textos da produção acadêmica do PPGH-UFPE, basicamente, dos anos de 1990. Destacou-se, como novos rumos da pesquisa histórica, a Nova

História, sob a influência de autores franceses como Jacques Le Goff, Philippe Ariès, Michel Foucault, dentre outros, e a perspectiva da *História Vista de Baixo*, enunciada, inicialmente, pela geração de historiadores ingleses como Hill, Hobsbawm e Thompson.

Escritos como os que aqui foram exaustivamente citados, ajudaram a compor as múltiplas faces do conhecimento histórico no que se refere, principalmente, à diversidade teórica e temática dos seus discursos. Apesar do volume de dissertações e teses, aqui trabalhados de forma específica e não apenas quando compunham os quadros gerais, ser significativo, posso afirmar que o presente texto teria configurações desmedidas se tivesse sido elaborado com a preocupação de não deixar nenhuma tese ou dissertação analisada fora de citação. No entanto, ainda assim, abusei no uso de citações porque acredito que, desse modo, os textos colaboraram com as tentativas de qualificação aqui construídas. Mas, teve-se em mente o fato de que a amplitude dos trabalhos e, portanto, da diversidade de temas explorados, no âmbito do PPGH-UFPE, ultrapassam, sem dúvida, os limites do presente texto.

Os caminhos sinuosos e mesclados da História Econômica, Política, Social e Cultural foram aqui percorridos não completamente mas, sim, em algumas formas com que foram apropriados pelos autores do Programa.

A História Econômica esteve presente nos textos sobre agricultura, industrialização, desenvolvimentismo, comércio, escravidão, mercado de trabalho e outros mais. A História Política figurou através da abordagem de diferentes leituras do Estado, principalmente a intervenção deste na economia, movimentos sociais, estrutura de poder, partidos políticos, totalitarismo, dentre outros. Já a História Social aproximou as dissertações e teses dos caminhos da História da Religião, escravidão, índios, cidades, educação, História das crianças, História da família, etc. Os temas das

idades, das relações de gênero, como também o estudo das mentalidades e do cotidiano, embora, em alguns momentos, transitassem também em outros caminhos, estiveram próximos dos percursos da História Cultural, nesta tese apropriada como uma das inovações importantes dos textos analisados e produzidos na última década do século XX.

Falaram e pôde-se aqui escutar, os múltiplos percursos, as diferentes abordagens dos temas e das metodologias, a diversidade de fontes e as mutações do significados destes, por exemplo, de documento-verdade para documento-monumento. Buscou-se analisar, ainda, as transformações do conceito de tempo, de linear e cronológico para múltiplo e fruto da relação entre presente e passado. Estes movimentos foram provenientes das mudanças gerais do discurso historiográfico que ecoaram na produção do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, no período estudado. Mas as mutações, as transformações, não excluíram, em definitivo, as outras – antigas ou novas – possibilidades de construção da escrita da História.

Portanto, a procura foi pelo não aprisionamento dos significados enunciados pela historiografia. Mas, sim, pela sua “*decomposição*” a partir do momento em que foram resignificadas, retrabalhadas na presente tese, uma vez que, como afirma Giles Deleuze, 2004 p. 17), *Escrever é um fluxo entre outros, sem nenhum privilégio em relação aos demais, e que entra em relações de corrente, contra corrente, de redemoinho com outros fluxos (...)*.” A escrita, especificamente, as escritas da História, constituem-se em caminhos, escolhas. Opções por esta ou aquela das faces de Clio que, sem dúvida, não cessam de aparecer. Porque as escritas da História, hoje e comumente, falam dessa possibilidade da História ser múltipla, ser diferente, mesmo quando os historiadores se debruçam sobre um mesmo tema.

As escritas da História ajudam a elaborar inúmeras questões, a perceber dentre os seus inúmeros fluxos, dentre os caminhos percorridos e por percorrer, que ela é multifacetada, possui inúmeras faces e ainda há de possuir outras mais. Assim, pode-se destacar que as etapas pelas quais passou o discurso historiográfico, fazem com que seja possível constatar que a História não possui um único rosto como também não há uma parte da História que seja mais significativa ou essencial. Porque “(...) *Numa referência a Nietzsche, Foucault afirmará que as coisas estão na superfície, e que atrás de uma máscara há outra máscara e não essências.*” (RAGO, 1995, p. 74)

Então, se só há máscaras, é necessário que os historiadores se comprometam com a multiplicidade do seu saber que, de uma face para outra face, de uma máscara para outra máscara, tem o dom de produzir inquietações. Silenciá-las, sem dúvida, não se trata de um papel importante a cumprir.

Assim, diante da máscara, da face de Clio aqui escolhida, é importante destacar que outros rumos poderiam ter sido abraçados para a presente tese. Os silêncios deste texto, ou fluxo, que um dia passará, principalmente ao ser relacionado a outros textos, diluído em outras análises, relacionam-se às lembranças de que seria possível elaborar uma análise da produção acadêmica da pós-graduação tomando por base outros aspectos como papel e perfil dos docentes orientadores, ou as páginas de agradecimentos dos trabalhos, que ajudariam a compor uma outra análise, uma outra face da História; poder-se-ia, também, tomar como fundamento as entrevistas com os autores e/ou docentes / coordenadores do Programa anteriormente imaginadas mas não concretizadas diante das prioridades que se tem de estabelecer, que atestam a possibilidade de emergência de outros trabalhos ou para o fato de que a presente tese poderia ter o formato de um outro *fluxo*, que não o dela mesma. Mas um aspecto seria

inevitavelmente convocado: a busca por *aproximações* e não por determinações das escolhas de mestrandos e doutorandos, neste texto problematizadas.

DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS - MONUMENTOS:

1.1. Documentos sobre Políticas Institucionais

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - **Memória da Pós-Graduação** - Sistema de Avaliação Programa - HISTÓRIA / UFPE (NRD6) – 1999. Síntese e Indicadores, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Programa de Pós- Graduação em História. Livro do Credenciamento do Curso – Secretaria do Programa, 1979.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Resolução 03/98 do CCEPE – Pró Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação –UFPE.

URL: CAPES. www.capes.gov.br/Scripts/Avaliação/MeDoReconhecido/Area/Programa.asp, acessado em agosto de 2004.

Programa de Pós-Graduação em História – UFPE, Folder de Divulgação da seleção 1999/2000.

Programa de Pós-Graduação em História – UFPE, Edital da Seleção de 2004.

1.2. Dissertações do Programa de Pós-Graduação em História – UFPE (anexo II)

1.3. Teses do Programa de Pós-Graduação em História – UFPE (anexo II)

BIBLIOGRAFIA (Livros, artigos e teses)

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. “Violar Memórias e Gestar a História”. **Clio** - Revista de Pesquisa Histórica da UFPE, Série Nordeste. Recife: Universitária, nº 15, 1994. pp. 39-52.

ALMEIDA, Antônio. “Novas leituras para antigas lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC Paulista – 1964/1990”. In: **Revista Brasileira de História**. (Dossiê infância e adolescência). São Paulo: 1999, (vol. 19, nº 36), pp. 279/309.

ALVES, Francisco José. “Histórias da História: uma crítica preliminar.” **Debates Regionais nº 2**. João Pessoa: Editora Universitária/NDIHR, 1995. pp. 104-111.

ARRUDA, José Jobson. e TEGARRINHA, José Manuel. **Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999.

BANN, Stephen. **As Invenções da História**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

BARREIRO, José Carlos. “O mal-estar da história: crise e pensamento na historiografia moderna.” in SILVA, Zélia Lopes da. (Org.) **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. 6 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

BODEI, Remo. **A História tem um sentido?** Bauru: EDUSC, 2001.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). **Passados recompostos**. Cantos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)”. in: **Revista Brasileira de História – Cultura & Cidades**. São Paulo: ANPUH e Marco Zero, 1985.

_____. **Paris e Londres, no Século XIX: O Espetáculo da Pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BULFINCH, Thomas. **O livro de Ouro da Mitologia: Histórias de Deuses e Heróis.** 13 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

BURKE, Peter. (Org.) **A Escrita da História: novas perspectivas.** 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1992.

_____. **Variedades de História Cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALVINO, Ítalo. **Seis Propostas para o Próximo Milênio: lições americanas.** 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAPELATO, Maria Helena R. (Coord) **Produção Histórica no Brasil: catálogo de dissertações e teses dos Programas dos cursos de Pós-Graduação em História.** São Paulo: Xamã, 1995. (Vol. 1, 2 e 3)

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. (orgs) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. e BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História.** 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição Imaginária da Sociedade.** Rio de Janeiro, 1982.

_____. **Os destinos do totalitarismo e outros escritos.** Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER. Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. “A História hoje: dúvidas, desafios, propostas.” in **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, vol 7, n. 13, 1994, pp. 97-113.

CHAUVEAU, Agnès e Tétart, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

COELHO, Marcelo. *Como se faz uma tese: estudo sobre modernismo é exemplo dos vícios que afetam os textos acadêmicos*. Folha de São Paulo, caderno **Mais !**, 16/03/1997.

CONNOR, Steven. **Cultura Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

D’ALESSIO, Marcia Mansor. **Reflexões sobre o saber histórico**. Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

DE DECCA, Edgar S. **O que é romance histórico?** Ou devolvo a bola pra você, Hayden White. Campinas: mimeo, s/d.

_____. **1930 O Silêncio dos Vencidos**. Memória, História e revolução. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972-1990**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

DELEUZE, Gilles. e GUATARRI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. (Vol. 3)

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, EDUSC, 2002.

DOSSE, François. **A história em Migalhas**. São Paulo: Ensaio, 1992.

DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, Nbert, **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. (vl 1 e 2).

FERNANDES, Florestan (org). **K. Marx, F. Engels: História**. São Paulo: Ática, 1983.

FERREIRA(a), Lúcia de Fátima Guerra. “Balanço da nova historiografia paraibana.” in **Debates Regionais n° 2**. João Pessoa: Editora Universitária / NDIHR, 1995.

FERREIRA, Antonio Celso. “História fast food (ou alguns problemas da teoria e da narrativa histórica neste fim de século). in SILVA, Zélia Lopes da. (Org.) **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

FICO, Carlos. e POLITO, Ronald. “A historiografia Brasileira nos últimos 20 anos - tentativa de avaliação crítica.” in MALERBA, Jurandir. (Org.) **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **A História no Brasil (1980-1989)**. Elementos Para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992. (v. 1)

_____. **A História no Brasil (1980-1989)**. Série Dados. Ouro Preto: UFOP, 1994. (v. 2).

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do Poder**. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **O Que é um Autor?** Lisboa: Vega, 1992.

_____. **Vigiar e Punir**. 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FREITAS, Marcos. (org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. “Sinais - Raízes de um Paradigma Indiciário.” in: **Mitos, Emblemas, Sinais, Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 143 a 179.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos Estudos Históricos**. 4 ed. São Paulo: Difel, 1983.

GOMES, Angela Maria de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HILL, Christopher. **O Mundo de Ponta-Cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HUGHES, Warrington. **50 grandes pensadores da história**. São Paulo: Contexto, 2002.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. e D’Alesio, Márcia Mansor. *Produção Acadêmica da PUC – SP*. in **Projeto História 10**. São Paulo: PUC, 1993.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A História em questão: historiografia brasileira contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Historiografia brasileira contemporânea: a história em questão**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1981.

LE GOFF, Jacques. & NORA, Pierre. **História: novos problemas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **História e Memória**. 3 Ed. Campinas: UNICAMP, 1994.

LE GOFF, Jacques, LADURIE, Lê Roy, DUBY, Georges. **A Nova História**. Lisboa: Edições 70, 1977.

LOWENTHAL, David. "*Como Conhecemos o Passado.*" in **Projeto História**. 17. São Paulo: PUC, 1998.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**. Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem Anos de Solidão**. Rio de Janeiro: Record, 1967.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, S/d. Vol. I e II.

MENESES, Joedna Reis de. e OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (orgs). **Anais do IX Encontro Estadual de Professores de História**. João Pessoa: ANPUH-PB/Sal da Terra, 2000.

MORAES, José Geraldo Vinci de. e REGO, Marcio José. **Conversas com Historiadores Brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira**. São Paulo: Ática, 1977.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A Linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

_____. **As Formas do Silêncio**: nos movimentos dos sentidos. Campinas: editora da UNICAMP, 1997.

_____. **Terra à Vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. A evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo, Brasiliense, 1977.

_____. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1998.

_____. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

RAGO, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira. In **Revista de Sociologia da USP** – Tempo Social, vol. 7, nº 1-2. São Paulo: EDUSP, 1995.

REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 3 ed. Belo Horizonte / São Paulo: Autêntica, 2004.

_____. **A Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. **História & Teoria: Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos Modernos: Histórias da cidade do Recife na Década de Vinte**. Recife: FUNDARPE, 1997.

RODRIGUES, José Honório. **História e Historiografia**. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. **A pesquisa Histórica no Brasil**. São Paulo: Nacional: 1978.

_____. **Teoria da História do Brasil - Introdução Metodológica**. 3. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959.

ROSA, Cláudia Beltrão da. “Hermenêutica, compreensão e história.” **Debates Regionais nº 2**. João Pessoa: Editora Universitária/NDIHR, 1995: pp. 94-103.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As Razões do Iluminismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SCHAPOCHNIK, Nelson. “As figurações do discurso da história.” in MALERBA, Jurandir. (Org.) **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papyrus, 1996.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Falar de um incômodo não é falar mal.” in SILVA, Zélia Lopes da. (Org.) **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **A revolta da vacina**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Orfeu Estático na Metrópole**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da Historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia**. São Paulo: EDUSC, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **O que é, afinal, estudos culturais?** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Pedagogia dos Monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**. São Paulo: Moderna, 1984.

_____. “História e ensino: acontecimento e narrativa, acontecimentos e narrativas”. **Conferência de Abertura do Simpósio Nacional de História**, João Pessoa: mimeo, 2003.

TÉTART, Philippe. **Pequena História dos Historiadores.**São Paulo: EDUSC, 2000.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. I.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História.** 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da Sociologia compreensiva. 3 ed. Brasília: UNB, 2000. 2 vol.

_____. **Ensaio de sociologia.** Rio de Janeiro: LTC, 2002.

WEHLING, Arno. “Fundamentos e Virtualidades da Epistemologia da História: algumas questões.” in **Estudos Históricos 10.** Teoria e História. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992. pp.147-189.

WHITE, Hayden. “Teoria Literária e Escrita da História.” in **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, vol 7, n. 13, 1994.

_____. **Meta-História:** a imaginação histórica no século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

_____. **Trópicos do Discurso.** Ensaio Sobre a Crítica da Cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

ANEXOS

ANEXO I
Ficha para análise historiográfica de Dissertações e Testes [01]

AUTOR: _____

TÍTULO: _____

ORIENTADOR(A) _____

Nº DE PÁGINAS: _____ Nº DE CAP: _____ ANO DA DEFESA: _____

NÍVEL: Mestrado () Doutorado ()

RESUMO: _____

PALAVRA CHAVES: _____

CAMPO TEMÁTICO/ GÊNERO _____

RECORTES DE TEMPO E ESPAÇOS ABORDADOS: _____

ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA - PRINCIPAIS CONCEITOS
UTILIZADOS/AUTORES:

ANÁLISE TEÓRICO METODOLÓGICA

FONTES: _____

CAPÍTULO TEÓRICO METODOLÓGICO SEPARADO? () SIM () NÃO

CONCEPÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA: _____

POSSÍVEIS CITAÇÕES: (Usar verso)

OBSERVAÇÃO: _____

ANEXO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFPE
DISSERTAÇÕES – ANALISADAS - 1977-2000

AUTOR (A)	TÍTULO	ANO DA DEFESA
Adhikari, Ratnabali	A Campanha Salvacionista em Pernambuco: as Articulações Políticas nos Primórdios da Primeira Republica	1988
Albuquerque, José Geraldo de.	Henrique Castriciano de Souza (Um Reformador Social)	1981
Almeida Maria das Graças Andrade Ataíde de	A Guarda Nacional em Pernambuco; A Metamorfose de uma Instituição	1986
Almeida, Magdalena Maria de	Mário Sette: o Retrartista da Palavra. Reflexões sobre o uso da Literatura como Fonte Histórica	1999
Almeida, Suely Creusa Cordeiro de.	A Companhia Pernambucana de Navegação.	1989
Almeida, Suzeli de.	Pacto do Silêncio. O Livramento dos Negros.	1992
Alves Sobrinho, Antonio.	Desenvolvimento em 78 Rotações: A Indústria Fonográfica Rozenblit (1953-1964).	1993
Alves, Tarcísio Marcos.	A Santa Cruz do Deserto (Ideologia e Protesto Popular no Sertão Nordestino – A Comunidade Camponesa Igualitária do Caldeirão).	1994
Amorim, Laura Helena Baracuhy	O Comércio Paraibano no Processo de Formação do Mercado Nacional 1930-1939	1987
Amorim, Odete Magalhães de.	Liberais e Conservadores em Pernambuco no Último Decênio do Império	1978
Amorim, Tânia Maria Soares de	O Alvorecer da República em Pernambuco: a atuação do Poder Constituinte Estadual no Processo de Formação do Estado Republicano Brasileiro (1889/1891).	1994
Andrade, Francisco Jaques Furtado de.	Atritos na Divisa dos Estados do Piauí e Ceará	2000
Andrade, João Mendes de.	Oligarquia Aciolina, 1877-1930	1986
Anjos, João Alfredo dos.	A Roda dos Enjeitados: Enjeitados e Órfão em Pernambuco no Século XIX.	1997
Apolinário. Juciene Ricarte.	Ouro, Escravidão: Vivências Escravistas em Arraias (1739-1800).	1996
Aras, Lina Maria Brandão	Movimento federalista de 1832 – São Félix – Cachoeira	1989

Araújo, Erick Assis de Araújo.	Conservadorismo e Desordem na Cidade de Fortaleza (1940-1945).	1995
Araújo, Maria das Graças Souza Aires de	Fixação e Expansão da Ordem Carmelita em Pernambuco no Período Colonial	2000
Araújo, Maria Gilda de Freitas	Colonização e Imigração no Caso do Escravismo em Pernambuco	1988
Araújo, Maria Mafalda Baldoino de	O Poder Político e a Seca de 1877-1879 no Piauí	1985
Araújo, Roberto Jorge Chaves.	Classes Sociais, Estado e Legislação Trabalhista “Rural” no Brasil: 1945-1963	1996
Araújo, Vicente Laurindo de.	Relações entre a Igreja e o Estado no Brasil (1962-1982): (do diálogo legítimo à práxis popular libertadora da igreja).	1988
Arrais Isabel Concessa Pinheiro de Alencar	Teatro de Santa Isabel: Biografia de Uma Casa de Espetáculos	1995
Arrais, Raimundo Pereira Alencar.	Recife: Culturas, Confrontos, Identidades. A Participação das Camadas Urbanas na Campanha Salvacionista de 1911	1995
Assis, Virgínia Maria Almoêdo de.	Pretos e Brancos – A Serviço de Uma Ideologia de Dominação (Caso das Irmandades do Recife).	1988
Bandeira, Élcia de Torres.	Os Usineiros de Pernambuco e a Intervenção do Estado na Agroindústria Canavieira: 1889-1933.	1989
Barbosa, Bartira Ferraz	Índios e Missões: a Colonização do Médio São Francisco Pernambucano nos Séculos XVII e XVIII	1991
Barbosa, Edson Gayoso Castelo Branco.	O PARANAÍBA, Contribuição à História de sua Navegação	1978
Barbosa, Maria José Lira.	Um Projeto que (não) deu certo: Estado Desenvolvimentista e Industrialização. Estudo da Indústria Wallig Nordeste S/A Campina Grande-Paraíba	1991
Barbosa, Tanya Maria Brandão	O Escravo na Formação Social do Piauí: Perspectiva do Século XVIII	1984
Barros, Kátia Maria Flôres.	O Olhar do Outro: O Norte de Goiás na Visão dos Viajantes Estrangeiros do Século XIX	1997
Barros, Paulo Sérgio.	Confrontos Invisíveis - Colonialismo e Resistência Indígena no Ceará	1997
Barros, Ruston Lemos de.	Embarcações e Frotas Portuguesas: Evolução e Atuação no Nordeste Brasileiro, até 1720.	1982
Barros, Theodyr Augusto de	O Processo de Mudança de Capital (Alagoas-Maceió): Uma Abordagem Histórica 1819-1859	1986

Barroso Filho, Geraldo.	Crescimento Urbano, Marginalidade e Criminalidade: O Caso do Recife	1985
Barroso, Lidia Soraya Liberato.	Os Caminhos do Povo AKWENXERENTE: duzentos anos de Contato Permanente.	1997
Batista Neto, José	Como uma Luneta Invertida. (intervenção do Estado no Semi-Árido Nordestino através do discurso ideológico da IOCS/IFOCS-1909-1934).	1986
Bion, Cybele Martins.	O Convento de Santo Antônio do Recife: Um Estudo de Caso	1998
Bompastor, Sylvia Couceiro.	O Discurso da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco em Fins do Império: 1875-1885.	1988
Brayner, Flávio Henrique Albert	“(…)” Ai Nós Istôra Dotô!” (Mudança e Conservação na Atividade do Partido Comunista Brasileiro em Pernambuco: 1956-1964).	1985
Braz, Emanuel Pereira.	Mão-de-Obra Escrava e Abolição na História de Mossoró	1988
Burity, Glauce Maria Navarro	A Presença dos Franciscanos na Paraíba, Através do Convento de Santo Antônio.	1984
Cabral, Newton Darwin de Andrade.	Da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras “Manoel da Nóbrega” Á Universidade Católica de Pernambuco: Uma Trajetória Direcionada pela Igreja Romanizada (1943-1956).	1993
Caldas, Alberto Frederico Lins.	CLETO CAMPELO (Um Drama Republicano-1926)	1978
Carvalho Júnior, Dagoberto Ferreira de	A Talha de Retábulos no Piauí	1988
Carvalho, Marcus Joaquim Maciel de	A Guerra dos Moraes (A luta dos senhores de engenho na praieira).	1986
Carvalho, Maurício Rocha de	Ecletismo Arquitetônico na Cultura Pernambucana	1992
Castelo Branco, Pedro Vilarinho	Mulheres Plurais. A Condição Feminina em Teresina na Primeira República	1995
Catarino, Acácio José Lopes.	Da Oficina ao Arsenal: Estado e Redefinições Urbanas no Limiar da Descolonização.	1993
Cavalcante, Pedro Teixeira.	Epistemologia e Historia em Giambatista Vico	1978
Cavalcanti Filho, Sebastião Barbosa.	A Questão Jesuítica no Maranhão Colonial (1622-1759)	1988
Cavalcanti, Bartolomeu.	A Família em Pernambuco. Mudanças na Família da Elite Açucareira	1991

Cavalcanti, Carlos André Macedo	A Reconstrução da Intolerância: O Regimento de 1774 e a Reforma do Santo Ofício da Inquisição	1990
Cavalcanti, Carmem Lúcia Lins.	As Minas de Salitre em Campos de Buíque: Um Caso de Utilização da Mão-de-Obra Indígena na Capitania de Pernambuco (1698-1706).	1999
Cavalcanti, Silêde Leila Oliveira	Mulheres Modernas, Mulheres Tuteladas: O Discurso Jurídico e a Modernização dos Costumes - Campina Grande 1930-1950.	2000
Cerqueira, José Luciano Correia.	Crises Programadas na História: Manipulação e Desestabilização no Brasil Contemporâneo	1984
Chagas, Waldeci Ferreira	Prática Política e Transformações no Cotidiano dos Trabalhadores em João Pessoa, na década de 1930	1996
Chaves, José Olivenor Souza	Fortaleza e os Retirantes da Seca de 1877-1879: O Real de um Imaginário Dominante	1995
Costa, Arrisete Cleide de Lemos	Maceió Meadúsia: Análise Histórica das imagens da Diáspora de Intelectuais Alagoanos na Literatura-1930-1940.	1998
Costa, Cleonir Xavier de Albuquerque da Graça e.	Receita e Despesa do Estado do Brasil no Período Filipino: Aspectos fiscais da Administração Colonial.	1985
Costa, Wicliffe de Andrade	A Implantação do Protestantismo no Rio Grande do Norte (1879-1908).	1988
Coura, Alberto Edvanildo Sobreira	A Igreja e a Modernização no Brasil: As Comunidades Eclesiais de Bases como uma Concepção de Modernidade-Alagoa Grande-PB, 1975-1985	1998
Dantas, Ney Brito	Entre Coquetes e Chicos-Machos. (Uma leitura da paisagem urbana do Recife na primeira metade do século XIX	1992
Dias, Alexandre Alves.	Facinorosos do Sertão: a Desagregação da Ordem no Sertão Nordeste na Transição da Colônia até a Independência (1808-1822).	1997
Dias, Cléris Oliviera.	A Política das Secas na Paraíba – (1900/1930)	1988
Elias, Juliana Lopes	Moradia Indígena: Alteração Sofrida pela Habitação Nativa Após a Inclusão dos Jesuítas no Cenário Colonial (1548-1700).	2000
Fernandes, Clara Suassuna	O Pensamento de Henrique Augusto Milet.: 1870-1890	1988

Fernandes, Irene Rodrigues da Silva	Comércio e Subordinação: A Associação Comercial da Paraíba no Processo Histórico Regional, 1889-1930.	1988
Fernandes, Telma Dias	História e Literatura: Graciliano Ramos e a História	1998
Fonseca, Flávia de Castro Menezes Silva da	Estratégias da Resistência Escrava: Recife 1850-1870	2000
Freire, Emilia Augusta Lins.	A Burguesia e a Evolução Histórica de Portugal no Século XIV.	1981
Freitas, Edinaldo Bezerra de.	A Pecuária Nordestina, Migração e conflito Indígena o Caso Krahô	1987
Gadelha, Francisco Agileu de Lima	O Ceará na Trilha da Nova Fé (O Presbiterianismo no Ceará, 1883-1930).	2000
Galliza, Diana Soares de.	O Declínio da Escravidão na Paraíba, 1850-1888	1977
Garcia, Simone Pereira	Canudos Reconstruída: Elementos para uma Hermenêutica Aplicada aos Estudos Histórico-Literários	1994
Gico, Vânia de Vasconcelos.	Contexto Social, Estrutura Universitária e Biblioteca	1990
Girão, Valdelice Carneiro	As Oficinas ou Charqueadas no Ceará.	1982
Gomes, Carla Nogueira	A Brasilidade Nordestina (A Definição de um Espaço e de uma Cultura Nordestina da Década de 20	1989
Gominho, Zélia de Oliveira.	Veneza Americana X Mucambópolis.O Estado Novo na Cidade do Recife, (Década de 30 a 40)	1997
Grillo, Maria Ângela de Faria	O Cotidiano da Escravidão em Pernambuco, 1850-1888	1989
Guimarães, Eduardo Henrique de Lima.	Religião, Pátria e Liberdade: a historiografia do IAGP entre 1862 e 1876.	1996
HOUNIE, Emilia Verónica Rosa Gantzer.	De Retirante a trabalhador: a grande seca de 1877-1879 e a organização do mercado de trabalho livre em Pernambuco.	1992
Huang, Maria Tereza Barbosa.	Lembranças do Futuro: Recife, à Espera do Século XX	1996
Jucá, Joselice Vasconcelos.	Joaquim Nabuco: o Homem e sua época	1977
Jurema, Ana Cristina Loureiro Alves.	A "HISTÓRIA" Nos Livros Didáticos de Estudos Sociais.	1987
Leitão, Maria do Rosário de Fátima Andrade	Caracterização e Contribuição para Interpretação da Política de habitação Popular	1987

Leite Neto, João	A Participação do Trabalho indígena no Contexto da Produção Algodoeira da Capitania do Ceará (1780-1822)	1997
León, Fernando Antônio Dantas Ponce de	Carmelitas Descalços-Terésios-em Pernambuco Padroado e Vida Conventual	1996
Lima Júnior, Djalma Gomes de.	Estadonovismo: Historiografia e História (Hipóteses sobre o (Agamenonismo)	1988
Lima, Francisco.	A Pena e a Casaca. Idéia de Nacional na Literatura Romântica	1998
Lima, Maria Auxiliadora Barros.	A Revolução de 1930 e o Movimento Operário em Pernambuco: cooptação e resistência	1987
Lima, Marinalva Vilar de	Narradores do Padre Cícero: Do Auditório à Bancada	1997
Lima, Mário Hélio Gomes de.	Gilberto Historiador..	1993
Lima, Zilda Maria Menezes	Mulheres de Romance. Perfis Femininos da Cidade de Fortaleza (1880-1990).	1999
Lôbo, Gustavo Adolfo D'Almeida	A Imprensa Cearense e o Caldeirão do Beato José Lourenço. (O Discurso da Imprensa em Relação ao Movimento Popular Camponês do Caldeirão).	2000
Lopes, Fátima Martins	Missões Religiosas: Índios, Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte	1999
Lopes, Maria Aparecida Vasconcelos.	CIDADE SÃ CORPO SÃO Urbanização e Saber Médico no Recife, (Final do Século XIX, Início do Século XX)	1996
Lucena Filho, Márcio	Pernambuco e a Guerra do Paraguai: O Recrutamento e os Limites da Ordem.	2000
Macdonald, José Brendan.	Os Conflitos de Terra na Paraíba, 1972-1995 Uma das Histórias da Luta entre Mamom e a Lei da Necessidade	1995
Machado, Teobaldo José	A “Insurreição” Liberais em Goiana (1817-1824).	1988
Maia, Clarissa Nunes	Sambas, Batuques, Vozerias e Farsas Públicas: O Controle Social Sobre os Escravos em Pernambuco no Século XIX (1850-1888.)	1995
Maia, Nayala de Souza Ferreira	Colônia Agrícola Industrial Orfanológica Isabel – 1874-1904, um estudo de caso. Recife	1983
Mariano, Serioja Rodrigues Cordeiro	Signos em Confronto: O Arcaico e o Moderno na Princesa (PB) dos Anos Vinte	1999
Mariz, Marlene da Silva.	A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte, 1930-1934.	1982

Martin, Cipriano Calvarro.	Da Ação da Igreja Nordestina no Campo Sócio-Econômico da Região na Década de 1950.	1984
Martin, Sebastian Sanchez.	A Imigração Espanhola no Nordeste	1979
Medeiros, Fernando Antonio Mesquita de.	Práticas Sociais e Imaginário Político na Arquidiocese de Maceió (Década de 1940-1960)	1999
Medeiros, Maria da Glória Dias	O Social no Governo de Sigismundo Gonçalves	1989
Medeiros, Maria do Céu.	Os Oratianos de Pernambuco: uma Congregação “A Serviço do Estado Português”	1981
Medeiros, Ricardo Pinto de	Estado, Igreja e Políticas Assistenciais em Pernambuco (1935-1945): Imaginário das Elites e Ações Políticas.	1995
Mello, José Octávio de Arruda	A Revolução Estatizada (Um estudo sobre a formação do centralismo em 1930)	1982
Mello, Maria Martha Pimentel.	O Sincretismo na Mitologia Egípcia	1977
Mello, Paulo Jobim Campos.	Desigualdade Regionais: São Paulo e Nordeste Durante o Governo Juscelino Kubitschek	1994
Melo Filho, Antonio.	Teresina: a Condição da Saúde Pública na Primeira República (1889-1930)	2000
Melo, Alcília Afonso de Albuquerque.	Revolução na Arquitetura: Recife, Década de Trinta. Intervenções do Estado sobre a Arquitetura e o Espaço da Cidade de Recife	2000
Melo, Josemir Camilo de.	A Lavoura Canavieira em Pernambuco e a Expansão do Capitalismo Britânico (1870-1890).	1978
Melo, Luis Carlos Leite de.	Igreja e Estado no Brasil: Encontros e Desencontros o Caso de Crateús-CE. (1964-1974).	2000
Meneses, Joedna Reis de	A Indústria do Atraso ou o Atraso da Indústria? O Discurso da Industrialização no Nordeste (1950-1970)	1999
Menezes, Arthur Pedro Bezerra de	A questão Religiosa e a Revista Infernal (1875-1879).	1995
Menezes, Jeannie da Silva	Mercês e Privilégios de Vila Tramas da Fundação das Vilas de Pernambuco - Séculos XVI e XVII	2000
Menezes, Mozart Vergetti de.	Prevenir, Disciplinar e Corrigir: as Escolas Correccionais no Recife, (1909-1929)	1995
Miranda, Carlos Alberto Cunha.	Igreja Católica do Brasil: Uma Trajetória Reformista (1872-1945).	1988

Moreira, Aluizio Franco	As Idéias Políticas e Outra Idéia de Dois “Quarante-Huitards” Pernambucanos (Abreu e Lima e Antonio Pedro Figueiredo)	1986
Moser, Lilian Maria.	Os Karitiana no Processo de Desenvolvimento de Rondônia nas décadas de 1950 a 1990.	1997
Moura, Maria Salomé de.	MOSSORÓ: História de um Município Sertanejo	1988
Moura, Mariza Pinheiro	O Histórico no Teatro Político de Aristófanés	1980
Nascimento, Alcileide Cabral do.	Estado e Pesca: Mudança e Continuidade no Setor Pesqueiro (1930-1942).	1995
Nascimento, Francisco Alcides do	A Revolução de 30 do Piauí (1928-1934)	1985
Nascimento, Luís Manuel Domingues do.	Formação e Desenvolvimento do capital Industrial em Pernambuco (1890-1920) Mercado Interno e Industrialização.	1988
Nascimento, Luiz do	Considerações Histórico-econômicas, acerca das tentativas de colonização agrícola de nacionais em Pimenteias, (PE) e Leopoldina (AL)	1977
Nascimento, Regina Coelli Gomes.	Disciplina e Espaços: Construindo a Modernidade em Campina Grande no Início do Século XX	1997
Nivaldo Junior, José.	A Economia Algodoeira em Pernambuco - Período Colonial	1984
Nunes, Maria Cecília Silva de Almeida	A Luta Pelo Poder Político no Piauí na Primeira República	1988
Oliveira, Cláudia Freitas de.	Banquete Literário. As Idéias Científicas do Século XIX nas Produções Literárias de Fortaleza (O Club Literário)	2000
Oliveira, Elza Regis de	Autonomia da Capitania da Paraíba	1982
Oliveira, Iranilson Buriti de	Gritos de Vida e de Morte. A Construção da Idéia de Decadência do Patriarcado Rural nos Discursos da Primeira República	1997
Oliveira, José Alberto Saldanha de.	O Movimento Estudantil Alagoano e a Resistência ao Regime Militar 1968/1980	1994
Oliveira, Maria Amélia Freitas Mendes de.	A Balaiada no Piauí	1983
Oliveira, Maria Goretti Rocha de	Danças Populares Como Espetáculo Público no Recife de 1970-1988	1991
Oliveira, Stela Mary Alves de.	O Poder Executivo em Pernambuco (1890-1904): sua atuação no período da estrutura formal de um Estado Burguês no Brasil.	1988

Oliveira, Terêsa C.C. Brotherhood de.	A Mesa do Consulado de Pernambuco	1977
Parente, Temis Gomes	Resistência em um Universo de Pobreza Norte de Goiás-1749-1800.	1996
Patriota, Fernando Roberto Barros.	Industrialização do Caroá no Sertão de Pernambuco: Um Processo Interrompido (1932-1955)	1992
Pereira, Auricélia Lopes	O Rei do Cangaço e os Vários Lampiões	2000
Pereira, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues	O Homem da Esperança: uma Experiência Populista no Rio Grande do Norte (1960-1966).	1996
Pimentel Filho, José Ernesto	A Aristocratização Provinciana em Fortaleza (1840-1890).	1995
Pinheiro, Francisco José.	A Organização do Mercado de Trabalho no Ceará (1850-1880).	1990
Pinho, Carlos Eduardo Ribeiro.	Esquina Lafayette. Boemia, Amores e Lamentações na História Recifense	2000
Pires, Maria da Conceição Francisca	Humor, Política e Cotidiano: Um Olhar Sobre a Modernidade no Recife dos Anos 20	2000
Pires, Maria Idalina da Cruz.	Colonização e Conflito: o Povoamento do Sertão Nordestino e a “Guerra dos Bárbaros”.	1989
Queiroz, Martha Rosa Figueira.	Religiões Afro-Brasileiras no Recife: Intelectuais, Policiais e Repressão.	1999
Reinaux, Marcílio Lins.	Aspectos Artísticos e Históricos da Estatuária e dos Ex-votos do Nordeste	1988
Ribeiro, Jalila Ayoub Jorge.	A Desagregação do Sistema Escravista no Maranhão	1983
Rios, Lêda Maria Rivas Cerviños	O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial: O Conflito Visto por um Jornal de Província	1988
Rocha, Eduardo José Wandreley	Pinto de Campos: Um Clérigo a Serviço do Império	1986
Rodrigues, José Siney Ferraz.	Sete Barracas: Em Busca de um Elo (O Cotidiano do Movimento Camponês no Bico do Papagaio)	1997
Rodrigues, Maria Edleuda Ferreira	A Greve é Nossa Arma! (Os Anos Oitenta e o Movimento Docente da Rede Pública de Crateús Ceara).	2000
Rosas, Suzana Cavani Rosas	A Questão Agrária na Sociedade Escravista	1987
Sá, Silvânia Gomes de.	A Cidade, o Rio e... a Represa. A Intervenção no Sub-médio São Francisco: O Caso de Petrolândia, 1940-1995	2000
Santana, Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes.	Nordeste, Açúcar e Poder	1988

Santiago, Roberval da Silva	Cinematógrafo Pernambucano: a Jornada da Transgressão, do Sonho e da Sedução.	1995
Santos, Ana Maria Barros dos.	Introdução ao Estudo da Escravidão em Pernambuco e sua Transição para o Trabalho Livre.	1978
Santos, Chrislene Carvalho dos.	Construção Social do Corpo Feminino em Sobral 1920-1925	2000
Santos, Claristella Alves dos.	Rotas de Migração Tupiguarani-Análise das Hipóteses	1991
Santos, Joana Euda Barbosa dos.	O Cotidiano e o Trabalho em Taquarusu (1940-1960).	1998
Santos, Jocyléia Santana dos	O Sonho de Uma Geração (Casa do estudante do Norte Goiano CENOG) e o Movimento Separatista-1959-1968.	1996
Santos, Maria da Guia	O Algodão em Pernambuco: Desenvolvimento e Decadência 1860-1880	1978
Santos, Maria Sângela de Sousa.	A Organização dos Operários Têxteis: o caso do Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria, Fortaleza, Ceará (1933-1938)	2000
Santos, Mario Márcio de Almeida.	Nascimento Feitosa e a Revolução de 1848	1977
Santos, Shirlei Martins dos.	Reconhecendo os Engenhos da Freguesia de Santo Antônio do Cabo: uma Leitura Interpretativa da Cultura Material Remanescente do Final do Século XVI e Início do Século XVII.	1995
Sarges, Maria de Nazaré.	Riquezas Produzindo Á Belle Époque: Belém do Pará (1870-1910)	1990
Sarmiento, Antonio Natanael Martins	Os Abalos de Sábados á noite (Do Governo Popular e Revolucionário em Natal á Guerra do Largo da Paz em Recife – 1935)	1994
Silva , Marco Aurélio Ferreira da	‘DECIFRA-ME OU DEVORO-TE’ Tristão de Alencar Araripe Júnior e o Ceará Moleque	1995
Silva Giselda Brito.	A Ação Integralista Brasileira em Pernambuco(A I. B pe): 1932-1938.	1996
Silva, Alômia Abrantes da.	As Escritas Femininas e os Femininos Inscritos, Imagens de Mulheres na Imprensa Parahybana dos anos 20.	2000
Silva, Beatriz de Barros Melo e	A Pedagogia da Escola de Belas Artes do Recife -Um Olhar a Mais	1995

Silva, Edson Hely.	O Lugar do Índio. Conflitos, Esbulhos de Terras e Resistência Indígena no Século XIX: o Caso de Escada-PE (1860-1880).	1995
Silva, Josefa Gomes de Almeida e	Latifúndio e Algodão em Campina Grande: Modernização e Miséria	1985
Silva, Kalina Vanderlei Paiva	O Miserável Soldo e a Boa Ordem da Sociedade Colonial. História de Homens, Militarização e Marginalidade na Capitania de Pernambuco dos Séculos XVII e XVIII	1999
Silva, Keila Queiroz e	Entre as Normas e os Desejos: as mutações do feminino e do masculino em 50, 60 e 70 na Paraíba	1999
Silva, Luiz Geraldo	Pescadores, Militares e Burgueses: Legislação Pesqueira e Cultura Marítima do Brasil (1840-1930).	1991
Silva, Marcília Gama da.	O D. O P. S. e o Estado Novo os Bastidores da Repressão em Pernambuco (1935-1945).	1996
Silva, Maria Lêda Oliveira Alves da.	Floresta do Navio: Uma Cidade Pernambucana do Gado (1850-1888).	1997
Silva, Maria Santana Souza da	A Questão Agrária no Nordeste um Estudo de caso-Mamanguape 1955-1964	1988
Silva, Pedro Alberto de Oliveira.	O Declínio da Escravidão no Ceará.	1988
Silva, Severino Vicente da	A Primeira Guerra na Tribuna Religiosa: O Nascimento da Neo-Cristandade	1985
Silva, Silvia Cortez.	Cultura Tutelada: Uma Visão Patrimonialista da Cultura Luso-Brasileira	1987
Silva, Wellington Barbosa da.	“A Cidade que Escraviza, é a Mesma que Liberta...” Estratégias de Resistência Escrava no Recife, no Século XIX (1840-1850).	1996
Silveira, Nedaulino Vianna da.	Santa Maria de Belém do Grão-Pará: problemática do Abastecimento Alimentício Durante o Período Áureo da Borracha (1850-1920).	1989
Sousa, Jovenildo Pinheiro de.	Sertão Sangrento: Luta e Resistência	1994
Souza Neto, José Maria Gomes de.	Engenho de Sons, Imagens e Palavras. Ditadura e Propaganda na Primeira Metade do Século XX.	2000
Souza, Fernando Guerra de.	Adros, Pátios e Praças Públicas: História e Uso Pela Comunidade entre as Cidades de Olinda e Recife.	2000

Souza, Sônia Maria de	O Desenvolvimento vem da Estrada: A Belém-Brasília e a Fundação de Guaraí (1958-1975)	1997
Souza, Teresinha Oliva de.	Fausto Cardoso: Uma Experiência Anti-Oligárquica ?	1980
Teixeira, Flávio Weinstein	As Cidades Enquanto Palco da Modernidade. o Recife de Princípios do Século	1994
Teixeira, Marco Antônio Domigues.	Dos Campos D'ouro à Cidade das Ruínas: Apogeu e Decadência do Colonialismo Português no Vale do Guaporé: Século XVIII-XIX.	1996
Tenório, Douglas Apratto	Do Populismo Alagoano: O Impeachment de Muniz Falcão	1994
Torres, Cláudia Viana.	Um Reinado de Negros em Um Estado de Brancos. Organização de Escravos Urbanos em Recife no Final do Século XVII e início do Século XIX (1774-1815)	1997
Trigueiro, Edja Bezerra Faria.	OH DE FORA! Um Estudo Sobre a Arquitetura Residencial Pré-Modernista do Recife, Enquanto Elemento Básico de Composição do Cenário Urbano.	1989
Valle, Sarah Maranhão.	A Perpetuação da Conquista: A Destruição das Aldeias Indígenas em Pernambuco no Século XIX.	1992
Vasconcelos, Gabriel Assis Araújo	Bela Cruz é Nossa! Os Silveira/Oliveira e Seus Caminhos: (1966-1996).	2000
Vasconcelos, Sylvana Maria Brandão de	Ventre Livre, Mãe Escrava: A Reforma Social de 1871 em Pernambuco	1992
Vianna, Ialmar Leocaria	A Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista e a Lavoura do Cacau na Bahia	1986
Viciano, Vicente Masip	O Levante de Outubro de 1931 em Pernambuco	1987
Vieira, Risomar da Silva	Estado Grave: Condições de Vida e Saúde na Parahyba Imperial	2000
Zaidan, Noemia Maria	O Recife nos Trilhos dos Bondes de Burro-1871-1914.	1991

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFPE

TESES ANALISADAS – 1995 – 2000

AUTOR (A)	TÍTULO	ANO DA DEFESA
Aguiar, Sylvana Maria Brandão de	Triunfo da (Des) Razão: A Amazônia na Segunda Metade do Século XVIII	1999
Albuquerque, Marcos Antonio Gomes de Mattos.	Jesuítas em Olinda: Igreja de Nossa Senhora da Graça, Herança e Testemunho.	1995
Bueno, Almir de Carvalho.	Visões de República: idéias e Práticas Políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)	1999
Farias, Ana Maria de Souza Martins	Urbanização e Modernidade: A Construção do Espaço Urbano de João Pessoa (Dos anos 20 aos 70).	1997
Kaufman, Tânia Neumann	A Presença Judaica em Pernambuco. Passos Perdidos, História Recuperada	1998
Medeiros, Ricardo Pinto de.	O Descobrimento dos Outros: Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial	2000
Melo, Josemir Camilo de.	Modernização e Mudanças: o Trem Inglês nos Canaviais do Nordeste (1852-1902).	2000
Miranda, Carlos Alberto Cunha	A Prática da Medicina no Brasil Colonial Limites e Espaços da Cura.	1997
Nascimento, Francisco Alcides do.	A Cidade Sob o Fogo: Modernização e Violência Policial em Teresina (1937-1945).	1999
Oliveira, Júnior, Franklin.	Paixão e Revolução Capítulos Sobre a História da AP	2000
Rosas, Suzana Cavani.	Os Emperrados e os Ligueiros. (A História da Conciliação em Pernambuco, (1849-1857)	1999
Santana, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais.	Estrutura de Poder e Intervenção Estatal Paraíba-1930-1940	1996
Sarmiento, Antonio Natanael Martins.	Urna & Baionetas. Os Comunistas na História Política de Pernambuco-PE 1930-1935	1998
Scocuglia, Afonso Celso.	A História da Alfabetização Política na Paraíba Brasil dos Anos Sessenta	1997
Sellaro, Lêda Rejane Accioly.	Educação e Modernidade em Pernambuco. Inovação no Ensino Público (1920-1937).	2000

Silva Filho, Osmar Luiz da.	Na Cidade da Parahyba, O Percurso e as Tramas do Moderno (1892-1928)	1999
Silva, Eduardo Ramires Pinheiro da.	Industrialização no Nordeste do Brasil: A Indústria Têxtil em Pernambuco-1940-1990.	1999